



A Cons-Ciência da Linguagem

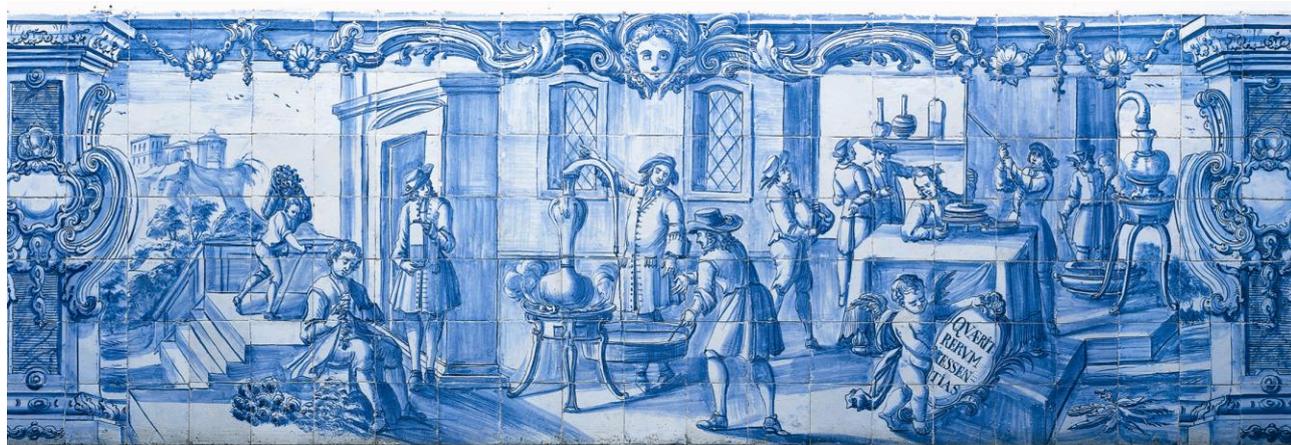
*Perspetivação histórica da gramática seguida de reflexões
sobre gramática e linguagem*

Maria da Conceição Videira Lopes

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística

ORIENTADORA: Professora Doutora *Maria do Céu Fonseca*

ÉVORA, 2015



A CONS-CIÊNCIA DA LINGUAGEM

*Perspetivação histórica da gramática seguida de reflexões
sobre gramática e linguagem*

Maria da Conceição Videira Lopes

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Linguística

ORIENTADORA: Professora Doutora *Maria do Céu Fonseca*

Universidade de Évora

2015

RESUMO

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na Parte I, apresentamos uma perspetivação histórica das gramáticas portuguesas, desde Fernão de Oliveira até às atuais gramáticas teóricas. Pretende-se estabelecer um traçado evolutivo, realçando as principais características dos vários períodos gramaticais. Equacionando os diversos contextos histórico-culturais, damos especial atenção a algumas das mais significativas gramáticas portuguesas, incidindo o nosso estudo, sobretudo, na definição e objetivos da gramática e na organização das obras. Sempre que for pertinente, destaca-se o tratamento que foi dado à *Sintaxe*, nas várias épocas e autores estudados.

A Parte II trata das relações entre gramática e linguagem. Procuramos compreender os fundamentos fisiológicos da linguagem e relacioná-los com a sua função simbólica. Poderão os processos linguísticos reduzir-se a análises meramente fisicalistas, tendo como base um complexo sistema de conexões neuronais ou eles deverão ser integrados no alargado domínio da cognição e, assim, imersos na complexidade da psique humana? Que mecanismos suportam a interiorização das regras básicas de uma língua? Tentaremos responder a estas questões ao longo do trabalho e apresentar conclusões, no final.

THE CON-SCIENCE (CONSCIOUSNESS) OF LANGUAGE

ABSTRACT

This work is divided in two parts. Part I presents the evolution of the portuguese grammars, since Fernão de Oliveira until the current theoretical grammars, giving emphasis to the main characteristics of the different grammatical periods. Coming under specific historic-cultural contexts, some relevant portuguese grammars are analysed here, highlighting definitions and goals of grammar and grammar's organisation. A special focus is done to *Syntax*, when it is pertinent.

Part II explores the relations between grammar and verbal language, trying to understand the physiological foundations of language and to relate them to symbolic functions. Can linguistic processes be simply reduced to physical analysis, based on a complex neural system, or should they be immersed in the larger domain of cognition with all his complexity? What kind of mechanisms supports the acquisition of the basic rules of a given language? The current study tries to answer to these questions and presents the conclusions later.

PARTE I

O CAMINHO DA GRAMÁTICA

- I. As origens da gramática
- II. As primeiras gramáticas portuguesas
- III. As gramáticas filosóficas
- IV. As gramáticas históricas
- V. As gramáticas teóricas

PARTE II

LINGUAGEM E GRAMÁTICA

- I. Bases biológicas da linguagem
- II. Linguagem, pensamento e fisiologia
- III. A sintaxe como objetivo da gramática

CONCLUSÕES

Prólogo

O trabalho que ora apresentamos divide-se em duas partes: na primeira propomo-nos traçar o longo caminho das gramáticas portuguesas, desde Fernão de Oliveira até às atuais gramáticas teóricas; na segunda parte, refletiremos sobre as relações entre linguagem e gramática, começando por abordar as bases fisiológicas da linguagem e os principais modelos explicativos para as relações entre a *mente* e o *cérebro*. À gramática se tem reservado a descrição dos usos linguísticos, com maior ou menor pendor teórico. Esta metodologia linguística tem, no entanto, deixado de lado aspetos cruciais da ‘linguagem verbal’ enquanto fenómeno de comunicação. Falar ou comunicar verbalmente é, quase sempre, interagir com o(s) nosso(s) interlocutor(es), o que interfere frequentemente com a fisiologia do corpo. As palavras conduzem-nos a estados mentais muito diversos, consoante os conteúdos e/ou os interlocutores envolvidos. Como dizia Freud, as palavras são o meio mais direto de agir sobre os outros, com correlatos físicos inegáveis. Esta vertente da linguística tem sido, ainda, muito pouco explorada. Como relacionar processos fisiológicos com sistemas abstratos de regras, essenciais, também, para nos entendermos?

Digamos que a gramática está para a linguagem como um mapa está para um território: descreve, localiza os principais pontos de orientação, mas deixa de lado o telúrico, a vivência do território em si. Gramaticalmente, as línguas têm sido apresentadas como sistemas abstratos de regras e de relações sistémicas, tornando-se, assim, entidades vazias, inertes, a duas dimensões. Mas, como escrevia Melo Bacelar, «o seu *fim* he a comunicação» (*GF*: 8) e é como processo comunicativo que a língua adquire a sua dimensão real, interagindo com o psíquico, fazendo despoletar tensões inconscientes ou apaziguando-as e pondo em ação o próprio jogo da existência humana. A língua e o silêncio – não o esqueçamos – já que linguagem verbal não escapa à dinâmica do *complexio oppositorum* que vemos existir no mundo natural.

A linguagem é sempre a linguagem de cada um de nós. Mas estamos em crer que os seus fundamentos radicam em zonas da psique que ultrapassam a esfera do individual. Reduzi-la a meros processos ‘maquinais’, tomando como modelo o funcionamento do computador é, pensamos, fazer um esboço grosseiro dos problemas e escamotear a sua verdadeira dimensão.

PARTE I

O CAMINHO DA GRAMÁTICA

La Grammaire est en effet une vaste région, qui n'est, pour ainsi dire, qu'aperçue: on n'en a guères connu jusqu'à présent que ce que les anciens géographes connoissoient de la terre.

Beauzée, *Grammaire générale*, «Préface», p. xxvii

E, na verdade, o primeiro principio de todos os estudos deve ser, a Gramatica da propria lingua.

Luís António Verney, *Verdadeiro Metodo de Estudar*, Tomo Primeiro, p. 8

Razão de Ordem

Apresentamos, na primeira parte deste trabalho, o longo percurso das gramáticas portuguesas, desde a primeira, escrita por Fernão de Oliveira, em 1536, até às atuais gramáticas de pendor teórico-explicativo. A Linguística, propriamente dita, tem no *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916) a sua pedra fundadora. A partir daí a análise das línguas naturais passa a constituir um domínio com estatuto próprio, institucionalizando-se e fazendo parte do tronco comum de muitos cursos universitários, o que tem originado uma considerável investigação e divulgação científicas. Para trás fica o caminho das gramáticas.

É certo que reflexões sobre a linguagem sempre as houve e a própria história da Filosofia é pródiga em exemplos de autores que, com maior ou menor desenvolvimento, refletiram sobre a linguagem: Leibniz no livro III dos *Nouveaux Essais sur l'Entendement Humain* (1765) apresenta um tratamento detalhado sobre as palavras; David Hume dedica, também, à linguagem algumas secções do *Treatise of Human Nature* (1739); Étienne Bonnot de Condillac fá-lo igualmente no *Essai sur l'origine des connaissances humaines* (1746); no século XIX, Charles Sanders Peirce atribui à linguagem uma focalização centralizadora, tanto nos seus escritos de pendor filosófico, como na própria *Semiótica*; já na Antiguidade, Platão, no *Crátilo* e no *Teeteto*, e Aristóteles, nas *Categorias* e em *De Interpretatione*, colocam a linguagem no centro das suas atenções e refletem sobre o 'discurso' (*logos*), a origem das palavras, as letras, as sílabas, as partes da oração, com especial destaque para nomes e verbos, as categorias... Mas digamos que, se estas reflexões acontecem de forma esparsa ao longo da história do pensamento ocidental como reflexões secundárias no conjunto de um determinado sistema filosófico, sempre coube à gramática o papel de centrar o que de essencial se ia sabendo sobre a linguagem, em geral, e sobre as várias línguas, em particular.

A importância que a Linguística tem, nos nossos dias, ao nível universitário e/ou de investigação, tinha a gramática até ao século XX, constituindo-se como disciplina obrigatória do *Trivium* estudado nas escolas medievais (a par da retórica e da dialética). Aconteceu, assim, a partir de Saussure, uma mudança terminológica: a *gramática* deu lugar à *linguística*. E esta mudança não é aleatória. O advento das 'ciências naturais', que começa a dominar o panorama intelectual da Europa a partir do século XVII, faz com que o estudo da linguagem

se torne cada vez mais ‘científico’ e menos prescritivo. Quer queiramos quer não, à *gramática* sempre vem associado o sentido de ‘regra’ ou de ‘preceito’ pelo que este seu caráter normativo não se coadunava bem com as características requeridas a uma ‘ciência’: conhecimento e explicação dos fenómenos e não apenas inventário de regras para o bem falar e escrever. A *linguística* vem, pois, satisfazer as pretensões científicas do estudo da linguagem, dilatando o campo reservado, durante séculos, à *gramática*.

Veremos, ao longo desta Parte I, que, ao centralizar a análise das várias línguas, a gramática sempre oscilou entre a prescrição e a especulação. João de Barros, na sua *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1540), estabelece claramente a diferença entre gramáticas especulativas e preceitivas: «Nam segũdo convẽ a órdẽ da Grãmatica especulativa, mas como requiere a preçetiva» (*GLP*: 60). Com efeito, refletir sobre a linguagem conduz frequentemente a demandas sobre a sua origem, os seus fundamentos, as relações entre linguagem e pensamento, pelo que não é raro encontrarmos nas gramáticas portuguesas estudadas algumas passagens de cariz mais especulativo. Diríamos, mesmo, que o caminho das gramáticas se tem feito no sentido de uma especulação crescente, como o comprovam as atuais gramáticas teóricas. Mas as teorias gramaticais acabam, depois, por se materializar em ‘constructus’ gramaticais concretos que ajudam a entender melhor o funcionamento das línguas e tentam explicar os seus usos. É por isto que à *gramática* sempre estará reservado um papel não negligenciável até porque, nos nossos primeiros anos, elas são o ‘leite da nossa criação’, parafraseando João de Barros. Sem conhecer bem uma língua na sua organização interna será, talvez, difícil pensá-la. Como assinala Amadeu Torres (1998: 27):

(...) a gramática que subiu as linhas da ciência precisa de servir-se das construções singelas e adequadas da empírica, para que a competência atinja finalmente o grau crítico e abrangente daquela, conferindo-lhe a complementação e o rigor próprios.

Incidimos a Parte I do nosso trabalho nas gramáticas portuguesas, cujo percurso histórico urgia fazer. Muitos estudos têm vindo a lume sobre este ou aquele autor, sobre este ou aquele período gramatical, estudos estes que, pela sua especificidade, ganham em profundidade de análise. Mas faltava uma perspetiva de conjunto e um delinear de traços evolutivos. As conceções de gramática foram mudando, ao longo dos tempos, acompanhando a própria evolução do pensamento humano. Escreve André Martinet que as *línguas mudam*

porque funcionam; diríamos nós, aqui, que a *gramática muda porque funciona*, porque continua a ser um conceito operativo.

Convém, no entanto, não esquecer que as gramáticas portuguesas, assim como as suas congéneres europeias, têm atrás de si uma longa tradição gramatical que remonta aos Gregos e Romanos – que verdadeiramente lançaram os pilares desta Arte ou Ciência. Aliás, o termo *gramática* provém originariamente da *grammatikè* grega, derivado de *gramma* que tinha o sentido de unidade mínima (ainda hoje usado como unidade de peso) e que, linguisticamente, dizia respeito ao estudo das letras, tomadas como unidades mínimas do discurso. A gramática era também, para os clássicos, sinónimo de «arte de bem falar e escrever» e tinha, como principal objetivo, fornecer instruções ou normas para o bom uso da língua grega ou latina. Inicia-se, assim, na Antiguidade Clássica uma tradição normativa de gramática, seguida de perto pelos primeiros gramáticos portugueses. Aristóteles, Dionísio de Trácia, Aristarco, Quintiliano, Varrão, Donato e tantos outros constituíram, decerto, para os nossos gramáticos, fonte de inspiração. O próprio Fernão de Oliveira, na sua gramática, cita indiretamente grandes nomes da cultura clássica, como Plínio (segundo capítulo), Ptolemeu (segundo capítulo), Xenofonte (quinto capítulo), Homero (quinto capítulo), Suetónio (quinto capítulo), Quintiliano (quinto capítulo), Catão (quinto capítulo), Crates (quinto capítulo), usando quase sempre estas referências como ‘argumentos de autoridade’. Assim, considerando que os nossos primeiros gramáticos tomaram como *background* linguístico muitos autores gregos e latinos apresentaremos, de seguida, de forma abreviada, o percurso da gramática na Antiguidade Clássica.

Se a história da humanidade se faz entre a preservação e o acrescento, como sustenta Paul Ricoeur, esta primeira parte terá, também, o intuito de preservar o nosso legado gramatical, até porque sempre a história nos ensina e aconselha. Remontando às origens, o caminho assentará em bases mais sólidas e evitaremos cair em sectarismos ou parcialidades. Almejemos, pois, «quelque chose de plus intime, à savoir l’attache de l’arbre à ses racines» (Ricoeur [1991] 2013: 25).

CAPÍTULO I – AS ORIGENS DA GRAMÁTICA

Não é uma tarefa fácil investigar as origens de uma determinada ciência. Logo à partida, deparamos com a fragilidade e, mesmo, inexistência das fontes documentais. Como sabemos, a Antiguidade constituiu um período muito longo no tempo e, também, muito extenso no espaço o que torna difícil a completa atestação das fontes – agravado pelo facto de, nesse período, não existir ainda a imprensa e de os raros originais terem estado sujeitos a várias cópias, comentários, acrescentos o que, provavelmente, contribuiu para desvirtuar os textos primevos. Felizmente, em relação à Antiguidade, muitos estudos já foram feitos o que nos confere uma relativa segurança na abordagem destas matérias.

Feitas estas ressalvas, devemos começar por dizer que um dos *leitmotiv* deste capítulo foi o de tentar chegar até ao primeiro texto gramatical, estabelecendo como limite temporal a antiga Grécia.¹ É certo que, anterior aos primeiros textos linguísticos gregos, se conhece a gramática de Pānini denominada *Oito Livros* (Asta-dhyayi), escrita em e sobre o *sânscrito*. Composta por um conjunto de 400 aforismos ou *sutras*, esta obra, pelo estilo adotado, facilitava a interiorização das regras gramaticais da língua culta dos antigos hindus.² Poderemos falar aqui de descrição e não de prescrição, já que Pānini apresenta os vários contextos morfofonológicos da língua. Um exemplo: «When the tense-affixes of the Pefect follow, there is a reduplication of the root, wich is not already reduplicated» (Pānini [V-IV a.C.] 1897: 1040). Também podemos nela encontrar a descrição de usos linguísticos de diferentes regiões da Índia. O seu autor, que viveu nos séculos V e IV a.C., foi considerado por P. Thierne como o «Homero da Linguística» (Assunção e Fernandes 2007: xlvi). Pānini cita 68 gramáticos que o antecederam e sintetiza, nesta obra, toda uma tradição (oral) da gramática indiana. Provavelmente, um dos seus objetivos era o de preservar aquela que era considerada a língua dos deuses.³ Esta gramática apenas foi conhecida na Europa através da tradução de Böhtlingk, publicada, em Leipzig, entre 1837 e 1840. Digamos que ela pouco

¹ É estabelecido este limite por reconhecermos que a tradição escolar e/ou académica do ocidente remonta aos antigos Gregos, cuja *intelligenza* lançou os pilares da nossa atual e complexa civilização ao valorizar o pensamento, a reflexão e o estudo – conquanto a estética e o louvor ao Belo fizesse, também, parte dos seus interesses.

² O *sânscrito* teve, na Índia, um papel semelhante ao *latim*, na Europa. Correspondeu à língua instruída e o seu conhecimento era uma marca distintiva de classe social e de educação. Grande parte das preces e da antiga liturgia hindu está escrita em sânscrito. Esta linguagem culta coexistiu com os chamados *prácritos* ou vernáculos que deram origem às línguas indo-arianas modernas tal como o hindí, o nepali, o assamês ou o bengali.

³ O *devanāgarī*, sistema de escrita silábica do sânscrito, compõe-se de *deva* (“deus”, “sacerdote”) e de *nāgarī* (“urbana”). Seria, assim, a escrita [urbana] dos deuses.

influenciou a gramatologia europeia, exceto no século XIX, pelo incremento que foi dado ao estudo do *sânscrito* e à análise comparada dos idiomas antigos. Assim sendo, o limite temporal que acima propusemos – o da antiga Grécia – fica justificado pela importância basilar que os autores gregos tiveram no desenvolvimento da historiografia linguística europeia.

Situando-nos, então, no mundo helénico e, apesar das origens quase sempre se apresentarem como um horizonte indistinto, coberto de nuvens de incerteza, as nossas pesquisas conduziram-nos a um período relativamente difuso, o qual coincidiu com o aparecimento da própria filosofia no mundo ocidental, por volta dos séculos IV-III a.C. Mais concretamente, os primeiros textos versando sobre questões especificamente linguísticas foram escritos pelos estóicos – escola de pensadores fundada por Zenão de Cítia⁴ (séc. III a. C.), um cipriota que resolveu formar a sua própria escola filosófica depois de ter chegado a Atenas e tomar contacto com a filosofia socrática (que considerava cínica). Inicialmente esta escola funcionava numa *Stoá poikíle*, expressão que significa “pórtico pintado” e de onde deriva a designação *estóico*. A Zenão de Cítia sucedeu Cleantes e Crisipo (280-205 a.C.). É a estes dois últimos atribuído um tratado de retórica e outro sobre sintaxe, tanto quanto nos testemunha Dionísio de Halicarnasso. Os estóicos são responsáveis por uma relativa autonomização da gramática no seio da filosofia. Como assinala R.H. Robins (1951: 25):

It was with the Stoics that grammar made its first big advances; they were indeed the last thinkers to deal with grammar as part of philosophy. Thereafter, though throughout influenced by its philosophical upbringing, grammar was studied as a separated branch of Knowledge, until a synthesis was again attempted in the Scholastic period.

Aos estóicos se deve um conjunto de reflexões gramaticais que serviram de base para o estudo da gramática nos séculos posteriores. Eles estabelecem a distinção entre os conceitos de ‘significador’/ significado, forma / sentido, inerência / exteriorização. Na medida em que tentavam descobrir paralelos entre o mundo físico e a linguagem, as partes do discurso eram designadas por *elementos*. Assim, os primeiros estóicos consideravam quatro ‘elementos’ no

⁴ Zenão de Cítia, cipriota, nascido por volta de 333 a.C., chega a Atenas em 311. Ao fundar a escola *Stoá poikíle* (“pórtico pintado”) dá origem ao estoicismo, como corrente filosófica. A filosofia estóica vê o universo como um todo harmonioso regido por um princípio ativo, o *logos* cósmico e universal.

discurso: nome, verbo, conjunção-preposição e artigo. Os *nomes* eram tomados como “qualidades significantes”, sendo que os nomes próprios designavam “qualidades individuais” e os nomes comuns “qualidades gerais”. As *preposições*, para os estóicos, eram uma junção de preposição-conjunção, ou seja, incluíam todos os elementos que servem para ligar as várias partes do discurso. Aliás, note-se que, ainda hoje, certos elementos como *até*, *antes*, *depois* suscitam alguns problemas de categorização exatamente por funcionarem às vezes como preposições e outras vezes como conjunções.

Os estóicos deram, também, grande desenvolvimento às chamadas categorias gramaticais secundárias (assim designadas por oposição às categorias primárias que são as partes da oração): número, género, caso, voz, tempo e modo verbais. Em relação ao *número*, consideravam que deveria observar-se concordância entre o número do nome e do verbo; se isso não acontecesse, ocorreriam as chamadas ‘anomalias’ gramaticais. Tanto quanto se sabe o género *neutro* foi introduzido pelos estóicos. Desde Aristóteles que o *caso* era designativo das declinações nominais, dos derivativos e até das flexões verbais; os estóicos vão limitar a categoria secundária do *caso* às declinações nominais (e, por adjacência, aos artigos e pronomes). O *nominativo* era considerado o caso ‘normal’ e os restantes (acusativo, genitivo, dativo e outro) eram considerados ‘oblíquos’ talvez porque não se relacionassem com o sentido do nome, mas com as relações entre o nome e outras palavras da frase (verbos, preposições).

Em relação ao verbo, os estóicos apresentaram definições para a *voz ativa* e *voz passiva* e refletiram, também, na noção de *verbo intransitivo*. O *modo* verbal era estudado segundo os vários tipos de frases que podiam ser usadas na comunicação (afirmação, pergunta, ordem, etc.) sem nunca terem chegado a uma verdadeira classificação tal como hoje existe (indicativo, conjuntivo, imperativo). Em relação ao *tempo* verbal, consideravam quatro tipos: presente contínuo (*vou escrever*), presente perfeito (*escrevi*), passado contínuo (*estava a escrever*) e passado perfeito (*escrevera*).

Assim delimitadas as origens, convém dividir a produção linguística antiga em três períodos: o da Antiguidade Grega, a produção latina correspondente ao Império Romano e, finalmente, uma fase tardia da Antiguidade de expressão latina. De uma forma genérica, ao longo destes três períodos, verificamos *pari passu* uma gramaticalização crescente ou, se quisermos, um aumento da importância e do prestígio atribuído aos estudos gramaticais.

Sylvain Auroux, referindo-se à produção gramatical da Antiguidade tardia, sustenta mesmo que «C'est aux sciences du langage que l'on doit la première grande révolution scientifique du monde moderne» (Auroux 1992: 11).

Nos seus primórdios, como atrás referimos, as reflexões linguísticas aconteceram no seio da Filosofia, sendo dela apenas uma exercitação específica – aquela que dizia respeito à linguagem. Assim aconteceu com os filósofos materialistas (atomistas) anteriores a Sócrates, como Demócrito, Heraclito, Empédocles, Leucipo ou Anaxágoras, que tendem a identificar no mundo físico os seus elementos mínimos fazendo a correspondência com as *letras* no discurso. Também Sócrates, Platão e Aristóteles nos deixaram algumas reflexões linguísticas importantes e, de certo modo, determinantes para o desenvolvimento posterior da ciência da linguagem, mas que, no conjunto da produção intelectual destes autores, poderemos classificar de secundárias, uma vez que os seus objetivos eram essencialmente lógicos, filosóficos, metafísicos, retóricos. Mesmo assim, a Sócrates e Platão, no *Crátilo* (um dos mais antigos textos de incidência linguística), se deve a exposição clara de uma questão linguística que dominou o panorama gramatical antigo: a célebre querela entre *naturalistas* e *convencionalistas* – os primeiros, defensores da tese da origem natural (*physis*) e, nalguns casos, transcendente dos nomes e os segundos, que viam na denominação apenas o resultado de uma convenção arbitrária feita pelos homens (*nomos*). A posição de Sócrates consiste em considerar que cada ser tem um nome próprio por natureza, não sendo arbitrário o nome com que designamos as coisas; aliás, os nomes teriam por missão a imitação da natureza das coisas. Para Sócrates a atribuição dos nomes é ao mesmo tempo divina e humana: há nomes que foram inicialmente atribuídos pelos Deuses e outros forjados pelo “legislador” dos nomes o qual é visto como «o mais raro dos artistas que surgem entre os homens» (*Crátilo*, 389a). O “legislador” é geralmente auxiliado pelo dialético. A ambos compete dar forma aos nomes através das letras e sílabas adequadas. Esta tese, à primeira vista sedutora, não alude nem explica, no entanto, a existência de diferentes palavras (significantes) em diferentes línguas para designar os mesmos seres (*mulher, mujer, woman, femme*, etc.) – o que supostamente contraria a ideia de uma natureza intrínseca dos nomes. Lembremo-nos de que, à época, poucas mais línguas se conheciam para além do Grego, o que ajudava a corroborar esta ideia. Nos dias de hoje, dada a grande diversidade de línguas existentes, esta tese é pouco sustentável.

A Aristóteles, nas *Categorias*, se deve uma primeira reflexão sobre as categorias do pensamento⁵ que terão servido de base para a estipulação posterior das várias partes da oração. Esta obra evidencia que a classificação das várias partes da oração se deve, na sua origem, a critérios lógico-filosóficos mais do que a critérios estritamente gramaticais. Como refere Robins (1951: 18): «(...) the first ‘parts of speech’ or word-classes were isolated on logical and not formal criteria». Também a Aristóteles (em *De Interpretatione*) se deve a identificação do *nome* e *verbo* como partes principais da proposição, a ‘oratio’ tomada como *síntese* entre o nome e o predicado, a divisão das expressões que dizemos em dois grandes grupos (expressões ‘com enlace’ ou ‘por combinação’, como *o homem corre* e expressões ‘sem enlace’ ou ‘sem combinação’, como *homem, boi, cavalo*). Este autor legou-nos, ainda, uma marcante visão filosófica do mundo, que perdurou durante vários séculos, e que, gramaticalmente, é responsável pela dicotomia *substância / acidente*, patente no tratamento das várias partes da oração ao longo dos tempos (em numerosas gramáticas antigas, o tratamento das partes da oração começa com a sua definição a que se segue a análise dos seus acidentes). A Filosofia (todos os autores atrás citados foram, fundamentalmente, filósofos) foi, portanto, o berço dos estudos linguísticos assistindo-se, depois, progressiva e lentamente, a um processo de autonomia e de especialização. Ouçamos Jean Collart (1954: 1-2):

Ce goût de la spécialisation qui nous paraît aujourd’hui la seule attitude possible et la seule fructueuse n’était pas en général celui des anciens. Cela tient à ce que la grammaire ne s’est dégagée que très lentement des disciplines qui l’ont fait éclore: philosophie, critique et rhétorique. Le

⁵ As categorias analisadas por Aristóteles são as seguintes: 1. *Substâncias* («aquilo que nem é dito de algum sujeito nem existe em algum sujeito, como, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo» (1b12-13). Aristóteles distingue entre *substâncias primeiras* - os seres em si - e *substâncias segundas* - as espécies e os géneros a que as substâncias primeiras pertencem. Por exemplo, *um certo homem* pertence à espécie ‘homem’ e ao género ‘animal’. Assim, ‘homem’ e ‘animal’ são substâncias segundas. Algumas propriedades das substâncias: é próprio das substâncias não existirem em nenhum sujeito; todas as substâncias parecem significar um certo ‘isto’; não têm contrário, mas podem receber contrários (um homem que é uno pode mau ou bom); não admitem mais nem menos (um homem não é mais homem agora do que antes). 2. *Quantidades* discretas ou contínuas. Os números e a linguagem são tomados como quantidades discretas. As quantidades não têm qualquer contrário (não existe o contrário de dois, por exemplo), nem admitem mais e menos (não se pode dizer que um três é mais três do que um cinco). 3. *Relativos* - todas as coisas que são ditas *de* ou *em relação a* outra coisa, como ‘maior’, ‘dobro’, posição, etc. Os *relativos* admitem contrário. Alguns admitem mais e menos (*semelhante* pode ser mais ou menos semelhante), mas outros não (o *dobro* não é mais nem menos dobro). 4. *Qualidade* «aquilo em virtude do qual as coisas são ditas ser qualificadas de certo modo» (8b25-26). Existem várias espécies de qualidades: estados e disposições; as que nos permitem chamar às pessoas pugilistas ou corredores; qualidades afetivas e afeções (doçura, amargura, acidez, calor, frio); a figura e a forma exterior de cada coisa (retangular, quadrado). As qualidades podem ter contrários e admitem mais e menos. 5. *Fazer e ser afetado*. Sobre esta categoria pouco nos é dito excepto que admite contrários e, também, mais e menos.

grammairien de l'Antiquité sort souvent de la sphère grammaticale; mais inversement, le philosophe le rhéteur, le critique, le poète font de la grammaire. La grammaire, science tard venue dans l'histoire des sciences (...) n'acquiert qu'à la longue son autonomie et ses méthodes. Jusqu'à Varron elle est un peu le domaine de tout le monde, un terrain d'exercice ouvert à tous comme un gymnase et où chacun peut se livrer selon ses goûts aux spéculations philologiques.

Claro que o legado linguístico de um Apolónio Díscolo (talvez o mais paradigmático gramático antigo) e mesmo a gramática de Dionísio de Trácia nos levam a concluir acerca da crescente importância e autonomia dos estudos gramaticais. No entanto, estes estudos tinham, sobretudo, propósitos filológicos, ou seja, serviam de auxiliar para a interpretação de poetas e escritores como, aliás, é assinalado por Dionísio de Trácia ([II a.C.] 1989: 41) quando enuncia as várias partes da gramática:

Elle a six parties: premièrement, la lecture experte respectueuse des diacritiques; deuxièmement, l'explication des tropes poétiques présents (dans le texte); troisièmement, la prompte élucidation des mots rares et des récits; quatrièmement, la découverte de l'étymologie; cinquièmement, l'établissement de l'analogie; sixièmement, la critique des poèmes – qui est, de toutes les parties de l'art, la plus belle.

Como podemos facilmente imaginar, a autenticidade dos textos e dos autores antigos era qualquer coisa de bastante questionável pelo que, muitas vezes, só um aturado esforço de comparação entre vários textos permitia concluir acerca desta ou daquela autoria. O incremento desta atividade filológico-comparativa deve, também, ter contribuído para o surgimento de textos especificamente linguísticos. Como assinala Dolores Gavilán, a gramática da Antiguidade «se reparte entre dos polos: enseñar a hablar y escribir correctamente y la interpretación de los poetas» (1989: 54). A *tékhne grammatiké* vai sistematizar os conhecimentos gramaticais a partir dos textos literários com o objetivo concreto de interpretar devidamente os autores clássicos: «Es más, como afirma Plagiario, la Gramática no era diferente, en sustancia, de la Filología» (Gavilán 1989: 52). Mas detenhamo-nos um pouco mais nestes dois autores – Dionísio de Trácia e Apolónio Díscolo –

cujas obras perduraram como matriz gramatical ao longo de vários séculos.

Dionísio de Trácia aparece nos finais do século II a.C. e ficou conhecido como gramático. Embora haja dele poucos testemunhos biográficos, provavelmente nasceu em Alexandria e foi aluno de Aristarco – um dos mais célebres gramáticos gregos. Em 144 deixou Alexandria e foi para Rodes onde introduz o ensino da filologia (*grammatiké*) tal como ela foi praticada pelos grandes mestres alexandrinos. Foi professor entre os anos 100-90, tendo ensinado o gramático Tiranio (‘o Antigo’) e Aelius Stilo. É-lhe atribuída a elaboração de uma gramática que Sextus Empiricus (séc. II d. C.) denomina de *Préceptes*. Para além disto, foi, sobretudo, um intérprete de Homero, escrevendo comentários sobre a *Íliada* no que diz respeito à forma e à interpretação. Escreve ainda alguns tratados: “Sobre a ortografia”, “Sobre as quantidades”, “Contra Crates”. A gramática de Dionísio de Trácia é um compêndio que materializa séculos de reflexões sobre questões que vinham adquirindo um estatuto próprio: a *arte da gramática*. Não se poderá considerar um tratado gramatical exaustivo, mas antes um simples manual feito de compilações e denotando pouca criatividade.

O ‘núcleo duro’ desta obra é constituído, fundamentalmente, pelo estudo das partes do discurso, apresentadas de forma sistemática e especificamente linguística, como nunca antes tinha sido feito e que perdurará como matriz classificatória ao longo de vários séculos, com variações pontuais neste ou naquele autor. Nos capítulos 12 a 20 da *Tékhne* são analisadas oito partes da oração, a saber: *nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção*.⁶ Sobre a palavra (*léxis*) é dito que constitui a mais pequena parte da frase, sendo esta última tomada como «une composition en prose qui manifeste une pensée complète» (Trácia [II a.C.] 1989: 49). Celso Cunha e Lindley Cintra aproximam-se, ainda hoje, desta definição: «Frase é um enunciado de sentido completo» (Cunha e Cintra [1984] 1987: 119).

A gramática seria «la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et les prosateurs» (Trácia [II a.C.] 1989 : 41). Esta definição sugere três reflexões:

(i) Deixa implícito que a norma linguística a seguir seria a dos poetas e prosadores – aqueles que melhor uso da língua fazem;

(ii) O carácter *normativo* da gramática, reforçado numa outra passagem, quando a propósito da leitura se diz que «La lecture est la prononciation impeccable des poèmes ou des

⁶ A seguir ao verbo, aparece uma secção dedicada à *conjugação* («De la conjugaison», *op. cit.*, p. 57), a qual não poderá, propriamente, ser considerada uma parte da oração.

écrits en prose» (Trácia [II a.C.] 1989: 41);

(iii) A gramática era considerada um *conhecimento empírico*. Este conceito deve-se, talvez, a Platão que distinguia entre *empeiria* [ἐμπειρία] (conhecimento empírico), *tékhnē* [τέχνη] (arte) e *epistēmē* [ἐπιστήμη] (ciência). Estes três níveis implicam uma ordem de racionalidade crescente: a *empeiria* incidia sobre o conhecimento fundado na experiência; a *tékhnē* implica já uma certa conceptualização indutiva; a *epistēmē* implica o pensamento abstrato. Assinale-se, contudo, que, à época, o estatuto da gramática oscilava entre a *empeiria* e a *tékhnē*, como o atesta Sexto Empírico (séc. II a.C.), dando conta do debate em torno da definição de gramática (Santos 2010).

Deve-se, ainda, a Dionísio de Trácia uma interessante explicação para o termo *letra* (*grámmata* em grego). Designam-se *grámmata* (γράμματα) porque eram formados por *grammaîs*, equivalente a tracejado. Assim, vemos ser a atividade de tracejar ou de escrever que dá origem à gramática.

Apolónio Díscolo (Apollonius Dyscolus, provavelmente, na sua versão latina, visto existirem variadas grafias para o nome) foi um proeminente gramático helénico cuja obra viria a marcar posteriores gramáticos como, por exemplo, o latino Prisciano que chega mesmo a escrever «Appollonius, cuius auctoritatem in omnibus sequendam putavi» (*apud* Bécaries 1987: 31). Sabemos que escreveu uma vasta obra gramatical da qual se conservaram basicamente tratados sobre o pronome, o advérbio, a conjunção e uma obra de grande envergadura, a *Perì syntáxeos*, traduzida por *Sintaxis*. Apolónio Díscolo nasce, provavelmente, nos últimos anos do século I d.C., o que coincide com a chegada ao poder dos Antoninos. Era de origem alexandrina e foi apelidado de «Díscolo» (ὁ δύσκολος) porque era considerado difícil (nas ideias? no carácter? na obra? – ficam as questões). Ao que consta não foi um homem afortunado no plano material, aventando-se a hipótese de ter escrito algumas obras em cerâmica por não ter dinheiro para comprar rolos de papiro. A obra de Apolónio Díscolo deixa transparecer influências de gramáticos anteriores, a que ele próprio se refere, como é o caso de Zenódoto, Aristarco, Dionísio de Trácia ou Dídimos e destaca-se no panorama filológico da Antiguidade pela exaustividade e profundidade que confere aos temas tratados. Se a gramática de Dionísio de Trácia se apresenta como um simples manual escolar, bastante sintético (como era apanágio de muitos tratados e gramáticas antigas), a *Sintaxis* de Apolónio contrasta com a primeira de uma forma inequívoca. Poderemos nela vislumbrar

uma orientação *normativa* no sentido em que os usos descritos se pautam sempre pela correção linguística, mas não se esgota nisso: é característica desta obra uma permanente e lúcida procura de argumentos que justifiquem as construções analisadas. A filosofia gramatical de Apolónio poderá sintetizar-se nos pontos seguintes:

(i) A utilidade deste tipo de estudo é remetida para a interpretação dos poemas (sobretudo de Homero), aproximando-se da tradição filológica alexandrina.

(ii) Perspassa toda a obra uma perspectiva *platónica* e/ou *arquetípica* da linguagem. A começar pelo conceito de *oração perfeita* – aquela em que as partes se encontram coerentemente organizadas com vista ao significado final: «com vistas a la coherencia de la oración perfecta» (Díscolo [II d.C.] 1987: 73); depois pela primazia dada à *substância* sobre os *acidentes*; ainda pela aproximação às teses do *Crátilo* de Platão quando frequentemente emprega o verbo *idear* pressupondo que houve um idealizador das palavras, como o atesta a seguinte passagem: «los pronombres fueron ideados para acompañar al verbo» (Díscolo [II d.C.] 1987: 83).

(iii) Apolónio apresenta uma visão paralelística da língua ao considerar que, aos vários níveis, ocorrem processos semelhantes, ou seja, todos eles obedecem a uma ‘ordem necessária’. Assim, não é ao acaso que as letras se juntam para formar sílabas, o mesmo acontecendo com as sílabas para formar palavras e com as palavras para formar frases. Aliás cada palavra é tomada como ‘uma letra da oração’ (Díscolo [II d.C.] 1987: 74). Tudo isto faz apelo à noção de *combinação*, a qual é vista como ‘necessária’ e não aleatória.

(iv) A relação que existe entre as vogais e as consoantes (as primeiras possuem som em si próprias e as segundas não têm pronúncia definida sem as vogais) vê Apolónio existir, também, entre as várias partes da oração: umas podem pronunciar-se sozinhas como é o caso de *verbos*, *nomes*, *pronomes* e *advérbios*; outras precisam destas para se pronunciarem como acontece com as *preposições*, *artigos* e *conjunções*.

(v) As várias partes da oração aparecem rigorosamente hierarquizadas até porque a sua ordem deve ‘imitar a oração perfeita’ (mais um rasgo platónico dado pelo conceito de ‘imitação’). Assim, as duas principais são o *nome* e o *verbo* e a explicação para isto parece bastante plausível: se uma frase tiver todas as partes da oração, excepto o nome e o verbo, ela torna-se defeituosa ou incompleta, o que já não acontece se lhe faltarem as outras partes. Entre nome e verbo, o *nome* aparece primeiro já que «el ser agente y ser paciente es cosa propia de los cuerpos; y a los cuerpos es a lo que se impone los nombres, de los que nace la

propriedad del verbo, esto es, la acción o la pasión» (Díscolo [II d.C.] 1987: 82).⁷

(vi) Segue-se a apresentação ordenada das restantes partes que são: *particípio*, *artigo*, *pronome*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção*, contabilizando oito partes no total. Os argumentos adiantados para esta ordenação têm, no nosso entender, toda a pertinência linguística. O *particípio* é colocado em terceiro lugar porque é «resultante del acuerdo de los caracteres de ambas, del mismo modo que después del masculino y del femenino viene el negativo de éstos, el neutro» (Díscolo [II d.C.] 1987: 85). O *artigo* vem em quarto lugar porque mostra dependência relativamente às partes anteriores e porque se afasta do pronome, o qual não admite artigos. O *pronome* ocupa o quinto lugar uma vez que substitui o nome e seus ‘satélites’ sendo que «lo que se emplea en sustitución de algo implica una construcción posterior» (Díscolo [II d.C.] 1987: 86). A *preposição*, porque pode antepor-se às partes da oração referidas anteriormente, implica que seja posicionada depois delas: «luego, por su origen, es posterior, aunque en la sintaxis sea anterior» (Díscolo [II d.C.] 1987: 87). O *advérbio* é tomado como ‘adjetivo do verbo’ e, como o verbo vem depois do nome em importância, o advérbio aparece depois da preposição «la qual precede al nombre, sea en composición, sea en aposición» (Díscolo [II d.C.] 1987: 88). Finalmente, a *conjunção* pressupõe que existam todas as outras partes, uma vez que faz a ligação entre elas: a conjunção «nada podría significar sin la materia de las palabras, al igual que las ataduras de los cuerpos físicos de nada servirían si no existiesen los propios cuerpos que atan» (Díscolo [II d.C.] 1987: 88).

(vii) O *nome* e o *verbo* determinam as relações sintáticas no interior da frase: «el resto de las partes de la oración entran en relación sintáctica ya sea con el verbo, ya con el nombre» (Díscolo [II d.C.] 1987: 91).

(viii) O pronome relativo é um conetor que facilmente pode dar origem a duas orações distintas (ideia que virá a ser retomada na *Grammaire de Port-Royal*). Exemplo: *Veio um gramático que falou* é sintaticamente equivalente a *Veio um gramático e ele falou*.

(ix) A *elipse* é tomada como uma construção que respeita o princípio da perfeição da frase, uma vez que repetir elementos desnecessários resulta em defeito.

A *Sintaxis* de Apolónio constitui uma obra de referência na produção gramatical helénica pela sua extensão, pela profundidade das análises, pela proliferação de exemplos, pela lógica argumentativa. Muitos gramáticos se lhe seguiram e nela buscaram inspiração,

⁷ Ressalta daqui a ideia de que os *nomes* designam *corpos* que terão a propriedade de ser agentes ou pacientes; os *verbos* designam a *ação* sobre os corpos.

como Prisciano, el Brocense, Nebrija (indiretamente através de Prisciano) para referir apenas alguns dos mais conhecidos.

Para concluir esta breve resenha da antiguidade grega devemos assinalar que, mesmo do ponto de vista académico, não vemos existir, na antiga Grécia, uma tradição no ensino da gramática, sendo, antes, privilegiadas disciplinas como a Lógica, a Física, a Metafísica, a Retórica ou a Dialética. A fixação do grego em gramáticas prende-se, muitas vezes, e tão só com a preservação do idioma, pelo menos da norma culta, a fim de impedir a sua degradação: «they felt it their duty to find out how Greek *should* be written and spoken, and so fix it in that form, unchanging» (Robins 1951: 38).

Com os Romanos, este estado de coisas muda bastante de figura. Confirmando Antonio de Nebrija quando dizia que «siempre la lengua fue compañera del imperio» (Nebrija [1492] 1989: 109), os Romanos desde cedo mostraram grande preocupação em preservar e divulgar o seu idioma, mostrando ter consciência do poderoso meio de unificação e de identidade cultural que é a língua. É assim que assistimos ao aparecimento de numerosas escolas e professores de gramática, os quais se faziam pagar pelas suas lições como Aelius Stilus, professor de Cícero e de Varrão, Cratès, Aurelius Opillus, Cornelius Epicadus ou Quintus Catulus. Com a consolidação do Império, incrementa-se o interesse por questões centradas na etimologia e/ou origem dos vocábulos, tornando-se o tratamento destas questões uma autêntica moda que contagia os próprios soberanos – Júlio César, por exemplo, escreve *De Analogia*, estudo de carácter etimológico. Cícero, célebre advogado e orador, mostrou-se também atento às questões da língua. Varrão, considerado o mais erudito dos romanos, deixou-nos um longo e exaustivo estudo sobre etimologia do latim (*De Lingua Latina*), embora recorra, muitas vezes, à especulação nas suas análises (como talvez seja o caso da origem de *verbum* que ele atribui a *verum boare*, expressão que significa ‘clamar a verdade’).

Quintiliano, com a sua obra magna *Institutionis Oratoriae* (93 d.C.), deixa claro que se a Filosofia dominou o panorama intelectual da antiga Grécia, a Oratória e a Retórica assumiram o mesmo protagonismo no mundo romano. Lembremo-nos que o forte incremento dado, pelos romanos, ao Direito ou à Administração Pública faz, naturalmente, privilegiar as qualidades de um bom orador. Fica, aliás, neste autor, patente que a gramática e o seu conhecimento deve, sobretudo, servir para fornecer bases sólidas ao futuro orador: «Or, si

l'on n'a pas jeté pour la formation du futur orateur des fondations assurées, toute la superstructure s'écroulera» ([93 d.C.]1975: 79). Para Quintiliano a gramática divide-se em duas grandes partes: correção da expressão oral e comentário dos poetas, embora antevêja uma profundidade maior neste tipo de estudo: «Donc, cet enseignement, malgré sa division très sommaire en deux parties, correction de l'expression orale et commentaire des poètes, a plus de richesse dans son arrière-plan qu'il n'en promette en façade» (Quintiliano [93 d.C.] 1975: 78).⁸ Os fundamentos da linguagem são, na opinião do autor, o raciocínio, a antiguidade, a autoridade e o uso. O raciocínio manifesta-se na etimologia/analogia; a antiguidade confere à linguagem magestade e valor religioso; a autoridade deverá ser a dos poetas e grandes mestres; finalmente o uso, nas palavras do autor, é «le maître le plus sûr du parler» (Quintiliano [93 d.C.] 1975: 106) o qual não deverá ser o da maioria das pessoas, mas o dos mais instruídos: «Si nous appelons ici la pratique de la majorité, nous donnerons un conseil très dangereux pour le langage, mais aussi pour la vie (...)» (Quintiliano [93 d.C.] 1975: 116).

Lucrécio (91-57 a.C.), em *De Natura Rerum*, vai condensar as teorias dos filósofos atomistas gregos e aplicá-las à linguagem. Para este autor, a linguagem surge *natural* e *necessariamente* no homem, não sendo por isso nem uma exclusiva convenção humana nem uma emanção divina. Tal como todo o mundo físico, ela é constituída por átomos que são as letras, na escrita, ou os sons, na fala.

Digamos que este interesse pelas questões linguísticas, se veio dar um grande desenvolvimento à pesquisa etimológica, deixou um pouco inerte o universo gramatical propriamente dito. Com efeito, os latinos poucas inovações fizeram relativamente às gramáticas gregas, notando-se, sobretudo, um esforço de transposição do que tinha sido feito para o grego, desta feita para o latim. O mais acabado exemplo disto são as *Institutionum Grammaticarum* de Prisciano (séc. VI d.C.) que viriam a ser tomadas como modelo gramatical durante toda a Idade Média. Partindo inicialmente do propósito de transpor para o latim os ensinamentos de Apolónio Díscolo, o autor redige 18 livros cuja principal novidade é o tratamento relativamente autónomo dado à sintaxe (nos dois últimos livros), o que não era

⁸ Quintiliano vê no estudo da gramática uma forma de aguçar e refinar a inteligência, sendo digna de transcrição a seguinte passagem: «Donc, ne dédaignons pas, comme peu importants, les éléments de la grammaire, non qu'il soit très difficile de distinguer les voyelles des consonnes, et de diviser ces dernières en semi-voyelles et en muettes, mais parce qu'en pénétrant, pour ainsi dire, dans l'intimité de leur sanctuaire, on y découvrira bien de finesses, capables d'aiguïser l'intelligence enfantine, et même d'exercer l'érudition et la science les plus profondes.» (Quintiliano [93 d.C.] 1975: 79).

vulgar fazer-se. Para Prisciano, numa frase importa não só o valor das palavras, mas também a sua função que é o resultado de combinações particulares de vocábulos. Tal como acontece com o seu mentor (Apolónio), a ‘teoria’ gramatical de Prisciano vem imbuída de platonismo, como o demonstra a noção de *oração perfeita*.

Durante a Antiguidade tardia, a gramática institucionaliza-se e adquire, como nunca, uma feição marcadamente didática e pedagógica. Aelius Donatus (séc. IV d.C.) aparece já nesta fase e escreve, basicamente, dois textos gramaticais – *De Partibus Orationis Ars Minor* e *Ars Grammatica* – os quais resumem, de forma sintética, o que era suposto saber acerca da voz, da letra, da sílaba, do pé, da pontuação, das partes da oração e ainda de certos vícios de linguagem como solecismos ou barbarismos. Os estilos adotados nos dois textos são diferentes: a *Ars Grammatica* desenvolve-se de uma forma expositiva enquanto a *Ars Minor* consiste numa sequência de perguntas e respostas sobre as oito partes do discurso⁹ (estilo, provavelmente, mais eficaz do ponto de vista pedagógico). Criatividade ou inovação não serão, talvez, as características que melhor definem estes textos que, sobretudo, primam pela concisão e esquematismo das classificações propostas. Poderíamos dizer que eles constituem o paradigma gramatical escolástico por excelência que vigorou nas escolas medievais. Muito pouco de especulativo neles podemos encontrar: definições de gramática ou referências às suas partes são, por exemplo, inexistentes. Se os compararmos com a obra de Apolónio Díscolo, poucas semelhanças iremos encontrar embora Apolónio, ainda que indiretamente, se mostre sempre presente nesta ou naquela definição, nesta ou naquela classificação. Para além destes textos, atribuem-se, ainda, a Donato comentários sobre Virgílio e Terêncio (*commentarii Virgiliani* e *comenta Terentii*). Um dos seus alunos foi Eusebius Hieronymus – mais tarde conhecido por S. Jerónimo – a quem se deve o pouco que sabemos acerca do autor. A *Ars Minor* acabaria por servir de modelo a numerosas gramáticas elaboradas durante este período, tendo conhecido uma ampla divulgação. É deste modo que vemos surgir, posteriormente, muitos textos gramaticais de diversos autores, como Audax, Scaurus, Palladius, Charisius, Sacerdos, Diomedes, que, no fundo, acabam por constituir variações pouco inovadoras de Donato ou de Prisciano.

O período medieval não é particularmente criativo em gramática, talvez devido ao carácter *escolástico* do ensino que tendia a valorizar o ‘saber-de-cor’ mais do que a reflexão

⁹ Ex.: «Nomini quod accidunt? Sex. Quae? Qualitas, comparativo, genus, numerus, figura, casus»

sobre as matérias. É disto exemplo o *Doctrinale*, texto gramatical escrito em verso para facilitar a memorização, da autoria do francês Alexandre de Villedieu, datado de 1199. Esta obra constitui-se como o manual mais popular para os estudantes de gramática latina no período medieval tardio (Robins 1951: 76). Em cerca de 2.650 hexâmetros eram tratadas as partes do discurso, sintaxe, quantidade, metro e figuras de retórica. Vejamos um exemplo de como, neste texto, era apresentada a desinência dos substantivos da 1.^a declinação:

*Rectis as es dat declinatio prima atque per am propria quaedam ponuntur
Hebraea, dans ae diphthongon genitivis atque dativis.am servat quartus;
tamen en aut na reperimus. cum rectus fit in es vel in as, vel cum dat a
Graecus (Villedieu [1199] 1974: 8).¹⁰*

Outros textos gramaticais com caráter pedagógico apareceriam, também, entre os séculos XI-XIII, tendo como base o latim ciceriano, destacando-se:

Papias ou *Elementarium doctrinae rudimentum*, escrito por volta de 1050 por Papias de Pavia, consistindo num elenco de vocábulos por ordem alfabética;

Derivationes ou *Magnae derivationes*: tratado de lexicografia etimológica, escrito por volta de 1210 por Ugucione de Pisa;

Graecismus: gramática em verso escrita por Eberardo de Béthune em 1212;

Catholicon: extenso glossário com gramática escrito por Giovanni Balbi em 1286.

Uma referência ainda para os *modistas*, que apareceram durante o século XII e que deram um certo incremento à gramática especulativa, aliando a reflexão filosófica ao estudo da linguagem. Aos modistas se deve a criação das expressões *modus essendi* (modo de ser), *modus intelligendi* (modo de compreender) e *modus significandi* (modo de significar transmitido pela linguagem). Para os modistas, as palavras deveriam significar a qualidade das coisas, retomando algumas das ideias de Sócrates no *Crátilo*. Assim, *homem* deveria comportar-se gramaticalmente segundo a qualidade inerente ao ‘homem’. Também a eles se deve uma primeira abordagem semântica da combinação de palavras, ou seja, para que as combinações sejam aceitáveis deverá existir uma concordância modal (semântica?) entre as

¹⁰ Trad.: O nominativo da primeira declinação termina em *as, es, a* / mas certos nomes próprios hebraicos em *am*. / O genitivo e o dativo terminam no ditongo *ae* / o acusativo em *am*, mas *en* ou *an* para o nominativo *es* ou *as*, / ou quando o nominativo Grego tem *a* (tradução nossa).

palavras que as constituem: na expressão *O homem corre* verifica-se concordância modal entre *homem* (substância) e *corre* (ação). Desenvolveremos um pouco melhor estas ideias quando, adiante, tratarmos das gramáticas filosóficas. Passemos agora ao núcleo duro da primeira parte deste trabalho, ou seja, ao percurso histórico das gramáticas portuguesas.

CAPÍTULO II – AS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS PORTUGUESAS

1. Quadro Geral

Assistimos, no Renascimento, ao aparecimento de várias gramáticas das novas línguas vernaculares, como o português, o espanhol, o italiano ou o francês. Partindo de uma matriz comum – a tradição gramatical greco-latina – vemos surgir, em Espanha, a *Gramática de la Lengua Castellana* (1492), de António de Nebrija, à qual se segue, quarenta e quatro anos depois, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) da autoria de Fernão de Oliveira. Já antes, em Inglaterra, Thomas of Erfurt, em 1310, tinha registado os rudimentos da língua inglesa numa perspetiva *modista* e Jonh Palsgrave, em 1530, faz publicar aquela que é considerada a primeira gramática da língua francesa (*L'esclarcissement de la langue françoise*). Este livro, escrito em inglês e editado primeiramente em Londres, destinar-se-ia aos ingleses que queriam aprender o francês. Também em Itália aparece a primeira obra gramatical anónima *Regole della lingua fiorentina* (1495) a que se segue a publicação, em Veneza, da *Prose della volgar lingua* (1525), do cardeal Pietro Bembo. Diríamos que se assiste, neste período, a uma *gramatização massiva* das línguas orais, usadas nas comunicações diárias, que concorriam frequentemente com o latim nas produções escritas. Sylvain Auroux vê neste fenómeno uma segunda revolução técnico-linguística, sendo a primeira a invenção da escrita: «Cette grammatisation constitue après l'avènement de l'écriture au troisième millénaire avant notre ère la deuxième *révolution technico-linguistique*. Ses conséquences pratiques pour l'organisation des sociétés humaines sont considérables» (Auroux 1992: 11).

Poderíamos adiantar várias razões para o eclodir deste fenómeno, sendo que a mais óbvia se prende com a formação de novas nações. As primeiras gramáticas elaboradas em Espanha, Portugal ou França vão, em certa medida, funcionar como a institucionalização do idioma nacional, refletindo assim a consolidação e autonomia políticas do país em questão. As várias línguas vernaculares vão constituir-se como símbolos nacionais e seria do interesse dos soberanos divulgar e fixar uma nova norma linguística. O aparecimento da imprensa contribuiu, também, para esta fixação, pois as primeiras gramáticas das línguas vernáculas, ao registarem as suas regras, contribuem para que essas línguas se tornem mais reguladas. A prática generalizada da cópia que antecedeu a invenção da imprensa por Gutenberg, originou

naturalmente flutuações na grafia que urgia normalizar. Como assinala Helena Paiva, as primeiras gramáticas teriam como objetivo regular e fixar segundo normas e preceitos as línguas românicas emergentes que andavam soltas de leis (Paiva 2002: 7). Duarte Nunes de Leão justifica a utilidade das suas obras *Ortografia* e *Origem da Língua Portuguesa*, considerando o estado de depravação em que andava a nossa escrita:

(...) cõpus em minha verde idade hum livro de orthographia da lingoa Portugueza, em q̄ reduzi a arte & preceptos o que nunca teve arte nem concerto, o qual de todos os homens doctos foi bem recebido, & perque se muito melhorou a scriptura q̄ entre nos andava mui depravada (Leão [1606] 1965: 221).

Mas comecemos por apresentar as primeiras produções gramaticais portuguesas, vindas a lume nos séculos XVI e XVII:

Grammatica da Lingoagem Portuguesa (1536) – Fernão de Oliveira;

Grammatica da Lingua Portuguesa (1540) seguida de *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540) – João de Barros;

Cartinhas (~1540) – bispo Frei João Soares;

Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa, com um dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua (1574) – Pêro de Magalhães de Gândavo;

Ortografia da Língua Portuguesa Reduzida a Arte e a Preceitos (1576) – Duarte Nunes de Leão;

Origem da Língua Portuguesa (1606) – Duarte Nunes de Leão.

Estes títulos, especialmente os dois primeiros, são marcos importantes na historiografia gramatical portuguesa, uma vez que constituem uma primeira sistematização da nossa língua. O seu aparecimento enquadra-se num período cultural específico – o Renascimento. Como é sabido, é característico deste período a defesa e exaltação dos valores nacionais, sendo a língua, talvez, aquele que melhor define um povo e uma nação. No dizer de Nebrija «siempre la lengua fue compañera del imperio» (Nebrija [1492] 1989: 109). A supremacia de uma determinada nação sobre outra(s) evidencia-se, entre outras coisas, no legado linguístico deixado pelos vencedores, como aconteceu com o latim nas províncias

conquistadas pelos romanos. Disto mesmo dá conta João de Barros: «E o mais certo sinál que o Romano póde dár ser Espãha sudita ao seu império, nã serã suas corónicas e escrituras (...), mas a sua linguágẽ õ / nos ficou em testemunho de sua uitória» (Barros [1540] 1971: 170-171). Também Duarte Nunes de Leão escreve algo semelhante: «Assi como os vencedores das terras & provincias lhes dão leis em que vivaõ, assi lhes daõ lingua que fallem» (Leão [1606] 1965: 223). Os descobrimentos e a colonização portuguesa de novos territórios tiveram como correlato a divulgação do português, que constituía um factor de unidade e hegemonia política e uma afirmação do ‘Império’ português. Clarinda Maia (2010) considera que as nossas primeiras gramáticas se inserem na dimensão imperial da nação portuguesa. A expansão por novos continentes (África, Ásia, América) fazia de Portugal um império comparável aos grandes impérios da antiguidade: «(...) mas também por ser língua de um vastíssimo império que pode rivalizar com os grandes impérios da antiguidade» (Maia 2010: 46). Por outro lado, o contacto com outros povos e outros idiomas tornava, também, pertinente o ensino do português para que este, em muitos casos, funcionasse como *interface* comunicativa. Estaria mais facilitada a colonização em língua vernácula do que em latim cujo conhecimento implicava um maior estudo e esforço. Fernão de Oliveira, por exemplo, refere que a língua portuguesa, cuja «anotação» ele apresenta, deveria ser ensinada a outros povos para deles granjearmos o louvor e amor: «õ a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louvados e amados» pois «a semelhança e causa do amor e mais em as linguas» (Oliveira [1536] 2000: 250). Se o amor é um fator de coesão social, como sustentam Maturana e Varela, então o facto de falarmos a mesma língua aproxima-nos mais uns dos outros e contribui para essa coesão social, unificando territórios dispersos pelo globo terrestre.

O mesmo aconteceu em Espanha. O aparecimento de tratados e gramáticas do espanhol, nos séculos XVI e XVII (Jiménez Patón, Correas y Villar), teria como objetivo a divulgação da língua no estrangeiro: «(...) a lo largo de los siglos XVI e XVII se van a suceder un buen número de tratados gramaticales, destinados la mayor parte de ellos a difundir la enseñanza del español entre los extranjeros» (Martínez Gavilán 1989: 18). Assinale-se, no entanto, que o registo gramatical da própria língua não era consensual à época. Aquando da publicação da gramática de Nebrija, algumas vozes se levantaram questionando a utilidade de tal obra, uma vez que o espanhol já era falado. Se já se sabia falar espanhol, para quê uma gramática sobre este idioma? Esta questão ainda hoje é colocada por alguns dos nossos alunos que frequentemente têm dúvidas sobre o porquê da gramática e dos

estudos gramaticais, considerando que todos aprendemos a falar desde tenra idade. Estas interrogações dão voz à ideia de que as gramáticas deveriam ter como objetivo central o ensino de uma língua a estrangeiros e não aos falantes da própria língua. Lembremos que John Palsgrave escreve a primeira gramática do francês destinando-a aos ingleses.

João de Barros, no *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* (1540), apresenta três argumentos que justificam a elaboração de gramáticas do português:

1.º A gramática serviria para ensinar a língua portuguesa aos povos conquistados, língua esta que, à semelhança da doutrina e dos costumes, o tempo não gasta. Os padrões e as armas colocados nos novos territórios podem degradar-se, por serem materiais, mas a língua e os costumes permanecem;¹¹

2.º Conhecer as regras do português ajuda na aprendizagem do latim: «Por os mestres nam saberem as regras da nossa lhe[s] era tam dificultoso achár as materias da latina (...)» (Barros [1540] 1971: 172);

3.º A chamada “Questão da língua”. João de Barros fala da «gravidade» e «pureza» da nossa língua que apelida ainda de «honesta e cásta» (Barros [1540] 1971: 165-166).

Este último argumento insere-se, como atrás já referimos, na exaltação dos valores nacionais, tão própria dos humanistas do Renascimento. O elogio da língua portuguesa, que ficou conhecido como a “questão da língua”, deu origem a interessantes diálogos em que se comparava o português com o latim ou com o espanhol, gabando-lhe as virtudes. No *Dialogo em defesa da lingua portuguesa* (1574), Magalhães Gândavo, através da personagem Petrônio, louva as qualidades do português comparativamente ao espanhol. Para Petrônio, o nosso verbo *olhar*, por exemplo, será mais correto do que o verbo espanhol *mirar* já que *olhar* vem de *olhos* e não de *‘miros’* – palavra que nem sequer existe em espanhol. Juan de Valdés faz coisa semelhante no *Diálogo de la lengua* (1542) ao refletir sobre o espanhol, a sua origem e as suas particularidades. E fá-lo porque «todos los hombres somos más obligados a ilustrar y enriquecer la lengua que nos es natural y que mamamos en las tetas de nuestras madres, que no la que nos es pegadiza y que aprendemos en libros» (Valdés [1542] 1995: 18). Fernão de Oliveira não deixa igualmente de enaltecer as virtudes do português na seguinte passagem: «nam somente nestas /mas em muitas outras cousas tem anossa lingoa vantagemê:

¹¹ «As armas e os padrões portugueses, póstos em Africa e em Asia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três pártes da terra, materiáes sam, e podeâs o tempo gastar, però nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses néstas térras leixárem.» (Barros [1540] 1971: 171).

porque ella e antiga ensinada/ prospera/ e bẽ cõversada: e tambẽ exercitada em bos tratos e officios» (Oliveira [1536] 2000: 245).

Uma onda de patriotismo percorreu, assim, os homens do renascimento, originando a produção de obras em língua vulgar, as quais iam pondo em causa o predomínio secular do latim na escrita. E esta divulgação do ‘vernáculo’ não era sentida como uma forma menos digna de expressão: ela fez parte integrante do processo de autonomia/ independência dos países emergentes. No entanto, à época, a expressão em ‘vulgar’ era ainda, por muitos, considerada menor, associada a uma origem plebeia e pouco culta, como o atesta Valdés em *Diálogo de la lengua*: «(...) los castellanos son tomados de dichos vulgares, los más dellos nacidos y criados entre viejas, tras del fuego hilando sus ruecas; y los griegos y latinos, como sabéis, son nacidos entre personas dotas y están celebrados en libros de mucha dotrina» (Valdés [1542] 1995: 22). A expressão em latim, ao contrário, era prestigiante, distintiva, associada à cultura clássica, a que somente os sectores cultos da sociedade tinham acesso. Muitas obras científicas, como o *Sidereus Nuncius* (1610) de Galileu Galilei, ou os *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* (1687) de Isaac Newton, foram escritas em latim. Descartes faz editar, pela primeira vez, em latim, os *Principia Philosophiae*, em 1644. Também o facto de as missas serem ditas em latim até ao século XIX, mostra bem o prestígio e a importância que esta língua teve na sociedade, ao longo de vários séculos. Acresce ainda a vertente classicista do Renascimento, que tendia a valorizar os autores e as obras da antiguidade de que é exemplo o termo *latinitas*. É por esta razão que gramáticas escritas em português são, de certa forma, obras ‘revolucionárias’ no panorama bibliográfico renascentista. Digamos que a expressão da *intelligenza* renascentista oscilava entre dois pólos: o latim – língua de cultura e prestígio – e o ‘vulgar’ – língua que dava suporte às comunicações orais diárias. O ‘vulgar’ acabou por prevalecer e é, neste sentido, que Fernão de Oliveira ou João de Barros podem ser tomados como pioneiros.

As gramáticas escritas por estes dois autores em português e sobre o português serão objeto da nossa atenção nos pontos seguintes. O estudo que delas fizemos é, aqui, apresentado em compasso ternário, ou seja, inclui: (i) em primeiro lugar, alguns dados biográficos sobre o autor; (ii) em segundo lugar, definição e objetivos da gramática em causa; (iii) por fim, organização da obra. Este tipo de apresentação acontecerá também nas restantes gramáticas

portuguesas estudadas.¹² No final de cada período gramatical, foram incluídas sinopses e quadros sinópticos que poderão ajudar a sistematizar alguns aspetos mais relevantes. Convém assinalar ainda que, para facilitar as referências às várias gramáticas estudadas, foram usadas as seguintes abreviaturas: *GLP* – *Gramática da Língua (ou Linguagem) Portuguesa*, *GC* – *Gramática de la Lengua Castellana*, *GF* – *Gramática Filosófica*, *GPR* – *Grammaire de Port-Royal*, *EM* – *Encyclopédie Méthodique*, *CGHP* – *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, *GHLP* – *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, *GPE* – *Grammatica Portugueza Elementar*, *NGPC* – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

2. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*

α. Alguns dados biográficos

Poderíamos considerar o percurso de vida de Fernão de Oliveira como inconstante, mas também intenso de experiências. Filho de um juiz de orfãos em Pedrógão, nasceu provavelmente em Aveiro, em 1507, e parte da sua infância passou-a na Beira, como ele próprio afirma na sua gramática:

com tudo sendo eu moço peño fui criado em são domingos Devora onde
fazião zōbaria de my os da terra porō o eu assi pronūciava segūdo q̄ o
aprendera na beira (*GLP*: 311-312).

Aos treze anos entrou como noviço no Convento dos Dominicanos em Évora, onde foi colega de André de Resende. Em 1532 abandona o convento e vai para Espanha. Já em Portugal, ensina os filhos de alguns fidalgos portugueses, como os próprios filhos de João de Barros e D. Fernando de Almada (filho de D. Antão, capitão geral do Reino), a quem dedica a sua gramática. Entre 1540 e 1545 encontra-se em Itália. Parte depois para Inglaterra e quando regressa a Portugal é preso pela Inquisição. Passagem pelo Norte de África por volta de 1552 e cárcere novamente de 1555 a 1557. Sabe-se que por volta de 1565 D. Sebastião lhe atribuiu uma tença. A partir daqui o seu rasto é incerto.

A sua vida, que terá conhecido poucos momentos de estabilidade, indicia um

¹² Relativamente às três últimas gramáticas foram focados, apenas, o segundo e terceiro aspetos.

temperamento aventureiro e, por vezes, conflituoso. Sem ousar estabelecer aproximações exageradas, a biografia de Fernão de Oliveira apresenta algumas semelhanças com a de um seu contemporâneo – Luís de Camões – pela sua instabilidade, espírito de aventura e não menor labor criativo. Para além da *Gramática*, Oliveira é autor de outras obras como *Arte da guerra e do mar*, *Ars nautica*, *Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi na sua companhia* ou *Livro da fabrica das naus*. Ainda do seu espólio consta uma cópia da gramática de Nebrija. A cópia, como imaginamos, seria o processo de aquisição/divulgação mais frequente por esta altura, dado que a imprensa era muito recente, havendo poucas obras impressas.

β. Definição e objetivos da gramática

Este autor faz publicar, em 1536, a primeira gramática portuguesa intitulada *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*.¹³ Trata-se de uma obra bastante original, não se enquadrando rigidamente no *formato* das gramáticas até então produzidas em latim. É, talvez, por isto que este estudo vem subintitulado de «primeyra anotação que Fernão Doliueyra fez da lingua portuguesa», anunciando-se, no início da gramática, que alguns assuntos seriam objeto de um maior desenvolvimento em obras a publicar posteriormente.¹⁴

O autor dá de gramática a seguinte definição: «E pois gramatica e arte õ ensina a bem ler e falar» (*GLP*: 248). Está aqui presente, como era já tradicional, a ideia de que a gramática se institui como *norma* do uso da língua. O «bem ler» e o «bem falar», registados nas gramáticas, deveriam servir de modelo a todos os falantes do português. Sobre a origem desta norma, ou «bõ costume», o autor inclina-se para que ela seja ditada pelos mais avisados e instruídos:

¹³ No frontespício da gramática aparece o brasão de armas dos Almadás, com “Almada” em chefe (como se diz em heráldica). Tanto quanto pudemos apurar, D. Fernando de Almada foi o 4.º conde de Abranches ou Avranches, nobre e militar português, tendo desempenhado os cargos de Alcaide-Mor de Lisboa (equivalente ao atual Presidente da Câmara) e de Capitão-Mor do Mar. Também pode ver-se, no frontispício, o nome do impressor desta gramática - GERMAM GALHARDO, Germão Galhardo - forma aporuguesada de Germain Gaillard, de origem francesa que começou a sua atividade em 1509 e que se estabeleceu em Lisboa (onde imprimiu uma das primeiras obras *Missale secundum Consuetudinem*), tendo também criado uma oficina tipográfica em Coimbra (1530-1531). É de salientar a importância dos impressores no surgimento destas primeiras gramáticas portuguesas. Muitos deles vinham do estrangeiro, acabando por radicar-se em Portugal, como aconteceu com Germão Galhardo.

¹⁴ «e nestas cousas se acabara esta primeira anotação em dizer não tudo mas apontar algũas partes neçessarias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comuõ e particularizando nada de cada dição: **porõ isto ficara para outro tempo e obra**» (*GLP*: 243; negrito nosso).

(...) saibamos q̄ a primeira e principal virtude da lingua e ser clara e q̄ a possão todos entender e pera ser bem entēdida ha de ser a mais acostuada entre os milhores della e os milhores da lingua são os q̄ mais lerão e virão e viuerão continoando mais entre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudãça (GLP: 293).

Esta ideia da norma culta norteou muitos autores antigos de que Quintiliano é exemplo, como vimos atrás. Mas não deveremos concluir daqui que Oliveira preconiza o imobilismo linguístico. Em algumas passagens, o autor refere-se à mudança linguística como fenómeno natural. São os homens que fazem a língua e não o contrário: «(...) os homēs fazem a lingua e não a lingoa os homēs»(GLP: 247). E se os costumes dos homens mudam com o tempo, é de esperar que o mesmo aconteça com as línguas e com os padrões de aceitabilidade.

O autor atribui a esta gramática destinatários *internos*: «(...) ajuntaremos preçeitos pera aprenderem os q̄ vierem e tambem os ausentes» (GLP: 250) e *externos* quando diz, a propósito da língua, «q̄ a possamos ensinar a muytas outras gentes» (GLP: 250), estando provavelmente a referir-se aos povos das regiões recentemente conquistadas em África. Partilha com Nebrija a ideia de que ensinar uma língua é dilatar um império, pois aqueles que falam o mesmo idioma sentem-se mais próximos: «(...) a semelhança e causa do amor e mays em as linguas» (GLP: 250).

Enquanto anotação da língua portuguesa, esta obra não parece ter propósitos pedagógicos, como virá a acontecer com a gramática de João de Barros. A própria apresentação gráfica do texto é disto prova: cinquenta pequenos capítulos alinhados em sequência com apenas quatro títulos, constituindo uma mancha gráfica densa que pouco facilitaria um uso escolar/didático. Em muitas passagens, esta gramática parece, mesmo, integrar-se na corrente «especulativa», mais do que na «preceitiva», empregando termos barrobianos. É exemplo disto logo o primeiro capítulo, constituído quase exclusivamente por reflexões gerais sobre a linguagem; mais do que em nenhum outro Fernão de Oliveira deixa aqui uma visão bem original sobre vários conceitos. Assim, a linguagem é «figura do entendimento», sendo que «cada hũ fala como quē e». Oliveira atribui-lhe (à linguagem) uma origem divina: «este so e hũ meyo q̄ d's quis dar as almas raçãoaes para se poderē comunicar entre si» (GLP: 244). No entanto, enquanto atividade humana, está também sujeita às leis do corpo: «Porē nã e tã espiritual a lingua q̄ não seja obrigada as leys do corpo. Mas segundo a

disposição da lingua corporal assi vemos formar diuersas as vozes (...)» (GLP: 244). Esta passagem evidencia que os sons que produzimos são diferentes devido a diferentes posicionamentos da língua no interior da boca. Logo aqui percebemos a importância concedida por este autor à vertente articulatória da linguagem, sendo a descrição dos sons do português, feita em capítulos seguintes, uma verdadeira antecipação do que poderá ser considerado nos nossos dias de fonética articulatória. À fonética são, então, dedicados 24 dos 50 capítulos existentes¹⁵ com descrições pormenorizadas dos sons do português como até então nunca tinha sido feito e é, talvez, por isto que Eugenio Coseriu considera Oliveira como «o mais importante foneticista da Renascença na România» (Coseriu [1975] 2000: 60).¹⁶

Seria, contudo, legítimo perguntar porque é que esta gramática só aparece no século XVI, quatro séculos depois da instauração da nacionalidade, numa altura em que o português falado estava já amplamente difundido. Oliveira explica que, durante os primeiros séculos da nacionalidade, os portugueses andavam ocupados com a conquista do território e só quando a paz se instalou é que foi possível pensar em reflexões sobre a língua. Língua esta que, ao nível ortográfico, apresentava, ainda, muitas flutuações de que é exemplo a palavra *lingua* escrita também com < o > (*lingoa*) ou a nasal / ã / escrita ora com (*fazem*) ora com <ẽ> (*homẽs*).

Para concluir este ponto, diremos que Fernão de Oliveira se propõe fazer a *descrição* da língua portuguesa ou, como ele próprio diz, «a notação em alghũas cousas do falar» (GLP: 243). Esta ‘anotação’ conjuga-se, por vezes, com a especulação em algumas matérias sobre as quais apresenta a sua própria visão. A apologia da língua e a sua divulgação aquém e além-fronteiras aparecem, também, como objetivos.

γ. Organização da obra

Mesmo numa leitura *em diagonal* facilmente nos apercebemos de que esta obra não se enquadra rigidamente num modelo clássico. Para começar, Oliveira não alude às divisões da gramática nem às partes da oração – questões com que geralmente se iniciavam as gramáticas – se bem que no final do 5.º capítulo a elas se refira de uma forma breve: «A primeyra partição que fazemos em qualquer lingua e sua grãmatica seja esta em estas tres partes. Letras

¹⁵ Do sexto capítulo até ao cap. xxix, incluindo as secções intituladas «Das syllabas» e «Do acento».

¹⁶ Ainda nesta obra, p.34: «Oliveira supera, contudo, todos, mesmo a Nebrija, pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses».

Syllabas e Vozes». Nesta passagem, está excluída a sintaxe ou *construção*: com efeito, ser-lhe-á apenas dedicado o penúltimo capítulo, anunciando o autor que «da cõstruiçã ou cõposição. da lingua não dizemos mais por q̄ temos começada hũa obra em q̄ particularmête e cõ mais comprimento falamos della» (GLP: 314). Note-se que esta tripartição (*Letras*, *Syllabas* e *Vozes*) só será respeitada a nível da organização genérica da obra, como veremos de seguida.

A organização dos capítulos, em número de cinquenta, não parece obedecer a um plano previamente traçado. Vamos encontrar apenas quatro títulos, a saber: «Das syllabas» (cap.xix), «Do acento» (cap. xxviii), «das dições» (cap. xxx) e «Da analogia» (cap. xl). Esta esporádica partição leva Leonor Buescu a considerar que:

Quanto a Fernão de Oliveira, a sua obra, singularmente original, apresenta, como já vimos, uma indisciplina de plano, uma ocasionalidade de reflexões que lhe retiram a feição de uma gramática no sentido exacto do termo (Buescu 1984: 18).

Talvez seja útil tentar esboçar um índice para esta obra. O resultado será o seguinte:¹⁷

Dedicatória a D. Fernando de Almada

<i>Sobre a linguagem, a fala, a diversidade dos sons</i>	<i>cap. i</i>
<i>Sobre a origem de alguns nomes</i>	<i>cap. ii</i>
<i>Em louvor da nossa terra e gente</i>	<i>cap. iii</i>
<i>Hipótese sobre a origem da linguagem e definição de gramática</i>	<i>cap. iv</i>
<i>História das línguas / Destinatários / Partição da gramática</i>	<i>cap.v</i>
<i>Das letras</i>	<i>cap. vi – xviii</i>
<i>«Das syllabas»</i>	<i>cap. xix – xxvii</i>
<i>«Do acento»</i>	<i>cap.xxviii e xxix</i>
<i>«Das dições»</i>	<i>cap. xxx – xxxix</i>

¹⁷ Os títulos indicados são nossos e constituem um resumo do respetivo capítulo. Somente aqueles que estão colocados entre aspas pertencem ao original.

«Da analogia».....	cap.xl – xlviii
Da composição ou construção.....	cap. xlix
Considerações Finais.....	cap. l

De uma forma genérica, são aqui respeitadas as quatro tradicionais divisões das gramáticas (*ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe*), se bem que o autor atribua títulos a capítulos referentes ao *acento* e à *analogia*, considerando-os como partes autónomas.

Os primeiros capítulos incidem sobre questões de carácter geral, parecendo o quinto ser de inspiração espanhola, uma vez que Oliveira apresenta um traçado histórico do português muito semelhante ao que tinha sido feito por Nebrija na *Gramática de la Lengua Castellana* relativamente ao espanhol. Assinala-se, aqui, como local de origem o Egipto onde, supostamente, Mercúrio teria ensinado os homens a ler e a falar. É um traçado histórico um pouco fantástico, remontando a Ânio de Viterbo (Coseriu [1975] 2000: 32). A partir do sexto capítulo entra-se na gramática propriamente dita. Não deparamos com nenhum título, mas o autor começa pelo tratamento das letras que caracteriza pelo seu *espírito, força e figura*. Assinale-se que não é explicitamente feita a distinção entre som e grafia, embora as letras sejam descritas em dois planos distintos: a *figura* (representação gráfica) e a *pronúnciação*. Sobre esta última, Fernão de Oliveira justifica o pormenor dado às suas descrições articulatórias dizendo que:

(...) se não teueremos çerta ley no pronũciar das letras não pode auer certeza de preçeitos: nem arte na lingua: e cada dia acharemos nella mudança não somente no som da melodia: mas tâbẽ nos sinificados das vozes (...) (*GLP*: 255).

A letra *d*, por exemplo, deveria pronunciar-se da seguinte forma: «A pronúnciação da letra .d. deita a lingua dos dentes d[e] çima com hũ pouco de espirito» (*GLP*: 257). Seguem-se, então, treze capítulos dedicados quase exclusivamente às letras do nosso alfabeto com descrições pormenorizadas da maneira de as pronunciar. É exatamente aqui que esta gramática ganha a sua mais-valia e se destaca das suas contemporâneas, fazendo do seu autor o primeiro foneticista português. Coseriu considera que, nesta parte, Oliveira supera todos os ortografistas e gramáticos quinhentistas incluindo Nebrija, em quem se inspirou diretamente:

«Oliveira supera, contudo, todos, mesmo Nebrija, pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses» (Coseriu [1975] 2000: 34). Esta atenção dada aos sons revela, ainda, que os nossos primeiros gramáticos preconizavam uma escrita o mais possível aproximada da fala. João de Barros, no *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem*, chega mesmo a criticar algumas línguas europeias, como o francês, por ter muitas consoantes ‘ociosas’: «muita uantaiem tem a italiana e espanhol, á francesa: e, destas duas, aque se escrue como se fála, e que menos cōsoãtes léva perdidas» (Barros [1540] 1971: 163). Esta ideologia ortográfica parece ser de inspiração quintiliana. Para este autor latino deveria escrever-se como se fala (Gonçalves 2003: 17).

Os capítulos xix a xxvi descrevem as várias ‘situações’ silábicas do português. O nosso gramático demarca-se da definição corrente de *sílaba* (‘ajuntamento de letras’) e propõe antes que seja «hũa so voz formada cō letra ou letras» (GLP: 266), realçando a unidade sonora como característica principal da sílaba.

Ao *acento* ou «principal voz. ou tom dadição o õl acaba de dar sua forma e melodia as dições de qualquer lingua» (GLP: 274) são dedicados os capítulos xxviii e xxix.

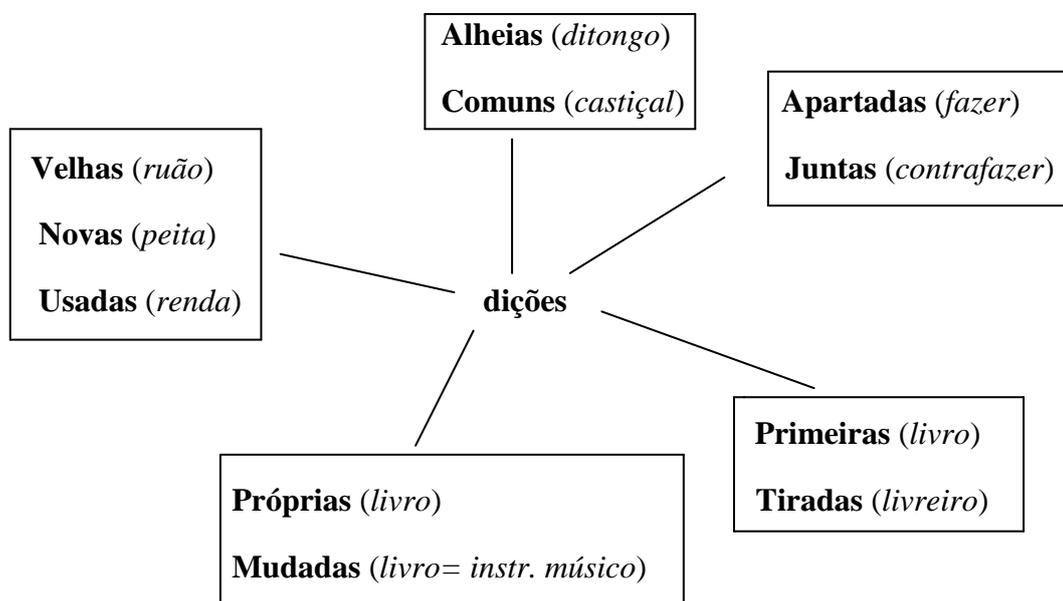
O estudo das *dições*, sinónimo de *vocábulos* ou *palavras*, ocupa nove capítulos (de xxx a xxxix) e, nesta parte da gramática, Fernão de Oliveira propõe uma série original de onze classes de palavras apresentadas de uma forma binária (e ternária num dos casos). Assim, poderemos encontrar a distinção entre dições «alheas» cuja origem radica noutras línguas, como *ditongo*, *acento* ou *picote*, e dições «comuns», «aõllas que em muitas linguas seruem igualmente» (GLP: 284), como *mesa* ou *sapato*. Para distinguir *fazer* de *contrafazer* propõe o par dições «apartadas»¹⁸ / «juntas»¹⁹ respetivamente. Quanto à usura das palavras, elas podem ser «velhas» como *ruão*, *acarão* (= junto) ou *samicas* (= por ventura), «novas» como *peita* ou *arcabuz* e «usadas» como *renda*, *fita* ou *corda*. Sob o ponto de vista semântico há dições «próprias» («aõllas õ servẽ na sua primeira e prinçipal sinificação», GLP: 293), como *livro*, e dições «mudadas» («as õ por neçessidade ou melhoria d[e] sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado», GLP: 293) como *livro* quando quer dizer *instrumento músico*. Finalmente é proposto o par dições «primeiras»²⁰ / «tiradas»²¹ ou «derivadas» para distinguir

¹⁸ «As dições apartadas a que os latinos chamão simprezes ou singelas são aõllas cujas partes não podẽ ser dições inteiras» (GLP: 285).

¹⁹ «as dições juntas a õ os latinos chamão cõpostas são cujas partes apartadas sinificação ou podẽ sinificar e sã dições por si ou partes doutras dições e õ premeiro servião» (GLP: 286).

²⁰ «As dições õ chamamos primeiras chamão os latinos primitivas: estas são cujo naçimẽto não proçede doutra parte mais õ da võntade livre daõlle que as primeiro pos como roupa. mãta. esteira (...)» (GLP: 294).

palavras primitivas como *roupa*, *manta* ou *livro* de palavras às quais se junta um afixo como *livreiro*, *velhice* ou *tinteiro*.



Saliente-se que esta classificação suscita, contudo, algumas dúvidas. Por exemplo, não é muito clara a diferença entre dições «apartadas» e dições «primeiras», parecendo significar a mesma coisa. Também entre as dições «juntas» ou «compostas» e as «tiradas» ou «derivadas» a distinção não é nítida, fazendo fé nos exemplos apresentados: *desfazer* é considerada uma dição ‘junta’ enquanto que *livreiro* já é ‘tirada’ (cap. xxxv). O critério adiantado pelo autor é o de que basta que uma das partes tenha significação própria para que a dição seja ‘junta’ ou ‘composta’ – o que também se verifica nas dições ‘tiradas’ ou ‘derivadas’.

Ainda nesta matéria (dições), uma visão bem naturalista é apresentada para explicar a *mudança* linguística. Ela resulta, segundo o autor, da própria natureza das coisas. Assim como os homens envelhecem, o mesmo acontece com as palavras:

(...) muy poucas são as cousas q̄ durão por todas ou muitas idades em hũ estado quanto mais as falas q̄ sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos e tratos dos homēs (GLP: 290).

²¹ «As dições tiradas a q̄ os latinos chamão dirivadas são cujos naçimētos vem doutras algũas dições dõde estas são tiradas| como tinteiro / velhice / hõrada (...)» (GLP: 294).

No que concerne a origem das palavras, Oliveira desmistifica certas derivações (consideradas como ‘patranhas’) como, por exemplo, ‘molher’ «porō e molle» ou ‘pássaro’ «porō passa voando» e não aceita a origem latina de palavras como *homem*, *mulher*, *porta*, *casa*, argumentando que pouco nos restaria a nós se considerarmos que a maioria dos vocábulos portugueses vêm de línguas antigas.²² Oliveira considera difícil descobrir a origem de todos os nomes: «assi ō e trabalhoso e pouco certo ōrer saber os naçimētos particulares das dições» (GLP: 282).

«**Da analogia**» constitui o último título desta gramática (cap. xl). O termo é definido como «semelhãça das dições» abrindo caminho para que «conheçamos hũas cousas por outras segũdo ō tē algũa semelhãça ou parecer ātre si» (GLP: 295). Aqui, Oliveira reflete sobre as declinações *naturais* e *voluntárias*, sendo que as primeiras estão mais «sogeitas as regras e leis de cujo mandado se rege esta arte» (GLP: 300) como a terminação do nome dos ofícios em *-eiro* (*pedreiro*, *carpinteiro*), das oficinas em *-ria* (*ourivesaria*, *sapataria*), dos nomes verbais femininos em *-ão* (*lição*, *oração*) ou da maior parte dos advérbios em *-mente* (*compridamente*, *abastadamente*). As segundas («voluntareas») são definidas como «as ō cada hũ faz a sua vontade tirãdo hũa voz doutra: como de portugal portugues.| e de frãça: frãçes» (GLP: 297).

Ainda sob o ‘escopo’ da analogia são depois feitas algumas anotações sobre *artigos*, *nomes* e *verbos*, não sendo apresentadas definições. Sobre os artigos, embora Fernão de Oliveira não empregue ainda o termo *determinante*, hoje amplamente divulgado, não deixa, contudo, de lhes atribuir uma clara função de **determinação** quando diz «os quaes sempre ou as mays vezes acompanhão os nomes cuja companhia declara os géneros desses nomes» (GLP: 306).

Quanto às declinações por casos, Oliveira refere que embora estas sejam típicas do latim ou do grego, também as encontramos em alguns pronomes portugueses como *eu*, *me*, *mi*, *tu*, *te*, *ti*, *se* ou *si*. A função geral dos casos latinos ou gregos é, na opinião do autor, substituída pela combinação em português dos artigos com os nomes. Esta estratégia confere à nossa língua «facilidade», «brevidade» e «clareza», sendo por isso mais perfeita: «assi como a nossa lingua faz tudo quãto essoutras cō mais brevidade façilidade e clareza: assi tambē e mais de louvar sua pfeiçã» (GLP: 311).

²² Neste particular, Coseriu considera as ideias de Oliveira «ingénuas ou erradas», fazendo dele um «mau etimologista» (Coseriu [1975] 2000: 32).

À *sintaxe*, apelidada de «cõposição», «concerto» ou «cõstrução», é dedicado apenas o penúltimo capítulo (cap. xlix) que começa da seguinte forma:

Agora vejamos da cõposição ou conçerto que as partes ou dições da nossa lingua tẽ. antre si (...) e esta he a derradeira parte desta obra: a qual os grãmaticos chamão cõstrução: e nella mais õ em alghũa outra guardamos nos çertas leis e regras (*GLP*: 313).

Já aqui se concebe a construção das frases sujeita a *leis* e *regras*. No entanto, acerca delas se diz ainda muito pouco,²³ limitando-se Fernão de Oliveira, nesta parte da sua gramática, a anotar certas «faltas na conveniência» do latim ou do grego, línguas «mui gabadas» que nem por isso deixavam, por vezes, de apresentar falta de concordância entre nomes e adjetivos ou entre relativo e antecedente. Também em português Oliveira regista casos semelhantes como sejam:

(i) A mudança da categoria gramatical de certas formas verbais, nomeadamente infinitivos a passar por nomes como *o ler faz bem aos homens*;

(ii) O emprego de preposições em vez dos artigos, como é o caso de *de* antes de genitivo;

(iii) Partes da oração que têm dois «ofícios», como *antes*, *depois*, *até* que às vezes são preposições e outras vezes advérbios;

(iv) A mudança de géneros e números como na frase *marido e mulher ambos são bons homens*.

Todos estes casos são considerados como «desproporções» ou «dessemelhanças» existentes na nossa língua, mas que mesmo assim «não são tãtas como em outras línguas» (*GLP*: 314), aproveitando, o autor, para mais uma vez elogiar o nosso idioma que foi sempre tratado por «homẽs õ se entẽdẽ e sabẽ o que falão» (*GLP*: 314).

Para concluir, diremos que esta obra, no que respeita a organização das matérias, obedece à estrutura das gramáticas clássicas, embora não de uma forma mimética. Fica a sensação de que se trata mais de um ‘esboço’ gramatical constituído por reflexões e/ou anotações sobre a língua do que de uma gramática propriamente dita. É dado especial enfoque à descrição dos sons – fonética articulatória – e à classificação das dições, mais

²³ No final do capítulo Fernão de Oliveira assinala que sobre a *construção* ou *composição* não diz mais porque tem começado uma obra só sobre este assunto.

particularmente dos nomes. As restantes partes da oração não são objeto de um estudo individualizado ou sistemático, como *soía* fazer-se nas gramáticas latinas, encontrando-se algumas reflexões sobre *artigos*, *nomes* ou *verbos* disseminadas por capítulos concernentes à analogia. Finalmente, a *sintaxe* aparece meteoricamente tratada no penúltimo capítulo, com a extensão de uma página.

3. *Grammatica da Lingua Portuguesa de João de Barros*

α. Alguns dados biográficos

Quatro anos mais tarde, em 1540, é editada a *Grammatica da Lingua Portuguesa* da autoria de João de Barros. O autor (1497-1570) desempenhou vários cargos na administração ultramarina, tendo sido feitor em S. Jorge da Mina (na Costa do Ouro) e na Casa da Índia. A par da administração, João de Barros foi um eminente homem de letras, tendo mostrado interesses diversificados: História (*Chronica do Emperador Clarimundo*), expansão ultramarina (*Decadas da Asia*), Cosmologia (*Esfera da Estructura das Cousas*), religião (*Dialogo Evangelico sobre os Artigos da Fé*) ou estudo da língua (a já referida *Grammatica*, *Cartinha para Aprender a Ler*, *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* e *Dialogo da Viciosa Vergonha*).

β. Definição e objetivos da gramática

Inserindo-se num espírito humanista de defesa dos valores nacionais, João de Barros vai, como Fernão de Oliveira, fazer a apologia da língua portuguesa. No *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem* destaca algumas características de excelência do português que o distinguem de muitas outras línguas, como sejam: a riqueza vocabular, a conformidade com a língua latina, gravidade e magestade ou uma sonoridade agradável. O latim não é, contudo, esquecido, funcionando, sobretudo, como *referência*. Referência que ora é seguida à risca:

Sam os módos a çerca de nós cinco, como tem os latinos, por tão
seguiremos a sua órdem e termos. (GLP: 96);

Nós tomaremos da nóssa construiçám o mais necessário, **immitando sempre**

a ordem dos Latinos, como temos de costume (*GLP*: 115; negrito nosso).

ora é referida para assinalar as diferenças relativamente ao português:

Artigo e hũa das partes da oraçám, aquál (...) nam tem os latinos (*GLP*: 79);

Os latinos tẽ quátro cõiugações, nós, tres (...) (*GLP*: 97).

Também João de Barros alude ao binómio *língua-império*, referido por Nebrija. A prova mais perene de vitória de um povo sobre outro é, na sua opinião, a língua adotada pelo vencido. Acerca do domínio dos Romanos sobre os bárbaros assinala que: «(...) nã consentiam que falassem, senám a sua língua latina, por demonstrár o imperio que tinhã sobre todas as outras nações» (Barros [1540] 1971: 170). E, mais adiante: «E o mais certo sinál que o Romano póde dár ser Espãha sudita ao seu império, nã serã suas corónicas e escrituras (...), mas sua linguáge õ nos ficou em testemunho de sua vitória.» (Barros [1540] 1971: 170-171). Estas afirmações, usadas como argumentos de defesa do português, ficam justificadas se pensarmos no período de franca expansão ultramarina que, então, Portugal atravessava. Embora não de uma forma explícita, Barros talvez visasse dar ao ainda incipiente império português a dimensão de um império romano.

A **apologia da língua** é, por conseguinte, um dos objetivos visados pelo autor. Atentemos, agora, na definição de gramática apresentada:

GRAMMATICA, E uocabulo Grego: quer dizer, çiencia de leteras. E segundo a difinçám que lhe os Grãmáticos derã: **e hũ módo certo e iusto de falár e escrever**, colheito do uso, e autoridáde dos barões doutos (*GLP*: 59; negrito nosso).

Destaca-se desta citação a ideia de que a gramática deveria, sobretudo, ensinar a falar e a escrever de um modo ‘certo e justo’, i.e., consistindo na imitação de mestres e especialistas, ideia já presente nos gramáticos gregos e latinos. Recordemos que também Fernão de Oliveira invocava como *norma* o uso que fazem os «milhores da lingua». Mas se esta definição apresentada por João de Barros é recorrente entre os gramáticos da altura, notando-se, inclusivamente, uma influência direta de Nebrija, logo a seguir encontramos uma

proposta bem mais pessoal para o termo *gramática*, fazendo realçar a ordem das palavras na frase como base para o entendimento:

Nós podemos lhe chamar artefício de palávras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas (*GLP*: 59).

Sobre os ‘tipos’ de gramática, João de Barros estabelece bem a diferença entre gramáticas ‘especulativas’ e ‘preceitivas’, incluindo a sua nesta última classe: «Nam segũdo convẽ a órdẽ da Grãmatica especulativa, mas como requiere a preçeitiva (...)» (*GLP*: 60). É também «preçeitiva» esta gramática porque se destina ao ensino do português, a um nível equivalente ao actual 1.º ciclo do ensino básico. O método preconizado é o de ir do mais simples ao mais complexo, começando pelo estudo das letras e acabando na sintaxe. Isto mesmo fica claro quando diz: «(...) nõssa tençãm e fazer algũ proveito aos mininos que per esta árte aprenderem, levando ôs de leve a grãve, e de pouco a mais» (*GLP*: 135).²⁴

Em resumo, João de Barros, nesta obra, propõe-se:

- (i) Fazer a apologia do português e a sua divulgação aquém e além-fronteiras;
- (ii) Sistematizar os conhecimentos sobre a língua portuguesa, assumindo uma posição tendencialmente «preçeitiva». Fica, também, clara a feição *didático-pedagógica* desta gramática.

γ. Organização da obra

A gramática de João de Barros é, quando comparada com a do seu antecessor, bastante mais organizada. Trata-se de um estudo bem estruturado, com secções graficamente separadas, o que facilitava um uso didático. Logo no início («Difinçãm da Grãmatica e as pártes della») o autor apresenta o formato que irá ter o seu estudo ao referir-se às divisões da gramática e às partes da oração. E, seguindo a tradição latina, vai dividir a sua gramática em quatro partes: *ortografia* «que tráta de letera», *prosódia* «que tráta de syllaba», *etimologia*

²⁴ Assinale-se, no entanto, que nas anotações preliminares que precedem a gramática, João de Barros refere que «os mininos das escolas de ler e escrever, tomarã a outra páрте e nã esta, por ser o primeiro leite da sua criaçãm» (*GLP*: 58).

«que trata da diçam» e *sintaxe* «que respõde a cõstruçam». Os títulos que encabeçam cada uma destas secções, ao longo da obra, são os seguintes: «Difinçam das letras e o número dellas», «Da syllaba e seus açidentes», «Da diçam» e «Da construiçam». Também de início se refere, o autor, às partes da oração que irá contemplar e que são nove, a saber: *artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, participio, conjunção, preposição e interjeição*. Relativamente às gramáticas latinas é acrescentado o *artigo*, já considerado autonomamente por Nebrija.

Começa, então, por apresentar as letras do alfabeto sem, no entanto, aludir à sua pronúncia. É esta, aliás, uma das diferenças entre Oliveira e Barros. Enquanto o primeiro dá grande destaque à parte fonética das letras, sobretudo à articulação dos sons, o segundo pouco ou mesmo nada refere nesta matéria. Passa, depois, para o estudo da sílaba e dos seus «açidentes» (*número de letras, espaço de tempo e acento alto ou baixo*).

No capítulo referente à *etimologia*, também designado por *dição*, Barros subvaloriza a procura das raízes das palavras por considerá-la sempre duvidosa (atitude também assumida por Oliveira): «(...) se quiséssemos buscar o fundamento e raiz donde uieram os nössos vocábulos, seria ir buscar as fõtes do Nilo» (*GLP*: 64). Neste capítulo, são tratadas as várias partes da oração. No *nome*, por exemplo, distinguem-se seis *acidentes*: qualidade, espécie, figura, género, número e declinação.

As qualidades

Nome próprio e comum («Lisboa» e «homẽ»)

Nome substantivo e nome adjetivo («fermoso caválo»)

Relativo e antecedente («Os hómẽes que amam a verdáde...»)

As espécies

patronímicos («Joám Fernandez, filho de Fernando»)

possessivos («*opiniam lutherana*, de *luthero*»²⁵)

diminutivos («*mocinho*», «*criancinha*»)

aumentativos («*mulheram*», «*cavalã*»)

comparativos («*Eitor foy milhór cavaleiro que Achilles*»)

verbais («*sospiro*», «*choro*»)

participiais («*amador*» de *amado*, «*doutor*» de *douto*)

adverbiais («*soberano*, de *sobre*», «*forasteiro*, de *fóra*»)

²⁵ Note-se que ao referir-se ao ‘nome’ *lutherano* Barros não distingue, ainda, entre *nome* e *adjetivo*, como não o faziam os Latinos. Essa diferenciação verificar-se-á mais tarde e com maior visibilidade na *Grammaire générale et raisonnée* (1660). Na pag.67 Barros refere-se ao *nome substantivo* e ao *nome aietivo*, designações inspiradas nas latinas *nomen substantivum* e *nomen adjectivum*, muito usadas na escolástica medieval.

As figuras

simples («*iusto*») e composto («*arquibanco*, de *árca* e *bánc*o»);

O género («*e hũa distinçã per que conheçemos o mácho da femea e o neutro dambos*»); João de Barros considera o género *masculino*, *feminino*, *comum a dois* («*inventor*», «*taful*»), *comum a três* («*fórte*», «*triste*», «*alegre*»)²⁶ e *neutro* («*o querer*»);

O número

singular e plural;

Os casos

(os mesmos do latim, salvo o vocativo): **nominativo** («*a cobiça e raiz de todolos máles*»); **genitivo** («*De quem e esta árte de grammática? - do príncipe nósso senhor.*»); **dativo** (« (...) *ao mestre* *dás contentamento*»); **acusativo** («*Os hómẽes bõos amã a virtude*»); **vocativo** («*ó piadoso deos!*»); **ablativo** («*eu tiro muita doutrina dos livros*»); **efetivo ou instrumento** («*eu tiro muita doutrina dos livros com meu trabálho* »).

No tratamento das restantes partes da oração, segue um esquema muito semelhante a este, seguindo de perto a gramática de Nebrija. Ao *participio* não é dado nenhum tratamento particular. O *verbo* é definido como «*hũa vóz ou palavra que demóstra obrár algũa cousa*» (GLP: 91) e, como os Latinos, João de Barros parte os seus verbos em *sustantivos* e *aietivos*. Os primeiros corresponderiam aos atualmente chamados verbos copulativos («*Eu sou criatura racional*»); os segundos, a todos os outros. O quadro seguinte pretende resumir a análise feita por João de Barros.

²⁶ «por que dizemos, o hómem fórte, a molher alegre, o pecár triste» (GLP: 74).

Partes → Acidentes ↓	Nome	Pronome	Verbo
Qualidades	Próprio/Comum Substantivo/Adjetivo Relativo/Antecedente	-	Substantivo (<i>ser</i>) /Adjetivo (todos os outros) Pessoal /Impessoal Ativo/Passivo /Neutro (<i>estou</i>)
Espécies	Patronímico Possessivos Diminutivos Aumentativos Comparativos Verbais Participiais Adverbiais	Primitiva (<i>eu</i>) Derivada (<i>meu</i>)	Primitiva (<i>amo</i>) Derivativa (<i>desamo</i>) <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; margin-left: 10px;"> { <ul style="list-style-type: none"> Aumentativo (<i>embranquecer</i>) Diminutivo (<i>choramingar</i>) Denominativo (<i>selar</i> de <i>sela</i>) Adverbial (<i>avantejar</i> de <i>avante</i>) </div>
Figuras	Simples (<i>justo</i>) Composto (<i>arquibanco</i>)	Simples (<i>este</i>) Composto (<i>aqueste</i>)	Simples (<i>conheço</i>) Composto (<i>desconheço</i>)
Géneros	masc. (<i>homem</i>), fem. (<i>mulher</i>) comum a dois (<i>inventor</i>) comum a três (<i>forte</i>) neutro (<i>o querer</i>) duvidoso (<i>céu</i>)	masc. (<i>este</i>) fem. (<i>esta</i>) neutro (<i>isto</i>) comum de dois(<i>eu</i>)	Do verbo pessoal: Ativo - pode converter-se à voz passiva Neutro - não pode converter-se à voz passiva
Pessoas	-	1. ^a (<i>eu</i>) 2. ^a (<i>tu</i>) 3. ^a (<i>ele</i>)	1. ^a (<i>eu amo</i>) 2. ^a (<i>tu ouves</i>) 3. ^a (<i>aquele ama</i>)
N.º	singular/plural	singular/plural	singular/plural
Declinações	as do latim	as do latim	-
Tempos	-	-	Presente (<i>amo</i>) Passado por acabar (<i>amava</i>) Passado acabado (<i>amei</i>) Passado mais que acabado (<i>amara</i>) ou suprimido por rodeio (<i>tivera amado</i>) Vindouro (<i>amarei</i>)
Modos	-	-	Indicativo (<i>eu leio</i>) Imperativo (<i>António, lê</i>) Outativo (<i>prouvesse a Deus que lesses</i>) Sujuntivo (<i>Eu leria bem, se o continuasse</i>) Infinitivo (<i>Não posso conceder-vos isto que pedis</i>)
Conjugações	-	-	1. ^a (em <i>-ar</i>) 2. ^a (em <i>-er</i>) 3. ^a (em <i>-ir</i>)

Partes → Acidentes ↓	Advérbio	Preposição	Artigo	Conjunção	Interjeição
Qualidades	-	Por <i>ajuntamento</i> (<i>Eu vou à escola</i>) Por <i>composição</i> (<i>aprovo</i>)	-	-	-
Espécies	Primitiva (<i>muito</i>) Derivada (<i>bem de bom</i>)	-	-	muitas <u>mais comuns:</u> copulativa(<i>e</i>) disjuntiva(<i>ou</i>)	muitas
Figuras	Simples (<i>ontem</i>) Composto (<i>anteontem</i>)	Singela (<i>cerca</i>) Dobrada (<i>acerca</i>)	-	-	-
Gêneros	-	-	masc. fem. neutro	-	-
Significação	(de) lugar, tempo, quantidade, qualidade, afirmar, negar, duvidar, chamar, desejar, ordenar, etc.	-	-	-	-
Declinações	-	Casos Regidos: genitivo (<i>de, do</i>) dativo (<i>a, ao, para</i>) acusativo (<i>a, ante, diante</i>) ablativo (<i>com, em, no</i>)	nom. (<i>o</i>) gen. (<i>do</i>) dat. (<i>ao</i>) acus. (<i>o</i>) voc. (<i>oh!</i>) ablat. (<i>do</i>)	-	-

Quadro 1 - As partes da oração em João de Barros

A *sintaxe*, designada por «construicam», é tomada como «hũa cõueniêçia antre pártes, póstas ã seus naturáes lugáres» (GLP: 115)²⁷ e aparece tratada em duas frentes: «concordãcia» e «regimento». Assinale-se que esta partiçãõ é, de certo modo, inovadora; não a encontramos explicitamente em Nebrija, mas ela virá posteriormente a ser regular, como acontece, por exemplo, em *Port-Royal* ou na *Gramática Filosófica* (1822) de Soares Barbosa.

Neste capítulo, convém destacar dois aspetos que se inserem, ainda hoje, na problemática geral sobre a linguagem. O primeiro diz respeito à ideia de que falar é um processo natural ao homem, enquanto espécie: «(...) ao hómẽ e naturál a fála (...)» (GLP: 115). Uma concepção semelhante, embora com uma roupagem nova, é partilhada nos nossos dias por Steven Pinker, um linguista do MIT, que em 1994 escreveu um livro com um título bastante sugestivo *The Language Instinct*, onde escreve:

Mas prefiro o termo confessamente bizarro «instinto», pois veicula a ideia de que as pessoas sabem como falar mais ou menos da mesma forma como as aranhas sabem tecer as suas teias. Esta actividade não foi inventada por uma aranha genial e não depende de ter tido a educação correcta ou de ter aptidão para arquitectura ou para a construção. Em vez disso, as aranhas tecem teias porque têm cérebros de aranha, o que lhes dá a ânsia de tecer e a competência para o fazerem (*apud* Devlin [1997] 1999: 164-5).

Embora seja interessante este paralelismo entre a competência *aracnídea* e a competência verbal dos humanos, pensamos, no entanto, que é aqui subestimado o papel fundamental da aprendizagem no caso da linguagem verbal. Com efeito, não parece que as aranhas tenham grandes ensinamentos para tecerem as suas teias, enquanto sem interação social, sem aprendizagem, a linguagem humana não passaria de alguns rudimentares ‘grunhidos’.

O segundo aspeto prende-se com a questão dos *universais* linguísticos, questão à qual João de Barros alude explicitamente. Na sua opinião, a única característica universal ou *natural* das línguas consiste na concordância do substantivo com o adjetivo, do nominativo com o verbo e do relativo com o antecedente. Na relação entre as outras partes da oração, cada língua adota regras próprias: «Quanto ao regimento das outras pártes, cada naçám tem

²⁷ João de Barros concebe já aqui *lugares naturais* para as palavras na frase.

sua ordem: e por nam serem uniuersáes a todos, lhe podemos chamár açidentáes» (GLP: 115).²⁸

Já quase no final da gramática, o autor elenca as chamadas *Figuras*. Aqui, é interessante assinalar que Barros adota uma terminologia muito próxima dos latinos ao considerar como *barbarismo* «vicio que se comete na escritura de cada hũa das pártes, ou na pnũciaã» (GLP: 123). Assim, a *prótese*, a *aférese* ou a *síncope* são algumas das figuras consideradas como ‘barbarismos’. E assinala ainda que: «E ã nenhuma pártre da terra se comete mais esta figura da pnũciaã, õ nestes reinos: por causa das muitas nações õ trouxemos ao iugo de nõsso serviço» (GLP: 123). Numa segunda parte da gramática, João de Barros refere-se com mais detalhe à ortografia (demasiado sucinta no início da gramática). Defende o autor, aqui, uma escrita o mais próximo possível da fala:

A primeira e principál regra da nõssa ortografia, e escrever totalas dições com tantas leteras com quantas a pronunçiamos, sem poer consoantes oçiósas: como uemos na escritura italiana e francesa (GLP: 139).

Nesta parte, o autor não está interessado em mostrar erudição – «Quem curiosidades quiser, nestes (autores clássicos) achará tantas que póde gastár hum pár de vidas» (GLP: 135) – mas tão somente tratar «do necessário aos principiantes».

Quanto às **partes da oração**, João de Barros, como atrás assinalei, toma nove, estabelecendo nitidamente, entre elas, uma hierarquia de valores. A imagética utilizada, bem própria do seu tempo, baseia-se num jogo de xadrez. Passaremos, então, de seguida, a analisar, com um pouco mais de detalhe, este *xadrez gramatical*. Começemos pelo *nome* e *verbo* sobre os quais se diz:

(...) assy estes nõssos **dous reys, nome e verbo**, (...) governã e regẽ totalas linguágẽes da terra, em tanta páz e amor antre sy, que nam se uio republica assy governáda per hũ, como estes sendo dous governã a sua (GLP: 90; negrito nosso).

²⁸ Esta passagem parece ser de clara inspiração nebricense. Diz o gramático espanhol: «Este concierto de las partes de la oración entre sí es natural a todas las naciones que hablan, por que todos conciertan el adjetivo con el substantivo, el nominativo con el verbo, el relativo con el antecedente; mas, assí como aquestos preceptos son a todos naturales, assí la outra orden [y] concordia de las partes de la oración es diversa en cada lenguaje (...)» (Nebrija [1492] 1989: 216).

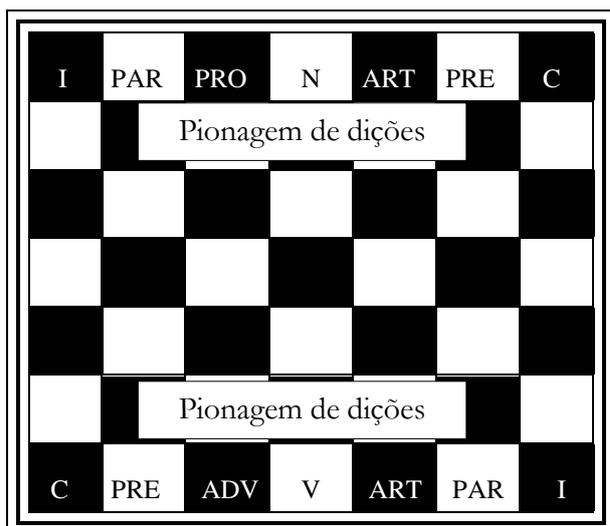
Empregando termos ligados à realidade, sugere-se que estas são as categorias principais da oração, sendo o *verbo* definido como «hũa vóz ou palavra que demóstra obrár algũa cousa» (GLP: 91). A citação seguinte é, também, curiosa: João de Barros concebe a língua como um *jogo de xadrez*, em que cada peça (categoria gramatical) assume um determinado papel ou, utilizando uma terminologia mais especificamente linguística, um determinado *valor*. Diz-se, então, no início da *Grammatica*:

E como pera o iogo do enxedrez se requerẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leyes do que cada hũa deve fazer (...) assy totalas linguágẽes tem dous reis, diferentes em genero, e concordẽs õ officio: a hũa chamã Nome, e ao outro, Verbo (GLP: 59).²⁹

A propósito desta passagem, Leonor Buescu refere que à volta do Nome e do Verbo («poderosos reys») se organiza toda uma *pionagem* de outras categorias e que esta é uma ideia que parece conter já o embrião da noção de *sistema* ou mesmo de *estrutura generativa*. Segundo esta autora, referindo-se a João de Barros, «o *discurso* organiza-se bipolarmente entre *nome* e *verbo*, cada um deles construindo o seu próprio «campo magnético» (Buescu 1983: 176). Sob a jurisdição do *nome* estariam o *artigo* e o *pronome* enquanto o *advérbio* e a *conjunção* seriam ‘dominados’ pelo *verbo*. O *particípio*, na interpretação de Buescu, serviria a ambos (nome e verbo) enquanto a *interjeição* é considerada uma categoria «extra-linguística». Pensamos, no entanto, que estará talvez mais próximo da imagética de João de Barros o esboço de xadrez que a seguir propomos, no que respeita à disposição das *peças* gramaticais:³⁰

²⁹ Embora Saussure, muito provavelmente, nunca tenha lido esta passagem não deixa de ser curioso o facto de ambos os autores empregarem a mesma imagem (jogo de xadrez) para explicar o funcionamento da língua. Saussure ([1916] 1995: 149) escreve :«Mais de mêmẽ que le jeu d’échecs est tout entier dans la combinaison des différentes piéces, de mêmẽ la langue a le caractère d’un systéme basé complètement sur l’opposition de ses unités concrètes».

³⁰ Note-se que um tabuleiro de xadrez normal teria 8 entradas. Este só apresenta 7 devido às partes da oração consideradas por João de Barros.



Par: *Particípio*
 Adv: *Advérbio*
 I: *Interjeição*
 V: *Verbo*
 N: *Nome*
 Pro: *Pronome*
 C: *Conjunção*
 Pre: *Preposição*

Sendo:

Reis → *Nome e Verbo*

Damas → *Pronome e Advérbio*

Peças e capitães principais → *Particípio, Artigo, Conjunção, Interjeição, Prep. (?)*

Assinale-se que João de Barros considera o *particípio*, o *artigo*, a *conjunção* e a *interjeição* como «peças e capitães principaes», servindo igualmente o *nome* e o *verbo*. A *preposição* não é, aqui, contemplada, mas como o autor a considera uma das nove partes da oração cabe tomá-la como ‘peça principal’. Diz João de Barros:

Particípio, Artigo, Coniunçam, Interieçã sam peças e capitães principáes, que de baixo de sua iurdiçam tẽ muita pionágem de dições, com que comũmete seruem a estes dous poderócos reys, Nome e Verbo (GLP: 60).

De salientar ainda, relativamente a esta citação, o emprego de termos como «capitães», «pionágem» ou «reys», os quais sugerem que a guerra constituía, por esta altura, uma preocupação dominante ao ponto de influenciar a terminologia gramatical. Se não soubessemos tratar-se de João de Barros, ilustre gramático e homem de cultura, bem poderíamos tomá-lo como estratega militar.

De qualquer modo, seja qual for a imagética adotada, o que parece inegável é o facto de, em relação às várias partes da oração, João de Barros as considerar hierarquicamente, elegendo como principais o *nome* e o *verbo*, a que se segue o *pronome* e o *advérbio* (2.º grau

de importância) e, por último, o *particípio*, *artigo*, *conjunção* e *interjeição*.

δ. A sintaxe em João de Barros

A *sintaxe*, para Barros, é sinónimo de *construção* e, inspirado nos gramáticos latinos, o autor dá de *construção* uma definição bem naturalista. Recordando essa definição («hũa cõueniêçia antre pãrtes, póstas ã seus naturáes lugáres», *GLP*: 115) é-nos transmitida a ideia de que as diversas palavras que constituem uma frase têm ‘lugares naturais’, que lhes são próprios; a ordenação das dições é considerada não como algo de aleatório, casual, mas antes obedecendo a lugares ou posições adequadas. Infere-se daqui, implicitamente, a importância concedida à *ordem* das palavras na construção do sentido da frase. O conceito de *ordem natural*, ou o de *lugares naturais* para as dições, não parece muito claro e muito menos fundamentado. Ordem natural porquê? Porque é aquela a que o uso da língua nos habituou? Ou existirá uma ordem canónica abstrata a respeitar pelos diferentes constituintes da frase? João de Barros, infelizmente, não nos esclarece sobre estas questões. De qualquer modo, o que podemos dizer é que esta ideia da ordem natural não é propriamente exclusiva de Barros. Já Nebrija, no Cap. II da *Sintaxe*, escreve: «Entre algunas partes de la oración ai cierta orden casi natural y mui conforme a la razón (...)» (Nebrija [1492] 1989: 217). Vê-se, nesta passagem, a ordem fundamentar-se na razão. A ordem das palavras, na frase, é *natural* porque se conforma com o nosso entendimento, porque é conforme com a *razão*. E para os antigos esta explicação bastava.

São naturais os lugares das dições na oração assim como também é tomada como natural a *conveniência* entre as partes. *Conveniência* que, percebêmo-lo mais adiante, é sinónimo de *concordância*, sendo apresentada em três frentes:

- (i) Em género, número e caso do substantivo com o adjetivo (*os hōmēes bons*);
- (ii) Em número e pessoa entre o nome (nominativo) e o verbo (*eu amo*);
- (iii) Em género, número e pessoa do relativo com o antecedente (*eu amo os moços os quães fólgam de aprender*).

Para além da concordância ou conveniência entre as *partes orationis* concorre ainda, para a construção das frases, o regime ou *regimento*, como é designado por Barros. Ficamos, assim, a saber que se fala de regime:

(...) quando hũa diçám se construe com outra diuersa a ella, per genero ou per numero cáso ou pessoa: sómente per hũa espeçial natureza, cõ que obriga e sogeita a seguinte aser pósta em algum dos cáso que temos, como se uerá ao diante (GLP: 116).

Deduz-se daqui que o regime diz respeito à junção de dições em que uma delas obriga a outra a ser posta num certo caso. E, dada esta definição, o autor passa a apresentar, sintetizados, os diversos casos regidos pelas diferentes partes da oração, a saber, o regimento de verbos, nomes, advérbios, preposições, conjunções e interjeições.

Para o regimento dos *verbos* concorre a noção de verbo transitivo (ou «passador» porque a ação do verbo passa para as dições seguintes). Assim, os verbos pessoais transitivos regem os seguintes casos:

- (i) Genitivo (*marauilhome da grãndeza de deus, esqueçese dos meus pecádos*);
- (ii) Dativo, todo o verbo que significa «obedecer, comprazer» (*sirvo a deus, obedeço a elrey*);
- (iii) Acusativo (*Amo a uirtude, leo os livros*);
- (iv) Acusativo seguido de genitivo ou ablativo (*enchy a cása de trigo, uazey a bolsa de dinheiro*);
- (v) Acusativo seguido de dativo (*Eu dou grãças a deus, fáço bẽ aos próues*).

Os verbos pessoais intransitivos, também apelidados de *neutros*, podem, circunstancialmente, ocorrer com complementos preposicionados (*estou na igreja, uou á escóla, uigio de dia, durmo de noite*).

Quanto aos verbos impessoais, «os que nam tem numeros e pessoas, e se coniugam pelas terçeras» (GLP: 119) requererem antes de si dativo e depois de si um verbo no modo infinito. São referidos alguns tipos de construções como *convém, cumpre, apraz* (*A my cõuẽ dár doutrina, a ti relçua aprẽder ciencia / aos hómẽes apráz ter dinheiro, ás mulheres cõpre onestidáde*). Não são, aqui, contemplados verbos como *acontece* ou *parece* que pedem construções diferentes nem tão pouco se referem os impessoais meteorológicos como *chove* ou *troveja* que de todo não pedem infinito.

Os nomes:

(i) Regem genitivo (*A ley de deos, filho do conde* – o nome passa a «súbdito» do seu complemento);

(ii) Alguns adjetivos regem substantivos em genitivo (*cobiçoso de honrra*) ou em dativo (*mánso aos humildes*) e outros em genitivo e dativo (*chegádo do conde e ao conde*).

Dos advérbios se diz que podem apresentar três «acidentes»:

(i) Advérbios conjugados (*bem prudente e sagázmente se oueram os Romanos contra os cartagineses*);

(ii) Acréscimo de intensificadores (*muy mal cumpriste comigo*);

(iii) Regime de casos (*asáz de dinheiro, muito disto*).

As preposições podem reger:

(i) Genitivo (*debaixo do ceo, fóra do reino*);

(ii) Acusativo (*contra Luthero, antre os bōos*);

(iii) Ablativo (*com deos, no çeo, sem pecádo*).

Sobre as conjunções não são apresentados casos regidos referindo João de Barros os dois tipos mais comuns de conjunções: copulativas e adversativas.

As interjeições podem reger:

(i) Vocativo (*ó deos, ó hómem perdido*);

(ii) Genitivo (*ay de aquelles que tem pouca fazenda*).

Após esta análise detalhada, convém resumir o tratamento dado à sintaxe por J. de Barros:

(i) Admite-se que, para a construção das frases, concorrem sobretudo dois fatores: a *concordância* e o *regime*;

(ii) A concordância é universal e natural nas línguas enquanto que o regime é arbitrário pois «cada naçám tem sua órdem» (*GLP*: 115);

(iii) A ordem das palavras é tomada como ‘natural’ assim como é também natural a fala nos homens;

(iv) Baseando-se no português da altura, João de Barros apresenta uma súpula dos

diversos casos regidos pelas partes da oração.

Nunca é demais sublinhar que tudo isto é feito tomando como base o **uso** que do português se fazia. O autor apresenta, em oito páginas, uma descrição sintática do português do séc. XVI, destacando-se os casos regidos pelas várias partes, tomando como modelo as gramáticas latinas.

Em conclusão, a *GLP* de João de Barros pode ser verdadeiramente considerada a primeira gramática portuguesa (se atendermos ao caráter anotativo do texto de Oliveira), obedecendo genericamente à tetrapartição das gramáticas latinas. É dado, nesta obra, especial enfoque ao tratamento das várias partes da oração nas suas espécies, figuras, modos, qualidades, etc. A ortografia e a prosódia são abordadas de uma forma sucinta. Nenhum desenvolvimento é dado à fonética ou à articulação dos sons, ao contrário do que acontecia em Fernão de Oliveira. A sintaxe, que ocupa as páginas 115 a 122 da gramática, limita-se à exposição de alguns tipos de *concordância* (do adjetivo com o substantivo em género e número, do nome com o verbo em número e pessoa, do pronome relativo com o antecedente em género número e pessoa)³¹ e de *regência* (os casos regidos pelas várias partes da oração).

³¹ João de Barros, neste capítulo, refere também que os adjetivos podem ocorrer numa posição pré-nominal (os que «se antepõem») ou pós-nominal (os que «se pospõem») não estabelecendo ainda nenhuma diferença valorativa. A justificação que dá para isto acontecer é tão-somente o de soar bem: «E nã temos nisto mais regra q̄ o cõsintimento da orelha» (*GLP*: 117).

SINTAXE

DE CONCORDÂNCIA	DE REGIME
<ul style="list-style-type: none"> . em género, número e caso do <i>adjetivo</i> com o <i>substantivo</i> . em número e pessoa entre o <i>nome</i> e o <i>verbo</i> . em género, número e pessoa entre o <i>relativo</i> e o <i>antecedente</i> 	<ul style="list-style-type: none"> . Do verbo <i> pessoal</i> A) <u> Transitivo</u>: genitivo, dativo, acusativo, acusativo + genitivo ou ablativo, acusativo + dativo B) <u> Intransitivo ou neutro</u>: admite complementos preposicionados . Do verbo <i> impessoal</i>: dativo + verbo imp. + infinitivo . <u> Do adjetivo</u>: - genitivo, dativo . <u> Do advérbio</u>: - advérbios conjugados, intensificadores, genitivo
<ul style="list-style-type: none"> . <u> Da preposição</u>: -genitivo, acusativo, ablativo . <u> Da interjeição</u>: - vocativo, genitivo . <u> Do nome</u>: -genitivo 	

Quadro 2: A sintaxe em João de Barros

4. A influência de Nebrija

É quase certo que os nossos primeiros gramáticos tenham lido a *Gramática de la Lengua Castellana*, escrita pelo espanhol Elio Antonio de Nebrija e publicada pela primeira vez em 1492. Esta obra, pela sua importância, sobretudo por se tratar de uma primeira gramática da língua espanhola, constituiu-se como *modelo* gramatical na Península Ibérica, tendo também conhecido grande divulgação no continente americano, por altura dos descobrimentos. Fernão de Oliveira, na sua *Grammatica*, refere-se explicitamente a este autor: «Diz Antonio de nebrissa ñ temos na espanha somēte as letras latinas (...)» (*GLP*: 251). Como atrás assinalámos, do espólio de Oliveira consta uma cópia manuscrita da gramática nebricense.

João de Barros, embora não se refira a este autor de uma forma tão evidente, adota uma definição de gramática em tudo semelhante à que é dada por Nebrija. Este último considera a gramática como «Ciencia de bien hablar y bien escribir cogida del uso y autoridad de doctísimos varones» (*apud* Quilis 1989: 22) – e João de Barros (re-citando) «e hũ módo certo e iusto de falár e escreuer, colheito do uso e autoridáde dos barões doutos» (*GLP*: 59).

A gramática aparece aqui com uma intenção claramente normativa, sendo a ‘norma’ fixada pela autoridade de quem conhece bem a língua. Esta concepção gramatical parece ser diretamente inspirada em Quintiliano, para quem o ‘uso’ deveria ser o das pessoas instruídas e não o da maioria: «j’appellerai “usage” l’accord des gens cultivés» (Quintiliano [93] 1975: 117). Nebrija pretenderia dar a conhecer as regras da língua vulgar de Espanha que se encontrava já bastante desenvolvida e madura, seguindo um padrão culto, contribuindo, assim, para a sua estabilização. Para este empreendimento baseou-se em toda a tradição greco-latina, nomeadamente em Prisciano, Diomedes, Donato e Quintiliano a quem chama «nuestro» (Quilis 1989: 22). No início da obra (dedicatória à rainha D.^a Isabel) apresenta alguns objetivos da sua gramática como sejam a unificação da nação espanhola e a expansão do poderio espanhol por vários continentes, apelando ao binómio *língua - poder político*:

(...) después que vuestra Alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos bárbaros y naciones de peregrinas lenguas, y con el vencimiento aquellos tenían necesidad de recibir las leyes quel vencedor pone al vencido, y con ellas nuestra lengua (...) (Nebrija [1492] 1989: 113).

Está patente, nesta passagem, a ideia de que aos povos conquistados são impostas não só as leis político-administrativas, mas também as *leis* linguísticas.³² Como atrás referimos, também João de Barros adota uma concepção muito semelhante no *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem*.

A gramática de Nebrija começa por situar a língua espanhola na história, remontando às origens que, como era consensual na altura, coincidiam com o hebraico. Um traçado muito semelhante será feito mais tarde por Fernão de Oliveira, relativamente ao português. Em ambos podemos encontrar uma interpretação bíblica para o problema da origem e

³² A ideia de que o poder anda geralmente associado à língua pode também encontrar-se em Juan de Valdés, contemporâneo de Nebrija. Este autor explica assim a diferenciação linguística: «(...) tantas diferencias ay de lenguas quanta diversidad de señores» (*Diálogo de la lengua*, p.34).

diferenciação das línguas. Como assinala Leonor Buescu:

Assim é que os gramáticos da Renascença estão ainda muito próximos da interpretação literal da Bíblia e consideram o passo do Génesis que se refere à criação de palavras por Adão como um passo de carácter directamente histórico. Parece, pois, que é por motivos religiosos que o hebraico, a língua do Antigo Testamento, é apresentado, a partir de S. Jerónimo, como a única língua primitiva – aquela de que Deus se serviu ao comunicar com a criatura (Buescu 1978: 23).

Nebrija, seguindo Quintiliano, divide a sua gramática em duas grandes partes: I - *Methódica* ou *doctrinal* («contiene los perceptos y reglas del arte », *GC*: 117) e II – *Histórica* ou *declaradora* («porque expone y declara los poetas y outros autores por cuja semejança avemos de hablar», *GC*: 117). A primeira parte-se em quatro «consideraciones»:

(i) *Ortografia* («sciencia de bien y derecha mente escribir», *GC*: 117);

(ii) *Prosódia* ou *acento* («nos otros podemos la interpretar acento, o más verdadeira mente canto. Ésta es arte para alçar y abaxar cada una delas sílabas de las diciones (...) », *GC*: 117);

(iii) *Etimologia* ou «*verdad de palabras*» («Ésta considera la significación y accidentes de cada una de las partes de la oración », *GC*: 117);

(iv) *Sintaxe* ou *ordem* («A ésta pertenece ordenar entre sí las palabras y partes de la oración», *GC*: 118).

São consideradas, nesta gramática, dez **partes da oração**: *nome*, *pronome*, *artigo*, *verbo*, *particípio*, *gerúndio*, *nome participial infinito*, *preposição*, *advérbio* e *conjunção*. Relativamente ao latim, são acrescentados o *artigo*, o *gerúndio*, e o *nome participial infinito*. A *interjeição* é incluída na classe dos advérbios. João de Barros difere, neste ponto, de Nebrija, por não considerar o *gerúndio* nem o *nome participial infinito* e por tomar a *interjeição* como parte autónoma da oração. O tratamento dado, por este gramático castelhano, às partes da oração parece ter inspirado de uma forma direta João de Barros: a análise dos «acidentes» é muito idêntica nos dois autores. Também na classificação dos tempos verbais, Nebrija fala de «*tiempo presente*», «*passado no acabado*», «*passado acabado*», «*passado mas que acabado*», «*por rodeo*» – se consultarmos os quadros de análise

da gramática barrosiana, vamos encontrar as mesmas designações em João de Barros.

À **sintaxe** ou «orden de las diez partes de la oración» é, como *soía*, dado pouco desenvolvimento. Aqui, o autor alude ao que considera ser «natural a todas las naciones que hablan» (GC: 216) e que se resume à concordância do relativo com o antecedente, do adjetivo com o substantivo e do nominativo com o verbo – o mesmo será dito por Barros.

Sobre a ordem das palavras na oração, Nebrija considera que ela corresponde a uma ordem *natural*, pois «las cosas que por naturaleza son primeras o de maior dignidad, se an de anteponer a las siguientes y menos dignas» (GC: 217). Deste modo, deverá dizer-se *de oriente a ocidente* e não o contrário *de ocidente a oriente* porque, na opinião do autor, na ordem natural primeiro vem o oriente.

Para além destas observações, a sintaxe fica, nesta obra, praticamente reduzida aos casos regidos pelo nome e pelo verbo, não sendo feita, ainda, a distinção entre sintaxe de concordância e de regência, como já acontece em João de Barros.

Embora a influência deste autor castelhano sobre os nossos primeiros gramáticos pareça ser inegável, não será correto considerar que eles se limitaram a uma mera tradução do gramático espanhol. Com efeito, poderíamos enumerar aqui uma série de diferenças. Referimos simplesmente seis:

(i) Nebrija considera dez partes da oração (inclui o *gerúndio* e o *nome participial infinito*, mas não considera a *interjeição*); João de Barros toma nove; Oliveira não faz um estudo sistemático sobre esta matéria;

(ii) A divisão das várias secções das gramáticas é diferente nos três autores;

(iii) João de Barros distingue já *sintaxe de concordância* e *sintaxe de regência*, o que não é feito por Nebrija;

(iv) A gramática de Nebrija tem intenções mais «especulativas» do que «perceitivas», aproximando-se de Oliveira, mas não de Barros;

(v) Nem na gramática de Nebrija, nem na de João de Barros encontramos descrições pormenorizadas das letras, como faz Oliveira;³³

(vi) João de Barros, na sua gramática, não parece preocupado com o problema da origem e diferenciação das línguas,³⁴ o que não acontece com Nebrija que dedica a este

³³ No entanto, Antonio de Nebrija faz publicar em 1503 a obra *De vi ac potestate litterarum*, dedicada exclusivamente ao estudo das letras.

³⁴ João de Barros refere-se a este assunto no *Dialogo em Louvor da Nossa Linguagem*, adotando explicações muito semelhantes às que são dadas por Nebrija ou Oliveira.

assunto a primeira parte da sua gramática. O mesmo será feito por Oliveira, como atrás assinalámos.

5. Ortografistas

O século XVI vê ainda surgir alguns ortografistas, como Pêro Magalhães de Gândavo que faz publicar, em 1574, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Orthographia da lingua Portuguesa e Dialogo em Defesaõ da lingua Portuguesa* ou Duarte Nunes de Leão, autor de *Ortografia* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1604). Começamos pelo primeiro.

Pêro Magalhães de Gândavo nasce por volta de 1479, em Braga. Filho de pai flamengo, patente na origem do nome *Gândavo* derivado de Gand, cidade da Flandres com a qual Portugal mantinha relações comerciais. Passa grande parte da sua vida Entre Douro e Minho, onde ensina latim e português embora tenha, também, desempenhado a função de copista na Torre do Tombo. A sua produção literária contempla duas áreas principais: História e Gramática, ou Linguística, para usarmos uma designação mais atual. Sabe-se que esteve por duas vezes no Brasil e que daí resultou a elaboração de duas obras de carácter histórico: *Tratado da Terra do Brasil* – redigido por volta de 1569 e mantido inédito até ao século XIX – e *História da Província de Santa Cruz*, de 1576 quando se encontrava a desempenhar o cargo de provedor da Fazenda da Capitania de S. Salvador da Baía. Ao que sabemos estas duas obras não tiveram grande impacto no público português, ao contrário das *Regras* e do *Dialogo*. Que estes textos foram bem recebidos atestam-no as suas três edições: a primeira de 1574 por António Gonçalves, a segunda de 1590 por Belchior Rodrigues e a terceira de 1592 por António de Siqueira. A razão para isto ter acontecido prende-se, talvez, como é assinalado por Leonor Buescu na Introdução à edição *Princeps*, com o interesse suscitado à época pela «Questão da Língua» e pelas edições relativamente recentes das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros.

As *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Orthographia da lingua Portuguesa* são um texto eminentemente prático cujo objetivo é, simplesmente, ensinar algumas regras para bem redigir em português. E justifica o autor no «Prologo ao Lector» (p.5) a pertinência desta obra:

E porque nesta parte os mais dos Portugueses são muy estragados & viciosos, & com innumeraveis erros que cometem, corrompem a verdadeira pronunçião desta nossa linguagem Portuguesa (...).

É aqui traçado um quadro ortográfico negro para os «mais dos Portugueses». Mas talvez seja compreensível este estado de coisas. Estava-se em pleno século XVI, não existindo ainda uma verdadeira norma ortográfica; durante muito tempo, desde a promulgação do português como língua nacional, a escrita esteve, basicamente, sujeita aos caprichos ou idiossincrasias dos escrivães. Em muitos textos quinhentistas não raro encontramos grafias discordantes para os mesmos vocábulos e até discordantes num mesmo autor (Fernão de Oliveira ora escreve *lingua* ora *lingoa*; *homens* e *homēs*; *fazem* e *fazē*). O aparecimento e difusão da imprensa deveria constituir um fator de normalização, mas o que acontece é que são os próprios editores, em muitos casos, fontes de incorreções ortográficas.

Magalhães de Gândavo pretende, assim, pôr alguma ordem em campo. E destina este texto «para os que não são latinos», querendo com isto dizer que se dirigia aos «mais dos Portugueses» e não simplesmente aos gramáticos. O público alvo seria, então, todos aqueles que estivessem interessados em aprender a escrever sem incorreções – «a toda a pessoa que as quizer seguir» - as regras de ortografia. Como assinala Filomena Gonçalves:

Mais norteado por objetivos pragmáticos do que pela constituição de uma verdadeira doutrina, as *Regras* de Gândavo revestem-se, ainda assim, de não pouco interesse, pelo facto de terem sido concebidas como produto de vulgarização de um sistema gráfico português, numa época em que, devido à crescente proliferação de impressos, urgia a uniformização (Gonçalves 2003: 811).

O texto, como atrás referimos, está escrito num estilo simples e despretensioso e encontra-se dividido em onze partes, ou melhor, apresenta onze títulos, os quais não mostram obedecer a qualquer plano genérico:

1. *De como se ha de fazer differença na pronunçião de algũas letras em que muitas pessoas se costumam enganar*. Elucida o autor, aqui, acerca da escrita de palavras com *c*, *z*, *s* em posição inicial, medial ou final de dição.

2. *Das letras com que se escreve, & syllabas que se formão dellas.* São-nos apresentadas as letras do alfabeto português que consta de vinte letras ou vinte e uma, contando com o y grego; o h fica de fora porque «lhe não chamão os Latinos letra, senão aspiração» (Gândavo [1574] 1981: 15). Em relação ao alfabeto apresentado por Fernão de Oliveira nota-se claramente uma simplificação: Oliveira considera 33 letras incluindo duplas consoantes e grupos como *ch*, *lh*, ou *nh*. Ainda nesta secção justifica o autor a existência da sílaba pela presença de uma vogal, havendo tantas sílabas quantas as vogais, salvo se existirem duas vogais juntas. A lista das maiúsculas finaliza esta parte.

3. *Dos lugares onde se hade usar destas letras maiusculas, & das pausas & distinções que se requerem no discurso das escripturas.* Gândavo ensina o emprego das maiúsculas (nomes próprios, sobrenomes, cidades, vilas, etc.) e sinais de pausa (vírgula, dois pontos, um ponto).

4. *Do que se poe per parenthesis.*

5. *Do que se há de pôr com interrogação.*

6. *Dos sinaes que se hão de usar quando se não acabar a dição no fim da regra, & de como se ha de fazer esta divisaõ.* Ensinam-se algumas regras de divisão silábica e translineação.

7. *Dos accentos que se hão de usar em algũas letras, ou vocabulos que tiverem duvidosa a significação.*

8. *Das letras superfluas que se hão de vedar nas partes onde não forem necessarias.*

9. *De como se hão de escrever nomes & verbos compostos.* Considera o autor compostos nomes como *affirmo*, *accidente*, *asseguro*, *officio*, *differente*, *assicomo* os quais por serem compostos por a, i, o ou di obrigam a que a consoante seguinte seja dobrada. Bem distante está este conceito de composição daquele que hoje usamos; provavelmente Gândavo faz remontar a origem dos vocábulos ao latim e seus prefixos.

10. *Da pronunciação G*, seguido de u, vogal ou e/i.

11. *Das partes a que se ha de ajuntar esta aspiração H.*

Sem grandes voos especulativos (nem a matéria o permitia), Magalhães Gândavo elucida, assim, neste texto, de uma forma sintética, as regras elementares de ortografia do português.

O *Dialogo em defensão da lingua portuguesa* (1574), do mesmo autor, é um texto que

se insere plenamente na chamada «Questão da Língua», a qual centrou as atenções de muitos escritores quinhentistas. Com efeito, vamos nele encontrar, essencialmente, a defesa e enobrecimento da nossa língua por parte de um dos intervenientes no diálogo, defesa essa que fica mais enfatizada pelo estilo adotado. Trata-se de uma **disputa verbal** entre dois interlocutores – Petrónio, português, e Falêncio, espanhol. Assinale-se que o diálogo era uma forma de exposição dos assuntos muito comum à época, remontando já à antiguidade (lembramo-nos dos diálogos de Platão), pois satisfazia os requisitos de didatismo e de progressão na abordagem dos vários temas.³⁵

Petrônio entra em defesa exaltada da língua portuguesa sustentando que «sendo ella em si tão grave & tão excellente assi na prosa como no verbo que só a latina lhe pode nesta parte fazer ventagem» (Gândavo [1574] 1981: 42). Logo contra-argumenta Falêncio, que parece estar interessado a todo o custo em vilipendiar o português, caracterizando-o como tosco e grosseiro («la mas tosca y grossera del mundo»). E apresenta razões para isto: de início constava o português de vocábulos muito diferentes e impróprios tendo em conta a sua natural significação e origem; com o tempo, os homens foram apurando a língua juntando-lhe vocábulos de outras línguas. Por conseguinte, o argumento é este: sem a ajuda de outras línguas o português seria definitivamente «rude» e «tosco». Petrónio responde a isto dizendo que não é correto apelidar de grosseira uma língua que tem na sua origem o latim de onde provém a maioria dos vocábulos. Para além disso, defende mesmo que, em certas palavras, o português se mostra mais apurado que o castelhano, como é o caso do verbo *olhar* que vem de *olhos*, sendo que em castelhano se diz *mirar* que não vem de '*miros*'; também a nossa língua inclui vocábulos inexistentes em castelhano como *saudade*, *lembrança*, *praguejar*, *enxergar* ou *agasalhar*. Falêncio não se deixa ficar e pergunta por que razão será que todas as outras nações «aborrecem» o português. A isto Petrónio responde que como acontece com todas as coisas nobres, aprender português é uma tarefa trabalhosa e difícil que nem todos conseguem fazer: «(...) porque vemos por experiencia que quãto as cousas em si são melhores, & mais excellentes, tanto é mais trabalhoso & difficil ao homem alcançallas» (Gândavo [1574] 1981: 54). E prossegue o texto num tom de desafio, fazendo Petrónio uma defesa brilhante do português, não deixando, de modo algum, desmerecê-lo aos olhos do castelhano – como

³⁵ Gonçalves (2003: 19) dá conta disso mesmo: «(...) o diálogo é a forma amplamente preferida pelos ortógrafos e gramáticos em geral. De facto, encontrando-se muito vincado ao didatismo, de que era um dos suportes, e decorrendo de uma metodologia de ensino baseada no exercício da memória, a exposição dialógica revela-se bastante económica por ser direta, visto a sequência de perguntas e respostas permitir a concentração de informação e a progressão do elementar para o mais complexo».

convinha ao espírito do seu tempo.

Duarte Nunes de Leão é, como Fernão de Oliveira, uma das mais insígnias figuras literárias da época quinhentista. Ler pela primeira vez algumas das suas obras é uma agradável surpresa, pois descobrimos nele um autor sagaz, instruído, de humor refinado e inteligente, para além de ser um dos primeiros filólogos a interessar-se “cientificamente” pela história do nosso idioma.

Ao que consta, era natural de Évora, tendo aí nascido por volta de 1530, filho de um médico de nome João Nunes que morre tragicamente afogado no rio Degebe. Estuda leis na Universidade de Coimbra, obtendo o grau de «licenciado», grau que consta, aliás, da primeira página da sua *Ortografia* (licenciado em Direito Civil, ao que se sabe). Foi *Procurador* e depois *Desembargador* na Casa da Suplicação e, para além destes cargos, é autor de uma vasta obra cultural incidindo, fundamentalmente, sobre **leis** – *Artigos das Sisas* (1566), *Leis Extravagantes* (1569), *Reformaçam da Justiça* (1583) – , **história** – *Genealogia Verdadera de los Reys de Portugal* (1569), *Descrição do Reino de Portugal* (1610) – e **liguística** – *Ortografia* (1576) e *Origem da Língua Portuguesa* (1604). Uma parte da sua vida, a partir de 1580, foi passada já sob o domínio castelhano, o que não o incomodava visto ter-se assumido como acérrimo defensor do reinado filipino (posição que não lhe deve ter granjeado grandes louvores por parte dos seus compatriotas). E, como ele próprio o afirma em muitas passagens, o seu labor e fama de autor suscitaram alguns murmúrios e malquerenças, como pode ler-se no texto preambular da *Ortografia*: «Pelo que, com o exemplo de tão graves homens, devo ficar desculpado e não murmurado, como me dizem que já sou» (Leão [1576] 1983: 47).

Se, como ele defendia, a maneira de falar ou escrever espelha bem o espírito do homem e suas qualidades, então a sua obra não desmerece este seu juízo, antes o confirma.

Como atrás já referimos, Duarte Nunes de Leão surpreende pelo seu estilo sagaz e contundente, mas também pela grande sabedoria que manifesta relativamente às questões da língua. A *Ortografia*, devido ao próprio tema, não dá margem para grandes voos especulativos, antes se cingindo a esclarecer algumas dúvidas e a anotar algumas particularidades da escrita em português. No entanto, a sua leitura surpreende, pois encontramos nela informações ortográficas curiosas. Mas deixá-las-emos para mais adiante. Apontemos, por ora, algumas das razões que levaram Nunes de Leão a lançar mãos a esta empresa. E a primeira prende-se com o estado pouco digno em que, de uma forma geral,

andava a nossa maneira de escrever, nas palavras do autor «entre nós andava mui depravada» (Leão [1606] 1965: 221). E, como na sua opinião, a maneira de falar e de escrever constituem um reflexo da personalidade do indivíduo deixando transparecer a sua formação, cultura e sensibilidade, este depravado estado ortográfico não abonava nada em nosso favor, sendo, portanto, urgente esclarecer e corrigir eventuais falhas. Destacamos, em citação, as primeiras linhas da *Ortografia* - uma autêntica pérola linguística, a despeito da sua extensão:

Uma das mais aparentes vantagens, que os homens fazem aos brutos animais, é a fala e as palavras com que uns aos outros exprimem seus conceitos. E assim como os homens nisso excedem aos brutos, tanto entre si uns dos outros se avantajam, quanto na polícia e arte das palavras mostram ser superiores. Estas são o toque em que se vê o valor das pessoas, e a diferença, que há, do nobre ao plebeu, do avisado ao indiscreto e do vicioso ao bem instruído. Donde, com razão Sócrates, rogado de um Ateniense, que lhe quisesse ver um filho moço e examinar para o que era, mandou ao mancebo que falasse, dizendo: *Fala, e ver-te-ei*, dando a entender, que as frestas, por onde o interior do homem se vê, são as palavras (Leão [1576] 1983: 43).

O autor deixa claro, nesta passagem, que escrever e falar corretamente é, para além de tudo, uma marca distintiva de classe e de cultura. Uma segunda razão que o leva a escrever este texto é o exemplo de vários e célebres escritores da antiguidade que também eles se debruçaram sobre questões ortográficas, não vendo, assim, diminuída a tarefa a que se propõe. São referidos Marco Varrão, Júlio César, Marco Messala Corvino, Cipião, Caio César ou o Imperador Carlos Magno: «E por (...) a ortografia ser o lume das escrituras, foram os Antigos nobres e doutos exquisitamente curiosos dela» (Leão [1576] 1983: 45).

Uma terceira razão prende-se com o período específico em que vive o autor o qual se caracteriza, ainda, por uma certa instabilidade ortográfica: embora o português falado já se mostrasse consolidado, muitos textos eram ainda escritos em latim e mesmo os que eram escritos em português não obedeciam, como nos nossos dias, a uma verdadeira norma ortográfica.

A *Origem* foi escrita mais tarde (1606), dedicando-a o autor a Filipe II. E as razões que o levam a escrevê-la são, de certa forma, as mesmas que acima apontámos relativamente

à *Ortografia*: tentar travar e corrigir o mau estado em que andava a nossa escrita, indo um pouco mais longe ao propor uma breve história do português e explicando a evolução de muitas formas vocabulares. Resumamos, então, o traçado evolutivo que Nunes de Leão apresenta para a nossa língua:

(i) Antes da invasão dos Romanos proliferavam muitas «línguas e costumes» em terras de Espanha. A romanização vai uniformizar os povos conquistados, submetendo-os à sua língua (latim), leis e costumes.

(ii) Com os Godos, Vândalos, Suevos e outros bárbaros acontece uma grande corrupção do latim. A posterior ocupação muçulmana vem, ainda, piorar este estado de coisas, embora eles nos tenham deixado muitos termos novos.

(iii) Aquando da Reconquista fala-se, então, na Península uma língua «*mea Gothica, & mea latina*» (Leão [1606] 1965: 243) que se diferenciava em algumas regiões. Inicialmente a grande diferença que existia era entre a língua de Castela e as de Galiza e Portugal (estas duas consideradas «quase hũa mesma»), tendo-se, depois, o português «avantajado tanto, quãto na cópia & na elegância della vemos» (Leão [1606] 1965: 244). Evidencia-se, aqui, como seria de esperar num autor renascentista, o enobrecimento da língua nacional.

Mas cinjamo-nos à *Ortografia*, pois o nosso intento neste ponto foi o de conhecer os primeiros ortografistas portugueses. Depois de uma brilhante introdução, onde se argumenta em favor do bem escrever e se referem muitos escritores antigos que a esta arte se dedicaram, passa o autor à definição de *ortografia* e *voz*, sendo a 1.^a derivada do grego (*orthos* + *grapho*, «ciência do diretamente escrever») e a 2.^a tomada como «ũa percurssão ou ferimento do ar que se pronuncia pela boca do animal, e se forma com artéria, língua e beiços» (Leão [1576] 1983: 49). Do alfabeto que apresenta constam 23 letras,³⁶ embora o *h* não seja considerado letra, mas «figura de aspiração»; para além destas letras o autor considera mais quatro «em pronunção, posto que não em figura»: *ç*, *ch*, *lh* e *nh*. As consoantes, divide-as Nunes em *mudas* e *semivogais*.³⁷ Cada letra é, depois, sujeita a uma análise particular, o que, de certo modo, revela a influência de Nebrija que também escreve uma obra dedicada à ortografia *De vi ac potestate litterarum* na qual passa em revista cada uma das letras do alfabeto. Que

³⁶ «E as letras são estas: *a . b . c . d . e . f . g . h . i . k . l . m . n . o . p . q . r . s . t . u . x . y . z .*» (Leão [1576] 1983: 51). Note-se que não constam desta lista nem o < *j* > nem o < *v* > porque, como explica o autor «*i . u . têm vigor às vezes de consoantes, como em seu lugar se dirá*» (*idem*).

³⁷ «As mudas são 11: *b . c . d . f . g . k . p . q . t . e . i . e . u .* (...) As semivogais são: *l . m . n . r . s . x . z .*» (Leão [1576] 1983: 51-52).

Nunes de Leão lera o autor espanhol atestam-no as seguintes passagens: «posto que António Nebrissence, varão docto, & de maduro juízo» (Leão [1606] 1965: 231-232) e «Quanto a outra razão que António Hebrissense dá de se não acharem letreiros antigos em Espanha senão dos Romanos (...)» (Leão [1606] 1965: 232). Da análise das letras feita pelo autor deixamos, aqui, algumas curiosidades:

(i) O que hoje designamos por vogal *aberta* / *fechada*, designa Nunes de Leão por vogal *grande* / *pequena*; mas, contrariamente a Oliveira e Barros, sustenta que esta diferença deve basear-se na quantidade, seguindo a tradição latina, ou no contexto em que a letra ocorre, não existindo, assim, duas espécies de letras. Filomena Gonçalves escreve a este propósito: «(...) é nos acentos e na fonotáctica que radica a explicação dessas diferenças, e não numa verdadeira oposição entre uma vogal aberta e outra fechada (...)» (Gonçalves 2003: 820).

(ii) Alguém sabe explicar porque é que escrevemos *m* antes de *p* ou *b*? Ouçamos o autor: «E a causa é porque donde se forma o *n* que é ferindo a ponta da língua, na parte dianteira do padar, até onde se formam aquelas três letras *b*, *m*, *p* há tanta distância, que foi necessário, mudar o *n* em *m* quando se seguem, por o *m* estar perto delas na pronunção» (Leão [1576] 1983: 67). É, assim, por continuidade articulatória que escrevemos *m* antes de *p* ou *b*;

(iii) A grande semelhança entre *t* e *d* faz com que muitas palavras antes escritas com *t* se escrevam agora com *d* (*Alexanter* > *Alexandre*, *secretum* > *segredo*, *amatus* > *amado*, *auditus* > *ouvido* bem como generalidade dos participios em *-atus* ou *-itus* > *-ado* ou *-ido*);

(iv) Ao *F* os latinos chamavam *digama* porque a sua grafia parece um *g* grego dobrado chamado *gama*. Lembremos o *gama* (Γ) e teremos concordar com esta explicação;

(v) O *h*, embora não seja considerado letra mas «aspiração», é necessário para «guardar a ortografia dos nomes latinos e gregos para por ela se conhecer a origem e etimologia dos vocábulos, e para diferença deles» (Leão [1576] 1983: 60);

(vi) O *S* parece mais um «assobio» do que uma letra; daí a sua forma de «cobra enroscada, por parecer mais pronunção de cobra, que de homens» (Leão [1576] 1983: 75-76).

À análise das letras seguem-se 25 pequenas secções onde o autor esclarece acerca dos ditongos, das sílabas, da divisão das dições, e outros assuntos similares.

Em resumo, Duarte Nunes de Leão escreve a *Ortografia da Língua Portuguesa* com o

intuito de corrigir e instaurar alguma ordem no estado «depravado» em que andava a escrita em português. Possivelmente segue de perto António Élio de Nebrija (*De vi ac potestate litterarum*) e mostra conhecer autores clássicos que escreveram sobre o tema. O estilo é sagaz e contundente e poderemos encontrar informações curiosas acerca das letras (*Ortografia*), como aquela que explica a forma do <S> pelo som que lhe anda associado (parecido com o assobio de uma cobra). Na *Origem* é-nos apresentado um traçado evolutivo do português e esclarece-nos o autor acerca da proveniência e modificação («corrupção») de alguns vocábulos.

6. Sinopse

Quer a gramática de Fernão de Oliveira, quer a de João de Barros têm a particularidade de serem já gramáticas portuguesas e sobre o português, mas na sua organização e princípios orientadores elas não se afastam muito das gramáticas latinas.

Das definições de gramática apresentadas pelos dois autores poderemos concluir que a gramática veicula uma norma/modelo de fala e de escrita: «arte q̄ ensina a bem ler e falar» (F. de Oliveira) ou «hũ módo certo e iusto de falar e escreuer» (J. de Barros). Para os dois autores este modelo deve ser tomado daqueles que melhor uso fazem da língua.

Os objetivos são mais claramente pedagógicos em João de Barros do que em Fernão de Oliveira. Este último confere à sua gramática um caráter mais «especulativo» do que «preçetivo». Poderíamos mesmo dizer que atravessa a obra de Oliveira uma certa filosofia da linguagem, ainda que num estado muito primitivo. João de Barros apresenta os vários itens gramaticais de uma forma taxionómica, tratando-se mais de um ‘arrumar a casa da língua portuguesa’ ao dispor as matérias nos seus devidos lugares, sem grandes voos especulativos. Em muitas passagens Barros deixa, contudo, transparecer uma imaginação fértil, como acontece com a analogia feita entre a língua e um jogo de xadrez.

A organização destas obras respeita genericamente as quatro partes das gramáticas clássicas (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe), embora ‘no terreno’ se encontrem bastantes flutuações: Fernão de Oliveira apresenta 4 títulos cuja designação difere dos termos clássicos (ver síntese comparativa), deixando para o penúltimo capítulo algumas referências breves à sintaxe designada por «construiçam»; João de Barros, embora diga que vai imitar os latinos nas quatro partes da gramática, não dá qualquer enfoque à prosódia.

Quanto às partes da oração, elas não são objeto de um estudo sistemático em Fernão de Oliveira embora o autor faça algumas anotações sobre o *artigo*, o *nome*, o *verbo* ou o *advérbio*. João de Barros toma 9 partes: *artigo*, *nome*, *pronome*, *verbo*, *advérbio*, *particípio*, *conjunção*, *preposição* e *interjeição*, sendo as principais («reys») o *nome* e o *verbo*.

Ambos os autores mostram ter conhecimento de gramáticas anteriormente produzidas (nomeadamente gregas e latinas) a que aludem frequentemente, sendo também, em ambos, visível a influência do espanhol Antonio de Nebrija, à época tomado como modelo gramatical.

Referimo-nos, também, a dois dos primeiros ortografistas portugueses – Pêro Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão. As suas obras tentam clarificar e esclarecer algumas dúvidas do falar português cujo estado geral é, pelo autores, considerado «depravado e corrupto». Também aqui Nebrija parece ter sido fonte de inspiração, sobretudo a obra *De vi ac potestate litterarum*. Os quadros seguintes constituem uma síntese comparativa dos dois gramáticos estudados neste capítulo.

	F. de Oliveira	J. de Barros
Definição de gramática	« (...) e arte ã ensina a bem ler e falar»	«(...) um modo çerto e iusto de falar e escreuer, colheito do uso e autoridáde dos barões doutos» ³⁸
Organização da gramática	4 títulos: ⁴⁰ «Das syllabas» «Do açento» «das dições» «Da analogia»	4 partes: ³⁹ «Difinçam das leteras e o numero dellas» (<i>Ortografia</i>) «Da syllaba e seus açidentes» (<i>prosódia</i>) «Da diçam» (<i>etimologia</i>) «Da construiçam» (<i>sintaxe</i>)
Partes da oração	tratamento assistemático	<i>artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição</i> Total: 9

Quadro 3: Síntese comparativa das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros

³⁸ E ainda: «Nós podemos lhe chamar artefijão de palávras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fála como na escritura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas» (GLP: 59).

³⁹ Constam, ainda, desta gramática duas secções maiores dedicadas às 'Figuras' e à 'Ortografia' («Das Figuras» e «Da Orthografia»).

⁴⁰ Estes títulos diferem da partição proposta no final do 5.º capítulo em *Letras, Sílabas e Vozes*.

ORTOGRAFISTAS

AUTORES	TEXTOS	TÓPICOS LINGUÍSTICOS
Pêro Magalhães de Gândavo	<i>Regras que ensinam a maneira de escrever...</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Esclarecimento de algumas questões ortográficas («os portugueses são muy estragados e viciosos e com innumeraveis erros que cometem») . Escrita de vocábulos com <i>c</i>, <i>z</i>, <i>s</i>; . Emprego das maiúsculas; Sinais de pontuação; . Acentuação; Da pronuniação do <i>G</i>; . Emprego do <i>H</i>; Das letras supérfulas.
	<i>Dialogo em defesaõ da Língua Portuguesa</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Em torno da «Questão da Língua»; . Disputa verbal entre um português (Petrónio) e um espanhol (Falêncio); . Petrónio exalta e engrandece a Língua Port., Falêncio contra-argumenta, tentando trucidá-la
Duarte Nunes de Leão	<i>Ortografia da Língua Portuguesa</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Da nobreza de escrever sobre ortografia: «A ortografia é o lume das escrituras»; . Particularidades acerca do alfabeto: origem, pronuniação e emprego de cada letra; . Ditongos, sílabas e dicções; . Divisão das dições e separação das sílabas ...
	<i>Origem da Língua Portuguesa</i>	<ul style="list-style-type: none"> . Perspetiva evolutiva do português; . Da mudança linguística; . Da invenção das letras e sua antiguidade; . Renovação vocabular; . Corrupção da língua latina; . Origem de muitos vocábulos portugueses: origem grega, francesa, italiana, alemã... . Da dificuldade de aprender o português por comparação com outras línguas.

Quadro 4: Pêro Magalhães de Gândavo e de Duarte Nunes de Leão (síntese comparativa)

CAPÍTULO III – AS GRAMÁTICAS FILOSÓFICAS

1. Quadro Geral

Uma segunda fase na evolução das gramáticas portuguesas correspondeu, em traços largos, às chamadas gramáticas filosóficas. Algumas gramáticas com um acentuado cunho racionalista vieram a lume nos séculos XVIII e XIX, destacando-se as de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783), Manuel Dias de Souza (1804), João Crisóstomo de Couto e Melo (1818) e Jerónimo Soares Barbosa (1822). Convém referir que outras gramáticas filosóficas portuguesas foram elaboradas nestes séculos, algumas delas existindo, apenas, sob a forma de manuscrito. Elas são o produto de um contexto cultural específico – o *iluminismo* – pelo que convém, antes de mais, delinear as características gerais deste período da História para bem enquadrarmos as duas gramáticas estudadas nos pontos seguintes.

No século XVII, três nomes marcam decisivamente o pensamento científico do Ocidente: Descartes e o seu *Discours de la Methode*, publicado em 1637, Blaise Pascal, de quem se destaca a obra *Pensées*, e Isaac Newton que, em 1687, faz publicar *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*⁴¹ e, em 1704, a *Optica*. Para não falar já de Francis Bacon, Nicolau Copérnico ou Galileu Galilei, surgidos um pouco antes...

A interpretação da natureza e do mundo estava definitivamente a mudar de paradigmas: as crenças, superstições e dogmatismos medievais davam agora lugar à *razão* e *reflexão* humanas fundamentadas, sempre que possível, no método experimental (observação, experimentação, demonstração). Como é assinalado por Cristina Araújo (2003: 25): «Desde a publicação do *Siderius Nunctius* (1610) de Galileu que as leis científicas que regulavam o funcionamento do céu não diferiam, no essencial, das que comandavam o curso da Terra.⁴² À luz das evidências da Física experimental, entre o céu e a terra não havia distinção». Os homens de ciência desafiam os dogmas tradicionais e apelam, sobretudo, ao espírito crítico para aferir a verdade. Isaac Newton foi um dos principais mentores desta nova atitude científica, sobretudo pela sua teoria da gravitação universal e pelas três leis da inércia, para além dos seus estudos sobre óptica. Com estas ideias, Newton colocou o céu ao nível da terra,

⁴¹ Obra na qual Newton estabelece as três leis de movimento que se aplicariam a todos os objetos, quer da Terra quer do espaço, e expõe a mecânica geral do universo regida pela força da gravidade.

⁴² Galileu escreve no *Dialogo sopra i due sistemi del mondo*: «(...) gli attributi di generabile o ingenerabile, alterabile o inalterabile, partibile o impartibile, etc., igualmente e comumente convegano a tutti i corpi mondani, cio è tanto a i celesti quanto a gli elementari» (Galilei [1632] 1970: 44).

em termos de leis físicas. O universo deixa cair a sua *quintessência*; deixa de ser um espaço reservado só aos deuses para se tornar objeto de observações e de quantificações, tal como qualquer evento terrestre. Passa de *locus mysteriosus* para *locus naturalis*. Galileu Galilei contribui, também, para este estado de coisas ao reiterar a posição central do Sol e consequente movimento da Terra à sua volta, bem como as suas observações da superfície lunar e a descoberta das quatro luas de Júpiter. Nunca é demais sublinhar que esta nova atitude constituiu uma mudança sem precedentes na história das mentalidades. O sistema ptolomeico, que vigorou durante séculos, colocava a Terra no centro do universo, dando ao homem e aos eventos terrestres uma focalização centralizadora. No sistema heliocêntrico, a Terra e todos os outros planetas do sistema solar ficam na mesma condição de circularidade em torno do Sol, o que punha em causa o antropocentrismo dominante até então. Lembremos, ainda, que os Romanos consideravam os planetas como deuses, venerando-os e dedicando-lhes celebrações anuais. Era frequentemente invocada a proteção de Júpiter, Saturno, Mercúrio ou Vénus para os empreendimentos humanos. Estas divindades passam, doravante, a ser apenas corpos físicos, sujeitos, como quaisquer outros, a leis naturais. Em jeito de parênteses, assinala-se que esta ‘banalização’ do Cosmos põe nos ombros do Homem a única e exclusiva responsabilidade do seu destino. A comunhão do Homem com o universo, veiculada através das antigas cosmovisões, desvanece-se nesta nova mentalidade científica. Ao considerar os astros apenas como corpos materiais, despoja-se o universo da sua organicidade interna, subalternizando a complexa teia de relações que subjaz no mundo natural. Poderíamos perguntar que vantagens advêm desta *novel* cosmogonia e se, eventualmente, não se perde mais do que se ganha na compreensão da Natureza.

Em Portugal, este novo cenário intelectual foi amplamente divulgado através de sessões públicas, lições ou conferências, como foi o caso das lições públicas de matemática divulgadas pela *Gazeta de Lisboa*, de 24 de abril de 1744, o ciclo de conferências, também publicitado no mesmo periódico, sobre os “diferentes systemas do mundo” com destaque para Copérnico, as *Conferências de Filosofia Experimental* inauguradas em 1752 pelo padre João Batista, no Convento das Necessidades ou *Cursos Experimentais*, como o de Johan Joseph Solner, sobre Mecânica, Dióptrica, Hidrostática, Química e Astronomia (Araújo 2003: 39-41).

Note-se, no entanto, que estas novas referências científicas não foram aceites sem

reservas por todos. Verificou-se, à partida, uma resistência do poder cultural instituído, como o atesta o edital do reitor do Colégio das Artes, datado de 7 de maio de 1746, ordenando que:

(...) nos exames, audições, conclusões publicas, ou particulares se não insine defensão ou opiniões novas pouco recebidas, ou inuteis para o estudo das Sciencias mayores como são as de Renato Descartes, Gacendo, Neptono [Newton] e outros, nomeadamente qualquer Sciencia, q. defenda os actos de Epicuro, ou negue as realidades dos accidentes Eucharisticos, ou outras quaisquer concluzõis opostas ao sistema de Aristoteles (Carvalho 1951: 170-172).

Ptolemeu e Aristóteles continuavam a ser as grandes coordenadas do saber. As novas ideias de Newton, Descartes ou Gassendi entravam em rota de colisão com os sistemas daqueles autores, pelo que convinha não serem ensinadas nem divulgadas em atos públicos. Aliás, as obras de Bacon, Descartes, Hobbes, Newton ou Locke constavam do Índice Romano dos livros proibidos (*Index Librorum Prohibitorum*). Descartes foi nele incluído, pela Santa Sé, em 1638, pelo que as instituições portuguesas, um século volvido, não fizeram mais do que dar eco ao que emanava de Roma. Mas era difícil fazer parar o curso do progresso. Urgia uma abertura de mentalidades perante as evidências científicas que iam surgindo. Mesmo que a Filosofia destes autores não estivesse em sintonia com o poder eclesiástico, as suas teorias físicas acabariam por se impor através do método experimental. Contra factos, não há argumentos (embora, no que respeita ao universo, as abordagens sejam quase sempre hipotéticas, pela desmesurada dimensão e complexidade do mesmo).

A Providência e o Divino vão, assim, sendo, paulatinamente, substituídos pela Ciência. Bluteau, no *Vocabulario Portuguez*, a propósito do termo “Sciencia”, escreve que:

(...) a verdadeira sciencia he a inventora das Artes, a mestra dos costumes, & a directora de todas as empresas humanas [...] com a Sciencia aprendem os Medicos a curar doenças; os Politicos a governar estados, os Juizes a discernir a innocencia, os Mathematicos a prever o futuro, & os Sabios a cultivar as virtudes.

A observação analítica e a procura de causas materiais norteia a produção científica a

partir do século XVII, lutando contra o erro e a ignorância. A invenção da imprensa por Gutenberg esteve, também, na origem desta mudança de atitudes. Se durante largos séculos a cultura foi apanágio do poder secular, basicamente confinada aos claustros dos mosteiros e consistindo na cópia e comentário de autores antigos, com o aparecimento da imprensa ela conhece uma divulgação sem precedentes, saindo da tutela eclesiástica na direção de uma laicização crescente. Também a descoberta de novos continentes contribuiu para esta revolução de mentalidades pelo confronto com novas culturas, novas religiões e pelo conhecimento alargado da natureza (fauna e flora).

No seio da própria Igreja, vemos surgir movimentos reformistas, como aconteceu com o luteranismo que preconizava uma fé autêntica, virada para o interior do homem, subvalorizando os ritos e as práticas rotineiras que acabam por esvaziar de sentido a religião. É certo que a Inquisição se mantinha como bastião dos cânones da fé em moldes tradicionais. Mas, com esta rígida instituição, frequentemente colidiam espíritos mais liberais, pouco conformados a dogmas e imposições autoritárias. O nosso Fernão de Oliveira é disto um bom exemplo: embora padre, foi, em 1547, condenado por três anos ao cárcere devido a opiniões pessoais de teor religioso, tendo saído em liberdade, em 1551, por intervenção do cardeal D. Henrique.

Seria, assim, lógico esperar que este turbilhão de ideias novas tivesse também repercussões na interpretação da linguagem e nas gramáticas, em particular. Com efeito, a análise refletida das línguas constituiu uma das características dominantes deste período. Orientação já preconizada pelo espanhol Francisco Sánchez de las Brozas na sua magistral *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia* (1562):

Puesto que el tema de que tratamos ha de ser demostrado primero con **la razón**, después con testimonios y con el uso, nadie se debe extrañar, si no sigo a los hombres ilustres (Sánchez [1562] 1995: 43; negrito noso).

Num estilo contundente, Sánchez de las Brozas desmonta algumas *ideias feitas* de gramáticos anteriores, apresentando propostas originais. Por exemplo, quanto à divisão da gramática, ele recusa a tetrapartição tradicional. A sintaxe, particularmente, nunca poderá ser uma parte, uma vez que ela é o objetivo da gramática. Também sobre as partes da oração, e seguindo os argumentos de Platão, considera apenas cinco: *nome, verbo, preposição,*

advérbio e conjunção. Não conta com o *pronome* («es así que no hay ninguna definición verdadera del pronombre (...) luego no existe el pronombre como parte de la oración») nem com a *interjeição* porque são manifestações naturais e «si son naturales, no son partes de la oración, ya que las partes de la oración, según Aristóteles, son producto de una convención y no de una causa natural» (Sánchez [1562] 1995: 51). O *participio* é tomado como *nome* que tem, do verbo, a marca de tempo e o tipo de construção. As principais partes da oração consideradas são, no entanto, o *nome* e o *verbo* que correspondem, na frase, respetivamente à *matéria* e à *forma*, constituintes de todas as coisas. Sánchez cita, mesmo, Platão na divisão que este filósofo faz entre coisas ‘permanentes’, como *árvore*, e coisas ‘fluentes’, como *corre*. As primeiras denominam-se *nomes* e as segundas *verbos* ([1562] 1995: 49).

Esta obra teve, à época, uma enorme projeção, sendo o seu autor referenciado em muitas gramáticas portuguesas e estrangeiras. Sánchez Salor, na Introdução que faz à edição de 1995, considera *Minerva* «una de las gramáticas teóricas y racionales más importantes dentro de la historia de la Lingüística» e Lanjuinais, no “Discours préliminaire” à *Grammaire Universelle* de Gêbelin, escreve que Sánchez foi para a gramática o que Descartes foi para a Física.

O *cientismo* aplicado à linguagem, tomando as línguas como um qualquer objeto do mundo físico, está presente em muitos dos estudos gramaticais produzidos neste período e encontramos-lo sintetizado em Beauzée: «la voie de l’observation & de l’expérience est la seule qui puisse nous mener à la vérité» (1767: «Préface», p.xiv). E, mais adiante: «J’ai cru devoir traiter les principes du Langage, comme on traite ceux de la Physique, de la Géométrie, ceux de toutes les sciences» (Beauzée 1767: «Préface», p. xvi).

À semelhança do que se passava nas ciências exatas, que procuravam descobrir os princípios reguladores do mundo físico, tratava-se agora de estabelecer os princípios linguísticos gerais que governam todas as línguas. Para além da diversidade, preconiza-se a existência de parâmetros linguísticos comuns e universais, uma vez que as línguas eram tomadas como códigos de expressão do pensamento, sendo este comum a todos os homens: «J’ai donc regardé les différents usages des langues comme des phénomènes grammaticaux, dont l’observation devoit servir de base au système des principes généraux» (Beauzée 1767: «Préface», p. xv).

Fazemos aqui um parêntese para assinalar que a ideia de uma gramática *universal* pode já encontrar-se nos modistas (séculos XII-XIII), os quais baseiam a sua teoria gramatical na universalidade da *razão* humana e no próprio funcionamento da natureza. A estipulação das regras gramaticais cabia mais ao filósofo do que ao gramático. Roger Bacon escreve: «non ergo grammaticus sed philosophus (...) grammaticam invenit» (*apud* Robins 1951: 77, nota 2). O mesmo autor considera que a gramática, em substância, é a mesma para todas as línguas, embora varie nos seus acidentes. Fortemente influenciados pela obra de Aristóteles, difundida no século XII através de traduções latinas de traduções árabes das obras do Estagirita, os modistas dão início à lógica linguística, estabelecendo uma relação estreita entre estas duas disciplinas (embora a lógica incidisse no *sermo verus* e a gramática no *sermo congruus*). Todas as línguas obedeceriam às leis do pensamento, que são idênticas para todos os homens. As diferenças entre as línguas seriam, apenas, acidentais e não essenciais. Os modos de significação e os modos de construção das frases seriam idênticos para todas as línguas. A gramática deveria tender para o conhecimento destes ‘universais’, ou seja, deveria tentar conhecer as causas primeiras e não apenas variações acidentais. Como assinala Irène Rosier :

Ceci est cohérent d’une part avec la méthode démonstrative, qui se fait à partir de principes généraux, non à partir d’exemples, et d’autre part avec la conception générale de la grammaire: elle ne s’occupe pas du discours concret, mais de fonctionnement en générale (Rosier 1983: 34).

À luz da *Física* de Aristóteles, os modistas analisam a linguagem como um processo natural, sujeito às mesmas leis gerais que regem a Natureza. Como refere Louis Kelly: «D’abord, la phrase reflétait la réalité. Puisque le *motus* est une constante de la nature, ce qui en est le signe en reflètera les caractéristiques particulières» (in Joly e Stefanini 1977: 108). Tendo Aristóteles, na *Física*, estipulado as coordenadas básicas de toda a ciência, a saber os *principia, causae et elementa*, procuram-se, agora, estas diretrizes na linguagem, mais concretamente estabelece-se uma correspondência entre as causas eficientes, ou extrínsecas, e os *modus significandi* ou modos de significação do intelecto. Por exemplo, embora as palavras *cavalo* e *cadeira* tenham diferentes significados, elas inserem-se na mesma

cosignificação, ou seja, significam o *modus standis et permanentis* da frase, a parte estável e quieta da mesma. Já o verbo corresponderia ao movimento ou *motus*. Esta noção de movimento é central na *Física* de Aristóteles: «Dans la morphology et la syntax de la grammaire spéculative, le concept aristotélicien du *motus* est l'élément central autour duquel se construit l'universalité de la théorie» (Kelly in Joly e Stefanini 1977: 123). O nome seria o *terminus a quo* da frase e corresponderia ao *modus quietis et permanentis*, exatamente pela sua independência e estabilidade; cabiam, ainda, nesta categoria o pronome e o adjetivo. O verbo, pela sua referência ao movimento e à mudança, corresponderia ao *modus fluxus et fieri*, implicando a noção de tempo. O *terminus ad quem* da frase seriam os casos acusativo, dativo ou ablativo correspondentes aos nossos complementos verbais – tomados como o termo do movimento. Em resumo: o princípio, ou agente intelectual (sujeito), poria em ação o movimento (verbo) com a finalidade do caso ou termo da ação (complemento). A classificação das várias partes do discurso remeteria, assim, sempre, para os *modus significandi*, categorias universais comuns a todas as línguas. Este esquema interpretativo aplicar-se-ia bem a frases simples (as frases complexas levantavam problemas adicionais). Embora os modistas tenham sido fortemente atacados pelos primeiros humanistas do renascimento dada a sua ligação umbilical à obra de Aristóteles, poderemos neles encontrar o germe das análises racionais da linguagem, pela procura de fundamentos universais para as várias línguas.

Esta demanda de universalidade vai ser modelarmente sintetizada em 1660, na *Grammaire générale et raisonnée ou La Grammaire de Port-Royal* – obra fundamental deste período, da autoria de Arnault e Lancelot – que vai propor uma explicação da língua através das leis do pensamento. O aparecimento desta obra constituiu, sem dúvida, um marco decisivo na história das gramáticas. Marc Dominicy considera mesmo que ela corresponde ao nascimento da linguística, ao aproximar os dois termos (gramática e linguística):

Dans cet ouvrage, je voudrais démontrer que la grammaire, telle que nous la concevons aujourd'hui – même s'il nous arrive de la baptiser 'linguistique' est née, pour une part essentielle, à Port-Royal (Dominicy 1984: 7).

De influência cartesiana, a gramática de Port-Royal considera primordial conhecer o que se passa no nosso espírito para compreender os fundamentos da gramática – assumindo, claramente, o primado do pensamento sobre a palavra. Assim, concebe-se, aqui, que o espírito efetua, essencialmente, três operações: *conceber*, *julgar* e *raciocinar*. *Conceber* é definido do seguinte modo:

Concevoir, n'est autre chose qu'un simple regard de notre esprit sur les choses, soit d'une manière purement intellectuelle; comme quand je connais l'estre, la durée, la pensée, Dieu: soit avec des images corporelles, comme quand je m'imagine un carré, un rond, un chien, un cheval (GPR: 27-28).

Julgar será «affirmer qu'une chose que nous concevons, est telle, ou n'est pas telle» (GPR: 28) enquanto que *raciocinar* «est se servir de deux jugements pour en faire un troisième» (GPR: 28). Destes pressupostos filosóficos resulta toda uma teoria gramatical, inovadora em muitos aspetos, quatro dos quais passaremos, seguidamente, em revista:

(i) A noção de *signo* como conceito teórico fundamental. Os signos servem para explicar o pensamento – «Parler, est expliquer ses pensées par des signes, que les hommes ont inventez à ce dessein» (GPR: 5) e são apresentados em duas vertentes: enquanto sons e caracteres – «ce qu'ils sont par leur nature, c'est à dire en tant que sons & caracteres» (GPR: 5) – e como veículos de significação – «leur signification: c'est à dire, la manière dont les hommes s'en servent pour signifier leurs pensées» (GPR: 5). Esta dicotomia virá a ser retomada e desenvolvida, mais tarde, por Saussure (*significante/significado*).

(ii) A teoria da *proposição*. Embora o estudo das proposições seja feito mais detalhadamente em *La logique ou l'art de penser* de Arnauld e Nicole, nesta gramática vamos encontrar, basicamente, como partes da proposição, o *sujeito*, o *atributo* e a ligação entre eles. O 'sujeito' e o 'atributo' fazem parte da primeira operação do espírito – 'conceber', enquanto a ligação *est* pertence à segunda – 'julgar':

Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis; *la terre est ronde*, s'appelle proposition; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes: l'un appelé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l'autre appelé *attribut*, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde*:&

de plus la liaison entre les deux termes, *est* (GPR: 28-29).

(iii) Também no tratamento do **pronome relativo** a análise de *Port-Royal* é inovadora, tendo Chomsky aí encontrado uma primeira fundamentação para a sua *estrutura profunda*. Assim, uma frase do tipo *Dieu invisible a créé le monde visible* corresponderia, no nosso espírito, a três proposições básicas: 1.^a *Dieu est invisible*, 2.^a *Il a créé le monde* e 3.^a *Le monde est visible*.

(iv) Quanto às **partes da oração**, esta gramática distingue primeiramente palavras que designam **a**) objetos do pensamento e **b**) a forma dos nossos pensamentos. Na primeira classe incluem-se o *nome*, *artigo*, *pronome*, *particípio*, *preposição* e *advérbio*; na segunda: *verbo*, *conjunção* e *interjeição*. Os nomes podem ser *próprios* (como *Sócrates*) ou *gerais* ou *apelativos* (como *homem*). Faz-se já a distinção categorial entre *nomes* e *adjetivos*.

No que respeita à **definição de gramática**, ela é apresentada logo no início da obra, a seguir ao «Preface», e entronca numa tendência ancestral, embora o tradicional caráter prescritivo seja aqui bem mais ténue: «La Grammaire est l'Art de parler» (GPR: 5).

Passemos, agora, à **sintaxe**, identificada com **construção**. Ela aparece, apenas, tratada no último capítulo (cap. XXIV – «*De la Syntaxe ou Construction des mots ensemble*», GPR: 153), estando dividida em sintaxe de **concordância** e sintaxe de **regência**. Enquanto que a primeira é considerada como praticamente idêntica em todas as línguas «*parce que c'est vne suite naturelle de ce qui est en vsage presque par tout, pour mieux distinguer le discours*» (GPR : 153), com a segunda acontece o contrário: «*La Syntaxe de regime au contraire, est presque toute arbitraire, & par cette raison se trouve tres-differente dans toutes les Langues*» (GPR : 154-155). A razão adiantada para esta diversidade é a de que nalgumas línguas a regência se faz através de casos, noutras através de pequenas *partículas* que os substituem, como as preposições, e noutras nem partículas existem.

Os autores não deixam, no entanto, de assinalar algumas «*maximes générales*», comuns a muitas línguas, a saber:

- (i) O nominativo pressupõe sempre um verbo expresso ou subentendido;
- (ii) O verbo pressupõe sempre um nominativo expresso ou subentendido;
- (iii) O adjetivo reporta-se sempre a um substantivo;

- (iv) Não há genitivo que não seja governado por um nome;
- (v) A diversidade dos casos regidos pelos verbos segue «le caprice de l'Usage».

Após esta abordagem, necessariamente breve, à *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal poderemos concluir que a sua maior novidade consistiu em conferir universalidade ao estudo das línguas, fundamentando a gramática na lógica analítica. O francês é, aqui, tomado como língua-base.⁴³ A *GPR* vai constituir-se como modelo gramatical ao longo de, pelo menos dois séculos, como o atestam as gramáticas filosóficas portuguesas que vieram a lume nos séculos XVIII e XIX. Jerónimo Soares Barbosa, na sua *Grammatica Philosophica* (1822), segue-a de perto quando, por exemplo, acentua a vertente lógica da gramática:

(...) ella deve ser huma verdadeira Logica, que ensinando-se a falar, ensine ao mesmo tempo a discorrer. Que por isso a Grammatica foi sempre reputada como uma parte da Logica pela intima connexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem (*GF*: «Introduccão», x).

Quando Barbosa toma o *conceber* e o *julgar* como operações universais do intellecto segue, também, os jesuítas franceses: «*Conceber* e *Julgar* são duas operações do entendimento, comuns a todos os povos ainda selvagens» (*GF*: 99). A *GPR* acrescenta, ainda, o *raciocinar* como terceira operação básica do intellecto. Manoel Dias de Souza (1804)⁴⁴ igualmente se mostra muito próximo de *Port-Royal* quando escreve que «[n]ão há verdadeiramente mais do que o verbo *Ser*» (Souza *apud* Santos 2010: 279); na *GPR* pode ler-se «Mais il n'y a que le verbe *estre* qu'on appelle substantif» (*GPR*: 96). A divisão *royalina* das partes principais da oração em sujeito, verbo e atributo inspirou, ainda, Dias de Souza quando toma o nome (sujeito), o Adjetivo e o verbo como partes principais do 'juízo'. O

⁴³ Amadeu Torres (1998: 112) assinala a dualidade desta gramática quando diz: «A ruptura do gramaticalismo de Port-Royal com o dos compêndios helenísticos, romanos escolásticos ou renascentistas está precisamente em a *Grammaire générale et raisonnée* ser na realidade uma única, mas desdobrando-se virtualmente em duas: a do homem francês, ao nível linguístico factual ou imediato; a do Homem com maiúscula, ao nível das explicações causais metafáticas evidenciadoras das estruturas subjacentes universais».

⁴⁴ *Grammatica Portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres Grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Note-se, aqui, a referência a 'célebres gramáticos' não só portugueses, mas também estrangeiros. Dias de Souza parece ter conhecimento do que ia sendo produzido noutros países, incidentalmente em França, sede do novo paradigma gramatical.

mesmo para Couto e Melo (1818) que escreve «Frase, oração ou *expressão figurada* d'um juízo [...] consta de três elementos a sabêr: *sujeito, verbo e atributo*» (Couto e Melo *apud* Santos 2010: 414). Na *GPR* pode ler-se «toute proposition enferme necessairement deux termes: l'un appellé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre* ; & l'autre appellé *attribut*, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde* : et de plus la liaison entre ces deux termes, *est*» (*GPR*: 29). Vemos, pois, a gramática universal francesa a fazer eco em Portugal, dois séculos após a sua primeira publicação. Court de Gébelin (1841), pelo título que dá à sua gramática (*Regras de Grammatica Portugueza, segundo os principios da grammatica universal*), denota, também, a influência francesa. Mas, digamos, que Gébelin quando se refere à 'gramática universal' está, nesta obra, sobretudo, a fazer uma declaração de intenções. Na prática, pouco desenvolvimento dá às regras gerais da linguagem, seguindo, até, a tradição normativa quando dá, de gramática a seguinte definição: «A grammatica ensina a falar e escrever sem erros» (Gébelin 1841: «Introdução», p.3). Na única página que este autor dedica à sintaxe, denota, igualmente, pouca universalidade, incidindo, apenas, nos três tipos de *construção*: analítica, inversa e figurada.⁴⁵ O mesmo já não acontece numa outra obra do mesmo autor, *Histoire Naturelle de la Parole ou Grammaire Universelle* (1776), verdadeiro tratado de filosofia da linguagem, onde está bem presente o espírito *iluminista* pela procura da «raison des mots» no que concerne a etimologia das palavras e o intuito de chegar até à língua primitiva.

Outras gramáticas de menor projeção viriam a lume, no século XIX, deixando transparecer, aqui e além, a influência das novas ideias gramaticais. Foi o caso do *Compendio de Grammatica Portugueza para Instrução da Mocidade* (1854), de Luiz Francisco Midosi, que, adotando ainda o estilo pergunta-resposta, divide a gramática em duas partes, à semelhança do que fez Jerónimo Soares Barbosa: parte mecânica e parte lógica. Também Pinto de Abreu, no *Novo Methodo para Aprender a Grammatica Portugueza* (1852), vai procurar inspiração no 'novo método', seguindo Reis Lobato e Madureira Feijó, como ele próprio escreve. Quer em Midosi quer em Abreu, a definição de gramática apresentada não sai, no entanto, do estrito âmbito didático: «arte que ensina a falar e escrever corretamente a lingua portugueza» (Midosi 1854: 9) e «arte que ensina a fazer a oração sem erros» (Abreu

⁴⁵ A construção analítica é «aquella em que as palavras estão colocadas na ordem que parece ser a das nossas ideias: isto he, quando o sujeito antecede o verbo, este o atributo, como *Eu sou o mais feliz dos homens*» (Gébelin 1841: 80). A construção inversa consistiria na ordem invertida das palavras, como *Dos homens, eu sou o mais feliz*; finalmente, a construção figurada incluía *elipse* e no *pleonasm*o.

1852: «Exordio», p.1).

Note-se que todas estas gramáticas são já gramáticas das novas línguas românicas (o português, o francês, o espanhol). É a própria língua materna que se torna objeto de estudo e este facto revela uma mudança radical, se pensarmos na tradição secular de escrever gramáticas em latim e sobre o latim – língua de cultura e não de comunicação oral. Esta orientação estava em sintonia com as reformas pedagógicas que vinham sendo implementadas no ensino, desde a publicação do *Verdadeiro Metodo de Estudar*, de Luís António Verney (1746). Como assinala Filomena Gonçalves (2003: 3) as línguas e a gramática passam, a partir daí, a figurar na ‘agenda’ do poder. Pautando-se pelas linhas mestras do *iluminismo*, o plano de estudos verneiano vai dar especial enfoque às novas ciências, como a Física e a Química, não pondo de lado a gramática da língua materna, considerada útil e pertinente, ao contrário dos estudos literários. Escreve Verney: «(...) nam á coiza mais contraria à boa razam, que esta pratica de fazer versos» e «Quanto ao verso, é querer perder tempo, obrigar os homens a fazêlos: e seria melhor, empregar aquele tempo, em coiza mais util» (Verney 1746: 84-85). Provavelmente, o que se ia fazendo em Espanha na divulgação do vernáculo ajudou a alicerçar esta nova orientação. Para além da já referida *Gramática de la Lengua Castellana* de Nebrija (1492), vêm a lume as *Instituciones de la Gramatica Española* (Baeza 1614) de Jiménez Patón, a *Arte de la Lengua Española Castellana* (Salamanca 1625) de Gonzalo Correas e a *Arte de Gramática Española* (Valência 1651) do padre Juan Villar.

No entanto, ainda no século XVI, já após a publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), o padre madeirense Manuel Álvares segue aquela tradição ao escrever *De Institutione Grammatica Libri Tres* (1572), gramática latina publicada em Lisboa no mesmo ano em que saía a primeira edição de *Os Lusíadas*. Esta obra conheceu uma ampla divulgação, tanto nas escolas da Companhia de Jesus, a que ele pertencia, como em todo o mundo. Emílio Springhetti (*apud* J. Pereira da Costa: XV) dá conta de 530 edições em vinte e dois países, incluindo o México, a China ou o Japão. Lembremo-nos de que, por esta altura, estava em curso uma campanha expansionista pelos continentes africano, asiático e americano, pelo que o ensino da língua, neste caso o latim, tinha, também um papel «evangélico e de doutrinação» dos novos povos conquistados (Fonseca 2006: 18). Como refere Pereira da Costa (1972: XIV) este «verdadeiro tratado alimentou todo o ensino da língua latina durante três séculos» e tem a particularidade de simplificar o estudo do latim e das suas regras, antecipando *Port-Royal*, embora alicerçado nos autores greco-latinos. De

certa forma, Álvares dá primazia ao *usus* para dele extrair regras gramaticais, o que contraria o método dedutivo de partir das regras para os casos particulares. Poderemos aqui encontrar uma tentativa de «estabelecer o equilíbrio entre a teoria especulativa dos modistas e o labor filológico dos gramáticos do séc. XV» (Cardoso 1995: 160). A obra de Manuel Álvares haveria de conhecer vários comentadores e glosadores como Bartolomeu Rodrigues Chorro, João Nunes Freire, José Soares ou António Franco. Mais tarde, esta gramática bem como as de Bento Pereira⁴⁶ viriam a ser proibidas por alvará régio (1759) «pela multidão de palavras barbaras de que está chêa»,⁴⁷ quando foram encerradas as escolas da companhia de Jesus e expulsos os jesuítas, por ação do Marquês de Pombal. Segundo Gonçalves (2003), o vazio deixado pela proibição dos manuais jesuítas foi, depois, preenchido pelos materiais oratorianos, nomeadamente pelo *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das escolas da Congregação do Oratorio* (1752) de António Pereira de Figueiredo e, mais tarde, pela *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* (1770) de Reis Lobato.

Uma palavra, ainda, para Amaro de Roboredo que, embora anterior a *Port-Royal*, se mostra precursor de uma nova ideologia gramatical, ao defender uma universalidade de características linguísticas: «A Grammatica depende da razão, que a natureza vai pelo tempo descobrindo aos bõs ingenhos, que sobre ella trabalham» e «o terceiro livro he de princípios universaes resolutiva (...) os quaes segundo hũa accommodada applicação se acharão certos em todas as linguas» (Roboredo 1619: «Prologo», c2). Percebe-se, daqui, que a gramática se funda em princípios universais, comuns a todas as línguas. Mas, mais do que isso, Roboredo mostra-se pioneiro na didática das línguas, ao defender que a aprendizagem dos estudos linguísticos deve ser feita em língua materna: «(...) a lingua Materna se ha primeiro de ensinar per arte aos mininos» (Roboredo 1619: «Prologo», a4). Roboredo segue o trilho iniciado por Fernão de Oliveira e João de Barros e «demonstra a que ponto a concepção do vernáculo como língua de ensino e de ciência não foi uma criação *ex nihilo* do cérebro iluminado de Verney» (Fonseca 2006: 168). O método preconizado é o de partir de casos e exemplos concretos para a estipulação de regras gerais. Escreve ele, em *Grammatica Latina* que «mais facilmente colhe o entendimento a regra do exemplo que o exemplo da regra» (Roboredo 1625: § 1v.). Aliás, o subtítulo da *Grammatica Latina* faz antever já esta nova abordagem indutiva: *Grammatica Latina de Amaro Roboredo. Mais breve, e facil que as*

⁴⁶ *Ars grammaticae pro lingua Ivsitana addiscensa* (1672) e *Prosodia* ([1634] 1661).

⁴⁷ Referindo-se à gramática de Bento Pereira.

publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras (sublinhado nosso). O autor remete para o *usus* a fixação das normas gramaticais, tomando já a gramática como sistema descritivo. Como assinala Dolores Gavilán:

(...) el gramático observa los usos idiomáticos y de ellos deduce o extrae una serie de “prezetos i reglas” que son los que componen la gramática y que tienen la misión de ordenar, sistematizar o poner en método los hábitos lingüísticos de la comunidad. Así pues, la gramática no gobierna el uso, sino que lo recoge y explica (Martínez Gavilán 1989: 57).

Mas voltemos ao cenário linguístico europeu. No seio da tendência logicista na interpretação da linguagem, aparecem os chamados *puristas* que consideravam os maus usos da língua como “irracionais”. Em França são representantes desta corrente Henri Étienne, *Conformité de la langue française avec la langue grecque* (1566) e *Précellence de la langue française* (1579), Vaugelas, *Remarques sur la langue française* (1647), P. Bouhours, *Doutes sur la langue française proposés aux Messieurs de l’Académie française* (1674) e Ménage, *Origine de la langue française* (1650). Nesta breve introdução às gramáticas filosóficas, não poderíamos deixar de mencionar os enciclopedistas. Du Marsais, Beauzée, Marmontel, Duchet e Turgot reúnem temas mais especificamente linguísticos na *Encyclopédie Méthodique* (1786-89). Esta obra, à época criticada pela Igreja, constituiu um complemento da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une société de gens de lettres* (1751-72), pretendendo fazer a divulgação e síntese dos temas tratados. Se em *Port-Royal* a gramática era ainda definida como «l’Art de parler», aqui ela é já tomada como ciência – «C’est la **science** de la Parole prononcée ou écrite» (*EM*: termo ‘grammaire’, p.189; negrito nosso). A palavra é considerada como uma imitação fiel do pensamento («une sorte de tableau dont la pensée est l’original», *EM*: 189), o que faz com que a lógica presida a toda a arte de falar:

(...) c’est pour cela que l’art d’analyser la pensée est le premier fondement de l’art de parler, ou, en d’autres termes, qu’une saine Logique est le fondement de la *Grammaire* (*EM*: 189).

Sustenta-se, nesta obra, a existência de princípios comuns a todas as línguas «parce

que la nature & la manière de procéder de l'esprit humain sont essentiellement immuables» (EM: 190). Com uma formulação idêntica à que é proposta por Beauzée na *Grammaire générale* (1767), a gramática pode ser **geral** («science») ou **particular** («art») e divide-se em *Ortologia* («qui traite de la Parole») e *Ortografia* («qui traite de l'Écriture»). Neste artigo é já feita a distinção entre *construção analítica* e *construção usual* (Jerónimo Soares Barbosa usará, mais tarde, os termos de *sintaxe* e *construção*):

La **construction analytique** est celle où les mots sont rangés dans le même ordre que les idées se présentent à l'esprit dans l'analyse de la pensée. Elle appartient à la *Grammaire générale*, & elle est la règle invariable & universelle qui doit servir de base à la construction particulière de quelque langue que ce soit; (...) La **construction usuelle** est celle où les mots sont rangés dans l'ordre autorisé par l'usage de chaque langue; (...) elle doit se prêter à la succession pathétique des objets qui intéressent l'ame (EM: 194; negrito nosso).

2. *Port-Royal* ou o embrião da gramática generativa

A ideia, então inovadora, de que a gramática deverá refletir as leis gerais do pensamento é tomada, por Noam Chomsky, como o embrião da sua teoria generativa. Com efeito, esta última parte também do princípio de que existem características gerais e comuns a todas as línguas – os chamados *universais linguísticos* – determinados pelo nosso padrão biológico. Chomsky enfatiza o binómio pensamento/linguagem, tendo este sido objeto de reflexão, por parte do autor, em várias obras. Considerando que o interesse em estudar a linguagem reside no facto de esta ser «um espelho do espírito», infere-se que investigar a linguagem humana será, também, uma maneira de conhecer melhor a inteligência e o pensamento. Ouçamos o autor: «One reason for studying language – and for me personally the most compelling reason – is that it is tempting to regard language, in the traditional phrase, as a “mirror of mind”» (Chomsky 1975: 4). E mais adiante: «By studying the properties of natural languages, their structure, organization, and use, we may hope to gain some understanding of the specific characteristics of human intelligence» (Chomsky 1975: 4-5). Chomsky admite mesmo uma influência direta de Port-Royal na seguinte passagem:

In many respects, it seems to me quite accurate, then, to regard the theory of transformational generative grammar, as it is developing in current work, as essentially a modern and more explicit version of the Port-Royal theory (Chomsky 1966: 38-39).

Igualmente, o sugestivo título de uma das obras deste autor – *Cartesian Linguistics* – ilustra bem o peso que a filosofia do século das luzes teve no desenvolvimento da teoria generativa. Na Parte II deste trabalho faremos referência às problemáticas relações entre o cartesianismo e o generativismo. Assinalemos, por ora, que o *point de départ* das gramáticas filosóficas e da atual gramática generativa é substancialmente diferente. Enquanto que nas primeiras é comumente aceite que os princípios gerais, comuns a todas as línguas, radicam no pensamento, entidade abstrata e universalizante, na segunda entram em ação fundamentos de cariz *biológico*, i.e., pressupõe-se a existência da chamada gramática universal pelo facto de todos os homens pertencerem a uma mesma espécie biológica que apresenta, como característica *inata*, a capacidade de linguagem. Para Chomsky, do mesmo modo que os pássaros estão geneticamente ‘programados’ para voar, a espécie humana terá como característica biologicamente determinada a capacidade para utilizar a linguagem verbal:

More intriguing, to me at least, is the possibility that by studying language we may discover abstract principles that govern its structure and use, principles that are universal by **biological necessity** and not mere historical accident, **that derive from mental characteristics of the species** (Chomsky 1975: 4; negrito nosso).

Na *Grammaire de Port-royal*, o pensamento aparece a *comandar* a linguagem, sendo independente dela, enquanto na gramática generativa a estrutura da linguagem parece moldar e *pré-determinar* o pensamento, relevando das características mentais da espécie. Assinale-se, no entanto, que quer num quer noutro caso estamos perante atitudes predominantemente racionalistas. Seria hoje possível questionar esta posição à luz de experiências levadas a cabo no domínio da neurobiologia (Cf. Damásio 1994), as quais parecem demonstrar que o ‘pensamento’ é uma esfera de entroncamento de vários fatores e que a sua expressão é feita através de uma grande variedade de *meios*, sendo a linguagem apenas um deles. Após esta

breve incursão na atualidade, voltemos aos nossos gramáticos. Analisaremos, de seguida, as gramáticas de Melo Bacelar (1783) e de Jerónimo Soares Barbosa (1822), que bem podem ser consideradas como dois *monumentos* do racionalismo iluminista.

3. A *Grammatica Philosophica* de Melo Bacelar

α. Alguns dados biográficos

É um pouco incerto o percurso biográfico de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Nasceu presumivelmente em Chaves por volta de 1736. Foi ordenado pelos Franciscanos Observantes sob o nome de Frei Bernardo e Jesus Maria. Mais tarde, veio a ser sacerdote algures no Alentejo, conforme consta, aliás, do frontespício do seu *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1783). Aderiu ao movimento reformista da Jacobeia e esteve preso durante oito anos (1769-1777) por condenação expressa em pastoral do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação. Travou amizade com D. Frei Manuel do Cenáculo, reformador da Ordem a que pertencia. Influenciado pelos ventos do Iluminismo, fez publicar em 1783 a *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portuguesa* e o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, este último inspirando-se diretamente em Bluteau («em que se acharão dobradas as palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Dictionaristas juntos»).⁴⁸ Ainda nesse ano, saiu a *Arte e Diccionario do Comercio e Economia Portuguesa*. Depois disto, pouco se sabe, salvo que em 1786 trabalhava na Biblioteca Real de Paris, traduzindo algumas obras como a *Crónica de Idácio*.

A sua gramática teve uma importância muito relativa, sendo, no entanto, ilustrativa do racionalismo reinante à época, como os próprios títulos o indicam – *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional*.

β. Definição e objetivos da gramática

Antes de mais caberia perguntar porque é que esta gramática é apelidada de *filosófica*. A resposta é, indiretamente, dada pelo enquadramento intelectual dos séculos XVII e XVIII, os quais, como atrás assinalámos, privilegiaram a busca de explicações racionais em todos os

⁴⁸ Frontespício do *Diccionario* incluso na «Introdução» à *Gramática Filosófica* feita por Amadeu Torres.

domínios do saber. O nosso gramático leu, provavelmente, algumas das obras gramaticais mais significativas deste período, tomando delas a orientação de base. Mas Melo Bacelar dá, na gramática, a sua própria resposta:

(...) a palavra *Philosophós* denóta o raciocínio, que se faz sobre todas as dittas Leis, e seus objectos; e a *Diferença*, que tem a Grammatica Philosophica das mais Grammaticas, que pelo commum não são outra cousa mais, que hum'a collecção de Leis, quasi arbitrias sobre os sons, que communicão os conceitos (*GF*: 7, nota (a)).

Por conseguinte, esta gramática é filosófica porque *raciocina* sobre as leis gramaticais, não se limitando a colecioná-las, como era costume. Esta atitude tem antecedentes. Já Sánchez de las Brozas escrevia na *Minerva*: «El uso, en verdad, no se mueve sin razón; de lo contrario, habría que llamarlo abuso, no uso» (Sánchez [1562] 1995: 41). E também em *Port-Royal* se pode ler: «(...) n'en avoir pas seulement l'usage, mais d'en penetrer aussi les raisons, & de faire par science, ce que les autres font seulement par coustume» (*GPR*: «Préface», p.4). A **definição de gramática** proposta pelo autor é a seguinte:

A Grammatica Philosophica he hum'a collecção de Leis, com que **arrazoadamente** fabricamos, e dispomos os sons, que communicão aos outros os nossos conceitos (*GF*: 6-7; **negrito nosso**).

É o advérbio de modo que marca aqui a diferença relativamente a gramáticas anteriores. Mas, desta citação, percebe-se ainda que Melo Bacelar faz preceder a vertente conceptual, o pensamento, aos «sons». A mesma posição já se encontrava em *Port-Royal*: «les sons ont esté pris par les hommes, pour estre signes des pensées» (*GPR*: 18). Esta será, pois, a orientação adotada pela maior parte das gramáticas de pendor filosófico produzidas neste período. Ainda hoje Martinet adopta a mesma relação de precedência:

Convém, pois, afastar o conceito de signo de acordo com o qual se colocam no mesmo ponto significante e significado e lembrar o facto evidente de que o significante existe para manifestar o significado, que o significado é um fim e o significante um meio (Martinet [1989] 1995: 87).

Podemos dizer, então, que o primeiro objetivo desta gramática é o de raciocinar sobre as leis que combinam os sons. Para além disto, a gramática, ou o seu conhecimento, visaria, também, tornar o discurso mais claro e preciso, para não se gerarem confusões:

(...) ou çhegarmos todos, e em tudo a comunicar-nos com precisão, e clareza; pois do contrario nascem as equivocações nos contratos, mil demandas, e absurdos na República (*GF*: «Prólogo», p.3).

Noutra passagem, o autor apresenta uma perspetiva mais prática das línguas, considerando que o seu objetivo é a comunicação:

(...) e determinando as leis de os collocar vierão desta sorte a ter huma perfeita *lingua de comunicação*, cujo arrazoado, ou discursado regulamento se chama *Grammatica Philosophica* (*GF*: «Prólogo», p.8).

E repete esta ideia quando diz, sobre os sons, que «o seu *fim* he a comunicação» (*GF*: «Prólogo», p.8). Sem pretender proceder a filiações teóricas, parece estarmos aqui, *mutatis mutandis*, em presença de um precursor do atual *funcionalismo*. Ouçamos Martinet:

A escolha do ponto de vista funcional deriva da convicção de que toda a investigação científica parte do estabelecimento de uma pertinência e que é **a pertinência comunicativa** que melhor permite compreender a natureza e a dinâmica da linguagem (Martinet [1989] 1995: 86; negrito nosso).

Uma outra ideia a reter é a de que a gramática se constitui como «discursado regulamento». Do mesmo modo que a sociedade civil encontra sistematizadas as suas regras de conduta nos códigos do Direito, as línguas têm os seus regulamentos nas gramáticas – ideia peregrina esta que, infelizmente, já conheceu melhores dias.

Refira-se ainda que Bacelar presta, no início da gramática, homenagem a alguns gramáticos portugueses que o antecederam, como João de Barros, Fernão de Oliveira, Nunes de Leão, Amaro de Roboredo, Madureira Feijó ou Contador d'Argote dizendo deles que «não só restaurarão o perdido, mas lhe dêrão huma grande perfeição» (*GF*: 12-13). Gramáticos

estes que escreveram em português e sobre o português, preservando-o e aperfeiçoando-o. Lembremo-nos de que entre 1580 e 1640 estivemos sob domínio espanhol, o que contribuiu para tornar a nossa língua mais vulnerável a influências, pela literatura que íamos importando ou pelas comédias espanholas que se iam representando em Portugal.

Em resumo, a gramática, para Bacelar, propõe-se:

- (i) Refletir sobre as leis gramaticais, não se limitando a colecioná-las;
- (ii) Tornar o discurso mais claro e preciso para não se gerarem confusões;
- (iii) Ser um «discursado regulamento».

γ. Organização da obra

Esta «coleção de leis com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons» (*GF*: 6-7) apresenta uma divisão *sui generis*, rompendo com a secular tetrapartição a que nos temos vindo a referir. Melo Bacelar divide a sua obra em três partes: 1.^a Gramática do **Agente** ou **Nominativo**, 2.^a Gramática da **Acção** ou **Verbo** e 3.^a Gramática do **Accionado**, **Paciente** ou **Caso**. Estas partes são, pelo autor, consideradas como «partes essenciaes da Grammatica». E há duas razões principais para que isto aconteça. A primeira prende-se com o facto desta gramática partir de «uma síntese fundamental para uma alargada análise», como bem assinala Amadeu Torres (1996: 11), tomando como ponto de partida as *funções* que, dentro da frase, vão desempenhar o *nome* (agente e acionado) e o *verbo* (ação). A oração, diz Bacelar «he a unica cousa que o Grammatico pertende fazer» (*GF*: 13). O mesmo já tinha sido preconizado por el Brocense: «la oración o sintaxis es el fin de la grammatica» (Sánchez [1562] 1995: 47).

A segunda razão é dada na nota (t) da p.14 da gramática: «Consta a preposição unicamente de sujeito, copula e predicado; a Logica de percepção, juizo e discurso; e a Physica de causa, acção e causado». Bacelar vai, assim, adotar uma terminologia muito próxima da que era usada em Física. Como já atrás assinalámos, esta disciplina vinha adquirindo uma importância crescente enquanto paradigma de interpretação do mundo, sendo provável que o nosso gramático tivesse conhecimento da obra de Newton cujas formulações recorrem frequentemente a termos como *ação*, *agente* ou *causa*.

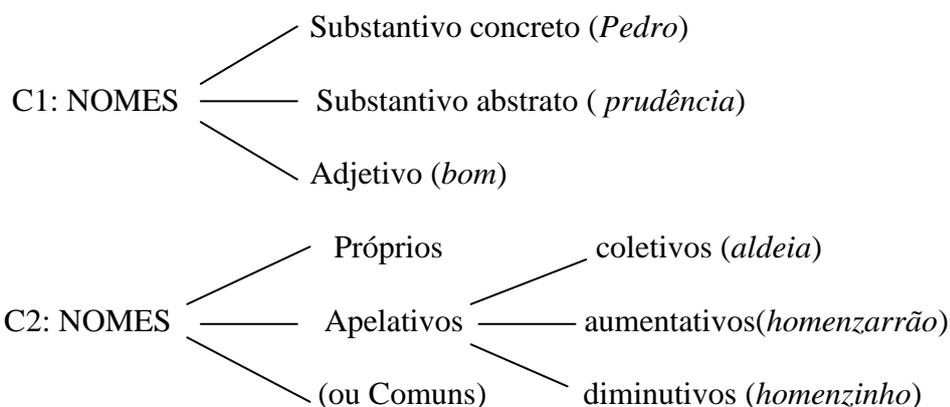
O *nome* e o *verbo* são, nesta obra, consideradas como categorias principais da oração, como já se encontrava em João de Barros. Quanto às outras cinco ou seis tradicionais partes da oração, elas são tomadas como meros «adjuntos» ou «sincategoremas», apoiando-se na

classificação dos «Logicos», uma vez que «cada passo a⁴⁹ acompanhão explicando algumas circunstancias» (GF: 14). Estes adjuntos, servindo tanto o nome como o verbo, são então: *artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*. Fazendo a contabilidade, adjuntos e partes principais resultam em oito classes de palavras. Note-se que o *participio* não é aqui integrado.

Embora *filosófica* esta gramática não deixa, também, de apresentar, como todas as suas congéneres, as letras e as sílabas do português. Isto é feito em duas vertentes: a do *som* (pronúncia) e a da *figura* (escrita), não coincidentes em muitos casos. Também aqui encontramos a ideia de que um som é *consoante* porque *soa com* as vogais. Ainda neste capítulo é feita, com um certo pormenor, a descrição da articulação dos sons, fazendo lembrar Fernão de Oliveira. Por exemplo, a *pronunciação* da letra <F> seria a seguinte: «o som do F, ou PH se forma, quando levamos com respiração o beijo de baixo para o de cima» (GF: 20).

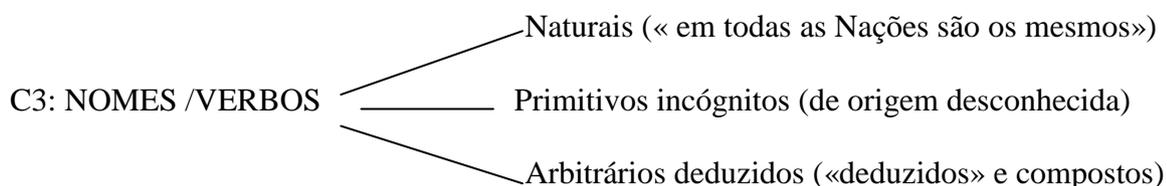
Passando à análise das várias **partes da oração**, uma curiosa concepção é proposta para os nomes e verbos, baseada na noção de tempo: «Das syllabas se formão os *vocabulos, palavras* ou *dicções*, as quaes se çhamão *Nomes*, se não significão com tempo; aliás se denominão *verbos*» (GF: 22). Transparece daqui a ideia de que os nomes são entidades estáticas e os verbos o seu contrário. Esta passagem tem inspiração direta de Aristóteles; já Aristóteles (*De Interpretatione*) considerava o tempo como característica diferenciadora entre nomes e verbos. Poderíamos nós contrapor a isto alguns nomes deverbais como, por exemplo, *destruição* ou *edificação*, com um implícito sentido temporal, ou em verbos estativos do tipo *parecer* ou *estar* (*Ele parece italiano; Lisboa está um sossego*) que não parecem de todo ‘significar com tempo’.

Para os **nomes** são apresentadas as seguintes classificações (GF: 16-17):



⁴⁹ Subentende-se ‘à oração’.

Em *Port-Royal* podemos encontrar: «Et ils ont appellé *noms generaux*, ou *appellatifs* ceux qui signifient les idées communes» (*GPR* : 35). Melo Bacelar adota uma designação semelhante, mas, talvez, menos precisa: «Estes nomes ou são *proprios* por significarem cousas certas, como Portugal, ou *appellativos*, ou *communs*; porque representam cousas incertas» (*GF*: 16-17).



Assinale-se que esta última classificação se prende especialmente com a formação das palavras. Neste domínio Bacelar emprega os termos *dedução* e *composição* cuja significação difere da que hoje lhes é atribuída. Com efeito, as *deduções* diriam respeito à mudança de palavras «mais antigas» para palavras «mais modernas», como *tabaco*>*tabaquear* ou *fabricar*>*fábrica*, *fabrico*, *fabril*, pela mudança das terminações. As *composições*, tanto quanto percebemos, relacionar-se-iam com palavras já da nossa língua formadas pela junção de sufixos ou de prefixos, como em *desconhecer*, *reconhecer*, *sobreconhecer*.

Referindo-se aos **casos**, Melo Bacelar sustenta que eles são supridos, na nossa língua, pela «diversa terminação dos artigos» (*GF*: 29). Assim, tomando como exemplo o nome *musa*, teríamos:

- (i) Nominativo: A musa
- (ii) Genitivo: Da musa
- (iii) Dativo: À musa
- (iv) Acusativo: A musa

Os «adjuntos» do nome são, segundo o autor, de dois tipos: *adjuntos intrínsecos* (número, género e caso) e *adjuntos extrínsecos* (artigo, adjetivo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição). Bacelar considera o **artigo** «hum som declinavel, que serve do pronome *esse*, e determina o caso do nome» (*GF*: 42). Assim, uma frase do tipo *Dá-me o chapéu* seria equivalente, em termos de sentido, a *Dá-me esse chapéu*. O artigo definido aparece, aqui, como um determinativo do concreto, daquele objeto, não de outro. «Sem artigo», diz Bacelar, «val o mesmo, que me deas qualquer chapéu que te parecer» (*GF*: 42). Como percebemos, o autor não contempla, nesta definição, os artigos indefinidos sobre os quais o mesmo já não se poderia dizer.

Sobre o **adjetivo**, ele é definido como «hum'a qualidade do agente ou paciente» (GF: 43), apresentando uma variada tipologia: de duas formas (*bom/boa*), de uma forma (*feliz*), positivo ou absoluto (*grande*), comparativo (*mais grande*), superlativo (*grandíssimo*), patrio (*Valenciano*), numeral (*quadragésimo*), universal (*todo*), particular (*qualquer*), pronome demonstrativo (*este*), pronome possessivo (*meu, teu*), pronome relativo (*que, quem, qual*), pronome interrogativo (*que, quem, qual*), particípio ativo e passivo. Assinale-se que Bacelar, ao considerar os pronomes demonstrativos, possessivos, interrogativos ou relativos como adjetivos, atribui-lhes uma clara função de *determinação* do nome, antecipando a distinção entre *determinantes* e *pronomes*. Falamos hoje em determinantes demonstrativos, possessivos, etc.

A **preposição** é «hum som indeclinavel, que sendo na oração anteposto a outro, o rege *para o caso*» (GF: 44), podendo ser de lugar (*antes, atrás*), de movimento (*após, contra*), de quietação (*a, com, em*) ou de indiferença (*de, depois, segundo*).

Sobre o **advérbio**, é relativamente inovadora a ideia de que ele não é apenas um modificador da ação verbal, mas de qualquer outro «som» ao qual se junte: «O *Adverbio* he hum som indeclinavel, que junto a outro faz ampliar, ou restringir, ou declarar o modo da sua significação» (GF: 45). São dados como exemplos o advérbio *mais* que junto a «eloquente» faz ampliar a sua significação, o advérbio *menos* (que restringe) e *gravemente* (que qualifica).

Da **interjeição** é dito que «exprime as paixões da nós's'alma» (GF: 46). Jerónimo S. Barbosa adotará uma definição semelhante: «As *Interjeições* (...) exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada» (Barbosa [1822] 2005: 156). A *Grammaire de Port-Royal* falava de «voix plus naturelles qu'artificielles, qui marquent les mouvements de notre ame» (GPR : 153).

Sobre a «Acção Gramatical ou Verbo» se diz que «he hum som que representa com affirmação a obra physica» (GF: 52). Esta expressão «com affirmação» deverá ser contextualizada. Ela parece ser de inspiração francesa e a sua explicação poderá encontrar--se na *Grammaire de Port-Royal*:

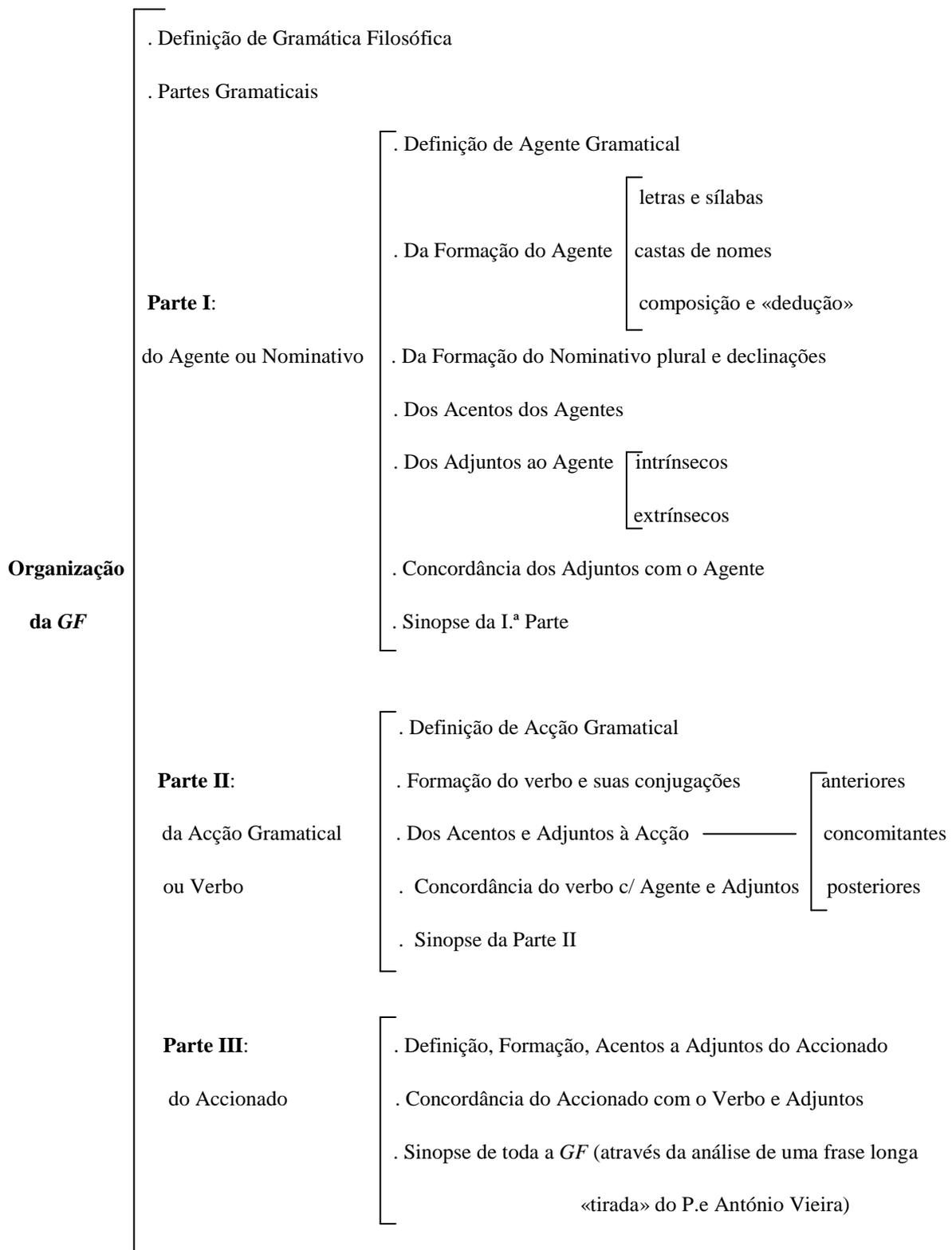
Et c'est proprement ce que c'est que le verbe, *un mot dont le principal usage est de signifier l'affirmation*: c'est à dire de marquer que le discours où ce mot est employé, est le discours d'un homme qui ne conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge & qui les affirme (GPR: 95; negrito nosso).

As «castas» de **verbos** consideradas são: verbo activo, passivo, neutro, recíproco, regular, irregular e defectivo. As suas definições aparecem em rodapé. O verbo, sendo uma das partes principais da oração, apresenta, como o nome, *adjuntos* que podem ser: *anteriores* (o nominativo com os adjuntos a este), *concomitantes* (interjeição, preposição, conjunção e advérbio) ou *posteriores* («os Accionados»).

O «*Accionado Grammatical, Paciente ou Caso* he hum som, que representa aquillo, em que se empregou a acção do agente physico» (GF: 103) e, segundo Bacelar, assim como não há oração sem ação, também não há ação sem acionado. De acordo com estes princípios, que dizer da frase *O Pedro adormeceu*, que não apresenta acionado? Segundo o autor, o acionado só pode vir em acusativo – «2. *Que este accionado, ou paciente só he representado pello accusativo, ou pelo seu equivalente.* 3. *Que os mais casos ou são agentes ou adjuntos do paciente*» (GF: 104) –; todos os outros casos serviriam os adjuntos do paciente. Também aqui uma frase do tipo *O Pedro obedeceu ao regulamento* levantaria problemas, uma vez que o «accionado» se encontra em dativo. O esquema que apresentamos na página seguinte poderá ajudar a melhor ‘visualizar’ a organização desta gramática filosófica.⁵⁰

Após estas ‘anotações’ sobre a gramática filosófica de Melo Bacelar poderemos concluir que esta obra apresenta uma estrutura original (se considerarmos a secular divisão em quatro partes) partindo a análise gramatical em três: gramática do agente, gramática da ação e gramática do acionado. Estes termos, em parte tomados da Física, põem em relevo as **funções** que, na frase, vão desempenhar o nome e o verbo – partes principais da oração. Diríamos nós, hoje, de uma forma um pouco crítica, que esta *filosofia* ‘peca’ por confundir *funções semânticas* (agente, ação, paciente) com *funções sintácticas* (os casos latinos). O «agente» é também chamado de «nominativo», o «paciente» identifica-se com o acusativo... Esta análise levanta problemas, pois em várias frases do português os dois tipos de funções acima referidos parecem não coincidir. Na frase *O Luís sofreu um acidente*, o «nominativo» (*O Luís*) dificilmente pode ser tomado como «agente» da ação – melhor será tomá-lo como «paciente».

⁵⁰ Amadeu Torres apresenta também, na introdução à GF, um organigrama da obra de Melo Bacelar. As eventuais semelhanças entre os dois esquemas prendem-se com o facto de se pretender apresentar um resumo da gramática.



Quadro 5: Organização da *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*

4. *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa

α. Alguns dados biográficos

Uma outra gramática filosófica viria a ser publicada mais tarde, em 1822. O seu autor, o ilustre gramático Jerónimo Soares Barbosa, nasceu em Ansião, distrito de Coimbra, em 1737. Em 1762 é ordenado presbítero. Frequenta depois a Universidade de Coimbra (Artes) e, em 1789, é nomeado sócio da Academia Real das Ciências. Traduz, entretanto, Quintiliano e Horácio. Mais tarde, exerce a função de inspetor do ensino primário na circunscrição escolar de Coimbra. Foi também deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino na Universidade de Coimbra (por volta de 1799). Teve, portanto, uma vida plena de atividade, destacando-se a elaboração de uma das mais exemplares gramáticas portuguesas a que chamou *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*.

A sua ação no âmbito da escolaridade primária, permitindo-lhe ter um conhecimento real dos problemas que se punham ao ensino da gramática, decerto contribuiu para a clareza e pertinência dos seus *juízos* gramaticais.

β. Definição e objetivos da gramática

Como atrás assinalámos, a gramática filosófica de J. S. Barbosa pode ser considerada como um dos mais consistentes estudos do português que alguma vez já foi feito. A sua qualidade justifica bem as sete edições que foram publicadas entre 1822 e 1881. Para além de obedecer a um plano bem organizado, o autor sistematicamente fornece explicações de carácter *racional* para os usos da língua, apresentando em várias matérias uma visão bem original. Este estudo parece seguir a orientação preconizada por um outro ilustre gramático espanhol, Francisco Sánchez de las Brozas:

Y es que, por muchas autoridades en que se apoye el gramático, si no demuestra lo que dice con la razón y con ejemplos, no será digno de crédito en nada, y menos en gramática (Sánchez [1562] 1995: 43) .

Com a influência de *Port-Royal*, de Sánchez de las Brozas (atrás citado) ou ainda dos

ingleses Wallis e Starris, influências que ele próprio refere na Introdução, este estudo é uma boa ilustração do racionalismo então vigente. A teoria subjacente é a de que todas as línguas assentam em princípios comuns de ordem cognitiva, uma vez que independentemente da nação a que pertençam, todos os homens pensam e exprimem os seus pensamentos através da linguagem:

(...) as quaes leis sendo as mesmas em todos os homens de qualquer nação que sejam ou fossem, devem necessariamente communicar ás Linguas, pelas quaes se desenvolvem e exprimem estas operações, os mesmos principios e regras geraes, que as dirigem (*GF*: «Introdução», viii).

Estabelecidas estas leis gerais do pensamento, que poderemos encontrar sistematizadas na *Grammaire de Port-Royal* ou em *La logique ou l'art de penser* de Arnauld e Nicole, parte-se então para a sua aplicação a cada língua particular. É neste sentido que deve ser entendido o adjetivo «filosófica» atribuído à gramática – filosófica porque sujeita, em primeira instância, às leis do pensamento. Como consequência, a gramática de uma língua, para além de «ensinar a falar», deve ensinar «ao mesmo tempo a discorrer», nas suas palavras.

É por esta razão J.S. Barbosa considera a gramática como uma parte da lógica «pela íntima conexão, que as operações do nosso espirito tem com os signaes, que as exprimem»⁵¹ (*GF*: «Introdução», x). Não deixa, no entanto, de atribuir à gramática um carácter normativo quando escreve: «*Grammatica* he a Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua.» (*GF*: 1). Esta definição parece, aliás, *decalcada* de toda uma tradição gramatical. Definições semelhantes poderão ser encontradas em Fernão de Oliveira ou João de Barros. Mas vai-se presentindo, ao longo da obra, que ensinar a «falar e escrever a propria lingua» é um objetivo relegado para segundo plano, uma vez que o autor dá efetivamente maior relevo à explicação dos usos da língua, à sua *filosofia* inerente.⁵² Isto é, aliás, assumido logo de início:

⁵¹Esta relação entre gramática e lógica tem-se revelado, aliás, bastante profícua. No séc. XIX, Stuart Mill concebe exemplarmente esta relação, no seu discurso pronunciado em Saint-Andrews, no ano de 1867: «Les principes et les règles de la grammaire représentent les procédés grâce auxquels les formes d'une langue correspondent aux formes universelles de la pensée. (...) La structure de chaque phrase est une leçon de logique» (citado por Jespersen 1971: 54). Uma outra concepção é dada, já nos nossos dias, por Eugenio Coseriu. Para este autor a linguagem precede o pensamento lógico e não deve confundir-se com ele: «Hay que invertir, pues, la perspectiva logicista: no es el lenguaje producto del pensamiento lógico, sino que, al contrario, éste se basa necesariamente en el lenguaje. Las palabras y los conceptos, que son significados virtuales de palabras, deben existir para que exista el pensamiento lógico y no viceversa» (Coseriu 1958: 10).

⁵² Para Malaca Casteleiro (1979: 203) a gramática de J.S. Barbosa «só é normativa no sentido em que o uso da língua se deve conformar aos princípios da lógica».

Porêm se o espirito se adianta a indagar e descobrir nas leis *physicas* do som e do movimento dos corpos organicos o mecanismo da formação da Linguagem (...) então o *systema*, que daqui resulta, não he ja huma *Grammatica* puramente *practica*, mas *scientifica* e *philosophica* (*GF*: «Introducção», ix).⁵³

Ressalta desta passagem a preocupação de J.S. Barbosa em perceber o «mecanismo de formação da Linguagem», o que faz com que a sua gramática não seja «puramente *practica*», mas já «*scientifica*», nas suas palavras. Esta filosofia é ainda mais evidente ao escrever que a gramática «Deve comprehender as razões das *practicas* do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem (...)» (*GF*: «Introducção», xii).

J.S. Barbosa distingue, portanto, entre gramáticas práticas e gramáticas científicas. As primeiras equivaleriam, talvez, às atuais gramáticas didáticas, destinando-se a fornecer normas para o bom uso da língua, e consideradas pelo autor como uma «Arte»; as segundas visavam já descobrir os «principios e regras geraes» da linguagem, não se atendo a uma língua particular e assumindo um estatuto de *ciência*. Já em Beauzée podemos já encontrar esta distinção de uma forma bastante clara:

La *Grammaire générale* est une *science*, parce qu'elle n'a pour objet que la spéculation raisonnée des principes immuables & généraux du Langage. Une *Grammaire particulière* est un *art*, parce qu'elle envisage l'application pratique des institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière aux principes généraux du Langage (Beauzée 1767: «Préface», x; negrito nosso).

Jerónimo Soares Barbosa considera, ainda, que a gramática «Particular e Rudimentaria» deverá basear-se nos princípios estipulados pela gramática geral «para ser verdadeira e exacta», segundo um esquema de precedências do tipo:

Princípios gerais sobre a linguagem → Gramática geral e razoada → Gramática Particular e Rudimentária

⁵³ Atente-se nas nas expressões «leis *physicas*» e «movimento dos corpos organicos» reveladoras da crescente importância das chamadas ciências naturais, especialmente da Física newtoniana.

Também nesta obra, Barbosa tece duras críticas à maioria das gramáticas portuguesas que o antecederam. Considera o autor que, para além de conterem muitos erros, elas eram «huns systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas» (*GF*: «Introducção», xi). Como já vinha sendo preconizado por gramáticos anteriores, defende Soares Barbosa que deve ser dada primazia ao ensino da língua portuguesa pois «quem primeiro estudar a proposito a Grammatica da propria Lingua, não achará difficuldade alguma na da Lingua Latina» (*GF*: «Introducção», xiii).⁵⁴

Em resumo, Soares Barbosa:

(i) Define ‘gramática’ como *ciência* («Deve comprehender as razões das practicas do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem») e, também, como *sistema normativo* («Arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua»), o que o leva a distinguir entre gramáticas práticas e científicas, à semelhança do que faziam alguns autores franceses;

(ii) Dá primazia ao estudo da língua portuguesa, até para facilitar a aprendizagem do Latim.

γ. Organização da obra

Considerada no seu conjunto, esta gramática respeita a clássica tetrapartição. No entanto, o autor estabelece ainda uma supra divisão, bipartida, satisfazendo requisitos de ordem mais ‘racional’. É assim que deparamos com uma primeira parte apelidada de «Mechanica», onde são tratadas a *ortoépia* e a *ortografia*, e uma segunda parte, a «parte Logica», que se vai ocupar da *etimologia* e da *sintaxe*. A ideia geral é a de que as línguas apresentam uma componente física, material, pelo facto de serem constituídas por sons e por estes se poderem representar graficamente e uma outra componente, espiritual, que se prende com o significado atribuído aos sinais linguísticos. Ouçamos o autor:

A Grammatica (...) tem naturalmente duas partes principaes; huma *Mechanica*, que considera as palavras como meros vocabulos e sons

⁵⁴ Esta ordem de prioridades é também preconizada por Luís António Verney (1746: 59): «Despois do-estudo da Gramatica Vulgar, segue-se o da-Latina». O programa reformista de Verney tinha, como baluarte, o estudo da língua portuguesa antes do estudo do latim.

articulados, já pronunciados, já escriptos, e como taes sujeitos ás leis *physicas* dos corpos sonoros, e do movimento; outra *Logica*, que considera as palavras, não já como vocabulos, mas como signaes artificiaes das ideas e suas relações, e como taes sujeitos ás leis *psychologicas* (...) (*GF*: «Introducção, viii; negrito nosso)

Uma divisão semelhante já tinha sido, aliás, adotada por Arnault e Lancelot na *Grammaire de Port-Royal*. Também esta última está dividida em duas partes: a primeira trata das palavras enquanto sons e caracteres : «Jusques icy nous n'avons consideré dans la parole que ce qu'elle a de materiel» (*GPR* : 26); a segunda ocupa-se incidentalmente da significação: «Il nous reste à examiner ce qu'elle a de spirituel, qui fait l'un des plus grands avantages de l'homme au dessus de tous les autres animaux, & qui est vne des plus grandes preuves de la raison» (*GPR* : 27).

Ora, atualizando um pouco esta terminologia, parece caber aqui um paralelismo com o que mais tarde será enunciado por Saussure e que diz respeito ao caráter bipartido do signo linguístico. Estas gramáticas filosóficas, ao estabelecerem para as palavras uma parte material ou física e uma parte espiritual ligada à significação, antecipam já a dicotomia *significado/significante*, amplamente difundida na linguística pós-saussureana.

Quer em *Port-Royal* quer na *GF* de J.S. Barbosa é sustentado o primado do pensamento e da razão sobre a matéria linguística. Primeiro o homem concebe, pensa e só depois se exprime com palavras. Na perspectiva destas gramáticas, os pensamentos e as ideias como que preexistem, sendo anteriores à expressão verbal:

Ainsi l'on peut définir les mots, des sons distincts & articulez dont les hommes ont fait des signes pour signifier leur pensées (*GPR* : 27).

(...) como *Palavras* isto he, como signaes de nossas ideas e de nossos pensamentos (*GF*: 97).

Não devemos esquecer que este ponto de vista se enquadra no ambiente intelectual então dominante, protagonizado por nomes como Descartes (e a sua célebre máxima *cogito ergo sum*), Pascal ou Newton. No entanto, neste particular (pensamento e palavra), o nosso gramático parece mais próximo da posição que virá a ser defendida por Humboldt. Este

linguista sustentava que só se pensa com palavras e que estas ajudam a moldar o pensamento. Diz Barbosa, a propósito das línguas:

(...) não são outra couza senão huns *Instrumentos Analyticos*, que **separão as ideias simultaneas do painel confuso do pensamento**, que as põem em ordem, e as fazem succeder humas a outras no discurso para se verem distinctamente, e poderem ser vistas por aquelles a quem falamos (*GF*: 99; negrito nosso).

A ideia de que as línguas são «Instrumentos Analyticos» deixa clara a perspectiva *científica* com que Barbosa encara a linguagem. As línguas não são simplesmente tomadas como veículos de comunicação ou de expressão das ideias, mas sim como *objetos*, objetos analíticos. Analíticos porque, na sua organização interna, é possível discriminar, ‘analisar’, vários elementos que se combinam e articulam entre si, tornando as ideias mais distintas.⁵⁵ Logo no início do Livro I é-nos apresentada uma concepção articulada da língua, indo do geral para o particular: «A Lingua compõe-se de Orações, as Orações de palavras, as palavras de sons articulados, e tudo isto se figura aos olhos, e se fixa por meio da escriptura» (*GF*: 1).

Mas vai mais longe, Soares Barbosa. Ele aparece mesmo em gloriosa defesa da sua dama, entre as demais damas científicas, quando sustenta que as línguas «dão o primeiro exemplo das regras de analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações» (*GF*: «Introdução», xii). Também daqui se vai já perfigurando um olhar de *especialista*, de *técnico* da linguagem, antevendo a língua como *sistema* ou *estrutura* de elementos combinados.

Passemos agora à análise das subpartes desta gramática filosófica. Na *ortoépia*, ou conhecimento dos sons e da sua pronúncia, o autor distingue primeiramente entre «vozes» e «consonâncias». As «vozes» podem ser orais ou nasais, sendo que as primeiras ainda se dividem em «grandes» e «pequenas», designação então corrente para as vogais abertas e fechadas (a mesma designação tinha já sido adotada por Oliveira ou Barros).

De realçar, neste capítulo, é a explicação adiantada para diversidade de sons de uma

⁵⁵ Este carácter **analítico** das línguas está também presente na definição de língua apresentada por Martinet ([1989] 1995: 18): «Uma língua é um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de língua para língua, de comunidade para comunidade, **se analisa a experiência humana em unidades** de conteúdo semântico e expressão vocal, os monemas» (negrito nosso).

língua, explicação esta com uma forte componente articulatória:

Este canal bem como hum tubo ou corda, póde ser tocado em diferentes pontos e aberturas desde sua extremidade interior até á exterior; e daqui a multidão e variedade de vozes nas Linguas das Nações (*GF*: 3).

No capítulo referente à *ortografia*, Barbosa faz a distinção entre uma ortografia de «*Pronuniação*», a qual representa somente os sons da língua, e uma ortografia «*Etymologica*» ou de «*Derivação*» – «porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras» (*GF*: 57). Entre as duas o autor vai assumir uma posição de compromisso:

Eu, para satisfazer a todos, perei primeiro as Regras communs a todas as Orthographias, e depois ás proprias a cada huma dellas. Quem quizer poderá escolher (*GF*: 57-58).

O terceiro livro, dedicado à *etimologia* ou partes da oração tem por objetivos: **1.º** descobrir a origem das palavras, **2.º** averiguar os seus diferentes usos e **3.º** refletir sobre o papel da analogia. As palavras, como são a expressão das ideias, subordinam-se a elas, até na quantidade:

Estes elementos da Oração, como são signaes das ideas, não podem ser, nem mais, nem menos em numero, nem de outra especie, que não sejam os Elementos do pensamento, que os mesmos exprimem (*GF*: 98).

Neste capítulo, uma visão original é apresentada quanto às classes de palavras. Elas são primeiramente divididas em *Interjectivas ou Exclamativas* («que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada», *GF*: 100) e *Discursivas ou Analyticas* (que representam «*Ideas* ou *Combinações* das mesmas», *GF*: 105-106). Assim, e contrariamente ao tratamento tradicional desta matéria, vai ocupar-se primeiro das palavras interjetivas, pois na sua opinião «Ellas são a Linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem» (*GF*: 100).

A divisão proposta para as partes da oração, que o autor considera serem apenas seis, é

a seguinte: três **variáveis** que são o *substantivo*, o *adjetivo* e o *verbo*; e três **invariáveis** que são a *preposição*, a *conjunção* e a *interjeição*. Os *pronomes*, *artigos* e *participios* são incluídos na classe dos adjetivos e considerados como modificadores do substantivo. Aos *advérbios* não é conferido estatuto de classe autónoma, pois na opinião do autor eles decompõem-se em preposição e substantivo, acompanhado ou não de adjetivo, como acontece com *claramente* que resulta de *clara + mente*, subentendendo-se a preposição *cum*.

Para que a palavra seja elementar na oração tem que obedecer a três critérios: (i) seja *simples* e *irresolúvel*, não podendo conter em si outras palavras; (ii) seja indispensável para a expressão dos pensamentos («de tal sorte que não haja língua alguma que a não tenha», *GF*: 106); (iii) tenha no discurso uma função diferente das outras partes.

Também numa clara antecipação à distinção atualmente feita em linguística entre *morfemas lexicais* e *morfemas gramaticais*,⁵⁶ Barbosa propõe que entre as palavras discursivas, umas são *nominativas* porque «caracterizam e nomeiam as ideias» e outras *conjuntivas* ou *combinatórias* porque «as combinam entre si» (*GF*: 106).

A *sintaxe* é apresentada como «coordenação» entre as várias partes da oração e o autor começa por distingui-la de *construção*. A primeira é concebida como «uma ordem sistemática das palavras, fundada nas relações das coisas que elas significam» (*GF*: 362) enquanto que a segunda será «uma ordem local, autorizada pelo uso das línguas» (*GF*: 362). Ou seja, duas construções podem ter a mesma sintaxe, como acontece quando se altera a ordem dos constituintes numa frase («*Alexandre vence a Dario* e *A Dario vence Alexandre*»). Esta é uma distinção que não é feita por gramáticos portugueses anteriores, nem tão pouco a encontramos em *Port-Royal* cujo capítulo referente a esta matéria se intitula «De la Syntaxe ou Construction des mots ensemble», onde o emprego da disjuntiva faz aproximar os dois termos. Ao fazê-lo, talvez por influência de Du Marsais na *Encyclopédie*, J.S. Barbosa admite dois níveis de organização frásica: um mais profundo e regular correspondendo à *sintaxe* e outro, mais superficial e variável denominado de *construção*. O estabelecimento destes dois níveis remete-nos para as atuais *estrutura de superfície* e *estrutura profunda* da gramática generativa, numa visão claramente antecipadora.

Como já acontecia em *Port-Royal*⁵⁷ a sintaxe é apresentada em duas vertentes:

⁵⁶ Assinale-se que a linguística funcional adota preferencialmente a designação de *monema*.

⁵⁷ Na *GPR* os termos usados eram «convenance» e «régime»: «La Construction des mots se distingue généralement, en celle de Convenance, quand les mots doivent convenir ensemble; et en celle de regime, quand l'un des deux cause une variation dans l'autre» (*GPR*: 153).

(i) Sintaxe de *concordância* fundamentando-se na «identidade» como, por exemplo, a concordância em número e gênero dos adjetivos com os substantivos;

(ii) Sintaxe de *regência* baseada no conceito de «determinação», como acontece, por exemplo, com os complementos pedidos pelos verbos transitivos.

No capítulo referente à sintaxe de regência, Barbosa apresenta uma classificação curiosa dos complementos, baseada nos quatro casos latinos: *complemento objectivo* correspondente ao acusativo («Amo a virtude»), *complemento terminativo* correspondente, em parte, ao dativo («prestar para», «trocar por»), *complemento restrictivo* que corresponde ao genitivo («livro de Pedro») e *complemento circunstancial* correspondendo ao ablativo («Em Coimbra, desde aquelle tempo...»). Podemos aqui encontrar uma primeira formulação do que viriam a ser as ‘funções sintáticas’, hoje amplamente difundidas. Assinale-se que a noção de ‘função sintática’ ou ‘função gramatical’ só se torna pertinente com a consolidação oral e escrita das línguas vernáculas. No latim, como sabemos, terminações casuísticas específicas faziam com que os vários elementos da frase desempenhassem naturalmente uma determinada função gramatical. Só mais tarde, quando, nas várias línguas românicas, as unidades gramaticais passam a ocupar lugares fixos no interior da frase é que se torna útil distinguir os diversos papéis sintáticos dos constituintes frásicos. É, assim, natural que o termo ‘função sintática’ só apareça tardiamente e em gramáticas do português, mais concretamente no século XIX, com Manuel Dias de Sousa e Jerónimo Soares Barbosa. Os jesuítas de *Port-Royal* não usam ainda esta designação; antes empregam várias vezes o termo “rapport” quer para exprimir as relações do verbo com os outros elementos da frase, quer para manifestar a relação de dependência entre o nome e o adjetivo, quer na relação de complementaridade verbal (Fonseca 2010a). Este termo (“rapport”) põe já em evidência o valor relacional das diversas unidades que compõem a frase.

Voltemos ao nosso gramático. Recorrendo a critérios lógico-semânticos é proposta para *frase* a seguinte definição:

Oração, ou Proposição, ou Frase (pois tudo quer dizer o mesmo) he qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras (GF: 363).

Esta definição é um pouco vaga podendo abranger enunciados mal formados que podem veicular um «entendimento» como acontece com a construção ‘Mim gostar tu’.

Finalmente, convém assinalar que, nesta gramática, a sintaxe encontra-se bastante desenvolvida, dedicando-lhe Soares Barbosa 76 de um total de 451 páginas. Quando comparada com a *Grammaire de Port-Royal*, em que a sintaxe aparece tratada num só capítulo (cap. XXIV), correspondendo a 5 páginas num total de 161, a desproporção é notória. Amadeu Torres adianta, jocosamente, uma possível explicação para este facto:

(...) diria que a Arnaut e Lancelot profeticamente lhes palpitou que essas cinco páginas bastariam para entusiasmar os pedagogos franceses pelos estudos sintácticos, enquanto Jerónimo Soares Barbosa, como que adivinhando o horror dos eruditos portugueses por tais estudos, se alongou na exposição, no possível intento de os levar um dia a mudar de ideias, o que até hoje pouco conseguiu (Torres 1998: 120).

5. Referência breve a duas outras gramáticas: Jerónimo Contador de Argote e Reis Lobato

Embora menos inovadoras do que aquelas que analisámos nos pontos anteriores, duas outras gramáticas tiveram um certo impacto na altura em que foram publicadas, merecendo, por isso, a nossa referência ainda que sucinta. A primeira, editada em 1721, da autoria de Jerónimo Contador de Argote (sob o pseudónimo de Caetano Maldonado da Gama) intitula-se *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina ou Disposiçam para facilitar o ensino da lingua Latina pelas regras da Portugueza*. Esta obra propunha-se, sobretudo, facilitar a aprendizagem do latim, privilegiando o estudo da gramática portuguesa:

Este pois he o intento desta arte, ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção, & o uso da Grammatica Latina (Argote: «Instrucçam á Grammatica», 4).

Este «intento» visaria, provavelmente, contrapor-se ao método até então adotado nas escolas, que seguiam a gramática latina do P.e Manuel Álvares. Sob a forma de diálogo entre Mestre e Discípulo, como era usual na altura, o autor vai esclarecendo várias questões

gramaticais, fazendo quase sempre acompanhar as suas explicações de exemplos, seguindo a ordem das gramáticas clássicas. Aliás, logo no Prólogo é dito que: «A Presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, & nas regras; porém no intento, & effeyto para que se compoz he Latina».

Conquanto se façam sentir, nesta obra, os ecos de *Port-Royal*, sob o ponto de vista da evolução das gramáticas, pouco se veio a acrescentar, tornando-se até a leitura da obra um pouco enfadonha, o que aliás já tinha sido assinalado por Verney:

O juizo que formo desta Gramatica, é este. O autor, introduzindo um dialogo enfadonho, dise, em muitas folhas, o que podia dizer, em poucas regras (Verney 1746: 13).

Uma outra gramática que convém referir, uma vez que foi a primeira gramática portuguesa a ser adotada oficialmente nas escolas, é da autoria de António José dos Reis Lobato, publicada em 1770, intitulada *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. No frontispício da gramática pode ler-se «composta, e oferecida ao ILL.mo e EXC.mo Senhor Sebastião Jose de Carvalho e Mello Marquez de Pombal». Esta obra está em consonância com o novo método de ensino da língua portuguesa preconizado pelo *Verdadeiro Metodo de Estudar* e vem substituir a didática de Manuel Álvares. José Leite de Vasconcelos considera, mesmo, que Reis Lobato foi um instrumento do Marquês de Pombal na reforma contra o ensino jesuítico. Em sintonia com o espírito das *luzes*, Reis Lobato faz a apologia da filosofia no estudo da língua: «pois he certo, que sem o socorro da filosofia não se póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração» (Lobato 1788: xxviii). Os autores tomados como referência são, diz-se na Introdução, Sanchez, Perizonio, Vossio, Sciopio e Lancelot. Para o autor, a gramática era «precisa» para: (i) se falar sem erros; (ii) se saberem os fundamentos da língua que se fala usualmente. É dada, de gramática, a seguinte definição: «Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza» (Lobato 1788: «Proemio», 1).

Que uma gramática particular, como a portuguesa, é uma «arte», já o encontramos em Beauzée; que a gramática ensina a não dar erros, é também uma ideia de secular tradição; o que já parece relativamente inovador é o facto de a gramática ter como *fim* a «oração». Em nota de rodapé é acrescentado que «desta definição se collige ser a oração portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza». Empregamos o advérbio ‘relativamente’ porque, de

facto, é visível aqui a influência de Sánchez de las Brozas que também preconizava ser a oração o fim da gramática.

Os ventos do racionalismo, o tomar a gramática como um saber refletido sobre a língua, atingem, também, este autor levando-o a sustentar que aprender gramática é um ato de «inteligência»: «(...) pois ao mesmo tempo que ensinassem aos meninos as regras da Grammatica materna, na intelligencia, e explicação destas os obrigarião a discorrer nas causas, e razões da lingua que fallão» (Lobato 1788: x). Amadeu Torres apresenta, nos nossos dias, uma relação semelhante: «Ora a gramática (...) é a arte e ciência privilegiadas como propedêutica geral da inteligência» (Torres 1998: 38).

A ideia de que as línguas radicam em princípios comuns também aqui a podemos encontrar – «(...) sem diffcultade se aprendem muitos principios, que são communs a todas as linguas» (Lobato 1788: vii) – para justificar a utilidade em aprender, primeiro, a gramática portuguesa.

São de salientar, ainda na «Introdução», as duras críticas que Reis Lobato faz a gramáticos anteriores como Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo, Bento Pereira ou Jerónimo Contador de Argote, embora em relação a este último seja bastante mais benevolente, uma vez que segue Lami e *Port-Royal*:

Na Grammatica de D. Jeronymo Contador de Argote se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontrão nos sobreditos Grammaticos (...) por ter seguido (...) a Lami na sua Grammatica discursada, e as doutrinas do Methodo dos Padres da Congregaçãõ do Port-Roial (Lobato 1788: «Introdução», xxiv)

Tomando o tom das suas críticas, seríamos tentados a dizer que também esta sua gramática não é um sistema perfeito e que ‘peca’, por exemplo, por tomar a *Elipse* como explicação para quase tudo o que não é regular. Numa frase como *Eis aqui o ladrão*, o autor considera subentendida ou elidida a forma verbal *está*; a frase regular correspondente seria *Eis aqui está o ladrão*. A influência de Sánchez de las Brozas é, aqui, evidente. Este gramático espanhol, apelidado já de «campeão da elipse», escreve na sua *Minerva*: «La doctrina de la elipsis es absolutamente necesaria» (Sánchez [1562] 1995: 441). E, mais adiante: «No hay ninguna lengua que no guste de la brevedad en su realizaci3n, y hablamos tanto más agradablemente cuantas más cosas dejamos sobreentendidas» (Sánchez [1562]

1995: 441). Em relação às partes da gramática, Reis Lobato toma quatro, como *soía*, começando pelo tratamento da etimologia a que é dado especial desenvolvimento. Reside, talvez, aqui a principal novidade desta gramática. Sobre a ‘sintaxe’ se diz que «he a recta composição das partes da oração entre si» (Lobato 1788: 172) e o tratamento que dela é feito segue o esquema de *Port-Royal*, dividindo-se em sintaxe de concordância e de regência.

6. Sinopse

A característica que melhor define as duas gramáticas filosóficas portuguesas estudadas, se comparadas com as suas antecessoras, é uma marcada atitude de reflexão sobre a linguagem em geral e sobre o português em particular, fazendo apelo constante à razão. Não se limitando a expor ou descrever os bons usos da língua, elas tentam, sempre que possível, explicá-los sob os auspícios de uma filosofia sediada em França que tinha como traço dominante o questionar metódico e «razoado» das matérias em questão.

Assume-se, nestas gramáticas, a existência de princípios comuns a todas as línguas – assunção esta que eiva do primado do pensamento sobre a matéria linguística. Esta posição, mais claramente assumida por Jerónimo Soares Barbosa do que por Melo Bacelar, resulta na concepção de uma gramática geral – considerada como ‘ciência’ e sujeita às leis do pensamento – de onde derivam as gramáticas particulares de cada língua, tidas como ‘arte’.

Embora se destinassem ao ensino do português, estas gramáticas adotam uma atitude mais ‘científica’ perante a língua do que pedagógica. Não vamos encontrar nelas preceitos ou receituários de como usar corretamente a língua, conquanto a correção e a norma linguística, por elas veiculada, se imponha, também, como objetivo. Fazer gramática é, por esta altura, tocar tangencialmente a Lógica, pela íntima relação que os autores reconhecem existir entre estes dois domínios do saber.

A organização das matérias, as divisões internas, as tipologias adotadas, já não se regem estritamente pelos modelos clássicos: são, antes, orientadas por uma filosofia gramatical primeva e congregadora. Bacelar é inspirado pela Física newtoniana quando fala em «agente», «acção» ou «accionado»; Barbosa segue de perto *Port-Royal*, Beauzée, Sánchez de las Brozas, Wallis e Starris quando considera que a gramática comporta uma parte ‘mecânica’ e uma parte ‘lógica’.

A divisão tripartida da gramática de Bacelar, embora inovadora, não fica, contudo,

isenta de objeções. A equivalência, feita pelo autor, entre o que atualmente se considera serem *funções semânticas* e *funções sintáticas* levanta sérias reservas, bem como certas definições propostas (veja-se a definição de *artigo*). Já a gramática de Soares Barbosa se apresenta como um ‘sistema’ mais regular, respeitando ainda, na essência, as quatro tradicionais divisões da gramática (*ortoépia, ortografia, etimologia e sintaxe*).

No tocante às partes da oração, Melo Bacelar elege duas como principais – o nome e o verbo – sendo as restantes consideradas como meros «adjuntos» ou «sincategoremas». Soares Barbosa considera seis: três variáveis (*substantivo, adjetivo, verbo*) e três invariáveis (*preposição, conjunção, interjeição*).

Em muitas matérias, a gramática de Soares Barbosa é particularmente inovadora, como acontece quando o pronome, o artigo e o particípio são tomados como adjetivos ou na classificação proposta para os complementos do verbo, baseada nos casos latinos. O autor parece arrojar-se sem temeridade pelos vários itens gramaticais, guiando-se tão somente pela autoridade da razão.

Para concluir, diríamos que estas duas gramáticas são um bom exemplo de como é possível pensar o português e não apenas apreender dele as regras básicas, seguindo de perto a matriz analítica de *Port-Royal*. O quadro seguinte compara, de forma resumida, o estudo que sobre elas fizemos.

	Melo Bacelar	Soares Barbosa
Definição de gramática	«A Grammatica Philosophica he hum'a collecção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos, e dispomos os sons, que communição aos outros os nossos conceitos»	«Arte de falar e escrever correctamente a propria lingua» ⁵⁸
Organização da GF	<p>tripartida:</p> <p>-gramática do agente;</p> <p>-gramática da ação;</p> <p>-gramática do acionado.</p>	<p>Parte Mecânica — ortoépia — ortografia</p> <p>Parte Lógica — etimologia — syntaxe</p>
Partes da oração	<p>principais: <i>nome e verbo</i></p> <p>adjuntos: <i>artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção, interjeição</i></p> <p>Total: 8</p>	<p>3 variáveis: <i>substantivo, adjetivo, verbo</i></p> <p>3 invariáveis: <i>preposição, conjunção, interjeição</i></p> <p>Total: 6</p>

Quadro 6: Síntese comparativa das gramáticas de Melo Bacelar e de Soares Barbosa

⁵⁸ (GF: 1). E ainda: «Deve comprehender as razões das practicas do uso e mostrar os principios geraes de toda a Linguagem» (GF: «Introduccão», xii).

CAPÍTULO IV – AS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS

1. Quadro Geral

Da surpresa de que é possível racionalizar o mundo e os seus eventos e de que existe uma realidade objetiva que obedece a *leis universais* (as leis da Física de Isaac Newton, a Química de Lavoisier, a Matemática de Pascal, a gramática «raisonnée» de Port-Royal...), passou-se, em seguida, para a pesquisa histórica e evolutiva dos fenómenos. A ideia de que nada é imutável – de que o mundo, os seres vivos ou as línguas se modificam com o tempo – dominou, digamos, o cenário intelectual do século XIX.

Já Lamarck e Linné tinham iniciado uma escalada de ideias novas relativamente ao mundo vivo. Deve-se, no entanto, a Charles Darwin e à publicação, em 1859, da sua obra mais conhecida – *The Origin of Species by Means of Natural Selection* – um novo desafio na interpretação da natureza e dos seres vivos. Sustenta este autor que as espécies animais nem sempre foram o que são hoje, nem em número nem em complexidade. Elas aparecem ou desaparecem conforme se adaptem ou não ao meio ambiente. Na luta incessante pela sobrevivência, assumem particular importância as aptidões naturais de cada organismo: os mais aptos vingarão, enquanto que os menos dotados tenderão a desaparecer (processo designado por *seleção natural*). Contrariando as interpretações bíblicas até aí dominantes, Darwin sustenta ainda que todas as espécies animais – incluindo o homem – descendiam de quatro ou cinco organismos originais. Não sendo, embora, a última palavra sobre evolução, a obra de Darwin deixou marcas indeléveis na história do pensamento científico, sendo responsável pela maneira como hoje se encara o mundo vivo.

Será, pois, o desenvolvimento da anatomia, da biologia ou da paleontologia comparadas que vai fornecer à Linguística do século XIX um modelo a seguir. Surge, por esta altura, o chamado *método comparativo* que, confrontando vários sistemas linguísticos, põe em destaque problemas relativos à génese da linguagem, à classificação das línguas ou ao estabelecimento de grandes famílias linguísticas. A descoberta do *sânscrito* – particularmente a constatação de grandes semelhanças entre este idioma e o latim e o grego, fazendo supor que faria parte da grande família indo-europeia, sendo desta a língua mais antiga – constituiu um estímulo para esta nova abordagem. William Jones, juiz inglês em Bengala e membro da Sociedade Asiática de Calcutá, escreve, em 2 de fevereiro de 1786:

El sânscrito... tiene una estructura magnífica; es más perfecto que el griego, de formas más diversas que el latín, de una cultura más fina que las dos lenguas mencionadas y, a pesar de ello, tiene tantos rasgos comunes con ellas que no puede ser por casualidad. Ningún filólogo que examine estas tres lenguas podrá negar que evolucionaron de alguna fuente común, que probablemente ya no existe (*apud* Assunção e Fernandes 2007: 36).

William Jones estabelece, nesta passagem, as orientações que irão nortear a investigação linguística na centúria seguinte: comparação de idiomas antigos (neste caso, o grego, o latim e o sânscrito) para chegar à língua original ou *Ursprache*. William Jones deixa antever que essa língua poderá até já nem existir. A conclusão semelhante chega Franz Bopp (1791-1867), quem verdadeiramente fundou a gramática comparada. Partindo do estudo do Persa, Árabe, Hebreu e Sânscrito, vai comparar o sistema de conjugações destas línguas com o grego e o latim. Bopp considerava as línguas como organismos vivos e, assim como em Biologia se procuram os troncos comuns da evolução, também em Linguística se procura a língua primitiva identificada com o *Indo-Europeu*. No entanto, é no *sânscrito* que Bopp encontra o primeiro estágio da linguagem. Assinale-se que o interesse crescente pelo sânscrito originou a publicação de várias gramáticas deste idioma, na Europa. Em Inglaterra, por exemplo, foram publicadas cinco gramáticas entre 1790 e 1815 (Assunção e Fernandes 2007).

O termo mais frequentemente usado, neste período, foi, assim, o de *organismo* aplicado à língua, mostrando uma clara influência da Biologia. Meyer-Lübke, em *Linguística Romance*, chega, mesmo, a utilizar as expressões «investigação biológica» e «investigação paleontológica», definindo-as do seguinte modo:

(...) la investigación **biológica** hace posible conocer la naturaleza de la vida del language, fundamentar las últimas causas de todos los cambios y, por último, separar lo general humano de lo peculiar de cada grupo linguístico, grande o pequeño. (...) En oposición con lo anterior se encuentra la investigación **paleontológica**; su fin principal consiste en restaurar estados lingüísticos desaparecidos, y en explicar los hechos poco claros en la medida de lo posible (Meyer-Lübke 1914: 94; negrito nosso).

O método comparativo resultará na elaboração das *gramáticas comparadas* – designação originariamente atribuída a F. Schlegel. Outro autor a trabalhar em gramática comparada foi Schleicher (1821-1868) que fez publicar, entre outras obras, o *Compêndio de Gramática Comparada das Línguas Indo-Germânicas e Teoria Darwiniana e Linguística*. Schleicher foi, sobretudo, um botânico tendo-se dedicado a obras linguísticas somente nos últimos dezassete anos da sua vida. Este autor vai, definitivamente, adotar o modelo darwiniano na interpretação do devir linguístico: as línguas eram organismos vivos e, como tal, passariam por períodos de crescimento, maturidade e decadência, devendo ser tratadas segundo os métodos das ciências naturais. A comparação entre a evolução das espécies atuais (peixes, répteis, aves e mamíferos) e a evolução dos vários sistemas linguísticos é, muitas vezes, referida por este autor. A gramática comparada é associada à anatomia comparada. Estabelece relações genéticas entre as várias línguas e sustenta a teoria da *árvore genealógica* cujo tronco era representado pelo Indo-Europeu.

Advoga-se, por esta altura, que a evolução linguística obedece a leis definidas, verificando-se, nas mudanças fonéticas, um princípio de regularidade. Ficariam célebres as chamadas «leis de Grimm» no tratamento das relações entre o Grego, o Gótico e o antigo alto Alemão. Jakob Grimm (1785-1863) faz publicar, em 1819, o primeiro tomo da *Deutsche Grammatik*, onde analisa os diferentes períodos do alemão.

Também os neogramáticos viriam a adotar os modelos das ciências naturais, nomeadamente da Geologia e da Física, no estudo das línguas. Lembremo-nos de que a Física moderna começava, então, a dar os seus primeiros passos e que, segundo os físicos da altura, seria possível descrever futuros estados do mundo físico a partir do conhecimento completo do estado presente, recorrendo a leis deterministas. Hermann Paul dá conta destas influências em *Princípios Fundamentais da História da Língua*: «Mas aquilo que temos em mente não é na realidade nem mais nem menos filosofia do que, por exemplo, a física ou a fisiologia» (Paul [1966] 1983: «Prólogo»). E, mais adiante, referindo-se à história da língua:

É pois natural que uma ciência assim geral como a que corresponde exactamente a cada ciência histórica, não possa apresentar um todo perfeito como o das chamadas ciências naturais exactas (...) (Paul [1966] 1983: «Prólogo»).

No panorama linguístico do século XIX referira-se, ainda, Wilhelm de Humboldt (1767-1835), figura que certamente marcou a linguística geral. Este autor vai refletir sobre a

evolução das línguas, chegando a propor, para estas, uma classificação tipológica. No entanto, a contribuição mais assinalável de Humboldt para a linguística foi a ideia de que a estrutura de cada língua condiciona a estrutura do pensamento: línguas diferentes corresponderiam a sistemas de pensamento diferentes. Sapir e Whorf viriam, mais tarde, a perfilhar esta perspectiva, conhecida por *relativismo linguístico*.⁵⁹ A Filosofia de Kant – nomeadamente a sua teoria da percepção segundo a qual as sensações exteriores são percebidas e organizadas pela mente não de uma forma aleatória, mas obedecendo a determinadas categorias ou «intuições» – não foi certamente alheia à linha de pensamento desenvolvida por Humboldt.

Dá este autor especial enfoque, por um lado, à criatividade e, por outro, à especificidade da linguagem humana que é tomada como algo de eminentemente inato (fazendo lembrar Chomsky):

Es verdad que el language, según mi convicción más íntima, debe considerarse como puesto en los hombres de manera innata, pues como obra de su intelecto en la claridad de la conciencia, es totalmente inexplicable (Humboldt [1820] 1968: 9).

A principal característica do homem seria, assim, a sua linguagem: «El hombre es hombre sólo por el language; pero para inventar el language, ya debía ser hombre» (Humboldt [1820] 1968: 9).

A focalização na evolução dos idiomas e nas suas relações, incluindo tentativas de reconstrução de línguas antigas já desaparecidas de que descendem as atuais, viria a constituir, ao longo de várias décadas, o principal domínio de investigação em linguística – tradicionalmente chamado de *filologia*.

Como já nos vamos habituando, e por via de regra, este ambiente intelectual vai também ter repercussões em Portugal. São publicadas, entre finais do século XIX e princípios do século XX, algumas gramáticas de pendor essencialmente histórico, como podemos comprovar pelos seguintes títulos:

⁵⁹ Assinale-se que esta perspectiva é, muitas vezes, criticada por consubstanciar tendências predominantemente ‘nacionalistas’ – a superioridade de uma língua (o alemão, por exemplo) refletiria a superioridade de um povo (os alemães).

Grammatica Portugueza Elementar, fundada sobre o methodo historico-comparativo (1876) – Teófilo Braga;

Syntaxe Historica Portuguesa (1918) – Augusto Epifânio da Silva;

Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa, Fonética e Morfologia (1919) – José Joaquim Nunes;

Grammatica Historica da Lingua Portugueza (1931) – Manuel Said Ali.

A origem do português é, nestas obras, uma questão central, sendo a Fonética, a Morfologia ou a Sintaxe abordadas do ponto de vista da sua evolução (do latim ao português). Trataremos, seguidamente, os dois últimos títulos.

2. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa de José Joaquim Nunes*

α. Alguns dados biográficos

José Joaquim Nunes (n. Portimão, 1859 e m. Lisboa, 1932) foi seminarista em Faro, tendo depois desempenhado as funções de pároco em Alferce (Monchique) e de capelão militar em Lagos, Santarém e Beja. Contrai, entretanto, casamento civil. No âmbito da sua atividade docente foi Reitor do Liceu de Beja, professor no Liceu de Santarém e, já em Lisboa, lecionou no Liceu Camões e no Colégio Militar. Veio a ser, mais tarde, Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e sócio da Academia das Ciências. Em 1918 dedica à memória da mulher a *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*, sob o pseudónimo de Júlio Ventura. Para além desta publicação é editado, em 1919, o *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, em 1926-28, *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego Portugueses* e, em 1932, *Cantigas d'Amor dos Trovadores Galego Portugueses*.

β. Definição e objetivos da gramática

Mais do que qualquer outro objetivo, importava agora situar o português no tempo e tentar perceber as leis que presidem às mudanças linguísticas. E esta obra vai incidentalmente ocupar-se da evolução dos sons e das palavras, do latim ao português, ou seja, do estudo da Fonética e da Morfologia. No ponto seguinte trataremos com mais detalhe a sua organização.

Como a própria palavra indica, o '*Compêndio*' destinava-se a um uso escolar, já não

ao nível dos liceus, como era apanágio da grande maioria das gramáticas, mas a um nível universitário. O seu objetivo, como o próprio autor refere no Prólogo, é o de auxiliar os estudantes das Faculdades de Letras, evitando-lhes investigações fastidiosas:

Com este meu modesto trabalho, no qual procurei condensar o que de melhor se acha escrito em autores nacionais e estrangeiros, tive a mira em poupar aos estudantes das nossas Faculdades de Letras e a todos quantos se empenham em conhecer a história do nosso idioma investigações e diligências que lhes absorveriam muito tempo (...) (Nunes 1919: «Prólogo» da 1.^a edição).

É assim que deparamos com uma abundante recolha de dados relativos à evolução da língua. Os seus princípios orientadores encontram-se em sintonia com as tendências então em voga na Europa quanto ao estudo das línguas. Na lista das principais obras consultadas constam nomes como Cornu, Menéndez Pidal, Meyer-Lübke, E. Bourciez... Digamos que a ‘trave-mestra’ desta obra é a concepção da língua como *organismo vivo*, ideia inspirada em todo o ambiente comparativista do século XIX e nas então recentes investigações em Biologia, particularmente em Charles Darwin. À semelhança do que se passa com os seres vivos, que apresentam anatomias e fisiologias próprias, considera-se que a língua é, também ela, constituída por várias partes com diferentes funções. As espécies animais modificam-se e evoluem no tempo: o mesmo acontece com as línguas. Cabia, então, ao linguista aperceber-se dessas mudanças e formular as suas leis, tidas como *leis matemáticas*. Ouçamos Joaquim Nunes (1919: 21; negrito nosso):

Ora é geralmente sabido que são as palavras que no seu conjunto constituem o organismo chamado idioma, que, como **qualquer ser vivo**, se compõe de partes várias em tamanho e funções. Mas, do mesmo que na natureza os elementos de um corpo se alteram por transformações sucessivas e inconscientes, também no domínio das línguas os sons de que constam as palavras não permanecem sempre os mesmos; estes, como aqueles, estão sujeitos a modificações que se operam dum maneira fatal e imperiosa, sem que de tal tenhamos consciência, e atingem todos os que se encontram em igualdade de circunstâncias, manifestando-se com **precisão** matemática tal, que de antemão podemos estabelecer as leis que as regulam (...)

Como facilmente concluimos através desta passagem, muito longe estamos já das primeiras gramáticas portuguesas: o estudo da língua é, definitivamente, encarado numa perspectiva científica, tomando como base uma detalhada investigação histórica. A História da Língua enquanto ramo de investigação em Linguística vai ter, nesta obra e noutras congéneres, as suas fundações.

Quanto a definições de gramática, não vamos encontrar nenhuma explícita ao longo do *Compêndio*. É, talvez, compreensível que isto aconteça: as gramáticas foram, durante muitos séculos, sistematizações «preceitivas» da língua – característica a que se opõe toda a investigação científica. As leis observadas são, agora, leis diacrónicas que nunca poderão assumir o estatuto de norma.

γ. Organização da obra

Embora o título – *Compêndio de Gramática Histórica* – sugira que vão ser tratadas as várias partes da gramática o que acontece, de facto, é que este estudo incide basicamente na Fonética e na Morfologia do Português. À Sintaxe não é dado nenhum desenvolvimento, justificando o autor esta *falha* quando, no Prólogo da 1.^a edição, refere que Epifânio da Silva Dias preparava um estudo exclusivamente dedicado à Sintaxe Histórica o que, efetivamente, se verificou, chegando este estudo a ser publicado, em 1918, sob o título de *Syntaxe Historica Portuguesa*.

Este compêndio começa por tratar a origem e evolução do português, tomando como ponto de partida o latim. São abordados, na «Introdução», vários pontos:

(i) A diferença entre o latim vulgar e o latim literário e a importância decisiva que o primeiro teve na formação do nosso idioma;

(ii) A diversidade fonética existente em todo o império romano e a coexistência de vários dialectos na Península (um deles, o *galaico-português*, falado nas margens do rio Minho, daria mais tarde origem ao galego e ao português);

(iii) A data em que aparece definitivamente a nossa língua. Neste particular, o autor assinala que, pelo facto de as mudanças linguísticas corresponderem a processos lentos, não

se pode precisar uma data exata.⁶⁰

Segue-se à Introdução o tratamento da Fonética e da Morfologia, que constituem as duas principais divisões desta obra. A Fonética encontra-se dividida em *Fonética Fisiológica* e *Fonética Histórica*. Esta divisão já a podemos encontrar em Meyer-Lübke (1914: 100):

Así, pues, en el caso de que en una lengua estén asegurados ciertos cambios fonéticos por el método **histórico**, entonces intervendrá justificadamente la **fonética fisiológica**, y hasta puede suceder que sólo ella nos dé el método para la explicación, o que decida cuál solución – entre varias – sea la más acertada.

Na parte respeitante à Fonética Fisiológica, começa o autor por apresentar o processo articulatorio responsável pela produção dos sons: são descritos os órgãos do aparelho fonador, o papel da glote na produção dos sons sonoros, é referida a frágil diferença entre vogais e consoantes sob o ponto de vista da articulação, o papel da *intensidade*, da *altura*, da *duração* e do *timbre*. Joaquim Nunes apresenta, ainda, dois quadros referentes à classificação articulatoria das vogais e das consoantes. Segundo estes quadros, as vogais dividem-se em *guturais*, *palatais* e *labiais* e as consoantes em *oclusivas* e *constritivas*. As *oclusivas* podem ser sonoras ou surdas e as *constritivas* incluem as nasais, as laterais, as vibrantes e as fricativas. O último quadro, referente às consoantes, foi extraído da obra *Précis de Phonétique Historique du Latin* de Max Niedermann, conforme consta da nota (1) da pág. 29.

À Fonética Histórica Nunes dedica 167 páginas num total de 409. Esta secção constitui, digamos, o ‘apport’ do *Compêndio*: vamos encontrar, aqui, um manancial imenso de informação relativa à evolução dos sons, dos ditongos e das palavras, sendo o latim quase sempre tomado como referência de origem. Associando *evolução* a *luta pela sobrevivência*, é atribuído ao acento tónico o papel de ‘guardião’ do corpo das palavras. Ouçamos o autor:

(...) como verdadeiros organismos vivos, também os sons estão sujeitos à sua (*do tempo*) influência modificadora, gastando-se pouco a pouco, lutando pela sua existência, luta de que por vezes saem triunfantes, quando não sucumbem. A arma mais forte que os auxiliou neste batalhar incessante

⁶⁰ Nesta matéria, mais uma vez, é comparada a língua a um organismo vivo: «como qualquer ser vivo que, antes de atingir a forma que o distingue dos outros, passa por fases diversas, que lhe vão alterando as feições, as línguas, antes de se fixarem, sofrem sucessivas e constantes modificações» (Nunes 1919: 14).

foi o acento tónico; resistindo aos rudes golpes do seu terrível inimigo, o tempo, conseguiu salvar uma grande parte do corpo de que era a alma, deixando embora no campo de batalha muitos dos seus membros perdidos e desconjuntados (Nunes 1919: 32).

Muito haveria a dizer acerca desta parte do *Compêndio*, na medida em que se traduz numa minuciosa investigação sobre a evolução dos sons. Isto, no entanto, escapa ao objetivo a que aqui nos propomos e que diz respeito à análise da organização da obra.

Na segunda grande parte do *Compêndio* é tratada a Morfologia: «ocupa-se esta das várias partes de que se compõe o discurso». Ressalta desta passagem o peso de toda uma tradição gramatical que incluía na etimologia, uma das quatro partes das gramáticas, o estudo das partes do discurso. E, aqui, Joaquim Nunes parece inspirar-se diretamente na classificação proposta por Jerónimo Soares Barbosa ao considerar duas grandes classes: as palavras «variáveis ou flexivas» e as «invariáveis ou inflexivas». Das primeiras fariam parte o *substantivo*, o *adjetivo*, o *artigo*, o *pronome*, o *particípio* e o *verbo*; das segundas, a *preposição*, o *advérbio*, a *conjunção* e a *interjeição*. Assinalando que esta classificação se insere em toda uma tradição gramatical que remonta às gramáticas greco-latinas, o autor propõe, mais adiante, que as palavras **flexivas** se reduzam a três espécies: o *nome*, o *pronome* e o *verbo*. Esta tripartição corresponderá a uma classificação ontológica do mundo e dos objectos que nos rodeiam:

(i) Os «**objetos** em si» seriam designados pelo *nome*, quando encarados objetivamente, ou pelo *adjetivo*, se encarados subjetivamente;

(ii) As «**relações** de espaço ou de tempo em que eles se encontram para conosco», designadas pelo *pronome*;

(iii) A **atividade** dos objetos expressa pelo *verbo*.

De acordo com esta divisão:

(i) O *adjetivo* é tomado como um tipo de nome, seguindo uma tradição ancestral: «Segundo ficou dito, compreendem-se sob a designação de *nome*, tanto as palavras que designam os entes, como as que mostram as suas qualidades» (Nunes 1919: 203). Os *numerais* são incluídos, também, na classe dos nomes;

(ii) Os *pronomes* dividem-se em *substantivos* e *adjetivos* – «servindo aqueles para designar as pessoas ou as cousas, e estes para as especificarem com as várias relações de

espaço, lugar ou posse» (Nunes 1919: 202); atualmente, a distinção feita é entre *pronomes* e *determinantes* – podendo ser *pessoais*, *possessivos*, *demonstrativos*, *relativos*, *interrogativos* e *indefinidos*; os *artigos* são também incluídos nesta classe por razões históricas, nomeadamente os definidos *o* e *a* que provêm do pronome demonstrativo latino *ille*, passando seguidamente pelas formas *elo / ela* > *lo / la* > *o / a*;

(iii) O **verbo** designaria a atividade de que todo o mundo parece estar dotado, realizando-se de diversas maneiras correspondentes a diferentes *modos*, *tempos* e *pessoas*. O *particípio* é considerado uma «forma especial» de verbo.

Nesta singular tripartição é notória a influência de gramáticos estrangeiros como Meyer-Lübke que na *Grammaire des Langues Romanes* (tomo III) considera como palavras flexivas («mots à flexion»), atendendo a sua significação, o *nome*, o *pronome*, o «*nom de nombre*»⁶¹ e o *verbo*. Difere J. Nunes deste ilustre gramático por não tomar os numerais como classe autónoma.

As palavras **inflexivas**, também designadas como «partículas», dividem-se, por sua vez, em duas classes: na primeira incluem-se a *preposição*, o *advérbio* e a *conjunção*; da segunda constaria a *interjeição* que não é tomada como verdadeira parte uma vez que, nas palavras do autor «são apenas gritos representativos de sentimentos, mais ou menos vivos, que nos afectam» (Nunes 1919: 203).

Nesta classificação, é questionável que se tome o *pronome* como classe principal de palavras, ao nível do verbo ou do nome. Seria, talvez, mais escorreito considerá-lo como um tipo de nome quanto mais não seja pela função que lhe é atribuída pela designação (do lat. *pronomine* = em vez do nome). Se exceptuarmos este caso, verificamos que Joaquim Nunes perfilha com João de Barros ou Melo Bacelar a ideia de que o *nome* e o *verbo* são as partes principais da oração.

Para concluir, diremos que o *Compêndio*, sob o ponto de vista da sua organização, segue uma ordem ‘tradicional’: depois de uma introdução sobre a origem e evolução do português, aparecem tratados os sons (I – Fonética) e as palavras (II – Morfologia). No entanto, se atendermos ao conteúdo das várias secções, qualquer semelhança com as gramáticas clássicas é pura coincidência. É apresentada, aqui, uma minuciosa investigação sobre a evolução dos sons e das palavras do português, tratando-se, portanto, de investigação

⁶¹ Meyer-Lübke inclui nesta classe os ordinais, cardinais, distributivos, multiplicativos, proporcionais e alguns indefinidos como *muitos*, *poucos*, *alguns*, etc.

científica. Assinale-se, contudo, que a mancha gráfica se apresenta, quase sempre, muito densa o que torna a leitura porventura difícil.

3. *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Manuel Said Ali

a. Alguns dados biográficos

Do Brasil chega-nos a *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, escrita por Manuel Said Ali (1861-1953), um dos mais proeminentes filólogos da língua portuguesa. A importância dos estudos levados a cabo por este autor levou, mesmo, Manuel Paiva Boléo a colocá-lo num lugar cimeiro entre os sintaticistas *portugueses*. Em grande parte auto-didata e amante da ciência (não só da filologia) era conhecedor de autores estrangeiros como Meyer-Lübke, von der Gabelentz ou até de Saussure de quem, já em 1919, mostra ter assimilado algumas ideias. Com efeito, no Prefácio da 2.^a edição das *Difficuldades da Lingua Portugueza*, encontramos a seguinte referência ao autor do *Cours* (editado pela 1.^a vez em 1916):

Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até ao presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nestes fatos encontraria **F. de Saussure**, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrónica e linguística diacrónica (negrito nosso).

Rompendo com modelos clássicos de análise, os seus estudos centraram-se especialmente na sintaxe, matéria a que deu grande desenvolvimento, fazendo, muitas vezes, intervir o factor psicológico na explicação dos factos linguísticos. A sua *Grammatica Historica* fornece-nos informações preciosas sobre a evolução do português e revela, em muitas passagens, uma acuidade linguística invulgar.

Contrariamente ao que poderíamos pensar, Said Ali nunca foi, no entanto, professor universitário uma vez que, na sua época, não existiam Faculdades de Letras. Deu aulas de alemão no Colégio Pedro II e na Escola do Estado Maior do Exército. De entre as suas publicações destacam-se: *Difficuldades da Lingua Portugueza* (1908), *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1931) – onde reúne os dois trabalhos anteriores *Lexeologia* e

Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico – Meios de Expressão e Alterações Semanticas (1930) e *Versificação Portuguesa* (1949). Serafim da Silva Neto (1995: 112) apresenta-nos, em poucas linhas, o retrato desta singular figura:

(...) Said Ali era, *par droit de sagesse*, o Mestre ao redor do qual todos se assentavam para ouvir as lições. Tinha sempre o que ensinar, dono que era de um saber tão variado quanto profundo, pois além de línguas (...) e da História (...) era apaixonado cultor das ciências, que estudava nos livros e na Natureza.

β. Definição e objetivos da gramática

Antes de tudo, importa salientar que esta obra se insere na temática geral dos mais importantes estudos gramaticais levados a cabo em finais do século XIX e princípios do século XX. Trata-se de uma gramática de carácter histórico e o seu objetivo é, nas palavras do autor, «estudar o desenvolvimento de um idioma como o português» (*GHLP*: «Prólogo da Lexeologia»). O método utilizado é o método comparativo, adoptado também por grandes vultos do historicismo gramatical como Meyer-Lübke, Diez, Bourciez. Isto mesmo vem expresso na seguinte passagem:

Alem disso, **o estudo comparado** do ponto de vista evolutivo veio revelando, com grande surpresa minha, factos linguisticos cuja existencia a principio nem suspeitava (*GHLP*: «Prólogo da Lexeologia»).

Como atrás assinalámos, os métodos empregues em Biologia tiveram uma influência marcante no que se ia fazendo em linguística europeia, no período acima mencionado. Comparam-se espécies animais para se estabelecerem os grandes traços da evolução zoológica e o mesmo se fazia com as línguas. Assim, é frequentemente confrontado o latim com o português com o objetivo de traçar o caminho percorrido por muitos vocábulos e/ou expressões até chegarem à forma atual.

Não se trata, pois, de uma gramática básica ou «prática», usando a designação de Soares Barbosa, mas antes de uma gramática científica. Isto está patente na passagem citada anteriormente: a ‘surpresa’ de que fala Said Ali é a surpresa do investigador, do ‘cientista da

língua' mais do que do professor ou do didata. Também o reduzido número de quadros apresentados é revelador da pouca feição pedagógico/ didática desta obra. É esta vertente científica que leva o autor a ir diretamente às fontes, como ele próprio assinala: «(...) não podia contudo deixar de ir directamente ás fontes buscar a solução dos problemas, porque a isto me obrigava a natureza do trabalho» (*GHLP*: «Prólogo da Lexeologia», iii).

São já visíveis as marcas do 'psicologismo' na interpretação linguística quando se diz que «é a psychologia essencial e indispensavel á investigação de pontos obscuros» (*GHLP*: «Prólogo da Lexeologia», iii). Quanto mais não seja, a analogia e a memória são inegavelmente fatores proeminentes na evolução das línguas. É talvez esta a razão que leva o autor a denominar de *lexeologia semântica* o estudo que faz sobre os vocábulos do português – *semântica* porque o sentido ou as mudanças de sentido estão, muitas vezes, na origem de alterações gramaticais: «Deixará de ser historico o estudo de vocabulos que desprezar as alterações semanticas» (*GHLP*: «Prólogo da Lexeologia», iii), adverte.

Enquanto estudo eminentemente histórico, não poderia deixar de refletir sobre a datação das mudanças linguísticas bem como sobre o processo que lhes deu lugar. É opinião do autor que o 'princípio da incerteza' acaba por reger toda e qualquer tentativa de datação pela falta de provas (a escrita é considerada uma prova fraca pela sua «tendência conservadora»). De qualquer maneira, as mudanças linguísticas começam, quase sempre, na boca do povo generalizando-se, depois, a toda a sociedade.

Definições de gramática não são explicitamente dadas por Said Ali salvo quando, aproximando-se de uma possível definição, escreve que:

Cabe á grammatica historica traçar e explicar, primeiro que tudo, as diversas modificações por que passaram os phonemas de uma lingua no decorrer dos seculos (*GHLP*: 2.^a parte, p. 20).

Recordemos que também em J.J.Nunes não se encontra uma definição explícita de gramática. Com efeito, os 'históricos' consideram o seu trabalho como 'trabalho científico' um pouco em oposição ao que era vulgarmente feito pelas gramáticas 'regulares' ou de uso escolar.

Assinale-se que Said Ali recebeu, em Dezembro de 1921, um prémio brasileiro para a melhor obra de língua portuguesa (prémio Alves), o que já de si ilustra a qualidade desta

gramática. E, se nos é permitida a veleidade de opinar sobre ela, diríamos que se trata de um documento precioso que alia harmoniosamente a descrição do português com a história da língua, sem que isto resulte num texto enfadonho como o são, por vezes, muitos compêndios e gramáticas. Ousando um pouco mais, diríamos, mesmo, que se trata de um romance gramatical.

γ. Organização da obra

De uma forma genérica, esta gramática respeita as divisões tradicionais, tendo os principais capítulos os seguintes títulos: «Alterações phoneticas do latim vulgar», «Os sons em portuguez e a sua representação», «Os vocabulos», «Formação de palavras» e «Syntaxe». Estes capítulos estão distribuídos em duas partes, as quais distam cerca de dois anos uma da outra, em termos de datas de elaboração. A primeira parte, de que fazem parte os três primeiros capítulos, é genericamente denominada de *Lexeologia*, tendo sido merecedora do 1.º prémio Francisco Alves de 1921 e 1927 para a melhor obra sobre a língua portuguesa, como atrás referimos.

O tratamento dado aos sons e à sua representação corresponde, aparentemente, à 1.^a parte das gramáticas tradicionais (equivalente à secção latina *de litteris*). Há, no entanto, uma diferença substancial: não se trata, aqui, de dar a conhecer de uma forma exaustiva as letras do nosso alfabeto, mas tão só de explicar o uso de determinadas grafias do português da altura, recorrendo a informações de carácter histórico.⁶²

O tratamento dos vocábulos corresponderá à secção latina *de dictione* e vem intitulado de *lexeologia* – «a parte da grammatica que estuda os vocabulos» (*GHLP*: 44), nas palavras do autor. É curioso que Said Ali faz equivaler este termo (*lexeologia*) a um outro – *morfologia* – quando o que está em causa é estudar os elementos que constituem as palavras e a sua relação com o radical. No entanto, Said Ali considera que, se o estudo das palavras for feito numa perspetiva evolutiva, o termo *morfologia* deixa de ser apropriado, preferindo antes o de *lexeologia*.⁶³

⁶² Exemplos: a redução a uma de vogais duplicadas, como em *leere*, *creer* ou *seer*; o emprego indistinto de i, j, y nas grafias antigas; o emprego da letra *h* em início de palavra que, no português antigo, não era determinado etimologicamente...

⁶³ Este esclarecimento é, ainda hoje, bem pertinente. Com efeito, em determinadas análises morfológicas atuais – predominantemente sincrónicas – é menosprezado o factor ‘história das palavras’ o que conduz, por vezes, a explicações pouco verosímeis quanto à formação das palavras.

Os vocábulos são incluídos em grupos consoante «certos caracteres comuns», como sejam o de designarem seres, qualidades, acções. Assim sendo, os grupos considerados por Said Ali são: *nomes*, *adjetivos*, *numerais*, *pronomes*, *verbos*, *advérbios*, *preposições* e *conjunções*, prefazendo um total de **oito** grupos. Os *participios* são tomados como formas verbais e as *interjeições* serão tratadas na parte referente à Sintaxe num capítulo sugestivamente intitulado «Linguagem Afectiva». Não pretendendo fazer aqui uma análise exaustiva do tratamento dado às várias partes da oração registamos, no entanto, algumas ‘singularidades’ do estudo levado a cabo por Said Ali:

(i) O emprego do termo **nome** para designar os seres e seus atributos é considerado, pelo autor, como o «mais despretencioso e o mais acertado de toda a nomenclatura grammatical» (GHLP: 45). Estaria a referir-se à etimologia da palavra que, como sabemos, é de origem grega (*onoma*)?

(ii) O **pronome** não deverá ser considerado como a palavra que substitui o nome, mas antes como um nome de sentido geral. A razão adiantada é esta: há certos nomes que adquirem valor pronominal por terem um sentido geral como, por exemplo, *homem* que «em port. ant. era muitas vezes usado como pronome nos mesmos casos que o francez *on*» (GHLP: 92). Também para Said Ali é indiferente que num livro o autor empregue o pronome *vós* ou a expressão *o leitor*, quando a este se refere. Em certa medida, é veiculada já aqui a ideia de que a categorização gramatical não é algo de definitivo, dependendo, muitas vezes, da *função* que as palavras desempenham na frase. Contudo, mais adiante, não deixa Said Ali de adoptar a distinção entre pronomes **absolutos** («os que fazem as vezes de substantivos») e pronomes **adjetivos** («que se empregam como adjectivo»);

(iii) O **verbo** é definido como «a criação linguística destinada a expressar a noção predicativa» (GHLP: 138) e denota ação ou estado (a estas denominações aspetuais acrescentaríamos, hoje, a de ‘processo’). É, neste capítulo, particularmente curioso o preciosismo terminológico usado quanto à conjugação composta. Com efeito, no quadro apresentado na página 182, vamos encontrar os seguintes valores aspetuais: aspeto perfectivo (*ter visto*), aspeto passivo (*ser visto*), aspeto necessitativo (*ter de ver*) e aspeto do momento rigoroso (*estar vendo*). Enquanto denominações, consideramos as duas últimas particularmente notáveis. Said Ali relativiza, também, determinadas classificações como a distinção entre verbos transitivos e intransitivos, assinalando que certos casos constituem «serio embaraço para a classificação e analyse determinado pelo facto de considerar-se como

instrumento da acção o que se devera ter como objecto directo» (GHLP: 185). Exemplos: *atirou-lhe com a pedra* em vez de *atirou-lhe a pedra*, em que fica «desabonada» a transitividade de *atirar*; *puxar da espada* em vez de *puxar a espada*; o verbo *ouvir* com a ideia de não ser surdo, sendo que aqui o mesmo verbo pode ser transitivo e intransitivo (o mesmo acontecendo com *tocar* e *tocar em*). Já não parece muito clara é a distinção feita entre o *objeto indirecto* tradicional (Entregar o prisioneiro ao general) e os complementos preposicionados pedidos por verbos intransitivos (*depende de alguém*, *concordar com uma opinião*). Said Ali considera estes últimos como *intransitivos relativos*, mas continua a designar o termo regido de preposição (*de alguém*, *com uma opinião*) de objeto indirecto, embora acrescente que «por ter alguma semelhança com as circumstancias expressas pelos adverbios, poderemos denominar-o objecto indirecto circumstantial» (GHLP: 184). Acrescente-se que este tipo de complementos têm sido alvo de várias designações: Alarcos, por exemplo, toma-os como *suplementos*; na gramática de Mateus et alii eles são designados como complementos *oblíquos*;

(iv) Quanto às vozes, Said Ali considera três: voz ativa, passiva e medial, consistindo, esta última, na conjugação do verbo com o pronome reflexivo. O autor assinala, ainda, que o uso do pronome reflexivo pode assumir diferentes funções o que, mais uma vez, atesta a «desproporção entre os limitados meios de expressão e a variedade de conceitos e cambiantes de conceitos que nos importa exprimir» (GHLP: 200).⁶⁴

Quanto à **formação de palavras**, vão ser adotadas classificações semelhantes às de Myer-Lübke ou Nyrop (e «outros modernos linguistas»), nomeadamente na divisão estabelecida entre derivação prefixal e sufixal. Vamos encontrar, neste capítulo, um precioso estudo acerca da origem de vários prefixos e sufixos portugueses. Registe-se, no entanto, que embora Said Ali advogue e pratique a investigação histórica, não cai em extremos. Assim, relativamente a verbos como *receber* ou *esquecer*, cuja origem poderemos fazer remontar respetivamente às formas *re+ cipere* < *re + capere* e *escaecer* < *caer* (forma antiga de *cair*), é sustentado que deverão ser tomados «como antigos verbos derivados que passaram a funcionar como verbos primitivos» (GHLP: 2.^a parte, p.4).

⁶⁴E ainda: «A mais palpavel confusão que a linguagem faz, mas a intelligencia desfaz pelo encadeamento das idéas, consiste em utilizar-se ella das mesmissimas formas pronominais *nos*, *vos*, *se* tanto para a reflexividade como para a reciprocidade. Não raro temos por de bom aviso acrescentar termos esclarecedores, como em *honramo-nos a nós mesmos* e *honramo-nos uns aos outros*» (GHLP: 200).

No capítulo referente à **Sintaxe**, Said Ali começa por refletir sobre a noção de **proposição**, pouco consensual. São aqui fortemente criticadas concepções mentalistas ou psicologistas segundo as quais a oração é um reflexo do pensamento: a combinação de palavras numa frase respeitaria os princípios estabelecidos pela lógica tradicional. Neste particular, Said Ali faz notar que «um pensamento não se exprime necessariamente da mesma maneira, com o mesmo numero de palavras, nas diversas linguas do mundo» (GHLP: 2.^a parte, p.45). Para além disso, com um só vocábulo (*amo, escrevo*) podemos expressar duas ideias: a do ato e a do indivíduo que o pratica (GHLP: 2.^a parte, p.45).

Na sua opinião, não é necessário recorrer à lógica ou à psicologia para definir o que é uma frase, pois esta é facilmente identificada pelos falantes. E adianta um critério possível: há «tantas proposições quantas as formas finitas dos verbos, quer em conjugação simples quer em conjugação composta» (GHLP: 2.^a parte, p.45). O seu raciocínio é claro: o verbo representa o predicado e este caracteriza a proposição, ou seja, é o elemento principal da oração, aquele que introduz a novidade a ser comunicada.⁶⁵

Noutra passagem, Said Ali parece defender o primado da linguagem sobre o pensamento, aproximando-se das teses humboldtianas:

Não é essencial averiguar rigorosamente o que se passa no intellecto dos individuos falante e ouvinte como pontos de partida e chegada do pensamento; o que importa é assinalar que um individuo transmite a outro o conhecimento de um facto por meio de certa combinação de palavras ou, ainda, por uma só palavra (GHLP: 2.^a parte, p. 46).

É esta concepção que o irá levar a discriminar outras orações, para além das do «tipo mais perfeito» ou explícitas – as orações **implícitas**⁶⁶ como em *chovendo, não sairei* ou *estuda afim de saber*.

Sobre os termos da proposição, o autor refere que tradicionalmente eles são o *sujeito* e o *predicado* – «dous conceitos, o de um ser e o da acção que com elle se passa» (GHLP: 2.^a

⁶⁵ Meyer-Lübke refere (1906 : 320) : «Au centre de la grande majorité des manifestations linguistiques se trouve un verbe à un mode personnel; c'est pourquoi l'on peut dire que **la proposition se compose d'un verbe à un mode personnel** ou d'un groupe de mots qui se constitue autour d'un verbe de cette espèce.» (negrito nosso).

⁶⁶«Chamaremos orações **implícitas** aos dizeres em que se exprime o facto por uma forma verbal infinita (infinitivo, gerundio ou participio do preterito), sendo esta forma usada como equivalente de alguma oração explicita subordinada, e podendo facilmente desdobrar-se em tal oração» (GHLP: 2.^a parte, p. 52; negrito nosso).

parte, p. 47) – embora não deixe de apresentar certas construções particulares que não se encaixam nesta bipartição:

- (i) Proposições de um só termo, sem sujeito (*chove, troveja*);
- (ii) Proposições com sujeito indefinido (*Matom o Meestre !* – citando Fernão Lopes);
- (iii) O emprego, como sujeito, da expressão um pouco indefinida *um homem* equivalente a *uma pessoa*;
- (iv) O uso do verbo na forma reflexa «que tanto se applica ao caso da inclusão dos indivíduos falante e ouvinte, como ao caso da sua exclusão» (GHP: 2.^a parte, p. 48-49): «Ficarão tão contentes que não se tratou mais na sucessão do novo rei» – citando João de Barros;
- (v) O uso, entre o povo, da expressão *diz que* equivalente a *diz-se que*, também com sujeito pouco claro;
- (vi) As expressões *vendem-se casas* e *há homens*, consideradas, pelo autor, como «illogismos» (no primeiro caso «é latente a noção de um agente humano» e, no segundo, o verbo *haver* tem o sentido de *existir*, pelo que deveria concordar com *homens*, não se percebendo aqui nenhum caso de sujeito oculto).

Para além do *sujeito* e do *predicado* – termos principais da proposição – contempla, o autor, outros termos secundários como sejam:

- (i) *Objeto* direto ou indireto;
- (ii) *Atributo* («que é o adjectivo, pronome-adjectivo ou numeral ou qualquer locução que especifica ou individua o sentido do substantivo»);
- (iii) *Aposto* ou aposição;
- (iv) *Advérbio*;
- (v) *Anexo predicativo*.

Sobre as proposições secundárias, dependentes ou subordinadas Said Ali considera que elas podem ser de três tipos: *substantivas* («se fazem as vezes de um substantivo, funcionando por exemplo como sujeito ou complemento»), *adjetivas* («se têm o valor de determinante atributivo») e *adverbiais* («se modificam o sentido do verbo como os advérbios»). A junção de proposições é feita através da *parataxe* («quando a uma proposição inicial se acrescenta proposição copulativa, adversativa ou disjuntiva») ou da *hipotaxe* (termo

equivalente a ‘subordinação’), considerando o autor que estas designações são preferidas pela «linguística moderna» em detrimento das tradicionais *coordenação* e *subordinação*. Sobre a origem deste tipo de construções, é curiosa a ideia de que primeiro apareceu a parataxe:

Na linguagem primitiva empregavam os homens proposições umas apoz outras, que tinham toda a forma de orações principaes. O discurso tinha feição paratactica. Nesta serie de proposições havia com certeza umas que eram subordinadas a outras, que as completavam, que as determinavam. Percebia-se a diferença pelo sentido, não pela forma (*GHLP*: parte II, p.53).

Por último, assinala-se que Said Ali identifica os conceitos de *proposição*, *oração* e *sentença*. Frequentemente encontramos, ao longo da obra, estes termos empregues como sinónimos. Já o mesmo fazia Jerónimo Soares Barbosa: «*Oração, ou Proposição ou Frase* (pois tudo quer dizer o mesmo)» (*GF*: 363). Ao que parece, uma longa tradição gramatical fazia aproximar estes três conceitos, diferentemente do que acontece na linguística atual. Com efeito, a marcha analítica da ciência, e da linguística em particular, faz atribuir significados distintos a estes termos. Assim:

(i) A **proposição** é um conceito caro à Semântica, utilizado, em plenitude, em análises tendencialmente logicistas da linguagem (como, por exemplo, nos trabalhos de Richard Montagüe). Aliás, a Lógica, enquanto disciplina formal, fundamenta-se neste conceito. Não deixa de ser curioso verificar que na *Grammaire* de Port Royal se privilegia este termo⁶⁷ no tratamento da sintaxe: não esqueçamos que Lógica e gramáticas «razoadas» eram, por esta altura, quase sinónimos;

(ii) A **frase** não reúne grande consenso, embora seja a noção básica da(s) Sintaxe(s) atual(ais). Celso Cunha define-a como «enunciação de sentido completo», perfilhando, com as gramáticas filosóficas, uma orientação lógico-semântica; Fátima Oliveira, no artigo que subscreve na obra *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, escreve que «uma frase é uma sequência bem formada de palavras de acordo com as regras da língua em questão e, desta forma, é concebida como uma unidade gramatical abstracta», adotando, aqui, uma concepção generativa; Mário Vilela, um pouco em sintonia, toma-a como «entidade abstracta,

⁶⁷ «Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis; *la terre est ronde*, s'appelle **PROPOSITION**; & ainsi toute proposition enferme necessairement deux termes: l'un appellé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; & l'autre appellé *attribut*, qui est ce qu'on affirme, comme *ronde*: & de plus la liaison entre ces deux termes, *est*.» (*GGR*: 28-29; negrito nosso).

como unidade do sistema independente do contexto» (Vilela 1995: 22);

(iii) A *oração* parece estar definitivamente em vias de extinção, embora algumas análises linguísticas atuais considerem que o termo se ajusta à frase enquanto realidade funcional, falando-se, então, preferencialmente, de ‘sujeito’, ‘predicado’ ou ‘complementos’, como constituintes básicos da oração.

4. Breve referência à *Grammatica Portugueza Elementar* de Epifânio da Silva Dias

A *Grammatica Portugueza Elementar* (1876), de Epifânio da Silva Dias, constitui uma obra de referência no conjunto das produções gramaticais dos finais do século XIX (obra aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Pública), conquanto o método histórico-comparativo esteja dela um pouco arredado senão mesmo praticamente inexistente. Com efeito, trata-se de uma ‘Gramática Prática da Língua Portuguesa’, como vem indicado no subtítulo, estando, aqui, o adjetivo – *Prática* – a fazer a sua demarcação relativamente às gramáticas científicas. Os seus mais diretos destinatários seriam os alunos da instrução primária (*Gram. Port. para uso das aulas de instrução primária*), embora nela estivessem implícitas as ideias gramaticais de autores estrangeiros, como o filólogo dinamarquês Madvig, cuja Gramática Latina foi vertida em português pelo próprio Epifânio, ou o alemão Plötz. Assim sendo, escreve o autor que «necessario era haver uma grammatica portugueza elementar que, nas doutrinas geraes, se conformasse com aquellas obras» e «Por isso tocámos, embora basta vez mui de leve, todas as doutrinas que, em nossa opinião, deveriam ser exigidas nos exames de instrucção primária»⁶⁸ (*GPE*: Prefácio da 1.^a edição).

A definição de gramática apresentada entronca em toda uma tradição normativa quando nela se associa gramática a «tratado de leis»: «Grammatica prática de uma lingoa é o tratado das leis que se observão, quando se falla ou escreve essa lingoa» (*GPE*: 7).

A obra encontra-se dividida em três partes: Fonologia, Morfologia e Sintaxe. À primeira não é dado grande desenvolvimento, sendo o seu conteúdo eminentemente didático: Epifânio apresenta as letras do nosso alfabeto e faz algumas breves referências aos ditongos, sílabas e acento. Como já fazia Soares Barbosa, são usados, aqui, os termos de *ortoépia* e *ortografia*, para distinguir e reta pronúncia da reta escrita das palavras. As partes da

⁶⁸ O autor não deixa, no entanto, de assinalar que esta obra «comprehe muito mais do que o programma dos exames de admissão aos lyceos exige».

oração consideradas são em número de nove – *substantivos, adjetivos, nomes numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições* – estando divididas em palavras **variáveis** (as primeiras cinco) e **invariáveis** (as últimas quatro). Esta designação era, na altura, recorrente podendo ser encontrada em Soares Barbosa e também em J.J. Nunes. Assinale-se que Epifânio considera os numerais como nomes («nomes numerais») – o mesmo fará J. Nunes.

O tratamento dado à sintaxe, a qual «ensina a combinar as palavras que hão-de exprimir as ideias que tem de entrar em uma oração, e a combinar as orações entre si para formarem o discurso» (*GPE*: 79), segue de perto a análise feita pelos seus mais diretos antecessores referindo, o autor, alguns casos de **concordância** e de **regência** (preposições regidas por certos complementos), embora também seja dedicado um capítulo a «particularidades de syntaxe relativas a diversas partes do discurso» (p.106) e uma secção ao «uso dos modos e tempos e da ligação das orações» (p. 197).

De entre as muitas anotações que poderiam ser feitas sobre esta parte da gramática destacamos a classificação bivalente proposta para as orações subordinadas:

(i) Num plano **formal**, as orações subordinadas podem ser *conjuncionais, relativas, interrogativas* ou *infinitivas*;

(ii) No plano da **significação**, elas podem ser *circunstanciais* (ou *adverbiais*), *qualificativas*⁶⁹ e *integrantes* (ou *substantivas*).

À ordem das palavras na frase dedica Epifânio uma curta secção na qual se afirma que a «collocação mais simples» faz aparecer o sujeito com as suas dependências em primeiro lugar, seguido do predicado com as suas «determinações» (a palavra determinada antes da determinante), devendo o complemento direto vir antes do indireto. As eventuais alterações desta ordem, apelidadas, pelo autor, de «inversões e transposições», serão devidas a «razões de harmonia ou emphase, e em certos casos, regras particulares de grammatica» (*GPE*: 140).

Já no final da obra são apresentados «Modelos de Analyse Sintactica» – título imediatamente apelativo para nós, leitores atuais, habituados que estamos a modelos e teorias sintáticas. Contudo, Epifânio faz, aqui, tão só, a análise concreta de quatro frases do português, muito à maneira da Sinopse apresentada, por Melo Bacelar, no final da sua

⁶⁹ «As orações qualificativas servem de caracterizar um nome ou pronome da oração subordinante (ou ainda o sentido total da oração subordinante), v.g. *O* (=aquillo) *que o presente admira, talvez aos olhos do futuro pareça bem pouco*» (*GPE*: 118).

gramática filosófica (onde, recordamos, é feita a análise sintática de uma frase do P.e António Vieira).

Em **conclusão**: Sendo uma obra de referência pela clareza das observações gramaticais nela contidas, a *Grammatica Portugueza Elementar* só casualmente se assemelha às gramáticas históricas, em voga, na altura. Pouca ou, mesmo, nenhuma investigação histórica é, aqui, apresentada, o mesmo se passando com uma outra obra do autor *Syntaxe Historica Portuguesa* cujo título parece indicar o contrário.

5. Sinopse

Tendo em conta a análise do *Compêndio* de J.J. Nunes e da *Grammatica Historica* de Said Ali feita anteriormente, poderemos concluir o seguinte:

(i) Os objetivos são já, nestas obras, claramente científicos. Na esteira do que vinha sendo preconizado por Beauzée, Restault ou mesmo Soares Barbosa, o estudo das línguas passa a ser definitivamente encarado como ‘ciência’, estando, nestes casos, a investigação centrada na história do nosso idioma. Tanto Joaquim Nunes como Said Ali protagonizam, em português, o espírito historicista que dominou o cenário linguístico em finais do séc. XIX, princípios do séc. XX. De uma forma geral, esta tendência traduziu-se na assimilação de alguns princípios observados no mundo vivo, com a particular influência da teoria evolucionista de Darwin: as línguas passam a ser perspectivadas no seu devir histórico, como objetos mutantes, ou «organismos vivos» cujas leis diacrónicas importava descobrir. «Estudar o desenvolvimento de um idioma como o português» para Said Ali ou «estabelecer as leis» que regulam as modificações dos sons de uma língua, as quais se manifestam «com precisão matemática», segundo Joaquim Nunes são, assim, ‘the main goals’ destas obras;

(ii) Na distribuição das matérias vamos encontrar, nestes autores, respeitada a secular sequência ‘estudo dos sons’, ‘estudo dos vocábulos’ (incluindo a sua formação) e ‘sintaxe’, embora o *Compêndio* trate apenas de Fonética (Fisiológica e Histórica) e de Morfologia. À semelhança do que já fizera Soares Barbosa, J. Nunes começa por dividir as palavras em flexivas e inflexivas. As primeiras são, por este autor, reduzidas a três – *nome*, *pronome* e *verbo* – baseando-se em critérios semântico-filosóficos. Para Said Ali, a distribuição dos vocábulos por grupos é feita segundo «certos caracteres comuns», como sejam a denotação de seres, qualidades, ações, relações, etc., o que resulta num total de oito partes: *nome*, *adjetivo*,

CAPÍTULO V – AS GRAMÁTICAS TEÓRICAS

1. Quadro Geral

A partir de meados do século XX, entramos na era das gramáticas teóricas. ‘Teóricas’ uma vez que a descrição linguística implica, quase sempre, uma teoria subjacente, visando compreender os grandes princípios que orientam a linguagem verbal.⁷⁰ Exponentes máximos deste tipo de abordagem linguística são, por um lado, as gramáticas *funcionais*, elaboradas, nomeadamente, no seio do funcionalismo francês protagonizado André Martinet, e, por outro, a(s) gramática(s) *generativa(s)*, concebida(s), inicialmente, do outro lado do Atlântico, por Noam Chomsky. Diríamos que elas são o resultado do aparecimento de uma nova ciência – a Linguística. Mas recuemos um pouco no tempo.

Em 1916, é publicado o *Cours de linguistique générale*, da autoria de Ferdinand de Saussure, nascido em Genebra, em 1857. Esta obra – feita editar, não pelo próprio autor, mas por alguns dos seus colegas a partir de apontamentos tirados nas aulas de Saussure – constitui, sem dúvida, um marco decisivo na evolução do pensamento linguístico. Pode, mesmo, dizer-se que o aparecimento da linguística como ciência ou saber com estatuto próprio a ela se deve. Sintetizemos, então, algumas propostas teóricas de Saussure:

(i) A distinção entre dois eixos de análise: de um lado, a dimensão *sincrónica* ou *descritiva* das línguas em que estas são tomadas como sistemas de comunicação estáticos e independentes da sua evolução no tempo; de outro, a dimensão *diacrónica* ou *histórica* em que as línguas são perspectivadas no seu devir temporal.

(ii) O desenvolvimento da teoria do signo linguístico. São, aqui, explicitadas as componentes fónica (*significante*) e conceptual (*significado*) do signo e estipulam-se algumas das suas propriedades (arbitrariedade da relação significante/significado, linearidade e carácter diferencial do signo linguístico);

(iii) Distinção entre *langue* e *parole*, sendo que o primeiro conceito se refere à língua enquanto sistema exterior ao indivíduo que lhe é imposto pela sociedade e o segundo incidindo no carácter individual das produções linguísticas. Na opinião do autor, o objeto de

⁷⁰ André Martinet, em *Fonction et dynamique des langues* ([1989] 1995 : 11), estabelece uma curiosa associação entre esta tendência teórica em Linguística e a Física: «Impressionados por certas conquistas da física contemporânea, onde se partia de uma hipótese confirmada depois pela observação, muitos linguistas pensaram que o mesmo se deveria passar na sua ciência».

estudo da linguística deverá ser a *langue* e não a *parole*.

(iv) A concepção da língua como *sistema* de elementos que, como tal, estabelecem inter-relações entre si, ou seja, o *valor* de uma determinada unidade linguística é determinado pela existência das outras unidades no sistema:

On voit donc que dans les systèmes sémiologiques, comme la langue, où les éléments se tiennent réciproquement en équilibre selon des règles déterminées, la notion d'identité se confond avec celle de valeur et réciproquement (Saussure [1916] 1995: 154).

Digamos que Saussure, em certa medida, retoma a tradição de Port-Royal ao reflectir sobre princípios gerais da linguagem e reage, assim, à tendência historicista predominante no século XIX. **A concepção de gramática** perde, agora, o seu secular carácter normativo. Privilegiando a análise sincrónica das línguas faz-se identificar gramática com descrição linguística: «La linguistique statique ou description d'un état de langue peut être appelée *grammaire* (...); qui dit grammatical dit synchronique et significatif (...)» (Saussure [1916] 1995: 185).

Sobre Saussure tiveram, possivelmente, influência o americano Whitney ou Bréal (e toda uma corrente logicista). Bréal, lembrando o espírito de Port-Royal, sustentava, na abertura do seu Curso no Colégio de França, que: «(...) la grammaire générale se propose de montrer le rapport qui existe entre les opérations de notre esprit et les formes du langage (...)» (*apud* Mounin 1967: 218).

Ao mesmo tempo que Saussure lançava, na Europa, os pilares da linguística geral, um alemão refugiado no continente americano, Franz Boas, desenvolvia, também, uma abordagem científica da linguagem. Confrontado com um grande número de línguas novas, as línguas ameríndias, sem grandes tradições escritas, Boas vai adoptar uma metodologia um pouco distinta da de Saussure, hoje genericamente denominada de *linguística descritiva*. O resultado dos seus estudos foi publicado em 1911 no livro *Handbook of American Indian Languages*. Refira-se que Boas associava aos seus estudos uma marcada componente antropológica.

A obra deste autor influenciou dois outros linguistas norte-americanos: Leonard Bloomfield e Edward Sapir. Em *Language* (1933), Bloomfield tenta imprimir um carácter científico ao estudo das línguas, aproximando-o da matemática – talvez influenciado pelo

positivismo lógico de Rudolf Carnap e do Círculo de Viena (anos 20 e 30). É, também, neste autor nítida a influência do *behaviorismo* ou teoria do comportamento. Em termos linguísticos, esta influência resultou na relevância dada aos factos linguísticos em detrimento daquilo que o falante pensava sobre eles: deveria aceitar-se tudo o que um falante dissesse na sua língua e nada do que ele dissesse sobre ela. Tanto Bloomfield como Sapir generalizam o método *distribucionalista* que, genericamente, consistia no estudo das ocorrências de determinados fonemas ou morfemas em determinados contextos (fonológicos ou morfológicos). Quanto à noção de *gramática*, ela não constitui, digamos, o centro das preocupações destes linguistas, uma vez que eles se propunham, sobretudo, elaborar a descrição das línguas, o que, em certa medida, se opunha a uma longa tradição normativa veiculada, ao longo de séculos, pelas gramáticas.

Esta corrente de interpretação linguística foi, também, apelidada de *estruturalismo*, pois concebe-se a língua como um conjunto de padrões de construção ou estruturas,⁷¹ tendo sido desenvolvida por nomes como H. A Gleason Jr., Zelig Harris – o homem que fundou o primeiro departamento de linguística na América, na Universidade de Pensilvânia – ou Roman Jakobson (professor de Chomsky em Harvard e depois seu colega no M.I.T.). Estava, então, aberto o caminho para o dealbar de uma outra teoria linguística: o *generativismo*.

Com a publicação, em 1957, de *Syntactic Structures*, Noam Chomsky, investigador no prestigiado Massachusetts Institute of Technology, vai propor um quadro de análise linguística diametralmente oposto ao de Bloomfield. Com efeito, se este último se pode considerar predominantemente *empirista* («As únicas generalizações úteis sobre a linguagem são generalizações indutivas» advertia este autor), Chomsky vai readoptar muitos dos pressupostos racionalistas constantes em *Port-Royal* e nas gramáticas filosóficas. Passa a dar especial enfoque ao ‘dentro’ da linguagem, à introspeção, aos juízos de aceitabilidade dos falantes, jogando a *intuição* um papel determinante. Retomando a orientação das gramáticas «razoadas» no que respeita as relações entre linguagem e pensamento assume-se, no quadro desta teoria, a existência de princípios e/ou parâmetros inatos e comuns a todas as línguas –

⁷¹ A noção de estrutura já vinha sendo desenvolvida em matemática, por volta de 1870, com o cálculo das variações e foi consolidada com o grupo Bourbaki e as suas «estruturas-mães». Ressalta desta noção, sobretudo, o conjunto de relações que ligam os elementos de um sistema e não tanto os elementos em si. «Uma descrição estrutural elucida as propriedades formais de uma relação que podem ser formuladas sem referência ao sentido do conteúdo da relação nem à natureza dos objectos entre os quais existe» in Elmar Holenstein (1975), trad. port., p.74.

princípios estes que se consubstanciam no conceito de *gramática universal*.

Noções como ‘geração’ ou ‘derivação’ constituem suportes formais básicos deste sistema, associando as produções verbais ao funcionamento dos computadores. Inspirado na concepção dos autómatos finitos e em investigações sobre Inteligência Artificial, Chomsky vai conceber a **gramática** como um algoritmo, ou seja, como *um conjunto de regras em número finito que ‘geram’ um número infinito de frases*.⁷² Trata-se de um modelo *formal* que pretende explicitar ou explicar a competência dos falantes. Esta gramática é *generativa* exatamente porque incide num processo de ‘geração’ de frases a partir de um número limitado de regras. Ao mesmo tempo, pretende a *GGT* ser um modelo de aquisição da linguagem por parte dos falantes, os quais, mais do que frases ou palavras concretas, adquirem regras de construção no processo de aprendizagem de uma língua. A gramática constitui-se, aqui, como um conjunto de frases ‘tipo’ ou regulares, sendo certo tipo de construções menos regulares explicadas através de regras transformacionais. Assinale-se que esta teoria dá especial enfoque à estruturação das frases, independentemente do contexto enunciativo.

Os trabalhos de Chomsky – concordemos ou não com eles – constituíram uma revolução no panorama linguístico do século XX. Eles constituem uma tentativa de aplicação dos métodos formais de ciências como a matemática ou a engenharia ao estudo das línguas. Frequentemente as ‘derivações’ gerativas ajudam a esclarecer dúvidas quanto à interpretação das frases, mostrando-nos um ‘quase-que-perfeito’ encadeamento sintagmático a que estas estão sujeitas. Sob este ponto de vista, esta teoria veio a pôr a nú a espantosa complexidade da linguagem verbal, como o fazem a Química para os elementos da natureza ou a Biologia para o mundo vivo. No entanto, um dos seus maiores objetivos teóricos – o de explicar o funcionamento da inteligência humana – não deixa de parecer um pouco distante. Como brilhantemente faz notar Jonh Searle, sempre o homem se inclinou a explicar os mecanismos cerebrais tomando como modelo as mais recentes tecnologias. E sabemos que o computador constitui a mais recente revolução tecnológica inventada pelo homem. Mas ouçamos Searle ([1984] 1997: 55-56):

Porque não compreendemos muito bem o cérebro, somos constantemente tentados a usar a última tecnologia como um modelo para o tentar com-

⁷² Por exemplo, a regra $F \rightarrow SN SV$ (SP/SAdv) (deverá ler-se a frase reescreve-se ‘sintagma nominal’, ‘sintagma verbal’ e opcionalmente ‘sintagma preposicional’ e ‘sintagma adverbial’) dá conta de uma infinidade de frases possíveis no português, como *O João comeu o bolo*, *O rapaz chegou*, *O gato saltou o muro com uma pata ferida*, etc.

preender. Na minha infância, asseguravam-nos que o cérebro era um quadro telefónico. («O que é que ele poderia ser mais?»). Diverti-me ao ver que Sherrington, o grande neurocientista britânico, pensava que o cérebro trabalhava como um sistema telegráfico. Freud comparou muitas vezes o cérebro a sistemas hidráulicos e electromagnéticos. Leibniz comparou-o a um moinho e disseram-me que alguns dos antigos gregos pensaram que o cérebro funciona como uma catapulta. Hoje em dia, como é óbvio, a metáfora é o computador digital.

Assinale-se, ainda, que Chomsky apelidou a sua teoria de *linguística cartesiana*, pretendendo com isto aproximar o estudo das línguas das análises formais e racionais, livres de qualquer contexto. O *contexto* é, aliás, um factor subvalorizado devido à sua grande variabilidade, sendo que o que aqui está em jogo é a procura de invariâncias. Mas será possível conceber a comunicação humana descontextualizada?

(A propósito do termo *cartesianismo* convém assinalar que o seu emprego anda, geralmente, muito afastado de Descartes ‘en soi même’; ele funciona, sobretudo, como emblema de uma certa maneira de fazer ciência. Em *Pequena Contribuição à História da Linguística*, Herculano de Carvalho dá, exatamente, conta deste desfasamento entre o cartesianismo de Chomsky e o próprio Descartes).⁷³ Na Parte II deste trabalho, analisaremos com mais detalhe a teoria generativa e alguns dos seus aspetos mais controversos.

Nesta breve resenha das principais correntes linguísticas, não poderemos deixar de referir o *funcionalismo* de André Martinet que aparece na linha da fonologia de Praga. O conceito básico desta corrente de análise linguística – o de *função* – deixa transparecer a importância concedida à pertinência comunicativa de uma idioma. Assim, as línguas existem para servir de «instrumentos de comunicação» (Melo Bacelar dizia que «o seu fim he a comunicação»), sendo este o aspeto que deverá guiar toda a investigação linguística. Diz Martinet, a propósito do termo ‘funcional’:

Funcional é aí tomado no sentido mais corrente do termo, o que implica que

⁷³ É de H. de Carvalho a seguinte passagem, respeitante ao suposto poder criador da linguagem: «Se algum carácter «criador» (o termo, neste contexto, não ocorre em Descartes) é atribuído a alguma coisa, não é ao «uso da linguagem», mas à razão, à «alma racional» (*âme raisonnable*) específica do homem, que não se manifesta apenas na linguagem, mas se patenteia em todas as formas da sua actuação exterior» (Carvalho 1984: 24).

os enunciados linguísticos se analisam por referência ao modo como contribuem para o processo de comunicação (Martinet [1989] 1995: 86).

Outra noção-chave deste quadro teórico é a noção de *monema* para designar as unidades mínimas *significativas* de 1.^a articulação.⁷⁴ É, aqui, preferido o termo ‘monema’ relativamente a um outro, o de ‘morfema’ – este último amplamente divulgado pela escola estruturalista – exatamente para fazer realçar a importância concedida ao conteúdo significativo de uma determinada unidade linguística e não simplesmente à sua forma (o que amiúde é realçado pelo uso do termo ‘morfema’). Aliás, o próprio Martinet enfatiza, em várias obras, a primazia do significado relativamente ao significante, na esteira de *Port-Royal* e das gramáticas filosóficas.

Tendo surgido em demarcação das tendências estruturalistas, sobretudo providas do continente americano, o funcionalismo dificilmente assimila a existência de ‘universais’ linguísticos enfatizando, ao contrário, as particularidades de cada língua. O mito de Babel é aqui, em parte, reassumido. Sendo a língua definida como «um instrumento de comunicação segundo o qual (...) se analisa a experiência humana em unidades de conteúdo semântico e expressão vocal» (Martinet [1989] 1995: 18) fica reservado à sintaxe o exame das *compatibilidades* monemáticas através das quais se torna possível comunicar aos outros as diversas experiências de vida:

Na realidade, a sintaxe (...) é o exame da maneira como, partindo da linearidade do enunciado, se pode reconstituir, tanto na sua globalidade como na sua pluridimensionalidade, a experiência que dá lugar à mensagem (Martinet [1989] 1995: 97-98).

Após este enquadramento de Linguística Geral será, seguidamente, dado enfoque a duas gramáticas portuguesas que bem se integram na categoria de gramáticas teóricas, uma vez que o português é *descrito* no quadro de uma determinada teoria. Uma proveniente de Lisboa, da autoria de Helena Mateus, editada pela 1.^a vez em 1983, e outra proveniente do Porto, escrita por Mário Vilela em 1995.⁷⁵ Faremos, ainda, referência à gramática de Celso

⁷⁴ As unidades *distintivas* de 2.^a articulação correspondem aos *fonemas*.

⁷⁵ Muitas outras gramáticas portuguesas de inegável qualidade foram, entretanto, produzidas ao longo do século XX como, por exemplo, a de Evanildo Bechara (proveniente do Brasil), de Pilar Vazquez e Maria Albertina Mendes da Luz ou ainda a recentemente publicada *Gramática do Português*, organizada por Eduardo Paiva

Cunha e Lindley Cintra, vinda a lume em 1984. Dada a já grande especificidade das análises linguísticas propostas nestas obras limitar-nos-emos a enfatizar algumas noções-chave.

2. Gramática da Língua Portuguesa de Helena Mateus et alii

a. Definição e objetivos da gramática

Inserindo-se no quadro da Teoria Generativa Transformacional a qual, como já referimos, foi inicialmente concebida por Noam Chomsky, esta obra demarca-se de qualquer diretriz normativa, entendendo-se por *normativas* todo o rol de gramáticas antigas cujo principal objetivo era o de ensinar a ler e a escrever corretamente a língua se bem que, de certa forma, os padrões de construção frásica propostos acabem, também eles, por veicular uma *norma* sintática. Nas páginas 39-43, são apresentados alguns princípios que orientaram a elaboração desta gramática, caracterizada como *descritiva* por oposição às tradicionais gramáticas *prescritivas*:

Surgem assim as **gramáticas descritivas** com que não se pretende regular o «bom» uso, mas determinar quais os elementos que ocorrem nos vários planos da língua e o modo como se organizam e distribuem (*GLP*: 40).

Recordando o espírito de *Port-Royal* e de toda uma pleíade de gramáticas filosóficas em que se distinguiu entre gramáticas *gerais* e *particulares*, bem poderíamos fazer corresponder esta obra a uma gramática *particular* versando sobre o português, sendo que a *geral* tem vindo a ser desenvolvida por numerosos linguistas a trabalhar, atualmente, em gramática generativa. A ‘língua’ é, aqui, considerada como «entidade abstracta», sujeita mais à regularidade de certos padrões de construção do que a usos particulares. O *uso* é, aliás, substimado por ser, muitas vezes, sinónimo de imperfeição:

A gramática passa, deste modo, a ocupar-se de uma entidade abstracta – a língua – e põe de lado tudo o que se relaciona com o uso, já que no uso,

Raposo *et alii* (Gulbenkien: outubro de 2013). Ressalvamos, contudo, que não nos propusemos, com este estudo, fazer a análise exaustiva das gramáticas portuguesas, mas tão somente destacar algumas das mais significativas, tendo em conta o traçado evolutivo aqui apresentado.

como é fácil de constatar, nem tudo é gramatical, bem formado e de sentido único (*GLP*: 40).

Os usos ‘irregulares’ eram, nas primeiras versões do generativismo, frequentemente explicados através de *regras transformacionais*, as quais faziam corresponder *estruturas profundas* – a maneira como as frases se organizam no pensamento – a *estruturas de superfície*, estas últimas reportando-se ao nível observável das frases, ou seja, à maneira como elas são explicitadas pelos falantes.⁷⁶

Os **objetivos** a que se propõe uma gramática deste tipo vêm claramente expressos na seguinte passagem:

Uma gramática generativa pretende descrever explicitamente todas as frases bem formadas ou «gramaticais» da língua e exclui do seu âmbito de análise a produção linguística considerada «agramatical», mal formada ou ambígua (*GLP*: 40).

Trata-se, portanto, da *descrição* do português – descrição esta baseada nas ‘guidelines’ do programa generativo. Se lermos com um pouco mais de atenção esta passagem reconhecemos, também aqui, o estabelecimento de uma *norma* gramatical, a julgar pelas expressões «frases bem formadas» e «mal formadas». Só que desta feita a *norma* fundamenta-se no conceito genérico de ‘intuição’ dos falantes e já não na «autoridade dos barões doutos», como sustentava João de Barros. O papel determinante atribuído pelos generativistas à intuição, nomeadamente como critério decisório para a aceitabilidade das frases, tem-lhes merecido, aliás, fortes críticas.

Assumindo-se como gramática dedutiva (uma vez que a análise linguística parte de uma hipótese inicial acerca da linguagem verbal, sendo posteriormente confirmada/aplicada nas/às várias línguas particulares) define como principal objetivo «a formulação do conjunto finito de regras que descreverão todas as realizações possíveis, i.e., gramaticais de uma língua» (*GLP*: 40-41), de onde se infere que a criatividade da linguagem verbal é sempre uma criatividade ‘controlada’. O estabelecimento destas *regras* deixa transparecer o carácter *formal* da gramática.

⁷⁶ As regras transformacionais acabariam por desaparecer, subsistindo apenas pontualmente, como a que faz deslocar o pronome relativo para a posição de complementador.

β. Organização da obra

A organização desta gramática não poderia andar mais arredada da clássica divisão (ortografia, prosódia, morfologia e sintaxe) a que já nos fomos habituando ao longo deste trabalho. Com efeito, vamos nela encontrar (1.^a edição) a seguinte partição: **Parte I** – Variedades do português, **Parte II** – Elementos para uma gramática de comunicação do português, **Parte III** – Descrição e estrutura gramatical do português (começando pelas funções sintáticas e esquemas funcionais) e **Parte IV** – O nível fonológico do português.⁷⁷ Sendo a parte I de carácter mais geral,⁷⁸ começa a segunda com «Mecanismos de construção proposicional e de referência» – tema altamente especializado que contrasta com a vulgar apresentação das letras feita pelas gramáticas antigas.⁷⁹ São, nesta parte, estudados vários itens tais como «Referência», «As categorias linguísticas de tempo e aspecto», «Modalidade», «Negação», «Enunciação e interacção verbal» e «Mecanismos de estruturação textual». A Parte III corresponderá, genericamente, à Sintaxe das gramáticas antigas, embora qualquer semelhança no tratamento das matérias seja pura coincidência. Podemos, aqui, encontrar, como pontos principais, as funções sintáticas e esquemas funcionais, categorias sintáticas, tipos de frases e dois anexos sobre, respetivamente, os verbos *ser* na língua portuguesa e relações entre orações relativas e outras orações subordinadas.

Evidentemente que, tratando-se de um estudo já bastante especializado sobre o português, seria descabido referir, aqui, todas as matérias. Por conseguinte, focaremos, de seguida, somente alguns tópicos susceptíveis de estabelecerem confronto com outras gramáticas.

(i) Soares Barbosa distinguia, como vimos atrás, entre *sintaxe* e *construção*, podendo duas *construções* corresponder a uma mesma *sintaxe*. Também nesta obra a análise das frases é feita a dois níveis: a *estrutura profunda* – nível não observável, dizendo respeito à organização da frase no pensamento e a *estrutura de superfície* – nível observável

⁷⁷ Em edições posteriores desta gramática, nomeadamente a da editorial *Caminho*, a divisão é um pouco diferente. Assim, vamos encontrar: Parte I- Variação e Variedades do Português, Parte II – Aspectos Semânticos e Pragmáticos da Gramática do Português, Parte III – Aspectos Sintáticos da Gramática do Português e Parte IV – Aspectos Fonológicos e Morfológicos da Gramática do Português.

⁷⁸ Constam desta I^a Parte os seguintes títulos: «O espaço da língua portuguesa», «Diversificação geográfica», «Diversificação socio-cultural» e «Relações entre variedades».

⁷⁹ Nem isso seria, aliás, de esperar uma vez que as autoras assumiram, logo de início, o carácter descritivo (não prescritivo) desta obra.

correspondendo à estrutura da frase tal como ela é pronunciada. Entre um e outro nível ocorreriam, depois, nas primeiras versões desta teoria, as chamadas regras transformacionais responsáveis, por exemplo, pelo movimento do pronome relativo da sua posição ‘natural’ (onde desempenha funções sintáticas) para a posição de complementador frásico numa frase do tipo *O rapaz que vi ontem é japonês*.

Uma frase finita na forma subjacente é gerada segundo a seguinte regra sintagmática:

$$F \rightarrow \text{SN} \quad \widehat{\text{FLEX SV}} \quad \left[\begin{array}{c} \{ \text{SADV} \} \\ \{ \text{SPREP} \} \end{array} \right]^{80}$$

(iii) São consideradas cinco categorias *sintagmáticas* (SN, SV, SPREP, SADV e SAdj) que são projeções das categorias *nucleares* (N, V, PREP, ADJ e ADV). Embora apresentadas desta forma pareça que não é feita nenhuma hierarquia entre as várias categorias, se olharmos para a regra sintagmática acima referida, em que aparecem como obrigatórios o Sintagma Nominal e o Sintagma Verbal, somos levados a concluir que o *nome* e o *verbo* são, implicitamente, tomados como categorias principais;

(iv) Sobre os termos da oração, consideram as autoras que existem funções sintáticas *centrais* (como o ‘sujeito’, ‘predicado’, ‘complemento directo’, ‘complemento indirecto’ e ‘predicativo’), e funções *oblíquas*,⁸¹ como acontece na frase *A Ana conta com vocês para jantar*, em que *com vocês* é considerado um complemento oblíquo.⁸² A definição das funções sintáticas é dada em termos de estrutura argumental. Por exemplo, o ‘sujeito’ é definido do seguinte modo: «SU = df função sintáctica do constituinte que ocorre como argumento externo do predicador» (GLP: 224). Esta definição pressupõe a existência de argumentos *externos* e *internos* relativamente a um predicador. O argumento *externo* corresponde, geralmente, ao ‘sujeito’ enquanto que os argumentos *internos* dizem respeito aos complementos pedidos pelo verbo.

Para **concluir** diremos que se trata, aqui, da descrição do português numa perspetiva generativa, sendo o tratamento dos vários itens bastante especializado. Bem longe estamos já da ‘ciência que ensina a ler e a falar corretamente’ a própria língua...

⁸⁰ Os parênteses indicam a opcionalidade dos constituintes.

⁸¹ «Os argumentos com a função de OBL são, em geral, argumentos opcionais, e podem manter uma grande variedade de relações semânticas com a parte nuclear da predicação» (GLP: 234-235).

⁸² Exemplo extraído da frase (g) (GLP: 236).

3. Gramática da Língua Portuguesa de Mário Vilela

a. Definição e objetivos da gramática

Do Porto, chega-nos uma outra gramática, editada pela primeira vez em 1995. Tendo surgido como resultado das aulas lecionadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pode ler-se logo na «Apresentação» um dos objetivos a atingir:

Esta ‘Gramática’ pretende servir para o ensino da Língua Portuguesa, mas a partir do conhecimento que as “pessoas” têm realmente⁸³ do funcionamento da língua ou das línguas (Vilela 1995: «Apresentação»).

O ensino a que aqui se faz referência é o ensino universitário e já não o básico – nível a que se destinaram muitas gramáticas antigas.

A *gramática* é considerada um modelo de representação que resulta «numa simplificação e idealização dos dados empíricos, tendo-se em conta que a língua não é algo de estático» (Vilela 95: 15). Esta ideia de que a língua é um objeto mutante vem reiterada na definição de *norma* apresentada pelo autor:

Em **norma** incluímos todos os níveis de descrição e prescrição (fonológico) sintático, pragmático), que são relativamente estáveis, mas podem eventualmente mudar (Vilela 1995: 27-28).

Evocam-nos, estas passagens, o P.e Fernão de Oliveira e quase apetece completar dizendo «os homens fazem a língua e não a língua os homens».

Os princípios orientadores desta gramática inserem-se no **modelo de valências** o qual, salvas as devidas distâncias, apresenta grandes analogias com as teorias atômicas da Física. Senão, ouçamos o autor:

Chamamos valência à capacidade de as palavras estabelecerem, com base no seu significado léxico, determinadas relações com outras palavras. A valência é assim **uma rede de relações, criada à volta de uma unidade de**

⁸³ O emprego do advérbio de modo *realmente* pode, eventualmente, suscitar algumas reservas.

significado, equivalendo ao conceito de determinadas relações existentes na realidade extra-linguística (Vilela 95: 31-32; **negrito nosso**).

Imediatamente nos ocorre o modelo atômico, com um núcleo rodeado de electrões. Existe, inclusivamente, em Física o conceito de *valência* de um elemento que diz respeito aos electrões mais exteriores do átomo, que poderão vir a estabelecer ligações com outros átomos para formar moléculas ou compostos químicos. Linguisticamente, um lexema como, por exemplo, o verbo *dar* cria à sua volta um conjunto de três lugares vazios: **alguém dá alguma coisa a outrém**. Estes ‘argumentos’ são sintaticamente denominados de *actantes* e correspondem, na frase ativa, ao Sujeito, Complemento Direto e Complemento Indireto.

β. Organização da obra

Divide-se, basicamente, em três partes esta gramática. Exceptuando o ponto 0. («Fundamentação da noção de gramática»), o qual constitui, digamos, uma ‘declaração de princípios’) encontramos as seguintes divisões:

- Gramática da Palavra;
- Gramática da Frase;
- Gramática do Texto.

A primeira corresponde, substancialmente, à morfologia e a segunda à sintaxe, pelo que vemos aqui eleitas como principais estas duas grandes áreas linguísticas, para além da textologia, secção inovadora relativamente à organização *tradicional* das gramáticas.

Quanto à classificação das **categorias gramaticais**, defende o autor que «o melhor critério é o que combina os aspetos sintácticos com os formais e semânticos» (Vilela 95: 59), tomando como ponto de partida o critério sintático. São, então, consideradas as seguintes categorias: *verbo, substantivo, artigo, pronome, adjetivo, numeral, advérbio, partículas e partículas modais*,⁸⁴ *preposição, conjunção e interjeição*. Sobressai desta enumeração o facto das *partículas e partículas modais* serem tomadas como categorias gramaticais. Com efeito,

⁸⁴ «(...) as partículas seriam elementos que não têm valor frásico como as palavras modais, que estão sujeitas a certas restrições na colocação na frase, não podem ser interrogadas nem ocorrer autonomamente como resposta e não fazem parte do estado de coisas descrito, podendo por isso ser elididas» (Vilela 95: 199). São dados como exemplos de ‘partículas’: *só, apenas, quase, também*. As ‘partículas modais’ referem-se ao conteúdo frásico total, ou se limitam a certas sequências importantes da frase, como *acaso, afinal, cá, lá*, etc.

poucas gramáticas portuguesas têm concedido este estatuto a palavras do tipo de *sempre* na frase *Sempre sabes o caminho?* Assilale-se, também, que embora nesta enumeração o *artigo* apareça como par do substantivo ou do verbo, na gramática ele vem tratado como subponto do ponto «Substantivo e artigo», tratamento que, em certa medida, o coloca numa posição ‘subalterna’ relativamente ao substantivo.

A análise destas categorias é iniciada com o *verbo* e esta escolha não é aleatória. De facto, o verbo desempenha, no quadro da teoria de valências, um papel fundamental na frase. Definido como «a categoria gramatical que configura os processos da realidade objectiva no seu enquadramento temporal» (Vilela 95: 61) ele apresenta, quanto ao «significado genérico», a seguinte partição: verbos de **ação**, de **processo** e de **estado**. As ‘classes de valência’ propostas são em número de seis e incluem:

- (i) Verbos a-valentes, em que não se exige qualquer actante, como *trovejar*;
- (ii) Verbos monovalentes, com um actante obrigatório, como *dormir*;
- (iii) Verbos bivalentes, com um actante obrigatório e outro facultativo: «*este produto vende bem*»;
- (iv) Verbos bivalentes, em que os dois actantes são obrigatórios: «*Ele acabou por mandar aparar a relva*»;
- (v) Verbos trivalentes, com dois actantes obrigatórios e um facultativo: «*Ele acabou por |nos| mostrar o novo produto*»;
- (vi) Verbos trivalentes, em que os três actantes são obrigatórios: «*Ele coloca sempre os livros na estante*».

Sobre a noção de **frase**, assinala o autor que se trata de um conceito difícil de definir, uma vez que pode ser perspectivado em «vários quadrantes» (lógico, psicológico, comunicativo). Não obstante esta dificuldade, logo de início é-nos apresentada uma concepção de frase como *entidade abstracta*, aproximando-se, o autor, de tendências *formais* ou *formalizantes* de análise linguística:

A **frase** é actualmente entendida como entidade abstracta, como unidade do sistema independente do contexto, entidade que representa um esquema ou modelo para enunciados menores, potencialmente autónomos (...) (Vilela 1995: 22).

É de salientar, nesta passagem, uma concepção **arquetípica** de frase, nomeadamente, pelo uso da expressão «independente do contexto». Uma concepção semelhante foi, como vimos, apresentada na gramática analisada anteriormente (Mateus *et alii*). Recordemos que o contexto era, então, tido como potenciador de erro.

As **funções sintáticas** («elementos frásicos») consideradas são:

- (i) Predicado e predicativo (predicativo do sujeito e do complemento direto);
- (ii) Sujeito;
- (iii) Complemento Direto;
- (iv) Complemento Indireto;
- (v) Atributo Predicativo (*tomo o café frio*).

Nesta matéria, Mário Vilela assinala que o ponto de partida das classificações atuais se pode encontrar em Jerónimo Soares Barbosa, tendo-se assistido, a partir daí, a variantes quer na designação quer na classificação dos *elementos frásicos*. Do seu ponto de vista, a caracterização destes elementos relaciona-se diretamente com (i) as relações sintagmáticas entre os constituintes; (ii) tipos de frase e (iii) descrição de regras de ordenação dos constituintes frásicos, podendo daqui inferir-se que se trata de uma caracterização fortemente relacional no interior da frase.

Em **conclusão**, esta obra segue, em traços largos, a disposição tradicional ao eleger como corpos principais a Morfologia («Gramática da Palavra») e a Sintaxe («Gramática da Frase»). A «Gramática do Texto», terceira e última parte, escapa a este alinhamento ‘normal’, sendo a sua inclusão inovadora, no panorama das gramáticas portuguesas estudadas.

4. Referência à *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra

a. Definição e objetivos da gramática

Uma referência deve ainda ser feita à *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra, dois autores de referência no panorama linguístico português; e deveremos fazê-lo não por se tratar de uma gramática excepcionalmente inovadora do ponto de vista teórico. Não por isso. De facto, de entre as gramáticas estudadas neste Capítulo V, esta é talvez aquela que apresenta um cariz teórico menos marcado, não parecendo organizar-se em torno de uma qualquer diretriz axiomática vincada. No entanto, não a referir seria olvidar uma das gramáticas portuguesas atuais de maior consulta por parte de estudantes e, penso, por parte do público em geral. Quando no leitor/falante do português mais comum surge alguma dúvida acerca do funcionamento da língua, a tendência primeira é consultar esta obra para tentar esclarecê-la, como já pudemos verificar em ocasiões várias, ao longo da carreira docente.

Se, como dissemos atrás, esta gramática não obedece de uma forma explícita a um quadro teórico rígido, como acontece com a gramática anteriormente estudada de Helena Mateus e colaboradoras, também não se alheia de algumas escolas linguísticas recentes – veja-se, a este propósito, o capítulo sobre “Fonética e Fonologia” que se mostra *formatado* segundo os moldes da escola estruturalista, nomeadamente no que toca à Fonética articulatória. De qualquer modo, a ideia com que se fica desta gramática é que se trata de uma obra de consulta corrente destinada à generalidade dos falantes do português, na sua grande maioria pouco familiarizados com doutrinas mais ou menos específicas de análise linguística. É, aliás, esta a ideia constante no «Prefácio» da obra. Os autores dão conta de algumas gramáticas produzidas na atualidade⁸⁵ e concluem que:

Parecia-nos faltar uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (...) e fosse, assim, fonte de informação, tanto quanto

⁸⁵ São referidas as gramáticas de Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1969), a *Gramática Simbólica do Português* de Óscar Lopes (1971), a de Pilar Vázquez Cuesta e de Maria Albertina Mendes da Luz (1971 - 3.ªed.) e a de Maria Helena Mateus e colaboradoras.

possível completa e actualizada, sobre elas (NGPC: «Prefácio», p.XIII).

Os autores pretendem, assim, fazer a descrição do português contemporâneo tendo em conta as diversas normas existentes no vasto território onde se fala a língua de Camões. O conceito de *descrição* poderia, eventualmente, ser alvo de alguma reflexão pois, como sabemos, *descrever* uma língua quase nunca é, nos nossos dias, uma tarefa inocente. Dada a enorme maleabilidade do objeto «língua» e, também, devido à sua enorme diversidade, *descrever* em linguística tem implicado, quase sempre, um *parti pris* prévio, um ponto de vista anterior a qualquer análise. Isto mesmo já mestre Saussure nos ensinava no *Cours de linguistique générale*. Mas, por incrível que pareça, esta gramática consegue escapar a este *fado* que, em termos lógicos, se traduziria por ‘*descrição* \Rightarrow *teoria*’ porque, afinal, o conceito-guia é, exatamente, o de “correção” linguística. Segundo os autores, este trabalho serviria:

(...) simultaneamente de guia orientador de uma expressão oral e escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar «correcta», de acordo com o conceito de «correccão» que adoptámos no Capítulo 1 (NGPC: «Prefácio», p.XIII).

Não iremos, então, encontrar elaboradas técnicas de análise filiadas nesta ou naquela escola linguística, mas tão-somente uma descrição do português no sentido de eleger e clarificar os usos corretos distinguindo-os do «que é grosseiro, o que é inadmissível, ou, em termos radicais, o que não é correcto» (NGPC: 8).

Problematizando o conceito de «correccão», são referidos autores como Noreen (e os seus três critérios: *histórico-literário*, *histórico-natural* e *racional*), Flodstrom («o melhor é a forma de falar que reúne a maior simplicidade possível com a necessária inteligibilidade»), Jespersen (que apresenta sete critérios: o da autoridade, o geográfico, o literário, o aristocrático, o democrático, o lógico e o estético), Roman Jakobson ou Eugénio Coseriu. Assente neste conceito de correção, poderíamos, então, perguntar se se trata de uma gramática *normativa*. Que nos perdoem alguns linguistas, mas a primeira inclinação é dar uma resposta afirmativa. Sim, esta gramática constrói-se segundo o eixo da correção linguística, embora a semântica do termo *norma* seja a mais ampla possível, abrangendo a grande diversidade do falar português aos níveis diatópico, diastrático e diafásico:

Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adoptarmos para a comunidade de fala portuguesa, formada hoje por sete nações soberanas todas movidas pela legítima aspiração de enriquecer o património comum com formas e construções novas, a patentearem o dinamismo do nosso idioma (...) de mais de cento e cinquenta milhões de indivíduos (*NGPC*: 8).

É visando o ensino do português de uma forma ampla e o mais abrangente possível que os autores metem mãos-à-obra, baseando-se na sucessivamente publicada *Gramática do Português Contemporâneo* de Celso Cunha cuja 1.^a edição veio a lume em 1970. Assinale-se que a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* é editada primeiramente em 1984.

β. Organização da obra

Vamos encontrar este estudo dividido em vinte e dois capítulos, os quais poderíamos tentar reagrupar por afinidade temática. Assim:

(i) Nos dois primeiros capítulos – «Conceitos gerais» e «Domínio actual da língua portuguesa» – encontramos clarificadas certas noções como as de *língua, linguagem, discurso, dialeto, falar* e ainda a problematização em redor da expressão *correção linguística* (1.º cap.). O 2.º capítulo incide especificamente sobre dialetologia, sendo aqui apresentados os diversos dialetos existentes no território nacional e além-fronteiras;

(ii) O 3.º capítulo é dedicado à Fonética e Fonologia e, como atrás já referimos, o tratamento destas matérias emparelha com os atuais estudos de fonética e fonologia para os quais muito contribuiu a escola estruturalista. Encontramos explicitado o funcionamento do aparelho fonador o que, nas palavras de Joaquim Nunes, poderia ser apelidado de *fonética fisiológica* e é referida a distinção entre *som* e *fonema*. Segue-se, depois, uma detalhada classificação dos sons linguísticos (vogais e consoantes) atendendo, sobretudo, aos diferentes pontos e modos de articulação. Para estas classificações recorrem os autores, como é comum fazer-se em fonologia, ao conceito operativo de *traços distintivos* os quais «apresentam características capazes por si só de opor um segmento fónico a outro segmento fónico» (*NGPC*: 33);

(iii) O capítulo 4.º («Ortografia») introduz as letras do alfabeto português, como a generalidade das gramáticas antigas faziam, e esclarece acerca de notações léxicas, regras de

acentuação e divergências entre as ortografias portuguesa e brasileira;

(iv) Os capítulos 5 e 6 incidem sobre Morfologia: o 5.º dedica-se ao esclarecimento de conceitos básicos nesta área, o 6.º centra-se nos processos de derivação e composição. Salientam-se, aqui, para além dos vários tipos de *derivação* (prefixal, sufixal, parassintética, regressiva e imprópria) e de *composição* (por justaposição, por aglutinação, compostos eruditos, recomposição e hibridismo) a inclusão de listas de prefixos e sufixos de origem grega e latina sempre de grande utilidade na análise morfológica das palavras.

(v) O sétimo capítulo incide sobre a «Frase, Oração, Período» sendo estas noções clarificadas. Para *frase* é apresentada a seguinte definição: «Frase é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação» (NGPC: 119);⁸⁶

(vi) Do 8.º até ao 17.º capítulos são tratadas as diversas categorias de palavras que, no total, contabilizam dez: *substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numerais, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*.

A sintaxe é «a parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar frases» (NGPC: 119). Como termos essenciais da oração são considerados o *sujeito* e o *predicado* para os quais se apresentam definições bastante ‘tradicionais’ – «O SUJEITO é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o PREDICADO é tudo aquilo que se diz do sujeito» (NGPC: 122). De uma forma sucinta poderíamos dizer que a análise sintática apresentada não se filia explicitamente em nenhuma corrente linguística marcada, até porque parece não ser propósito dos autores esmiuçarem a estrutura sintática das frases (neste particular, contrasta, por exemplo, com o que é feito por Mateus *et alii*). Ficamos com a ideia de que, neste capítulo, se tenta articular, de uma forma não muito explícita, a sintaxe funcional com a sintaxe estrutural. É deste modo que vemos aparecerem em paralelo o *predicado* e o *sintagma verbal* ou o *sujeito* e um dos *sintagmas nominais*. Também os diagramas apresentados fazem em tudo lembrar as derivações generativas, servindo, por vezes, simplesmente para discriminar os constituintes funcionais da oração (sujeito, predicado

⁸⁶ Fica aqui um comentário, a propósito desta definição, o qual várias vezes ouvimos repetido nas aulas de sintaxe e semântica enquanto alunos da Faculdade de Letras e que é o seguinte: esta definição, bastante abrangente, acaba por resultar um pouco vaga e imprecisa, uma vez que não se vislumbra com clareza o que seja o “sentido completo” de um enunciado. Com efeito, podemos quase sempre ‘completar’ com complementos circunstanciais ou outros o sentido de uma enunciação (*O Pedro saiu. O Pedro saiu de casa. O Pedro saiu de casa ontem. etc.*), não se percebendo quando é que, afinal, o sentido fica completo. De qualquer modo, parece ser de longa tradição o apelo ao ‘sentido completo’ nas definições de frase. Já Dionísio de Trácia tomava a frase como «une composition en prose qui manifeste une pensée complète» (Trácia [II a.c.] 1989 : 49).

e complementos). No entanto, é de inestimável mérito a abundante e ilustrativa recolha de exemplos, na sua grande maioria extraídos de autores reconhecidos, parecendo fazer pautar a correção linguística pelo primeiro critério apresentado por Noreen e referido no primeiro capítulo desta gramática: «a correção estriba-se essencialmente em conformar-se com o uso encontrado nos escritores de uma época pretérita».

Em conclusão, a organização desta gramática obedece à ordem clássica (estudo dos sons – estudo dos vocábulos – sintaxe) incluindo, para além destes itens, capítulos incidentes em dialetologia, estilística ou versificação. Constitui, pela sua neutralidade, um bom manual de consulta para a generalidade dos falantes do português não especialmente preocupados com fundamentações teóricas e/ou detalhadas análises linguísticas.

5. Sinopse

As duas primeiras gramáticas estudadas neste Capítulo V revelam já claramente propósitos científicos relativamente à língua. A ancestral orientação prescritiva das gramáticas, consideradas ao longo de vários séculos como ‘Arte de bem falar e escrever’, perde-se aqui definitivamente. O objeto de estudo – a língua – é, nas duas obras, tomado como ‘entidade abstrata’ o que só per si coloca as análises propostas num plano formal e/ou teórico. «Descrever explicitamente todas as frases bem formadas» de uma língua ou ‘simplificar e idealizar os dados empíricos’ constituem, assim, os objetivos gerais destas gramáticas.

A organização das matérias também já pouco deve à clássica divisão em quatro partes, embora Mário Vilela siga um esquema um pouco mais tradicional ao eleger a Morfologia (Gramática da Palavra) e a Sintaxe (Gramática da Frase) como dois dos três troncos principais.

Quanto às *partes orationis*, a sua classificação é, digamos, ‘regular’ em Vilela que considera onze categorias: *verbo, substantivo, artigo, pronome, adjetivo, numeral, advérbio, partículas e partículas modais, preposição, conjunção e interjeição*. É de realçar, aqui, a tomada em consideração das *partículas e partículas modais* como categorias. Em Mateus *et alii*, as categorias nucleares são cinco (N, V, Adj, Adv e Prep) originando outras cinco categorias sintagmáticas (SN, SV, SAdj, SAdv e SP).

Nas duas gramáticas, a língua portuguesa é analisada à luz de determinados pressupostos teóricos: Mateus *et alii* insere-se no quadro da teoria generativa e transformacional e Mário Vilela rege-se pelo modelo de valências, o que o faz tomar o verbo como elemento determinante da organização frásica.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, contrariamente às anteriores, não parece inserir-se num quadro teórico específico, destinando-se, sobretudo, à generalidade dos falantes de língua portuguesa. É preocupação dos autores abranger as diversas normas vigentes nos alargados territórios onde se fala o português. Organiza-se de uma forma que poderíamos considerar tradicional, incluindo capítulos de incidência linguística não especificamente gramatical (capítulos sobre dialetologia ou versificação). Consideram os autores dez categorias gramaticais: *substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*.

O quadro seguinte resume, comparativamente, as duas gramáticas teóricas aqui estudadas (da autoria de Helena Mateus *et alii* e de Mário Vilela).

	Helena Mateus <i>et alii</i>	Mário Vilela
Definição de gramática	«Uma gramática generativa pretende descrever explicitamente todas as frases bem formadas ou «gramaticais» da língua e exclui do seu âmbito de análise a produção linguística considerada «agramatical», mal formada, ou ambígua»	«Cada modelo de representação feito pelo gramático representa uma simplificação e idealização dos dados empíricos (...)»
Organização da Gramática	Parte I – Variedades do português Parte II – Elementos para uma gramática de comunicação Parte III – Descrição e estrutura gram. do port. Parte IV – O nível Fonológico do português	tripartida: – Gramática da palavra – Gramática da frase – Gramática do texto
Partes da oração	<u>categorias sintagmáticas:</u> <i>SN, SV, SP, SAdv, SAdj</i> <u>categorias nucleares:</u> <i>nome, verbo, preposição, advérbio, adjetivo</i> Total: 5	<i>verbo, substantivo, artigo, pron., adjetivo, numeral, advérbio, partículas e partículas modais, preposição, conjunção, interj.</i> Total: 11

Quadro 8: Síntese comparativa das gramáticas de Maria Helena Mateus *et alli* e de Mário Vilela

PARTE II

LINGUAGEM E GRAMÁTICA

CAPÍTULO I – BASES BIOLÓGICAS DA LINGUAGEM

Broadly speaking, a model is a symbolic representation of selected aspects of the behaviour of a complex system for particular purposes. It is an imaginative tool for ordering experience, rather than a description of the world.

Ian Barbour, *Miths, Models and Paradigms*, p. 6

Um modelo não nos diz que uma coisa seja assim ou assim; ele apenas ilustra um determinado modo de observação.

Carl Gustav Jung, *A Natureza da Psique*, p. 123

Mas os átomos de hidrogénio não são sistemas solares; só há vantagem em pensar neles como se fossem esses sistemas, se nos lembrarmos sempre que não são. O preço do emprego dos modelos é a vigilância eterna.

Richard Braithwaite, *Scientific Explanation*, p. 93 (*apud* Poole 1995: 93)

1. Conhecimentos relativamente consensuais

Porē nã e tã espiritual a lingua õ não seja obrigada as leys do corpo. Mas segundo a disposição da lingua corporal assi vemos formar diversas as vozes (...) (Fernão de Oliveira ([1536] 2000: 244).

Fernão de Oliveira explica, aqui, a diferenciação dos sons que produzimos («as vozes») pela «disposição da lingua corporal», ou seja, pelas diferentes posições e pontos de articulação em que a língua pode ser colocada, no interior da boca. É esta sustentação articulatória que dá origem, na sua gramática, a treze capítulos dedicados aos vários sons do Português e à maneira de os pronunciar. O estado atual dos nossos conhecimentos permite, no entanto, ir um pouco mais além. Passemos, então, em revista o mecanismo de produção de sons de uma língua e os seus correlatos acústicos e auditivos.

Sabemos que, em primeira instância, a atividade da laringe e das estruturas supralaríngeas originam variações de pressões no ar que é expirado pelos pulmões. Portanto, a primeira modulação dos sons dá-se ao nível das cordas vocais – duas pequenas pregas elásticas que se aproximam (*aduzem*) ou se afastam (*abduzem*), originando uma sucessão de sopros de ar. Esta atividade vibratória das cordas vocais é responsável pelo vozeamento dos sons o qual corresponde, em termos físicos, a uma onda sonora. Os fluxos de ar assim produzidos vão, depois, encontrar diferentes configurações nas cavidades por onde passa o ar expirado, originando diferentes modulações sonoras. Ao nível supralaríngeo, o ar encontra vários articuladores móveis, como os lábios, a língua ou o maxilar inferior, cujas configurações provocam diferenças no volume de ar expirado, o que vai implicar a produção de ondas sonoras com características também diferenciadas. Como coadjuvantes desta modulação acrescentem-se ainda os dentes superiores, o palato,⁸⁷ véu palatino, a úvula e as diferentes partes da língua (coroa, dorso e raiz). A cavidade nasal pode também intervir na produção dos sons, sendo um órgão totalmente imóvel; a passagem do ar pode ser impedida pela elevação da úvula que funciona como uma porta aberta ou fechada. Consoante o ar passe por alguma destas cavidades e/ou a obstrução se faça em diferentes pontos de articulação,

⁸⁷ O palato compreende uma parte anterior, óssea e imóvel e uma parte posterior móvel e mole – o véu palatino.

assim surgem diferentes tipos de sons (nasais, líquidos, laterais, vibrantes, oclusivos, bilabiais, labiodentais, alveolares, palatais, velares, etc.). A atividade da glote é, pois, determinante na produção das ondas sonoras acontecendo, posteriormente, modulações diferenciadas consoante as configurações dos vários órgãos implicados na articulação. Uma guitarra clássica pode constituir um exemplo simplificado da vibração dos sons da fala. As cordas da guitarra vibram produzindo ondas sonoras que são, depois, moduladas na caixa da guitarra que é, por assim dizer, uma caixa-de-ressonância. Também os sons da fala, depois de emitidos, podem encontrar caixas-de-ressonância diferenciadas (a boca, a cavidade nasal, os diferentes pontos de articulação, que alteram o volume de ar expelido), que vão modular a vibração inicial. Acrescente-se que a capacidade de articulação diferenciada é possível nos seres humanos devido à configuração específica do trato vocal; nos nossos parentes mais próximos, os símios, a projeção da boca para a frente constitui um constrangimento articulatorio que impede a produção variada de sons.

Estando já definidas as características da onda sonora, esta converte-se numa ocorrência acústica semelhante a tantas outras. Poderemos dizer que o que se passa com a produção de um som é equivalente ao que se passa quando se lança uma pedra num lago de águas em repouso: acontece a formação de uma onda com elevações e depressões. Se, na crista da onda, estiver um objeto, por exemplo uma rolha, ela não se desloca; o único movimento que a rolha sofre é um movimento de oscilação vertical. Isto sustenta a ideia de que não é a matéria que se desloca, mas sim a energia. Após ter saído da boca do falante, a onda sonora é transmitida através do ar. Como é sabido, o ar é uma mistura de gases e os gases têm a propriedade de poderem ser *comprimidos* ou *rarefeitos*. Isto quer dizer que as moléculas do ar podem estar mais ou menos juntas. Quando falamos, produz-se uma reação em cadeia nas moléculas próximas da boca em que cada molécula induz a seguinte a vibrar. Cada molécula, quando colide com outra, volta atrás e volta ao princípio e assim sucessivamente, num movimento oscilatório.

As ondas sonoras podem apresentar diferentes características quanto à *amplitude* e à *frequência*. Por *amplitude* entende-se a distância que vai do pico da onda até ao eixo mediano e a *frequência* é o número de ciclos por segundo, sendo que um ciclo corresponde a uma trajetória completa desde um ponto X do eixo mediano até ao ponto X' seguinte no mesmo eixo (onda regular). Do ponto de vista acústico, os sons podem dividir-se em:

(i) Sons *periódicos* ou regulares, como acontece com as vogais em que as membranas da glote abrem e fecham muito rapidamente originando ondas regulares;

(ii) Sons *aperiódicos* ou irregulares como é o caso das consoantes e das glides (semivogais e semiconsoantes, [j] ou [w]), em que não há vibração das cordas vocais.⁸⁸

Acusticamente, muitas das consoantes são ruídos, correspondendo a ondas aleatórias, enquanto as vogais apresentam ondas padronizadas, regulares. Será interessante relembrar aqui que, na sua origem, a palavra *consoante* significa ‘soa com’, ou seja, em si própria a consoante não tem som; necessita sempre de uma vogal (ou semi-vogal) para soar conjuntamente. Um espectrógrafo representará um som *oclusivo* como uma mancha branca: não acontece emissão de ar. De seguida, aparece uma barra de explosão, se o som seguinte implicar a vibração das cordas vocais. As ondas das vogais saem das cordas vocais com uma determinada frequência, a chamada *frequência fundamental*. Esta frequência vai sofrer várias alterações ao nível dos ressoadores que transformam a onda inicial noutras ondas complexas cuja frequência é múltipla da frequência fundamental. Um espectrograma reproduzirá zonas de maior intensidade na emissão das vogais, zonas estas apelidadas de *formantes*. As vogais diferem, acusticamente, umas das outras pela distância entre os dois primeiros formantes. Por exemplo, no [i] o primeiro formante apresenta uma frequência abaixo dos 500 Hz e o segundo acima dos 2000 Hz; no [a], o primeiro formante está acima dos 500 Hz e abaixo dos 2000 Hz.

Todas estas noções são objeto de estudo da Fonética, mais concretamente, da Fonética Articulatória e da Fonética Acústica. Segue-se, neste processo, a parte referente à Fonética Auditiva, ou seja, a compreensão do mecanismo da audição a partir do momento em que a onda sonora é captada pelo ouvido. Sem entrar em pormenores, que seriam objeto de um outro tipo de trabalho, poderemos dizer que o ouvido tem três grandes funções: recolhe os estímulos, analisa-os e transmite-os. A transmissão é feita através do fluido da cóclea e, aqui, têm lugar fenómenos de natureza química e elétrica para que os estímulos sonoros possam ser conduzidos pelo *sistema nervoso periférico* (SNP) até ao *sistema nervoso central* (SNC). Na cóclea, existem as chamadas células ciliares que captam a energia sonora e se movem provocando uma corrente elétrica que é captada pelo axónio terminal de um neurónio do gânglio coclear (cf. Damásio 2010: 95-96). As células da base da cóclea reagem a frequências

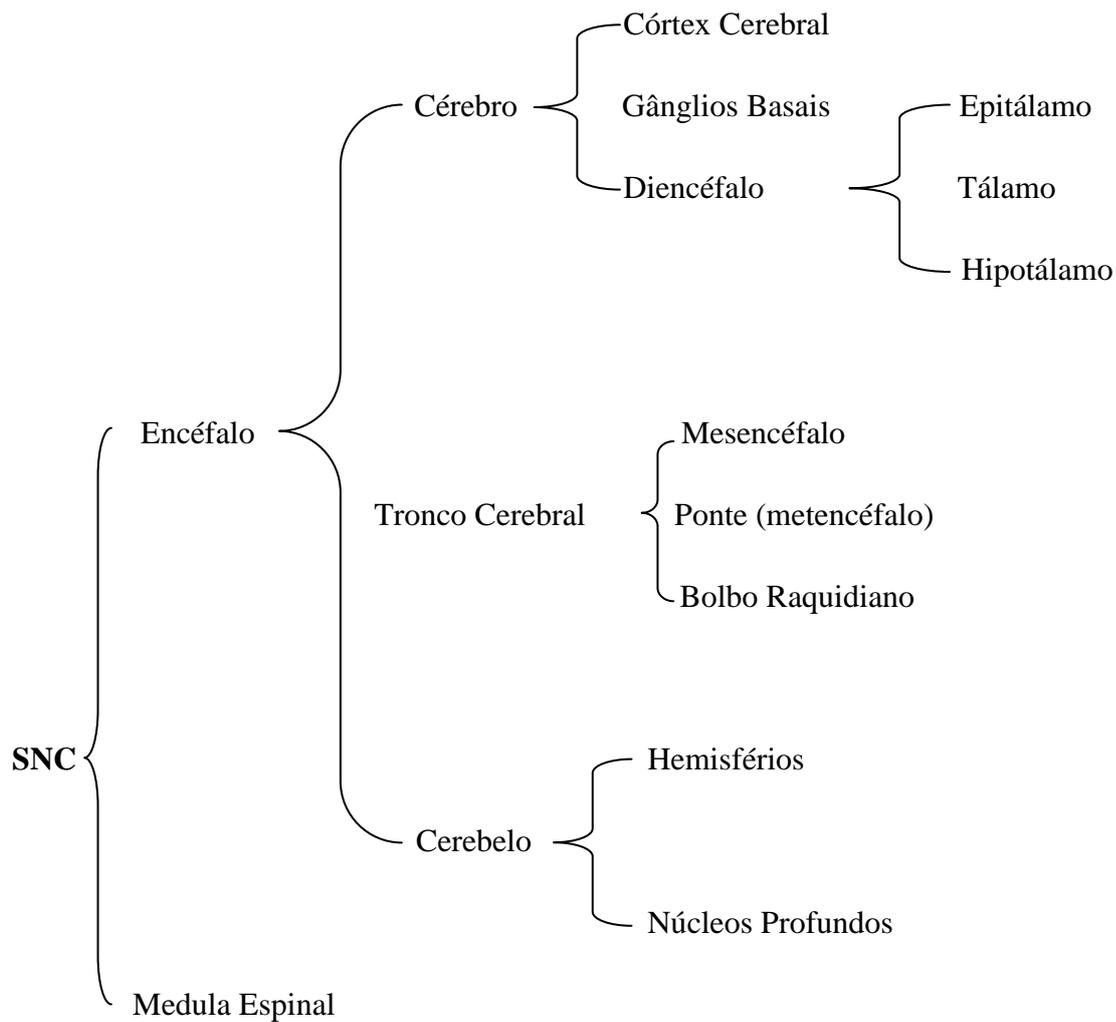
⁸⁸ Pode, no entanto, ocorrer uma vibração espontânea nas chamadas consoantes sonoras, como em *b, d, g, v, l, z, lh, m, n, nh*. Nas *oclusivas* e nas *nasais* esta vibração é momentânea enquanto que nas *fricativas* e *líquidas* ela é contínua.

mais elevadas enquanto que as do topo reagem às frequências mais baixas. Damásio escreve a este propósito:

Ouvimos uma orquestra a tocar ou a voz de um cantor quando os neurónios ao longo da cadeia auditiva se tornam activos e quando a derradeira estrutura cortical distribui espacialmente todas as ricas subestruturas dos sons que nos chegam aos ouvidos (Damásio 2010: 95).

Basicamente, no mecanismo da *fala* há uma ordem dada pelo *sistema nervoso central* que é, depois, conduzida pelo *sistema nervoso periférico* que, por sua vez, vai agir sobre o sistema articulatório; no mecanismo de *audição* as ondas sonoras são captadas pelos ouvidos; depois o sinal é transmitido pelo SNP até ao SNC, onde ocorre a descodificação dos estímulos de uma forma que a ciência ainda não explica claramente e a que mais adiante nos referiremos quando abordarmos o connexionismo.

O **Sistema Nervoso** inclui, assim, um centro de organização e de controlo – o SNC – que é constituído pela espinal medula e pelo encéfalo. A espinal medula é a principal condutora das informações que emanam quer da periferia quer do cérebro. Do encéfalo fazem parte três estruturas: o cérebro, o tronco cerebral e o cerebelo. Como constituintes do cérebro aparecem o córtex cerebral, onde se encontram armazenados os vários arquivos de memória, os gânglios basais (núcleos subcorticais pertencentes à substância cinzenta) e o diencefalo. O diencefalo inclui o epitélamo, o tálamo (região onde abundam núcleos associativos, tendo uma função de coordenação das atividades corticais bem como a função de transmissão de sinais para o córtex) e o hipotálamo. O tronco cerebral, responsável pela regulação visceral básica, compõe-se do mesencefalo, da ponte ou metencefalo e do bulbo raquidiano (continuidade da espinal medula). No cerebelo destacam-se os dois hemisférios e ainda núcleos profundos. Os hemisférios cerebrais são revestidos pelo córtex cerebral o qual se divide em quatro lobos (*occipital, parietal, temporal e frontal*).



Quadro 9: Estrutura do Sistema Nervoso Central

O sistema nervoso central liga-se ao resto do corpo através do *sistema nervoso periférico* – conjunto de ramificações nervosas que executa as ‘ordens’ recebidas do SNC ou, em sentido inverso, transmite para o SNC os impulsos e as informações recolhidas nos nervos sensoriais. A *transdução* é o processo através do qual um estímulo sensorial, como a luz ou a presença de moléculas químicas no ar, causa uma resposta elétrica num recetor sensorial. Dentro do SNP encontra-se o *sistema nervoso autónomo*, um dos seus mais antigos componentes, que regula processos vitais que não dependem da nossa vontade e que por sua vez é regulado pelo hipotálamo. O *sistema nervoso autónomo* compõe-se do sistema *simpático* (responsável por reações corporais imediatas em que é necessário um rápido e significativo dispêndio de energia, como a reação de lutar ou de fugir do perigo) e do sistema

parassimpático (que estimula principalmente ações relaxantes e é, também, responsável pelas regulações mais longas, como a regulação das defesas imunitárias). Um e outro sistemas têm funções opostas na medida em que tentam equilibrar as respectivas ações sobre o organismo. Quando vemos um projétil a aproximar-se na nossa direção, entra em ação o sistema *simpático*, desencadeando um movimento rápido de desvio em relação ao objeto projetado; para o restabelecimento do estado inicial intervém, de seguida, o sistema *parassimpático*.

O sistema nervoso central apresenta dois setores distintos: a *matéria cinzenta* e a *matéria branca*. A primeira deve o seu nome à concentração de corpos celulares; a segunda resulta das bainhas isolantes dos axónios (mielina) conferindo-lhe uma cor mais clara. Segundo A. Damásio (2010: 377), a mielinização dos axónios é uma característica evolutivamente mais recente («As fibras desmielinizadas são lentas e de estirpe mais antiga»).

Os dois hemisférios (esquerdo e direito) apresentam *assimetria funcional*, ou seja, cada um dos hemisférios controla funções específicas e diferenciadas. A música, o desenho ou a linguagem são atividades coordenadas por certas zonas de um determinado hemisfério do cérebro. O **hemisfério esquerdo** controla, sobretudo, a linguagem, padrões complexos de movimento, associação de estímulos, para além de controlar também todas as atividades motoras da parte direita do corpo; o **hemisfério direito** controla a parte esquerda do corpo e incide sobre mecanismos de perceção, sentido espacial, música, expressão/reconhecimento das emoções e informação não verbal. É comum falar-se de **dominância** do hemisfério esquerdo, uma vez que, anatomicamente, este hemisfério é maior do que o direito. Também o facto de 93% dos humanos serem destros sustenta esta característica.⁸⁹ Como metade do cérebro controla as funções motoras da metade oposta do corpo, este facto mostra a preponderância do hemisfério esquerdo.

Em relação à linguagem, a identificação de zonas cerebrais específicas responsáveis por esta função é atribuída, em primeira mão, ao francês Paul Broca que, em 1865, verificou que uma lesão numa zona particular do cérebro (o córtex perissilvico) dá origem a uma *afasia* ou desordem no discurso com determinadas características. Esta região chamada **área de Broca**, está localizada nas partes laterais do lobo frontal esquerdo. Broca mostrou ainda que

⁸⁹ Nos macacos, por exemplo, as preferências pelas mãos direita ou esquerda são igualmente frequentes pelo que, nesta espécie, não se verifica dominância de nenhum dos hemisférios cerebrais.

lesões em zonas similares do hemisfério direito não causavam os mesmos distúrbios. Isto revela que existe uma assimetria funcional dos hemisférios cerebrais.⁹⁰

Uma outra zona cerebral relacionada com a linguagem é a área de Wernicke,⁹¹ também no hemisfério esquerdo (lobo temporal superior, entre o córtex auditivo e o giro angular). No entanto, estas duas áreas mostram ter um controle sobre diferentes funções. Assim, uma deficiência na área de Broca provoca, sobretudo, distúrbios a nível articulatório. A resposta a algumas questões normalmente faz sentido, mas a estrutura gramatical é deficiente. Esta área tem especial controle sobre os músculos da articulação da fala, podendo verificar-se uma paralisia parcial destes músculos. Daí o tipo de distúrbios resultantes em lesões nesta zona do cérebro. Acontecem, geralmente, dificuldades na expressão da flexão verbal, pronomes e partículas de ligação, como preposições ou conjunções. Por exemplo, um doente interrogado sobre uma consulta no dentista diria: *Sim, Segunda-feira... Pai e Ana... dez horas....* No entanto, a área de Broca pode não estar apenas implicada na sintaxe das línguas naturais; ela mostra ter também incidência sobre outro tipo de linguagens que operam com regras formais, tais como a álgebra ou a programação de computadores. Ramachandran (2011: 157) refere o caso de um paciente com lesões na área de Broca que apresentava dificuldades não só no discurso (muito sintético e telegráfico), como também na manipulação de símbolos algébricos.⁹²

As afasias resultantes de uma lesão na área de Wernicke têm a característica de o discurso ser bem pronunciado a nível fonético e mesmo gramatical, mas semanticamente desviado. As palavras saem com facilidade e organizam-se em frases, mas são, normalmente, desapropriadas e sem sentido. Ocorrem, sobretudo, dificuldades de compreensão, podendo verificar-se *parafrasia* (troca de palavras).⁹³ Um lesionado nesta área diria algo como, por

⁹⁰ Freud (1891: 40) relata o caso de um paciente que recebera uma pancada no lado esquerdo da cabeça, pelo choque de uma máquina. Ele compreendia tudo e fazia esforços consideráveis para falar, mas as únicas palavras que conseguia pronunciar eram «sim» e «não». O diagnóstico apontou para uma fratura interna da caixa craniana, com um estilhaço ósseo a fazer pressão sobre a terceira circunvolução frontal no hemisfério esquerdo. Depois de ter sido sujeito a trepanação (operação cirúrgica para remover parte de um osso) o doente recuperou de novo a linguagem.

⁹¹ O estudo publicado por Wernicke, em 1874, intitulava-se *The symptom-complex of aphasia*.

⁹² «Yest later, when Jason and I tested Dr. Hamdi on more complex algebra using symbols, he kept trying hard but failing. (...) I was intrigued by the possibility that the Broca's area might be specialized not just for the syntax, or syntactic structure of natural language, but also for other, more, arbitrary languages that have formal rules such as algebra or computer programming» (Ramachandran 2011: 157).

⁹³ Ramachandran (2011: 189) assinala, no entanto, que alguns pacientes com lesões na área de Wernicke não conseguem produzir estruturas recursivas pelo que não é claro que esta área tenha incidência só sobre aspetos semânticos: «This observation demolishes the long-standing claim that Broca's area is a syntax box that is autonomus from Wernickes's area».

exemplo: *A Luísa chegou e bateu no Pedro e apanhou um táxi e o Carlos caiu*. Wernicke pensava que a linguagem teria origem na área cerebral que tem o seu nome e seria, de seguida, transmitida à área de Broca. A identificação destas zonas cerebrais permite, também, concluir que existe uma **lateralização** das funções da linguagem, uma vez que seu controle é, sobretudo, efetuado a partir do hemisfério esquerdo.

Uma terceira zona de incidência linguística é o **giro angular**, situado na interseção entre a área da linguagem e as áreas visuais (entre o lobo temporal e o lobo parietal). Esta é uma área cerebral muito própria da espécie humana, uma vez que não existe nem nos chimpanzés. O giro angular envia informações visuais para a área de Wernicke permitindo a visão, mas não a interpretação. Os lesionados nesta área podem compreender e falar normalmente, mas apresentam dificuldades na linguagem escrita e na leitura; há como que uma interrupção da comunicação entre o córtex visual e a área de Wernicke. Segundo Ramachandran, esta área está também relacionada com a nomeação de objetos (2011: 180) e com a capacidade de abstração (2011: 182).

Parece, pois, existir uma correlação entre certas zonas do cérebro e determinadas características da linguagem verbal. De qualquer modo, deveremos também ter em conta que os tecidos neuronais destruídos em determinadas lesões podem não ser recuperáveis, mas as funções pelas quais eles eram responsáveis podem ser assumidas por outras regiões do cérebro. Isto mostra que existem recursos cerebrais alternativos quando uma zona é afetada. Normalmente, são os neurónios das regiões adjacentes que vão assumir as mesmas funções. Nas crianças, os progressos a este nível são notáveis, uma vez que os tecidos ainda não estão diferenciados, tendo, portanto, uma grande capacidade de reajustamento. Nos adultos, a diferenciação dos tecidos neuronais corresponde a uma perda de plasticidade, pelo que a recuperação se torna mais demorada, podendo até ficar seriamente comprometida.

Para além do estudo das lesões cerebrais, existem atualmente métodos de imagiologia cerebral como, por exemplo, a TEP (tomografia por emissão de positrões), que fornece dados importantes sobre o funcionamento do cérebro. Esta técnica permite registar o consumo local de glucose, a concentração de neurotransmissores ou o débito sanguíneo através da localização de moléculas presentes no sangue que circula no cérebro. Estes indicadores fornecem dados sobre a atividade neuronal de certas zonas do cérebro em determinadas condições. Através da TEP foi possível concluir que, no caso de bons bilingues, eram ativadas as mesmas áreas cerebrais (Pallier 2001); quando o domínio de uma segunda língua é menos

bom, as zonas ativadas são muito variáveis de indivíduo para indivíduo. Poderiam ser mencionadas outras técnicas como a *ressonância magnética* que permite obter imagens tridimensionais do cérebro ou a *ressonância magnética funcional* através da qual uma máquina mede o fluxo de sangue oxigenado enviado para determinadas regiões, atendendo às propriedades magnéticas do oxigénio requerido. Jean-Pierre Changeux (1998) assinala que imagens obtidas por ressonância magnética funcional revelam que, nos bilingues precoces, as áreas cerebrais ativadas são as mesmas para as duas línguas. No entanto, nos bilingues tardios, que aprendem uma segunda língua entre os onze e os dezanove anos, a atividade cerebral não muda na área de Wernicke, mas é bastante diferente na área de Broca: «Uma geografia cortical diferente encontra-se, portanto, associada à aprendizagem tardia de uma segunda língua» (Changeux 1998: 144). Para Changeux, a aquisição de uma língua corresponde a uma «inscrição neuronal» que deixa traços indeléveis nas redes de conexões sináticas. Baseando-se nos modelos experimentais de aprendizagem no animal, sugere que a localização destes traços se deve tanto ao número e topologia das sinapses como à eficiência na transmissão dos impulsos nervosos. A aprendizagem tardia de uma segunda língua corresponderá, assim, ao estabelecimento de diferentes conexões neuronais.

Este tipo de técnicas permite, pois, estabelecer um paralelo entre zonas cerebrais e os processos de linguagem; no entanto, como refere Christophe Pallier (2001: 26): «l'imagerie cerebral reste encore impuissante à rendre compte de la richesse et de la complexité des langues».

2. O problema da mente-cérebro: modelos explicativos

Para além das bases físicas/anatómicas atrás referidas que sustentam não só os atos linguísticos como também muitos outros processos fisiológicos,⁹⁴ a linguagem verbal pode ser considerada como uma das capacidades do cérebro humano e, como tal, imersa no domínio alargado da **cognição**. Em paralelo com muitas outras aptidões humanas, ela tem sido objeto de numerosos estudos que localizam o seu centro vital no cérebro,⁹⁵ considerando que o

⁹⁴ O ouvido não capta apenas sons com significado linguístico, mas toda uma gama de ruídos envolventes. Também os pulmões, a língua, os dentes, para além da linguagem, servem outras funções vitais tais como respirar (pulmões), degustar ou mastigar (língua/dentes).

⁹⁵ Historicamente, nem sempre o centro de gravidade da linguagem foi posicionado no cérebro. No século XVI, por exemplo, o centro linguístico primordial era considerado o coração. Recordem-se as palavras de Fernão de Oliveira: «(...) a boca diz qnto lhe manda o coração e não outra cousa» ([1536] 2000: 244).

cérebro sustenta a *mente* e os processos cognitivos. No entanto, como não compreendemos muito bem como o cérebro-mente funciona, deparamos, sobretudo, com modelos explicativos, sendo a linguagem abordada como processo cognitivo a par de muitos outros processos cognitivos (como raciocinar, reconhecer padrões, memorizar dados, etc.), atribuindo-se-lhe o mesmo tipo de explicação. Sublinhamos que se trata de *modelos* explicativos do cérebro e não de descrições objetivas acerca do modo como as coisas se processam. De facto, quando deparamos com uma realidade complexa, as explicações tomam, geralmente, a forma de modelos que incidem sobre determinados aspetos dessa complexidade. Como é assinalado por Francisco Varela *et alii* «O cérebro se tornou uma vez mais na fonte principal de metáforas e ideias» ([1991] 2001: 123). Muitas vezes, é com metáforas que estamos lidando e bem sabemos a distância que existe entre a metáfora e a própria realidade. Feita esta ressalva epistemológica, passemos, então em revista as linhas mestras dos principais modelos explicativos do cérebro e o enfoque que neles é dado à linguagem. Devemos assinalar que, conquanto se apresente uma descrição o mais fidedigna possível destes modelos, o denominador comum que deles transparece é uma acentuada tendência mecanicista ao enfatizar, por um lado, procedimentos formais e, por outro, mecanismos neurofisiológicos.

2.1. O Cognitivismo

O século XX ficou marcado, no plano tecnológico, por uma invenção sem precedentes: o computador digital. As consequências desta invenção, ao nível da facilidade de comunicação, da computação, da digitalização de documentos, foram inimagináveis, mesmo para os seus criadores. Digamos que, a partir de meados do século passado, entrámos na chamada era cibernética, sendo que, hoje em dia, a grande maioria das áreas da atividade humana seriam impensáveis sem esta ferramenta de apoio. E, como acontece com todas as grandes revoluções, esta invenção acabou por provocar ondas de choque em vários domínios do saber (em Psicologia e em Linguística, para referir apenas dois).

A facilidade com que um computador processa informação e executa operações lógicas levou alguns autores a estabelecer um paralelo entre o funcionamento do cérebro humano e o funcionamento dos computadores. Em Psicologia, por exemplo, se antes de 1943, predominavam explicações behavioristas em que a mente humana era tomada como caixa negra inacessível à ciência ou, pelo menos, com um deficit de objetividade apreciável, a partir

dessa data surge um movimento de pensadores que se dedicam ao estudo da mente realçando a equivalência entre cognição e computação. Este movimento tem sido apelidado de *cognitivismo*. Ouçamos Francisco Varela *et alii* ([1991] 2001: 69):

A intuição central por detrás do cognitivismo é a de que a inteligência – inclusive a inteligência humana – assemelha-se de tal modo à computação nas suas características essenciais que a cognição pode realmente ser definida como processos computacionais baseados na representação simbólica.

A mente humana, no seu funcionamento intrínseco, continua a não ser publicamente observável, mas tomou-se o computador como metáfora para a explicar. Cronologicamente, um artigo de Warren McCulloch e Walter Pitts, datado de 1943, intitulado «A logical Calculus of Ideas Immanent in Nervous Activity», o modelo de processamento da informação para computadores de Von Neumann (1953) e a teoria de sistemas, que teve como figura central Ulric Neisser (1967), fazem despontar toda uma visão do cérebro como um aparelho onde se realizam operações lógicas tomando como base os seus elementos mais simples: os neurónios.

MacCulloch e Pitts (1943) desenvolveram, pela primeira vez, um neurónio artificial baseado no funcionamento dos neurónios biológicos. Basicamente, um neurónio artificial é uma função matemática que se ‘inspira’ na capacidade que as células nervosas têm de ser excitadas ou inibidas através de impulsos. Os *inputs* excitatórios fazem ativar as células nervosas e, pelo contrário, os *inputs* inibitórios não deixam passar o sinal. No fundo, é esta característica binária de excitação/inibição dos neurónios, tradutível numa lógica 0/1 ou V/F, que está na base das redes neuronais artificiais. Um neurónio artificial recebe um ou mais impulsos através de uma ou mais dendrites e transforma-o(s) em *outputs* para uma ou mais células nervosas adjacentes. Cria-se, assim, uma rede neural artificial que, matematicamente, corresponde a funções não lineares (funções de ativação ou funções de transferência). Esta rede vai, pois, funcionar como um algoritmo, ou seja, como um código de interpretação de sinais para os *inputs* vindos do exterior.⁹⁶

⁹⁶ Segue-se um exemplo de programação, utilizando o algoritmo *depth-first branch-and-bound* (BBS), cujo objetivo é a procura em profundidade, explorando os nós de uma árvore de derivação, retirado de uma coletânea de exames finais (2008-2009) do IST (Instituto Superior Técnico) à disciplina de “Inteligência Artificial e

Sabemos que, biologicamente, quando o potencial elétrico do corpo celular atinge um certo limiar, acontece um impulso que é transmitido através do axónio. No entanto, a transmissão de impulsos é, nos neurónios reais, um fenómeno discreto e, de certa forma, contínuo, contrariamente ao que ocorre nos neurónios artificiais. Para além disso, há todo um ambiente químico dentro da célula natural que, necessariamente, influencia a transmissão de impulsos. O sistema binário (0/1) de excitação/inibição que acontece nos circuitos computacionais não pode ser linearmente transposto para a célula viva. Na célula natural, a informação não passa só através de funções lógicas, mas é constantemente mesclada por uma complexidade de fatores químicos/biológicos, como a quantidade de neurotransmissores envolvidos, o carácter ácido/base do soma celular, etc. que acabam por ser parte integrante do ‘sinal’ a transmitir e que de todo não existem nos neurónios artificiais. Por estas razões, o modelo de McCulloch e Pitts é, por vezes, considerado como uma caricatura do neurónio vivo, sem grande realismo. Os neurónios artificiais precisam de um algoritmo matemático, ou seja, um programa matemático que funcione como código prévio de interpretação dos sinais exteriores, o que está longe de acontecer no funcionamento de uma célula natural.

Mas voltemos ao cognitivismo. A ideia central desta corrente de pensamento é a de que a computação opera com símbolos que substituem ou *representam* a realidade. A noção de representação é, aqui, uma noção-chave. O conhecimento que temos do mundo fundamenta-se em representações mentais que captam a informação provinda do mundo exterior. No fundo, conhecer, nesta perspetiva, é espelhar o mundo. O mundo existirá *objetivamente* fora de nós e conhecê-lo significaria extrair dele informações. Há uma demarcação nítida entre sujeito e objeto – linha de pensamento que remonta já aos primórdios

Sistemas de Decisão”. Este exemplo ilustra a forma como são concebidos os algoritmos que estão na base da programação computacional.

```

BBS1 (node)
{
if (f(node) >= upper_node)
    upper_node = f(node) ;
return
if (isGoal(node))
    upper_node =
        max(upper_node, f(node)) ;
else
    for each s in Successors(node)
        BBS1(s) ;
return;
}

BBS2(node)
{
if (f(node) >= upper_node)
    return
if (isGoal(node))
    upper_node =
        min(upper_node, g(node));
else
    for each s in Successors(node)
        BBS2(s) ;
return;
}

```

do racionalismo europeu com Descartes. O objetivo da ‘Ciência’ será, pois, incidir sobre a objetividade do mundo e descartar como inútil tudo o que é subjetivo. A realidade torna-se uma computação baseada em representações mentais, ou seja, é ‘trabalhada’, interpretada através de símbolos e/ou de regras. A noção de regra é, para o cognitivismo, fundamental. Na linguagem, a aprendizagem de uma língua explica-se, segundo este modelo, através da interiorização de um conjunto de regras formais de que o sujeito não tem necessariamente consciência. São como que regras inconscientes, captadas pela mente computacional e responsáveis pela ‘geração’ infinita de frases sempre diferentes. O conjunto dessas regras constitui um ‘programa’ linguístico instalado nas nossas mentes, tal como instalamos diferentes programas nos computadores digitais. Mais adiante voltaremos a este assunto quando falarmos do generativismo. Ao nível das microestruturas biológicas, os símbolos e as regras corresponderão a códigos neurobiológicos inscritos nas células nervosas, os quais permitirão a percepção/descodificação dos sinais exteriores.

Uma das versões atualmente mais difundidas do cognitivismo é o chamado *funcionalismo* de David Lewis (1966), David Armstrong (1968) ou David Chalmers (1996), embora este último se desvie um pouco do programa funcionalista original. Os funcionalistas encaram os estados mentais como estados funcionais; estes estados funcionais, por sua vez, derivam de estados físicos organizados em determinadas relações causais. Ou seja, não interessa o tipo de material envolvido numa função mental (neurónios, circuitos elétricos ou bolas de bilhar); desde que as relações causais entre os elementos da matéria sejam as adequadas é de esperar que aconteçam as mesmas funções mentais. Em termos simples, diríamos que um conjunto de bolas de bilhar dispostas em relações causais adequadas poderia gerar pensamentos, desejos, intenções, linguagem, etc. Assim, crenças, desejos, dores ou a atribuição de significação a frases, resumem-se a organizações particulares da matéria, podendo ocorrer em seres humanos, computadores, marcianos, bolas de bilhar, etc.: «Whether the organization is realized in silicon chips, in the population of China, or in beer cans and ping-pong balls does not matter. As long as the functional organization is right, conscious experience will be determined» (Chalmers 1996: 249). Apesar da crueza desta passagem, o seu autor admite, no entanto, que o nível físico de organização da matéria não é suficiente para explicar a experiência consciente, como veremos mais adiante.

Na perspetiva cognitivista, a mente humana poderá, então, ser dividida em três patamares:

- i) O patamar físico ou fisiológico, objeto da neurobiologia;
- ii) O patamar ‘mente-computacional’, que corresponderia a um nível intermédio onde teriam lugar os processos cognitivos;
- iii) O patamar da mente fenomenológica, ou seja, o pensamento profundo.

Para Jackendoff, os processos de cognição ocorrem como computações inconscientes (nível intermédio), ou seja, nas suas palavras, «os elementos da consciencialização são causados por/ suportados por /projetados a partir de informações e de processos da mente computacional».⁹⁷ Nesta linha de pensamento, os projetos de investigação deveriam tornar explícitos esses elementos da mente-computacional, situados num nível de representação intermédio. Seria a este nível que ocorreria a maior parte dos processos cognitivos, incluindo a linguagem verbal.

Esta ideia de *nível intermédio* responsável pela ‘computação’ inteligente está bem presente numa das mais expandidas teorias linguísticas do século XX, da autoria de Noam Chomsky, o *generativismo*, pelo que daremos, de seguida, especial enfoque a este sistema teórico.⁹⁸

2.1.1. O modelo generativo

Chomsky considera que a aprendizagem de uma língua se faz, sobretudo, pela generalização de regras partindo dos *inputs* da experiência linguística dos falantes. Assim, por exemplo, se uma criança ouvir repetidamente o plural de certos nomes em *-s* (*gato* → *gatos*, *filho* → *filhos*) vai interiorizar uma regra do tipo: ‘o plural forma-se acrescentando um *-s* à palavra-base-singular’. Em situações morfológicas semelhantes, aplicará esta regra para formar novos plurais, mesmo que nunca os tenha ouvido. Esta seria uma regra morfológica, mas o mesmo aconteceria a outros níveis de descrição linguística. Por exemplo, a nível sintático, se os *inputs* linguísticos enfatizam que o grupo nominal vem geralmente antecedido de um determinante e/ou um quantificador, então a mente linguística dos falantes deduz uma

⁹⁷ Jackendoff (1987: 23), *apud* Francisco Varela *et alii* ([1991] 2001: 85).

⁹⁸ O próprio Noam Chomsky mostrou grande apetência pelo cognitivismo logo em 1956, em conferências realizadas em Cambridge e Dartmouth, em que participaram também George Miller, Marvin Minsky, Jonh MaCarthy ou Herbert Simon. Os títulos dos “papers” apresentados foram os seguintes: George Miller apresentou *The Magic Number Seven*, Noam Chomsky apresentou *Three Models of Language* e Herbert Simon (conjuntamente com Allen Newell) apresentou *The Logic Theory Machine*.

regra do tipo: SN \rightarrow Det./Quant. N.⁹⁹ Esta regra permitiria não só compreender o que ouvimos (o que, nesta teoria, corresponde a identificar um padrão estrutural), mas também produzir sintagmas nominais sempre novos que respeitem esta estrutura formal. O mesmo aconteceria com a estruturação das frases, tomando sempre como *elementos* de base as categorias gramaticais [Nome (N), Verbo (V), Adjetivo (Adj), Advérbio (Adv), Preposição (P)].

No entanto, uma vez que se atribui ao *verbo* um papel fundamental na organização frásica, ele acaba por ser responsável por toda a estrutura da frase. Em última instância, é o *verbo* que organiza, ou seja, que seleciona todos os outros constituintes sintáticos e semânticos (em linguagem generativa ocorrem, aqui, regras de *subcategorização* sintática e também *restrições de seleção*, estas últimas responsáveis pelos traços semânticos dos vários constituintes da frase). Por exemplo, o verbo *comer* vem, geralmente, associado a um sujeito agentivo de caráter nominal e a um objeto também nominal. Assim, as frases em que ocorra o verbo *comer* terão que respeitar duas regras sintagmáticas do tipo: F \rightarrow SN SV em que SV \rightarrow V SN,¹⁰⁰ com restrições de seleção de modo a não ocorrerem frases do tipo *O copo comeu o bolo*.

Assim sendo, aprender uma língua, nesta perspectiva, seria construir um *algoritmo* formado por regras sintáticas/morfológicas/fonéticas a partir dos dados linguísticos da experiência (*inputs*). Este algoritmo constituiria, assim, a *gramática implícita*, dos falantes, a qual permitiria não só compreender as frases que ouvimos no dia-a-dia, como também produzir um número ilimitado de frases sempre novas. O que se mantém como invariável será o sistema formal (as regras) e não as frases concretas. Aliás, esta característica de *criatividade* dos enunciados linguísticos, ou seja, a ideia de que quando falamos não somos meros papagaios, mas em larga medida *criamos* o que dizemos de uma forma sempre nova, constitui um argumento de peso da teoria generativa. Não aprendemos frases concretas, mas sim regras de ordenação sintática e é a partir destas regras que elaboramos produtos linguísticos sempre diferentes.

A semelhança entre esta teoria e o funcionamento do computador reside no facto de o ‘processamento’ linguístico se fazer a partir de um algoritmo, i.e., de um programa que não é mais do que um conjunto de regras interiorizadas pelos falantes ao longo da sua aprendizagem linguística. Estas regras, como acima vem referido, constituiriam a *competência implícita*, que

⁹⁹ Exemplos: “O Pedro”, “Muitos alunos”, “Os poucos alunos da turma aceitaram o desafio”.

¹⁰⁰ E assim dizemos: “O João comeu o bolo”, respeitando aquelas estruturas.

a gramática deveria, depois, explicitar. A gramática, nesta teoria, tem, assim, como função principal tornar *explícitas* as regras implicitamente aprendidas. Relacionando este sistema com o que atrás ficou dito sobre *cognitivismo*, percebe-se bem como o generativismo perfilha os seus pressupostos básicos, ao assumir um nível intermédio na mente humana, o nível das regras implícitas situado na mente-computacional dos falantes. O programa de investigação generativo propõe-se, pois, formalizar/identificar os elementos da ‘computação’ linguística, como já indicava Jackendoff.

No entanto, várias críticas poderão ser feitas a esta equivalência *aprendizagem linguística = processamento computacional de informação*. Enumeremos algumas delas:

1.^a Um computador opera, sobretudo, com a *sintaxe*, i.e., com a forma física dos símbolos. Em termos mais concretos, um computador executa apenas o programa que nele está instalado, manipulando símbolos e reconhecendo padrões nesses símbolos, tudo isto baseado numa lógica binária de (0/1), ou seja, passagem ou não de corrente elétrica. Toda a semântica do computador está limitada à sintaxe das suas regras, a qual, em última instância, se baseia na passagem/inibição dos estímulos elétricos.¹⁰¹ O computador não tem acesso ao valor ‘semântico’ dos símbolos com que opera ou, dito de outra forma, não existe semântica possível na manipulação de símbolos, uma vez que eles estão confinados à sintaxe do programa.

Será isto que acontece no ‘processamento’¹⁰² linguístico? Embora todos saibamos a importância decisiva da sintaxe na construção das frases, será que ela é determinante na comunicação linguística e na interpretação de enunciados? Não será exatamente o contrário, ou seja, o valor semântico das unidades linguísticas como determinante para a sua interpretação?

Uma regra do tipo $F \rightarrow SN SV$, que postule que as frases são compostas por um sintagma nominal e um sintagma verbal, esclarece muito pouco acerca da interpretação da frase “ O João partiu o vidro da sala C”. Aliás, a regra atrás referida não diz absolutamente nada acerca do conteúdo da frase (mais adiante serão analisadas as relações entre sintaxe e semântica, nesta teoria). Há como que uma opacidade total da regra em relação ao conteúdo semântico da(s) frase(s) que ela supostamente gera. Assim sendo, cabe perguntar: se as regras estipuladas por uma gramática deste tipo não permitem qualquer vislumbre semântico, se não

¹⁰¹ A passagem de corrente elétrica corresponderá ao símbolo 1 e a não passagem, ao símbolo 0.

¹⁰² O próprio termo ‘processamento’, usado frequentemente em Linguística, não é inocente: traz já consigo uma filiação computacional.

explicam de forma alguma o significado das frases, será útil/verdadeiro eleger este aparato formal como responsável pelo ‘processamento’ linguístico? Como assinala Jonh Searle:

Pensar é mais do que uma questão de eu manipular símbolos sem significado; implica conteúdos semânticos significativos. Estes conteúdos semânticos são aquilo que nós indicamos por «significado» (Searle 1997: 45).

E, mais adiante:

Se é, decerto, verdade que as pessoas seguem regras de sintaxe quando falam isso não mostra que elas se comportam como computadores digitais, porque, no sentido em que elas seguem regras de sintaxe, o computador não segue de modo algum quaisquer regras. Executa apenas procedimentos formais (Searle 1997: 60).

2.^a Subjacente a esta teoria está a ideia de que conhecer um sistema de regras formais associadas a dados lexicais bastaria para saber falar uma língua. É como se tratasse de um *software* instalado na mente de cada um dos falantes, à semelhança dos vários programas que podemos instalar nos nossos computadores. Tentemos encaixar este sistema de regras na cabeça das crianças, sem qualquer outra experiência linguística, e esperemos o resultado. Antevê-se que não seja muito animador. Dificilmente alguém diria seja o que for ou entenderia o que quer que fosse com este procedimento.

3.^a A experiência linguística em situações concretas de comunicação é determinante para a aprendizagem de uma língua. Veja-se o caso da criança lobo, afastadas do mundo e sem interações linguísticas que acabam por comprometer definitivamente qualquer competência linguística. Aprender uma língua não passa só pela generalização de regras formais; há muitas outras variantes em jogo.

4.^a As críticas que poderão ser feitas ao *generativismo* são análogas às críticas que o *cognitivismo* tem merecido, no seu todo, como movimento científico. No fundo, o *cognitivismo* encara a cognição como um conjunto modular de “programas” executados pela mente humana, à semelhança dos programas instalados nos computadores. Mas há, entre uma coisa e outra, uma diferença crucial: os programas dos computadores são elaborados pelos

programadores tendo em conta fins específicos; estes programas operam com pressupostos sintáticos pré-programados. Trata-se, pois, de sistemas cegos e pouco inteligentes, uma vez que só executam as tarefas para as quais foram elaborados. O cérebro humano, pelo menos ao nível da informação linguística, não parece operar desta forma cega e finalista até porque, à partida, o valor semântico dos signos linguísticos é muito variável; poder-se-ia mesmo dizer que ele é “camaleónico”, uma vez que é, muitas vezes, determinado pelas situações concretas de comunicação. Por exemplo, a expressão *Ele é esperto* pode ser tomada à letra se nos referimos a um rapaz inteligente, mas pode também assumir uma conotação irónica, em determinadas situações, se lhe quisermos dar o sentido de *Ele é um espertalhão*.

Não parece, pois, existir uma pré-programação linguística com incidência em regras formais sintáticas. Há muitos outros fatores, como a intenção comunicativa, a posição social dos falantes, os estados psíquico-emocionais ou a pertinência da comunicação que interferem de forma decisiva nas experiências linguísticas dos falantes. Mas aprofundemos algumas das ideias propostas por N. Chomsky.

a. A ideia de gramática como máquina

Se dúvidas houvesse acerca do enquadramento teórico do programa generativo, elas ficariam dilucidadas nas seguintes passagens:

One way of providing a finite representation of the morphemic structure of English sentences is by means of **a machine** called ‘a finite state grammar’. A finite state grammar can be represented graphically in the form of ‘state diagram’ (Burel e Allen 1971: 22; **negrito nosso**).

If we adopt this conception of language, we can view **the speaker as being essentially a machine** of the type considered (Burel e Allen 1971: 23; **negrito nosso**).

Then we can represent this grammar as a **machine** with a finite number of internal states, including an initial and final state (Burel e Allen, 1971: 30; **negrito nosso**).

As máquinas de estados finitos constituíam uma área profícua de investigação ao nível da engenharia informática quando Chomsky propôs, pela primeira vez, as suas ideias acerca da linguagem. Estão bem patentes, nestas citações, as ligações que o autor pretende estabelecer entre a ciência dos computadores e a linguística. A gramática é tomada como uma ‘máquina de estados finitos’ e o falante também considerado como uma máquina do mesmo género. Trata-se de uma comparação arrojada cujos fundamentos levantam, porém, sérias reservas, como atrás ficou assinalado. Os computadores seguem regras no sentido em que executam procedimentos formais. Basicamente, um programa de computador segue instruções algorítmicas, utilizando uma linguagem de implicações lógicas do tipo ‘se a condição X for verdadeira proceda de modo Y’. O mesmo não parece acontecer com o ser humano: quando afirmamos que seguimos regras, atendemos sempre ao conteúdo das mesmas e não apenas à sua forma. Por vezes, acontece referir-nos a alguém dizendo que *É uma máquina* quando essa pessoa executa bem determinadas tarefas. Mas atenção: dizemos isto *metaforicamente*. Nunca passaria pela cabeça de ninguém considerar que essa pessoa é uma máquina, no sentido literal. Searle, mais uma vez:

A metáfora só se torna prejudicial quando se confunde com o sentido literal. (...) A confusão surge quando a metáfora se toma à letra e se usa o sentido metafórico do computador de seguir regras para tentar explicar o sentido psicológico do seguimento de regras, em que a metáfora se baseava em primeiro lugar ([1984] 1997: 60).

Nas palavras de Chomsky («a grammar as a machine of finite number of internal states»), concebe-se a gramática como um conjunto de estados finitos internos e a atividade de *falar* corresponderia a uma mera transição destes estados internos passível de representação em diagrama, como acontece com os as representações esquemáticas feitas em Inteligência Artificial. A preferência dada, neste tipo de gramática, a representações formais bifurcadas ($F \rightarrow SN$ SV ; $SV \rightarrow V SN$, etc.) parece estar em sintonia com a lógica binária que subjaz ao funcionamento elétrico do computador. Mas uma questão se impõe de imediato: estaremos com isto a explicar os mecanismos da linguagem verbal humana ou apenas a forjar um código formal intermédio que permita ao computador processar a linguagem verbal?

β. Relações entre sintaxe e semântica

Chomsky dá especial atenção à componente sintática da sua gramática que é objeto de uma formalização detalhada para cada língua. A *semântica* encontra-se muito pouco desenvolvida neste sistema teórico, sendo basicamente identificada com mecanismos de *projeção*. Baseando-se nos trabalhos de Katz e Fodor, incorporados em Katz e Postal (1964), sustenta que existiria, no cérebro, um módulo correspondente a um dicionário com o significado dos itens lexicais aprendidos pelo falante, o qual seria depois ‘projetado’ sobre as regras sintáticas originando frases com sentido:

Katz and Fodor (1963) define the semantic component of a linguistic theory as a ‘projection device’ which interprets abstract syntactic objects and which consists of a dictionary and a set of projection rules.(...) According to Katz and Fodor, each lexical item in the deep string ‘receives a meaning’ on the basis of semantic information provided on the dictionary (Burel e Allen 1971: 103).

O caráter modular desta teoria fica aqui explicitado: existiriam, no cérebro, vários módulos correspondentes aos vários níveis de análise linguística (sintaxe, semântica/dicionário, fonética/fonologia). Entre estes módulos, as relações não ficam bem esclarecidas. Chomsky propõe regras de projeção que visariam atribuir significado aos itens lexicais, relacionando assim o módulo sintático com o semântico. Estas regras de projeção deveriam incluir ainda as chamadas *restrições de seleção*, ou seja, a escolha de traços semânticos (“semantic features”) das palavras envolvidas na frase de modo a não ocorrer incompatibilidade de significado.

Mais uma vez é o modelo da máquina em funcionamento, sem qualquer referência ao sujeito cognoscente. A existir uma variável do tipo ‘sujeito pensante’, ela está aqui obscuramente identificada com o chamado ‘projection device’, i.e., com um mecanismo quase automático de atribuição de significado, atuando sobre a estrutura profunda das frases.

The deep structure of a sentence is submitted to the semantic component for semantic interpretation, and its surface structure enters the phonological component and undergoes phonetic interpretation (Burel e Allen 1971: 65).

Várias observações poderiam ser feitas a uma proposta deste tipo, a começar pelo facto de a atribuição de significado ser feita a partir de um dicionário (onde o par item/significado aparece de forma discreta) ao todo da estrutura frásica. Quando muito, o dicionário teria escopo sobre cada item lexical e não sobre toda a frase. Nota-se aqui uma certa confusão de planos linguísticos. E depois esta proposta deixa transparecer que o significado é atribuído posteriormente à elaboração/audição das frases. Cada item lexical da estrutura profunda ‘receberia um significado’ através das regras de projeção. Concebe-se, aqui, a estrutura da frase como sendo anterior ao seu significado. Não parece de todo uma hipótese realista, considerando que o significado das palavras e das frases é essencial para o jogo da comunicação.

Há, no entanto, outra hipótese de interpretação deste sistema: ser o próprio item lexical a projetar a estrutura da frase através das chamadas *regras de subcategorização*. Um verbo, por exemplo, *comer*, subcategorizaria, ou seja, pediria um sintagma nominal numa posição anterior ao verbo e um outro sintagma nominal como complemento do verbo, o que originaria a frase *O João comeu o bolo*. Estas regras de subcategorização, no entanto, tal como são formuladas, apenas incidem sobre as categorias gramaticais e não sobre o significado dos itens lexicais. Caímos, mais uma vez, num raciocínio vicioso. Subcategorizar categorias gramaticais sem atender ao significado das palavras é operar no vazio. Se este tipo de procedimento computacional ocorresse, realmente, em cada frase que pronunciamos as alternativas de seleção de itens levadas a cabo pelo nosso cérebro-máquina seriam tantas que dificilmente alguém conseguiria dizer o que quer que fosse com a rapidez com que o fazemos naturalmente. Mesmo que entrem em jogo as chamadas ‘regras de projeção’ para atribuição de significado ‘elas’¹⁰³ não operam de forma automática, nem cegamente. Talvez seja mais realista considerar que é sempre o próprio sujeito (cognoscente, pensante) que escolhe os itens lexicais, muitas vezes de acordo com a sua *intenção comunicativa*. Escolhemos uma expressão e não outra para comunicar devido a uma multiplicidade de fatores, com especial destaque para os efeitos perlocutórios pretendidos pelo falante.¹⁰⁴ Mas, como atrás ficou

¹⁰³ Foram colocadas vírgulas altas no pronome ‘elas’ porque parece existir aqui uma transferência de papéis principais do sujeito pra as regras.

¹⁰⁴ A vertente perlocutória dos atos de fala relaciona-se com os possíveis efeitos pragmáticos que determinadas expressões podem causar no(s) interlocutor(es). Por exemplo, numa sala de aula, quando um aluno diz “São quatro e dez, professor!”, sendo que a aula termina às quatro e quinze, poderá significar que o professor não deve iniciar a explicação de uma matéria nova e dar a aula quase por terminada.

referido, o ‘sujeito’ cognoscente dotado de vontade é, neste tipo de teorias, uma variável a excluir (ou a redefinir em termos de unidades constitutivas mais elementares como, por exemplo, os neurónios, o que acaba sempre por, ontologicamente, lhe retirar o estatuto de unidade operativa).

γ. Uma teoria dedutiva?

A teoria generativa apresenta-se como um sistema teórico *dedutivo*, na medida em que pretende definir, para cada língua, um sistema finito de regras (fonológicas/morfológicas/sintáticas) que ‘geraria’¹⁰⁵ todas as frases dessa língua. Depois de o falante *ideal* da língua X ter interiorizado as regras da gramática de X, estas aplicar-se-iam a todo o universo linguístico de X. Portanto, partiria, na sua prática comunicativa, do *geral* (conjunto de regras abstratas) para o *particular* (frases concretas). Ouçamos Chomsky ([1957] 1980: 54):

Uma gramática da língua L é essencialmente uma teoria de L. Qualquer teoria científica se baseia num número finito de observações procurando relacionar os fenómenos observados e prever novos fenómenos através da construção de leis gerais em termos de conceitos hipotéticos como (por exemplo em Física) os de “massa” e de “eletrão”. Do mesmo modo, uma gramática do Inglês baseia-se num corpus finito de enunciados (observações) e conterà regras gramaticais (leis) formuladas em termos de fonemas, sintagmas, etc., do Inglês (conceitos hipotéticos).

Segundo esta passagem, a gramática de uma língua seria constituída por leis gerais aplicáveis a todos os níveis de análise dessa língua. Só que a diferença entre as leis gerais de uma teoria física, por exemplo, que opera com os conceitos de “massa” e “eletrão” e uma tal teoria linguística está em que as leis da teoria física se aplicam a todo o universo de massas e eletrões (quer aqui, quer na China), enquanto que a teoria L, sobre a língua L, só terá aplicação cabal em L. As leis da Física serão, presumivelmente, *universais* sempre que haja

¹⁰⁵ Note-se que o termo ‘gerar’ transporta já consigo uma conotação maquinal. Será correto dizer que o homem ‘gera’ frases? Falamos com mais ou menos propriedade, tendo como base um processo criativo e não uma ‘geração’ cega e automática. Aliás, na idade adulta, a preocupação em não errar, em falar acertadamente, implica uma ponderação sobre todo o discurso e sobre cada frase em particular, o que é o oposto de uma ‘geração’ maquinal de frases.

um *corpus* constituído por massas e elétrões, enquanto que as leis linguísticas, do modo acima descritas, só se aplicam a L, não têm caráter universal. Os conceitos hipotéticos, de que fala Chomsky, de “fonema” ou “sintagma” poderão até ter caráter universal: existirão, porventura, sintagmas e fonemas em todas as línguas; mas as regras em que eles se incluem é que não são as mesmas para todas as línguas. Seria como se, numa teoria física, só tomássemos como universais os conceitos de “massa” e “elétrão”, sendo que as leis variassem. Isto não seria uma teoria científica, já que uma teoria científica pretende, no essencial, que as suas leis sejam gerais e não apenas os conceitos com que opera.

Aliás, o *modus operandi* da Linguística generativa dificilmente permitirá chegar a um sistema universal de regras aplicáveis a todas as línguas. Isto porque nela se opera *indutivamente*, ou seja, generalizam-se regras abstratas partindo de (alguns) dados linguísticos concretos. Desta forma, será sempre difícil universalizar seja o que for, em Linguística. Já Bloomfield preconizava que as únicas generalizações úteis em Linguística são as generalizações indutivas. Chomsky quis ir mais além, ao pretender formular uma gramática geral abstrata, mas o seu procedimento, no terreno, acaba por ser igualmente *indutivo*.

Relembremos a forma destes dois tipos de raciocínios lógicos: *indução/dedução*. Um argumento *indutivo* parte de casos concretos para generalizações, como em:

- (a) X é um gato com quatro patas.
- (b) Y é um gato com quatro patas.
- (c) Z é um gato com quatro patas.

Sendo (a), (b) e (c) proposições verdadeiras, a conclusão a tirar indutivamente é que *Todos os gatos têm quatro patas*. Um outro exemplo de argumento indutivo é o seguinte: *Até agora todos os Presidentes da República foram homens. Assim, será de esperar que o próximo Presidente da República seja homem*.

Num argumento dedutivo, pelo contrário, parte-se de uma generalização (permissa maior) para a aplicação (ou não) a casos particulares (permissa menor), como em:

1. Todos os cães são mamíferos. (premissa maior)
2. O *Boby* é um cão. (premissa menor)
3. Logo, o *Boby* é mamífero. (conclusão)

Ou ainda o célebre argumento dedutivo que aparece em muitos manuais de lógica formal: *Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Sócrates é mortal*.

Vejamos o que acontece em Linguística, com um exemplo concreto. Em Português, o grupo nominal admite um determinante antes do nome próprio, tal como acontece com os nomes comuns. Dizemos *O Pedro, A Ana, a cadeira, etc.* Assim, poderemos generalizar uma regra do tipo SN → (Det) N, sem restrições.¹⁰⁶ Já em Inglês ou em Francês, o mesmo não acontece, i.e., os nomes próprios não admitem determinantes (**The Jonh, *Le Jean, etc.*).¹⁰⁷ Portanto, será difícil universalizar o comportamento do determinante nestes casos, uma vez que ele pode ocorrer em Português, mas não em Francês ou em Inglês. A regra acima enunciada terá aplicação sobre os SN(s) em Português e pouco mais. O carácter *universal* da regra nunca será atingido, exatamente porque procedemos indutivamente, ou seja, vimos o que se passava em Português, depois em Francês, em Inglês, etc.

Paralelamente a este tipo de procedimentos, Chomsky fala ainda de uma *gramática universal* que conteria princípios e parâmetros universais de todas as línguas. Talvez aqui radique o tal fundamento *dedutivo* que procurávamos. Vejamos: a sua assunção baseia-se no facto de todas as crianças terem a capacidade de aprender qualquer língua. Se uma criança nascer em Portugal e for levada, desde cedo, para a China ela aprenderá a falar chinês. Chomsky conclui, assim, que há uma **base biológica** universal que sustenta a capacidade de aprender línguas.

“Universal grammar” may be regarded as a theory of innate mechanisms, an underlying biological matrix that provides a framework within which the growth of language proceeds (Chomsky *apud* Rieber 1976: 2).

O autor sustenta que estudar a linguagem é como estudar qualquer órgão do corpo humano e pretende encontrar condições inatas, biologicamente determinadas, para explicar a capacidade de linguagem. Esta, em última instância, corresponderia a uma determinação genética que, por sua vez originaria um *estado inicial* da mente dos falantes: «we may suppose that there is a fixed, genetically determined **state of the mind**, common to the species with at most minor variation apart from pathology» (Chomsky *apud* Rieber 1972: 3; **negrito nosso**). A experiência linguística dos falantes faria desenvolver o estado inicial até

¹⁰⁶ Os parênteses em (Det) significam que o determinante pode não ocorrer em algumas construções; as frases *Pedro afastou obstáculos do seu caminho* e *O Pedro afastou obstáculos do seu caminho* são ambas gramaticalmente aceitáveis, em português.

¹⁰⁷ Eventualmente, em inglês e francês, será possível o *determinante* antes do *nome* quando acontece uma restrição relativa: *That Mary I knew is no longer the same* ou *Le Pierre que j'ai connu n'est pas le même*.

atingir um “steady state” ou estado relativamente fixo, correspondendo à idade adulta, onde já não ocorreriam grandes modificações. A gramática universal seria, assim, uma caracterização desse primeiro estado.

Nota-se aqui uma transposição pouco clara entre a matriz biológica de incidência genética e os denominados ‘estados da mente’ (*state of mind*, em inglês). Chomsky coloca estes últimos ao nível da mente-computacional como se de um programa de computador se tratasse:

We may impute existence to the postulated structures at the initial, intermediate, and steady states in just the same sense as we impute existence to a program that we believe to be somehow represented in a computer (...) (Chomsky *apud* Rieber 1976: 3).

E, mais adiante:

Ultimately, we hope to find evidence concerning the physical mechanisms that realize **the program** (...) (Chomsky *apud* Rieber 1976: 3; negrito nosso).

Deparamos aqui com o dualismo cartesiano mente-corpo e com a dificuldade teórica em o resolver. A teoria generativa coloca o ‘programa’ linguístico na mente computacional, o nível responsável pela cognição. Chomsky perfilha, assim, os princípios da filosofia cartesiana ao considerar a linguagem como função *mental* de pressupostos racionais, mais do que função biológica. E recorre frequentemente à metáfora do computador para a explicar. O problema reside em perceber como é que as características biológicas, genéticas, originam estados da mente. Chomsky e a gramática generativa ainda não o explicam e, de certa forma, a explicação não parece simples, já que os fenómenos mentais não parecem ser redutíveis às estruturas biológicas subjacentes. Trata-se de realidades distintas, não convertíveis uma na outra.

Helena Mateus e A.Villalva também se referem à gramática universal nestes termos:

Na sequência desta hipótese, a Teoria Generativa defende que todas as línguas do mundo compreendem um mesmo conjunto de princípios, a que se

dá o nome de **Gramática Universal** (...). Este desenvolvimento da Teoria Generativa é chamado **Teoria dos Princípios e Parâmetros** (2006: 51).

Os exemplos apresentados de categorias universais são: ‘vogal’ e ‘consoante’, ‘sujeito’ e ‘predicado’ ou ‘nome’ e ‘verbo’. Mais uma vez, a universalidade é proposta indutivamente, considerando o conhecimento que temos das várias línguas que existem. Mas estes universais são de tal maneira gerais e com tão pouca pertinência linguística que se torna questionável o seu poder explicativo relativamente às próprias línguas em si quanto mais à capacidade de linguagem do ser humano. Para já não falar da sua falta de fundamento biológico: ao designarmos como *universais* ‘verbos’, ‘nomes’, ‘sujeito’ ou ‘predicado’ estamos a adotar uma terminologia linguística e não a tal fundamentação biológica ou genética de que fala Chomsky nos seus primeiros trabalhos (mormente nas primeiras páginas da obra *Syntactic Structures*).

As autoras apresentam como exemplo de parâmetro universal o **Parâmetro do Sujeito Nulo**. Como sabemos, em Português é possível, dada a riqueza flexional da nossa conjugação, dizer frases sem sujeito exposto gramaticalmente, como em *Fui ao cinema*. Subentende-se que o agente da ação seja *Eu*, embora este pronome não esteja realizado lexicalmente. Em Inglês ou em Francês isto não é permitido (**Went to the moovie*, **Suis allé au cinema* → O.K. *I went to the moovie*, O.K. *Je suis allé au cinéma*).¹⁰⁸ Assim, a gramática generativa universal marca positivamente o parâmetro do sujeito nulo¹⁰⁹ para línguas como o Português, mas negativamente para o Francês ou o Inglês. Este caso é tomado como parâmetro universal. Mas porquê *universal* se há línguas em que esta situação (sujeito não exposto) é possível e outras em que não? E nesta lógica de eleger casos pontuais como parâmetros, porque não tomar o exemplo atrás referido (possibilidade ou não de determinante antes de nome próprio) também como parâmetro universal? E todos os outros casos em que as línguas diferem umas das outras? A gramática universal torna-se, assim, um inventário de diferenças entre línguas e

¹⁰⁸ A forma *went* é, pelo menos, aplicável a seis pessoas gramaticais (*I, you, he/she, we, you, they*). Torna-se, assim, necessária uma especificação pronominal.

¹⁰⁹ Esta designação de ‘sujeito nulo’ da Nova Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário já fez correr muita tinta. Ela fundamenta-se no facto de o sujeito não ser realizado lexicalmente. E como não se veem, na frase, palavras com função de sujeito, designa-se este como ‘nulo’. Mas será legítima esta designação, tendo em conta que o sujeito da frase está imerso na própria conjugação verbal? É sempre possível recuperar o pronome *Eu* como sujeito da frase. Ele não é nulo no sentido em que dizemos que é nulo em frases do tipo *Chove com muita intensidade* ou *Troveja há duas horas*. Nestes casos, o sujeito poderá ser designado de ‘nulo’ ou ‘inexistente’ exatamente porque os verbos são impessoais.

não uma teoria explicativa para o que quer que seja, muito menos para a capacidade que uma criança tem de aprender qualquer língua.

δ. 'Context-free grammar'

A gramática generativa é, também, considerada uma gramática independente do contexto (*context-free grammar*). Sendo, sobretudo, constituída por regras formais que incidem sobre os vários níveis de análise linguística, ela tenta descrever de uma forma exaustiva todos os 'objetos' linguísticos de uma língua, seja a nível fonológico, morfológico ou sintático. Por exemplo, ao nível sintático, as regras formalizadas são chamadas regras sintagmáticas, uma vez que tomam o 'sintagma' como unidade mínima estrutural da frase. É-lhes conferida a propriedade de *recursividade*, i.e., um elemento à direita da regra pode constituir-se como elemento a definir à esquerda de uma outra regra. Por exemplo: (1) $F \rightarrow SN SV$, (2) $SV \rightarrow V SN$ [a regra (1) deverá ler-se: a frase reescreve-se sintagma nominal e sintagma verbal; a regra (2) deverá ler-se: o sintagma verbal reescreve-se verbo e sintagma nominal]. Nesta pequena gramática, constituída apenas por duas regras sintagmáticas, 'SV' é considerado o elemento *recursivo*, uma vez que aparece à direita em (1) e à esquerda em (2).

As regras assim definidas apresentam, no entanto, uma dupla rigidez:

(i) Por um lado, incidem sempre sobre frases completas, ou seja, frases em que todos os constituintes básicos aparecem realizados lexicalmente;

(ii) Por outro, a ordem dos constituintes frásicos é uma ordem canónica, sendo que a 'geografia' dos vários elementos assume um papel determinante.

Se acontecer que as frases enunciadas não apresentem alguns dos constituintes básicos ou se algum desses constituintes ocorrer num 'lugar' diferente daquele que a regra estipula, torna-se necessária a formalização de um outro tipo de regras, já não estruturais, mas do tipo "deslocação do constituinte X para a posição Y" ou "apagamento do constituinte Z". Nas suas primeiras versões, a gramática generativa apelidava estas regras de *regras transformacionais*, mas, em versões ulteriores da gramática, estas regras acabaram por desaparecer do sistema subsistindo, apenas, alguns casos pontuais.¹¹⁰ Como poderemos concluir, ao tentar descrever

¹¹⁰ Como é o caso do deslocamento do pronome relativo da posição onde desempenha funções sintáticas para a posição de complementador em frases do tipo *O rapaz que tu viste é japonês*. O pronome relativo 'que' é inicialmente gerado, em estrutura profunda, numa posição de complemento verbal, à direita do verbo 'ver' e

exaustiva e canonicamente todas as frases de uma língua, do ponto de vista estritamente formal, este tipo de gramáticas põem de lado o *contexto* em que as frases são enunciadas. Contexto que serve, muitas vezes, para atribuir corretamente um determinado significado ao que ouvimos, ajudando a filtrar a polissemia das palavras como assinala Paul Ricoeur (1975: 319), mas que aqui não tem qualquer papel. Tomemos um exemplo: ao telefone, alguém apressadamente pretende anotar uma morada e diz “Uma caneta! Uma caneta!” pedindo a quem esteja perto que lhe dê algo para escrever. Sintaticamente, este enunciado nem sequer chega a ser uma frase. Para proceder à sua análise, em termos de gramática generativa, provavelmente teríamos que considerar que ocorreram aqui várias regras de “apagamento” ou de supressão de constituintes básicos, pois a frase nem verbo tem. No entanto, no contexto acima descrito, este enunciado tem um sentido bastante claro e, se algum de nós estivesse por perto, não se importaria de satisfazer o pedido de quem está ao telefone. Outro exemplo:

A- *O João mandou-me uma mensagem.*

B- *Quando?*

A- *Ontem.*

As segunda e terceira falas pressupõem todo o conteúdo da primeira, mas são enunciados diferentes. Provavelmente, para as analisarmos numa perspetiva generativa, teríamos que considerar a primeira frase como subjacente às outras duas, ocorrendo depois algumas regras de coreferência (ou de apagamento?). Digamos que estes procedimentos formais tornam o sistema altamente complicado, implicando a formalização de regras suplementares sempre que a ordem e/ou presença canónica dos vários constituintes frásicos não se verifique. Como acima ficou assinalado, isto acontece porque a ‘geografia’ da frase, ou seja, a posição dos seus constituintes nas regras formais é extremamente rígida. Não é posta em relevo, nesta teoria, a ‘função’ dos sintagmas, mas sim a sua posição relativa no todo da frase. O *latim*, língua em que, como se sabe, a ordem dos constituintes frásicos é praticamente irrelevante, uma vez é uma língua baseada em casos (nominativo, acusativo, genitivo, dativo, ablativo)¹¹¹ será, certamente, um quebra-cabeças para este tipo de formalizações.

Por outro lado, só é levado em consideração o que é dito ou escrito de forma objetiva, ou seja, com realização lexical. E, dada a filiação *cognitivist* desta teoria (generativismo),

depois deslocado para a posição de complementador frásico, desta feita, já à esquerda do verbo, o que supostamente explica a forma como a frase é enunciada em estrutura de superfície.

¹¹¹ Terminações morfológicas específicas dão indicações sobre as funções sintáticas a desempenhar.

compreende-se porquê: porque o computador só pode operar com entradas lexicais, não joga com nenhum outro tipo de informação (por exemplo, *implícitos*, *pressupostos*, etc.). Se não existir informação visível, lexicalmente realizada, ela simplesmente não é computada. O computador não a reconhece como *input*. É este tipo de raciocínio que leva a Nova Terminologia do Ensino Básico e Secundário (TLEBS) a considerar ‘nulo’ o sujeito em frases do tipo *Fui ao cinema*. Como não é ‘visível’ a forma lexical do pronome *Eu*, considera-se o sujeito como ‘nulo’.¹¹² Mais uma vez é tomada a perceção linguística como se o nosso cérebro fosse um computador digital. Apenas joga com os dados visíveis, objetiva e lexicalmente computáveis. O facto do pronome *Eu* estar amalgamado na conjugação verbal não é tomado em consideração. Mal andaria a comunicação humana se só atendessemos ao objetivo e ao literal. Perder-se-ia todo um manancial de informações subjacentes que sustentam e dão funcionalidade aos atos de fala diários.

Mais adiante será ainda referido este modelo teórico, mas, em jeito de **sinopse**, poderíamos dizer que a teoria generativa, mais do que um modelo explicativo da linguagem humana é uma tentativa de operacionalização informática da linguagem verbal. Em estreita relação com a IA (Inteligência Artificial), o generativismo apresenta a *gramática* como um mecanismo de regras formais que constituiria o *software*, ou programa linguístico interno à mente dos falantes de uma dada língua. A sua filiação com o *cognitivismo* é absolutamente clara ao respeitar o princípio basilar desta corrente de pensamento, a saber: a cognição humana, na sua vertente linguística, assemelha-se à computação digital.

Refira-se ainda que o cognitivismo tem na IA (Inteligência Artificial) o seu expoente máximo. Mais concretamente, o desenvolvimento de uma série de programas que visam compreender (ou será antes ‘interpretar’?) a linguagem humana, como é o caso do Programa de Quinta Geração japonês ICOT (anos 80). Um dos objetivos centrais deste programa é desenvolver um conjunto de *interfaces* baseadas no PROLOG – linguagem abstrata de programação para a lógica de predicados. O PROLOG esteve, no final dos anos 80, na base de um projeto europeu de tradução automática: o EUROTRA. Este projeto pretendia implementar a tradução automática das várias línguas da União Europeia, partindo da descrição formal de cada uma delas. Para cada língua de cada Estado-membro, organizou-se um grupo de trabalho cujo objetivo era a construção de um sistema formal de descrição linguística de pressupostos generativos (reconhecimento de padrões sintagmáticos na análise

¹¹² Seria muito mais razoável considerar estes casos como ‘sujeito não expresso’ na variante de sujeito ‘subentendido’, como têm estipulado as gramáticas escolares das últimas décadas.

sintática das frases). Este sistema de regras operava a três níveis: um nível linear/lexical em que a partir dos dados lexicais se reconheciam padrões de construção sintática; um segundo nível que transformava esses padrões sintáticos em informação funcional; e um terceiro nível, sobretudo semântico, que transformava a informação funcional em estrutura argumental de predicados. O nível de *interface*, na tradução, correspondia a este terceiro nível, em que as frases eram reduzidas a predicados e a argumentos (argumentos *internos*, no caso dos complementos diretos, indiretos e oblíquos e argumentos *externos* no caso do sujeito). Por exemplo, o verbo *comer* seria apresentado como um predicado de dois lugares (ou dois argumentos): *comer* (*X*, *Y*), em que *X* seria o argumento externo equivalente ao sujeito e *Y*, o argumento interno correspondente ao complemento direto. Existindo, na base de dados, a tradução lexical do predicado para outras línguas, o computador reconstruía, depois, na língua *target*, todo um percurso inverso: nível semântico → nível funcional → nível sintático/lexical.

Uma vez que as diferenças entre as várias línguas são, sobretudo, perceptíveis no plano lexical, a ideia era proceder a uma ‘depuração’ lexical de modo a chegar a um nível de análise o mais abstrato possível que desse conta da estruturação semântica das frases, em termos de lógica de predicados. Todas as especificações, quer do predicado, quer dos argumentos, eram feitas através de um conjunto de características semanticamente universais como [+/- humano], [+/- abstrato], [+/- animal] que permitiriam, em bloco, recuperar um determinado item lexical na língua *target*. O nível semântico era, assim, coadjuvado por todo um conjunto de especificações em termos de traços semânticos, para que o computador, através deles, fosse ‘buscar’ a tradução mais correta. Sem pretender fazer uma análise fina deste projeto, poderemos adiantar que um dos problemas deste sistema de tradução era a hipergeração de produtos linguísticos, ou seja, para uma frase o computador apresentava várias traduções possíveis e só uma supervisão humana permitia escolher a tradução correta. Outro problema era o tempo dispendido na tradução de cada frase; de início, o computador demorava cerca de meia hora para traduzir frases simples do tipo *O João comeu o bolo*.

2.2. O Conexionismo

O conexionismo pode considerar-se um desenvolvimento tardio do cognitivismo e aplica-se basicamente a dois domínios de estudo:

(i) Explicação dos processos cognitivos a partir de elementos biológicos simples, como são os neurónios; em Psicologia, por exemplo, o comportamento, quer humano, quer animal, fundamentar-se-ia em unidades estímulo-resposta que constituiriam os blocos de construção de comportamentos mais complexos;

(ii) Simulação da cognição humana através de sistemas computacionais projetados com base no funcionamento do cérebro.

No que diz respeito a esta segunda aceção do termo *conexionismo*, com especial desenvolvimento na área da engenharia informática, destacam-se alguns estudos pioneiros, como o de McCulloch e Pitts (1943), atrás referido, o livro *Perceptrons* de Minsky e Papert (1969), Rosenblatt (1962)¹¹³ e, mais recentemente, o trabalho de Rumelhart e McClelland (1986) sobre *Processamento Distribuído Paralelo* (PDP). Existem vários domínios onde são comuns as aplicações da técnica das redes neuronais, a saber: reconhecimento de padrões em geral (visão computacional, reconhecimento de voz, etc.), processamento de sinais, previsão desde a variação da carga elétrica até cotações da bolsa de valores, diagnóstico de falhas, identificação e controle de processos, etc. Subjacente a estas técnicas de processamento está a ideia de que o conhecimento é efetuado com base em redes de unidades simples através de conexões que são fortalecidas ou inibidas de acordo com as regularidades dos padrões de *input*. Nesta aceção, os modelos conexionistas são construídos na forma de programas de computador. Os sistemas estabelecem processos de regulação interna entre as unidades da rede, estruturando-a. Quer em (i) quer em (ii), acima formulados, as unidades simples de processamento são os *neurónios biológicos*, pelo que convém explicar sumariamente o seu funcionamento.

2.2.1. A arquitetura cerebral

Como é sabido, o cérebro humano é constituído por milhões de neurónios (10^{11}) participando em, aproximadamente, 10^{15} interconexões (cerca de 10.000 por neurónio). O neurónio cerebral é uma célula viva que pode ser definida como unidade estrutural básica do sistema nervoso. As interconexões são efetuadas através de *sinapses* ou *ligações sinápticas* – processo que consiste, basicamente, na transmissão de impulsos elétricos de um neurónio a

¹¹³ “A comparison of several perceptrons models” in *Self-Organizing Systems*.

outros neurónios adjacentes ou, eventualmente, a outras células, como acontece com as sinapses neuromusculares.

Um neurónio é formado por:

(i) Uma área coletora, constituída pelas chamadas *dendrites* – filamentos nervosos que têm como função a receção de estímulos sensoriais; o corpo celular pode, eventualmente, receber, também, os mesmos estímulos;

(ii) Um *corpo celular* ou *soma* que inclui o núcleo da célula nervosa;

(iii) Um elemento distributivo, o *axónio*, através do qual os impulsos elétricos são enviados para outros neurónios;

(iv) A *mielina*, uma bainha lipídica de cor branca que envolve os axónios e que permite o aumento da condução de corrente elétrica.

Entre as ramificações de um axónio e as dendrites do neurónio seguinte ocorre a já referida *sinapse*, durante a qual são produzidos neurotransmissores – substâncias químicas resultantes da atividade elétrica dos neurónios – que vão ser rececionados por moléculas recetoras no(s) neurónio(s) seguinte(s). As moléculas neurotransmissoras encontram-se inicialmente contidas nas vesículas sinápticas e são posteriormente ejetadas para o espaço situado entre as membranas celulares, induzindo mudanças elétricas nas células interconectadas. Portanto, uma das primeiras constatações acerca das células nervosas é que fenómenos elétricos são passíveis de originar fenómenos químicos e vice-versa.

Synapse Location and Anatomy

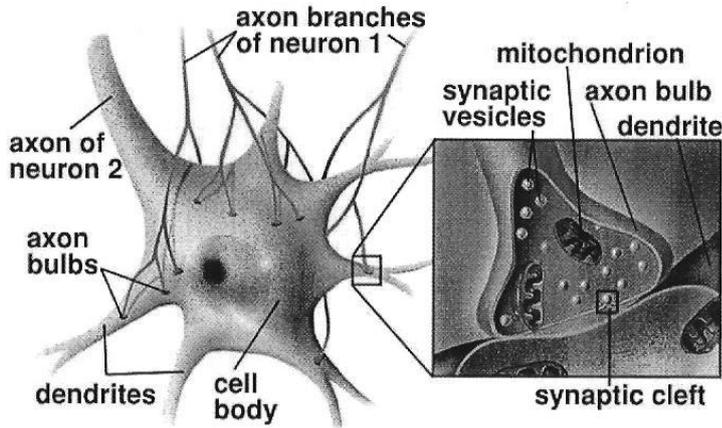


Figura 1 - Sinapse

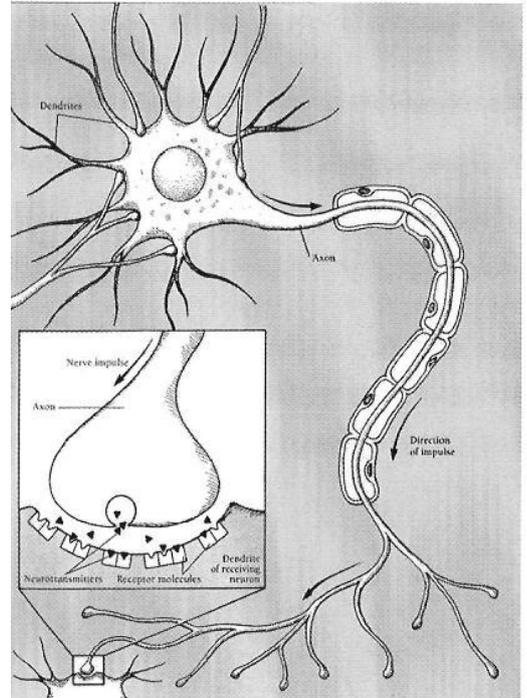
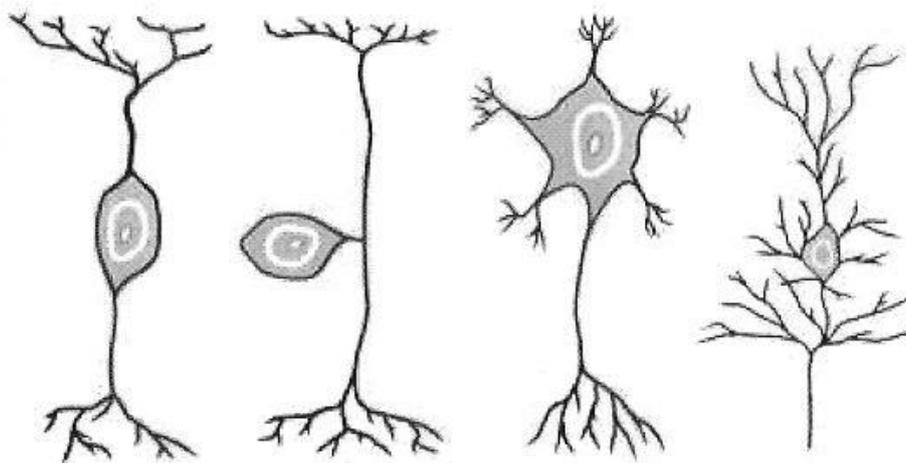


Figura 2: Neurónio Biológico e Sinapse

Digamos que esta é a estrutura basilar da transmissão de informação a nível cerebral. Os neurónios podem apresentar diversos tipos, como se mostra na próxima figura:



Bipolar (inter-neurónio) Unipolar (neurónio sensorial) Multipolar (neurónio motor) Célula Piramidal

Figura 3 - Tipos básicos de neurónios

A forma das células nervosas especifica a sua conectividade. Esta forma é determinada geneticamente. Isto implica que diferentes espécies animais apresentam diferentes funcionalidades dos seus sistemas nervosos. A organização espacial das interconexões neurais é tal que uma determinada zona do sistema nervoso se relaciona com muitas outras zonas. A interconetividade varia, no entanto, de espécie para espécie (Maturana e Varela 1980).

A capacidade de estabelecer interligações neuronais, através das várias dendrites, resulta na configuração das chamadas *redes neuronais* – aglomerados de neurónios ativados em bloco num determinado processo cerebral. Estas redes podem funcionar de duas formas:

(i) ‘feed-foward’, em que a informação se desloca num único sentido;

(ii) Recorrente ou paralela, na qual não existe direção privilegiada para a propagação da informação, podendo ocorrer ligações em vários sentidos (milhares de processos a ocorrer simultaneamente). Um caso limite de rede recorrente é a rede totalmente conectada em que cada neurónio está ligado a todos os outros.

Uma vez que a ação fundamental destes processos ocorre ao nível das conexões entre neurónios, este modelo designa-se por *conexionismo*.

Falar de conexionismo é também falar de *mapeamentos*. Durante o processo de captação de um determinado estímulo sensorial e sua subsequente transmissão através do sistema nervoso, a informação segue, geralmente, percursos similares, caso os estímulos sejam também idênticos. Um conjunto de neurónios cerebrais sistematicamente relacionados com neurónios recetores constitui um *mapa*. Ou, dito de outro modo, determinados estímulos sensoriais, como aqueles que são recebidos pela superfície da pele ou pela retina do olho, vão fazer ativar determinadas zonas do cérebro. É possível, assim, reproduzir a relação entrada-saída de um determinado estímulo. No fundo, trata-se de delinear o percurso efetuado por um determinado *input* dentro do território cerebral, o que geralmente vem apelidado de *mapeamento cerebral*. Damásio (2010: 93) precisa esta noção:

Quando determinados neurónios estão “ligados” numa determinada distribuição espacial, “desenha-se” uma linha, recta ou curva, grossa ou fina, um padrão distinto do fundo criado pelos neurónios que estão “desligados”.

A criação constante de padrões neuronais leva este autor a considerar o cérebro como um «cartógrafo nato». No entanto, ao contrário dos mapas reais, os mapas cerebrais estão sempre em mudança, refletindo as alterações que ocorrem nos próprios neurónios, nos nossos movimentos corporais e no mundo que nos rodeia.

Se a um certo número de neurónios conectados ou ligados reciprocamente apresentarmos uma sucessão de padrões, estes começam por reorganizar-se, ou seja, aumentam as ligações para os neurónios que ficam ativos para um mesmo padrão apresentado. Esta fase designa-se por fase de aprendizagem do sistema. Depois disto, quando é apresentado de novo um destes padrões, o sistema de neurónios reconhece-o, uma vez que se configura internamente representando o item aprendido.

Uma explicação deste tipo faz dispensar regras formais e/ou símbolos na aprendizagem. Digamos que a explicação última dos processos cognitivos está, agora, ao nível dos elementos biológicos mais simples – os neurónios – que se interligam em aglomerados densos, originando padrões cerebrais recorrentes. Não está sequer em causa um neurónio em particular que por si só seria incapaz de gerar qualquer efeito, mas um feixe de neurónios ligados em rede. Todo o sistema nervoso é, assim, cooperante no seu todo, dispensando hierarquias ou unidades de centralização e controle. É como se todo o sistema de neurónios implicasse uma colaboração espontânea entre as suas partes resultando na sua auto-organização:

Esta passagem de regras locais para uma coerência global constitui o núcleo daquilo costumava ser designado por auto-organização durante os anos da cibernética (Varela *et alii* [1991] 2001: 123).

Para as neurociências, o cérebro é visto, portanto, como um sistema altamente cooperativo. Acontecem constantemente configurações neuronais que aparecem e desaparecem. Na **visão**, por exemplo, verifica-se uma estimulação sensorial dos neurónios que constituem o olho. Estes estímulos são, depois, transmitidos ao cérebro que os interpreta, ou seja, segundo este modelo, que lhes atribui um determinado padrão previamente experimentado. Assim, ver é, sobretudo, reconhecer e correlacionar padrões. A este propósito, poderíamos levantar a seguinte questão: será apenas o sistema neuronal co-reticular a operar sozinho ou o resultado final é uma função que converge para a consciência? O sistema, nas suas bases, pode ser altamente inconsciente, mas ele só se torna significativo, cognitivo, se

tiver o ‘aval’ da consciência. E esta é, seguramente, uma área bastante complexa. Há vertentes básicas da consciência, como a atenção (os objetos percebidos estão submetidos a um processamento detalhado) ou a memória de curto prazo, implicando processos rápidos, mas digamos que este é um terreno fértil em controvérsias. A Filosofia tem feito florir aqui os seus mais notáveis argumentos.

O conexionismo realça, também, o **associacionismo** das interconexões neuronais. Como é característico das redes neuronais e dos próprios neurónios a capacidade de interligação, vê-se aqui um paralelo com a memória associativa do ser humano: a mente humana busca recorrentemente associações entre ideias/situações e tende a criar elos entre elas. Acontece muitas vezes que um determinado estímulo sensorial dê origem a uma certa lembrança. Marcel Proust, em *À la Recherche du Temps Perdu*, descreve uma situação típica de memória associativa: um dia, durante uma reunião, é-lhe servido chá com um pequeno bolo, uma ‘madalena’. Ao provar o bolo demolido com o chá, veio-lhe de imediato à memória a imagem de uma pequena sala de jantar onde, na sua infância, uma tia lhe dava uma chávena de chá com uma madalena que tinham exatamente o mesmo sabor do chá e da madalena que ele degustava no presente.¹¹⁴ O autor refere uma outra situação em que, tendo tropeçado nos degraus desiguais de um hotel, imediatamente lhe ocorre Veneza, Piazzetta e o palácio dos doges. Proust acolhe estas imagens com alguma excitação e entusiasmo, pois fazem-no reviver situações do passado com tanta intensidade como se de facto estivesse a regressar, por momentos, a um tempo perdido. Até que ponto estas memórias estiveram na origem da obra de Proust poderá constituir uma boa questão, mas, seja como for, elas são ilustrativas de processos que ocorrem com frequência em cada um de nós. As vivências do dia-a-dia vão-se acumulando e, por vezes, basta um pequeno estímulo para as tirar dos ‘caixotes’ da memória, tornando-as tão presentes como se as estivessemos a viver naquele momento.

O conexionismo vê aqui exemplos claros de como o cérebro funciona: por associação. E isto é relacionado com a anatomia e fisiologia do sistema nervoso, considerando que os neurónios têm a capacidade de se interligarem em múltiplas sinapses, constituindo redes que,

¹¹⁴ «Et tout d’un coup le souvenir m’est apparu. Le gout c’était celui du petit morceau de madeleine que le dimanche matin à Combray (...) ma tante Léonie m’offrait après l’avoir trempé dans son infusion de thé ou de tilleul» (p.99) «Et dès que j’eus reconnu le goût du morceau de madelaine trempé dans le tilleul (...) les bonnes gens du village et leur petits logis et l’église et tout Combray et ses environs, tout cela qui prend forme et solidité, est sorti, ville et jardins, de ma tasse de thé» (p.101) in Marcel Proust, *À la Recherche du Temps Perdu*, Du Coté de Chez Swann. Paris: Gallimard, 1946-47.

por sua vez, também se correlacionam. No entanto, em todos estes processos, acontece sempre a mediação da *imagem*. Até que ponto a anatomia e a fisiologia do sistema nervoso são suficientes para explicar as imagens que ocorrem na mente humana? Esta questão será desenvolvida mais adiante, quando abordarmos de forma crítica este modelo explicativo.

2.2.2. O Conexionismo em Linguística

Importa agora indagar como é que este modelo explica a cognição e, mais concretamente, a aprendizagem linguística. Tudo se passa como consequência da repetição das conexões da rede neuronal. A repetição de estímulos sensoriais provoca um reforço de determinadas conexões que são assim fortalecidas. Esta abordagem toma por base a «regra de Hebb». Em 1949, Donald Hebb sugeriu que, se dois neurónios tendem a ser ativos conjuntamente, a sua ligação é fortalecida, se não é diminuída. Isto pressupõe que a aprendizagem se baseia em modificações cerebrais provenientes do grau de atividade dos neurónios correlacionados. No fundo, *aprender* consiste, segundo este modelo, em fortalecer determinadas redes neuronais que vão constituir padrões de organização cerebral suscetíveis de ser ativados em diversas situações. Este modelo rejeita a hipótese do *inatismo* da linguagem, defendido por Chomsky. O que é inato, no processamento linguístico, são as conexões sináticas, ou seja, o mecanismo biológico que permite a transmissão de informação. O conhecimento em si não é inato, será sempre aprendido. Assim, a aprendizagem de uma língua não se faz através da generalização de regras gramaticais, mas baseia-se na força das conexões entre as unidades de *input* e de *output*.

Rumelhart e McClelland (1986) explicam que a linguagem pode ser explicitada por regras, mas o mecanismo biológico que produz essa regra não é regra nenhuma. O que está em causa é sempre a dinâmica das interações neuronais, das quais podem *emergir* regras:

(...) we have been able to show how the apparent application of rules could readily emerge from interations among simple processing units rather than from application of any higher level rules (Rumelharte e McClelland 1986: 120).

Estes autores desenvolveram um modelo computacional baseado em associações para explicar a aprendizagem do passado regular/irregular em inglês. Chegaram à conclusão de que o computador consegue fazer generalizações a partir dos dados de *input* de uma forma semelhante ao que se passa com uma criança:

Nosso modelo, como ocorre com as crianças, mostra, mais tarde na aprendizagem, uma proporção relativamente maior de passado regular (-ed). Como os aprendizes de inglês, algumas vezes geram formas do passado para verbos novos que demonstram sensibilidade tanto às sub-regularidades do inglês quanto às maiores regularidades. Assim, o passado de *cring* pode algumas vezes aperecer como *crang* ou *crung*. Resumindo, o nosso modelo de aprendizagem dá conta de todas as características principais da aquisição da morfologia do passado em inglês (*apud* Menezes 2007: 7).

Para estes autores, o sistema consegue aprender porque armazena determinadas associações que são reforçadas pelo reforço dos dados de entrada. A sobreposição de padrões origina um fortalecimento das associações já guardadas previamente na rede. O sistema generaliza porque reforça as regularidades dos dados de *input*. Assim, As crianças, quando aprendem uma língua, não generalizam regras para as aplicar posteriormente, mas apenas deixam que o uso reforce determinados padrões associativos. Neste modelo, o conhecimento é processado de uma forma paralela ou distribuída, já que as interconexões se estabelecem em vários sentidos, refletindo a estrutura dos próprios neurónios.

Este modelo fornece também uma explicação para a dificuldade que os adultos têm em aprender uma segunda língua. Isto deve-se ao facto do cérebro dos adultos ter menos plasticidade do que o das crianças. Uma vez fortalecidas certas conexões, torna-se difícil alterá-las.

Um outro caso pode ainda ser explicado pelo conexionismo em linguística. Nas nossas escolas, verifica-se que o inglês é, geralmente, aprendido de forma rápida, pelo menos os alunos aprendem mais facilmente o inglês do que o francês. Isto poderá ser explicado como resultado das frequentes experiências de situações relacionadas com a língua inglesa a que os alunos estão sujeitos. Como sabemos, a língua inglesa impôs-se, desde há já várias décadas, como língua dominante, pelo menos no continente europeu. Os filmes, a música, os vídeo-clips, o vocabulário associado ao mundo dos computadores, tudo isto origina um incremento

de experiências relativas à língua inglesa que acaba por reforçar e facilitar a sua aprendizagem. A repetição das situações em que o inglês ocorre irá reforçar as conexões neuronais a elas associadas. Como o francês praticamente já não se usa fora do âmbito escolar, em contexto português, torna-se mais difícil a sua aprendizagem, pela falta de incremento de situações de uso.

Uma das críticas que poderão ser feitas a este modelo é a dificuldade no tratamento de representações linguísticas complexas. Os dados empíricos são, geralmente, muito simples, o que torna difícil a explicação da gramática no seu todo (o sistema gramatical interiorizado pela criança). Apresentaremos, de seguida, de forma mais sistemática, algumas críticas a este modelo.

2.2.3. Uma visão crítica sobre o conexionismo

Enquanto a abordagem cognitivista incide sobre as representações mentais, operando com símbolos e regras formais para explicar a linguagem e outros processos cognitivos, podendo ser considerada uma abordagem “topo-base” pelo privilégio que atribui a essas capacidades superiores, o conexionismo, ao contrário, pelo enfoque que dá às micro-estruturas neurológicas, vendo nelas a explicação primeira daquelas capacidades, pode considerar-se uma abordagem “base-topo”. De certa forma, os modelos conexionistas fizeram abalar o edifício cognitivista ao pôr em causa que a inteligência e a cognição eram o resultado do processamento de expressões simbólicas representadas por regras. Aliás, uma das críticas feitas pelos cognitivistas ao conexionismo é o facto de estas análises se situarem ao nível da *implementação* (neurofisiológica) dos processos cognitivos, sendo que estes mesmos processos se situam num nível *computacional* (mais elevado). Há como que um reducionismo das capacidades cognitivas como a linguagem, às suas componentes mais básicas, o que, provavelmente, não chega para a sua cabal explicação. Rumelhart e McClelland contrapõem a este argumento que as descrições de níveis mais elevados *emergem*, ou seja, são o resultado das micro-estruturas dos níveis mais baixos. E apresentam como analogia as propriedades do diamante que podem ser descritas a um nível macroestrutural (solidez e brilho), mas que são o resultado da uma estruturação atómica particular.

Por outro lado, estes modelos não “copiam” o funcionamento do cérebro, o qual é ainda muito controverso mesmo para as neurociências. Como sustentam Rumelhart e

McClelland (1986: 130) o conexionismo apenas se *inspira* em algumas características do funcionamento neuronal:

Thus, we have, by and large, not focused on neural modelling (i.e. the modelling of neurons), but rather we have focused on neurally inspired modelling of cognitive processing.

As diferenças entre os neurónios artificiais e os neurónios biológicos são muitas, ressaltando estes autores algumas delas como sejam: os neurónios reais são muito mais lentos do que os artificiais (cerca de 10^6 vezes mais lentos); existem muitos milhões de neurónios no cérebro comparativamente com as redes neurais artificiais, o que origina, por seu lado, diferenças também ao nível da conectividade (nos atuais computadores com distribuição paralela as conexões entre neurónios não ultrapassam o número de 10, muito diferente das cerca de 10.000 que ocorrem num neurónio real); a informação é processada de forma *contínua* nas células nervosas e não através de estados estanques de excitação ou bloqueio. Poderíamos ainda acrescentar que os neurónios biológicos estão imersos em todo um ambiente químico particular que acaba por influenciar a transmissão dos impulsos, o que não acontece nos computadores, mesmo com distribuição paralela.¹¹⁵ Digamos que a matéria prima, num e noutro caso, não é da mesma natureza: silício, nos computadores, e matéria viva, no cérebro humano.

Outros aspetos a ter em conta:

(i) Os computadores atuais apenas processam um padrão de *input* de cada vez, o qual é mapeado separadamente. Não são ainda contemplados fenómenos como a atenção em série, ou seja, o processamento de padrões simultâneos com influências recíprocas uns sobre os outros (*mutual and interdependent constraints*).

(ii) Os PDP não lidam de forma satisfatória com as estruturas recursivas que acontecem frequentemente nas frases de uma língua. A própria arquitetura das redes põe sérios obstáculos ao reconhecimento dos vários constituintes na estruturação das frases.

¹¹⁵ Maturana e Varela (1984: 145) assinalam que é errado pensar o cérebro como um computador: «Sería un error, por tanto, definir al sistema nervioso como teniendo entradas o salidas en el sentido tradicional. (...) Hacer esto es enteramente razonable quando uno ha diseñado una máquina, en la qual lo central es cómo se quiere interactuar con ella. Pero el sistema nervioso (o el organismo) no ha sido diseñado por nadie, es el resultado de una deriva filogenética de unidades (...). La metáfora tan en boga del cerebro como ordenador no es sólo ambigua, sino francamente equivocada».

(iii) Os cérebros humanos são diferentes uns dos outros; a despeito de semelhanças anatómicas gerais, não há dois cérebros exatamente iguais. Os computadores de um mesmo modelo, pelo contrário, não diferem uns dos outros, sendo fabricados segundo o mesmo protótipo (Candau 2005: 9).

Para além destas críticas que poderíamos tomar como críticas internas ao conexionismo, adiantam-se aqui algumas reflexões de carácter mais geral e/ou filosófico. Uma delas refere-se ao facto de os modelos conexionistas terem como objetivo prático a implementação de sistemas informáticos que *simulam* a cognição humana: «For it seems to suggest that the PDP network is simply a method for implementing standart sequential algorithms of pattern recognition» (Rumelhart e McClelland 1986: 116). Para isto, torna-se necessária a elaboração de *algoritmos* matemáticos ou outros para que esses sistemas reconheçam os padrões de *input*. Os algoritmos computacionais são elaborados pelo programador humano, o que não acontece com as células nervosas vivas. Elas não foram programadas por ninguém para reconhecer este ou aquele padrão, pelo menos não no sentido que a palavra ‘programa’ tem em informática. Não parece existir nenhum *software* igual ao que é instalado nos computadores que nos levem a operar como eles. A aprendizagem não parece fazer-se através do reconhecimento de padrões binários do tipo (0/1), embora exista atividade elétrica no interior das células nervosas. Um estímulo sensorial é transmitido por sinapses de neurónio para neurónio. No entanto, isto pode ocorrer com muita ou pouca intensidade, o que, em termos biológicos, se traduz na quantidade e no tipo de neurotransmissores envolvidos nas interconexões. Trata-se, por conseguinte, de fenómenos biológicos/químicos e não puramente elétricos. É certo que as diferenças de potencial eléctrico são transmitidas de neurónio para neurónio, mas, para além deste mecanismo simples, há que considerar todo um conjunto de condicionantes biológicas que modelam a transmissão da informação nos cérebros humanos e que os tornam substancialmente diferentes dos computadores.

Estes modelos poderão constituir um avanço significativo ao nível da tecnologia informática, uma vez que são projetadas máquinas cada vez mais eficazes e com mais funcionalidades, no caso o reconhecimento de formas linguísticas e/ou padrões de associação linguística. Mas uma coisa é construir máquinas cada vez mais sofisticadas, outra coisa é inverter os termos da implicação e deduzir que, se um computador consegue produzir

resultados parcelarmente idênticos aos do homem, por via de mecanismos associativos, então o cérebro humano funciona como um computador. O conjunto das capacidades do cérebro é muito maior do que o de um computador; só por isso a identificação dos dois termos iniciais (computador=cérebro) não é lícita.¹¹⁶

Os computadores (e as máquinas em geral) são mais eficientes do que o homem na realização das tarefas para que foram programados. Uma calculadora extrai raízes quadradas com uma rapidez incomparavelmente maior do que qualquer cérebro humano o faria. Um relógio funciona com uma precisão difícil de igualar. O ‘word’ consegue formatar uniformemente um texto em questão de segundos. Há, até, computadores que conseguem ganhar partidas de xadrez aos melhores jogadores do mundo. Estas tarefas são ‘perfeccionadas’ pelas máquinas porque são dirigidas, programadas, unilaterais, inflexíveis. Quando se trata deste tipo de tarefas as máquinas levam, geralmente, vantagem sobre o homem. Mas é questionável que se possa falar de *inteligência* nestes casos. A inteligência pressupõe uma flexibilidade e uma abertura a novas variáveis que as máquinas não possuem porque, no seu funcionamento intrínseco, são seletivas e pré-programadas.

Saindo do domínio informático e focando o conexionismo tal como ele é apresentado pelas neurociências (os processos cognitivos tomados como o resultado de miríades de interconexões neuronais), acontece que questões que antes eram apanágio da Filosofia são, agora, reduzidas aos seus mecanismos fisiológicos. Francis Crick assinala que:

(...) as nossas mentes – o comportamento dos nossos cérebros – podem ser explicadas pelas interações das células nervosas (e outras células) e das moléculas a elas associadas ([1990] 1998: 23).

O conhecimento será “apenas” uma configuração específica da rede neuronal. Se ouvirmos muitas vezes a palavra ‘casa’ associada a um certo objeto isto faz com que os nossos cérebros façam disparar um certo número de neurónios interconectados, correspondendo a um padrão de *input*. No entanto, este mecanismo só é possível para um observador exterior, que eventualmente consiga seguir o percurso do estímulo sensorial. Não

¹¹⁶ Jonh Searle ([1992] 1998: 45) apresenta, com ironia, o seguinte exemplo: «Assim, um sistema feito de pedras ou de latas de cerveja, dotado das relações causais adequadas teria de ter as mesmas crenças, desejos, etc. que nós porque possuir crenças e desejos resume-se unicamente a isso».

nos diz nada acerca da vivência subjetiva dos itens linguísticos. O conteúdo semântico, imagético e afetivo da palavra, que é o que realmente se entende por ‘conhecer’, não é minimamente aflorado por este tipo de análises. Reside aqui um dos maiores *handicaps* dos modelos conexionistas. A descrição pormenorizada dos processos neurológicos pode pôr em evidência as interações do organismo com o seu meio, mas não explica as representações imagéticas que fazemos do mundo. Por mais detalhada que possa ser a descrição do sistema nervoso e da interconetividade neuronal, ela nunca explicará uma imagem mental. São pontos de vista diferentes: exterior e interior. O conhecimento só se torna efetivo se for interiorizado, se passar pelo crivo da consciência. E a consciência não parece ser *reduzível* aos processos neurológicos mais básicos; embora seja sustentada por eles, não se reduz a eles. Damásio (1994: 105-106) dá conta deste desafio como sendo central na investigação em neurociência:

Reside aqui o centro da neurobiologia, tal como a concebo: o processo por meio do qual as representações mentais, que são modificações biológicas criadas por aprendizagem num circuito de neurónios, se transformam em imagens nas nossas mentes.¹¹⁷

Também Maturana e Varela (1980: 22) dão conta desta *décalage* entre neurologia e representação mental: «The anatomical and functional organization of the nervous system secures the synthesis of behavior, not a representation of the world». A imagem mental é algo de interior ao próprio sujeito, é de certa forma uma construção pessoal da realidade. Quando ouvimos a palavra ‘casa’ ocorre no cérebro uma imagem mental difusa de uma casa, que certamente implica as nossas experiências de vida, e não a palavra *casa* em si. A palavra funciona apenas como sinal acústico da imagem de ‘casa’. Acontecerão, por certo, inúmeras interconexões neuronais neste processo, mas as descrições neuronais não são suficientes para explicar a *imagem* mental associada ao sinal sonoro. E porquê? Porque esta última pertence ao domínio da interioridade, da subjetividade; a construção de imagens e o recurso a que delas fazemos são fenómenos na primeira pessoa, relacionados com as vivências pessoais de cada um de nós. Diríamos que imagem mental, cognição e consciência são realidades que caminham em paralelo. Por esta razão, muita da tradição filosófica se tem debruçado sobre as

¹¹⁷ E ainda: «os processos que permitem que modificações microestruturais invisíveis nos circuitos de neurónios (em corpos celulares, dendrites, axónios e sinapses) se tornem uma representação neural, a qual por sua vez se transforma numa imagem que cada um de nós experiencia como sendo sua» (Damásio 1994: 106).

imagens mentais ao ponto de M. Spaier escrever que «l'image est un des plus vieux accessoires du magasin de la philosophie» (*apud* Janet, 1936: 172). A consciência, o 'eu', são o campo de cultivo da cognição, mas, por serem realidades altamente subjetivas, colidem frequentemente com análises objetivas, em terceira pessoa, como acontece com as explicações neurológicas. Damásio (2010: 97) escreve, a este propósito que «As imagens – visuais, auditivas ou quaisquer outras – encontram-se disponíveis *diretamente*, mas *apenas* para o dono da mente em que ocorrem. São privadas e inobserváveis por terceiros».

Para além disto, o *input* linguístico ou outro nunca é automaticamente 'processado'. Depende de inúmeros fatores: a atenção, o interesse, estados emocionais diversos, etc. A consciência tem um poder tal que, por vezes, chega mesmo a alterar a perceção de estímulos sensoriais básicos como o sentir frio ou calor. De certa forma, tudo é filtrado pelo psíquico, como já sustentava Jung. Só deixamos entrar para as nossas histórias pessoais os 'dados' que a vontade/interesse/motivação selecionam. No entanto, termos como 'vontade', 'interesse', 'motivação' pertencem já a uma outra ordem de grandeza, fazem parte da macro-estrutura mental, a qual escapa ao determinismo dos sistemas fechados.

3. Uma Reflexão sobre *O Erro de Descartes*

António Damásio intitula uma das suas primeiras obras de *O Erro de Descartes* (1994). 'Erro' porque Descartes sustentava, no século XVII, que o pensamento (*res cogitans*) era algo independente do corpo (*res extensa*) e que, mesmo sem corpo, continuaria a existir. Há como que uma identificação entre pensamento e alma:

De maneira que esse eu, isto é, a alma pelo qual eu sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo, e ainda que este não existisse, ela não deixava de ser tudo o que é (Descartes [1637] 1993: 61).

O que Damásio nos apresenta, ao longo da sua obra, é, ao contrário, uma extensa descrição dos processos neurofisiológicos que sustentam o pensamento, a consciência, o sentimento de si. De certa forma, estes conceitos têm sido, ao longo da História, apanágio da Filosofia e/ou das religiões que veem neles um terreno propício para a especulação metafísica. O próprio Descartes vê na fórmula *cogito ergo sum* a verdade primeira de todo o seu sistema filosófico: os dados sensoriais podem, por vezes, ser enganadores; o raciocínio é, às vezes,

errado; os sonhos confundem-se frequentemente com estados de vigília; mas para tudo isto tem que existir um sujeito pensante – princípio que o filósofo considera indubitável e, como vimos acima, independente do corpo.

Damáσιο contraria esta ideia, que apelida de ‘erro’, pois as neurociências têm mostrado que as funções intelectuais superiores estão alicerçadas numa complexa organização neuronal e são o resultado de um processo evolutivo que selecionou atributos como a consciência e o ‘eu’ por permitirem um maior poder de regulação vital e uma melhor adaptação ao meio. O pensamento, a inteligência, a linguagem apresentam, assim, uma base fisiológica inquestionável sendo dela indissociáveis. É uma perspectiva diametralmente oposta a Descartes: sem corpo, sem cérebro, sem redes neuronais não é possível a cognição nem o pensamento. Sintetizando, diríamos, como Jonh Searle, que «os cérebros causam mentes». Dificilmente o conexionismo e as neurociências admitem qualquer coisa como a ‘alma’, conceito tão em voga no tempo de Descartes. Tudo é agora explicado através das microestruturas neurofisiológicas e daí que Damásio apelide de ‘erro’ a visão animista de Descartes.¹¹⁸

Digamos que todo o percurso da ‘Ciência’, mormente durante o último século, se tem pautado pela procura de bases materiais/físicas para os fenómenos estudados. A expressão “materialismo científico” é bem conseguida e caracteriza *grosso modo* a tônica dominante da investigação científica, no último século. O que não apresenta fundamentação material ou física é, quase de imediato, rejeitado e encostado no canto das pseudociências. No que respeita ao estudo da linguagem, a tendência tem sido a mesma. Buscam-se incessantemente fundamentações fisiológicas/materiais para os ‘processos’ linguísticos e tudo o que for além disso é olhado de soslaio e considerado de pouco crédito.

Em relação à linguagem, Descartes considera-a uma manifestação clara da ‘alma’ humana, ou pelo menos, toma-a como marca distintiva séria entre o homem e os outros animais. Falar, e falar com entendimento, vem associado à razão que só o homem possui:

Ora, por estes dois mesmos meios, pode-se também saber a diferença que existe entre os homens e os animais. Porque é uma coisa muito notável que não existem homens tão embotoados e tão estúpidos (...) que não consigam

¹¹⁸ Um outro ‘erro’ cartesiano será o de enfatizar a parte racional, menosprezando as emoções; emoções a que Damásio atribui um importante papel na estruturação cognitiva do ser humano.

combinar diversas palavras e com elas compor um discurso por meio do qual façam entender os seus pensamentos; e que, pelo contrário, não existe outro animal, por mais perfeito e bem nascido que seja, que faça coisa semelhante (Descartes [1636] 1993: 78).

Linguagem, pensamento, razão são, para o filósofo, conceitos muito próximos. Não é por falta de órgãos corporais que os outros animais não falam; é por falta de entendimento e de razão. Mesmo os surdos-mudos, que apresentam falhas ao nível dos órgãos da fala, arranjam maneira de comunicar através de outros sinais. Descartes conclui, assim, que «isto não prova apenas que os animais têm menos razão do que os homens, mas que não têm absolutamente nenhuma» (Descartes [1637] 1993: 79).

Cabe aqui uma reflexão paralela a propósito de Noam Chomsky. Este linguista utilizou a expressão *linguística cartesiana* para caracterizar a sua teoria, uma vez que esta incide nos aspetos racionais/formais da linguagem. Contudo, se atendermos ao pensamento de Descartes, fica clara a distância entre o que o filósofo entendia por linguagem e o ponto de vista de Chomsky sobre o assunto. Diríamos mesmo que eles assumem posições opostas. Descartes enfatiza o entendimento e a razão como fundamentos da linguagem. Dá até como exemplo o papagaio e as pegas que, embora sejam capazes de produzir palavras, não possuem, no entanto a capacidade de linguagem, exatamente porque o que fazem fazem-no mecanicamente, sem entenderem o que dizem. Chomsky, pelo contrário, acentua a vertente formal da linguagem, como se falar não seja muito mais do que respeitar regras de combinação morfológica e/ou sintática. A ligação a Descartes *en soi même* reside apenas no método racional que aquele filósofo preconiza para abordar a Natureza, sobretudo pelo incremento que dá à Matemática e à Geometria.¹¹⁹ Chomsky propõe também uma abordagem racional das línguas, mas a semelhança parece ser simplesmente uma questão de método e não de pontos de vista quanto ao objeto de estudo - a linguagem. A *res cogitans* de Descartes anda de mãos dadas com o pressuposto da existência de uma alma independente do corpo muito

¹¹⁹ A obra de Descartes citada, publicada em 1637, é integralmente: *Discours de la Methode, Pour bien conduire la raison et chercher la vérité dans les sciences*. A importância dada por Descartes à matemática fica patente numa passagem de uma carta escrita a Mersenne, datada de 11 de outubro de 1638. A propósito de Galileu escreve que ele se propõe «examiner les matières physiques par des raisons mathématiques. En cela je m'accorde entièrement avec lui et je tiens qu'il n'y a d'autre moyen pour trouver la vérité» (Vincent e Charrak 2002: 165).

mais do que com uma suposta ‘mente computacional’ defendida pelo cognitivismo, como vimos atrás.

Invocar a herança cartesiana para fundamentar historicamente o generativismo é, como assinala André Joly (1977: 190), pretender dar a esta teoria *lettres de noblesse*. No entanto, a aproximação que Chomsky faz entre os dois sistemas (cartesiano e generativo) é descontextualizada. Descartes pouco escreve sobre a linguagem e, quando o faz, é para acentuar a vertente anímica da mesma, tomando-a como a expressão da alma e do entendimento. Quando o filósofo refere que os animais não conseguem falar está a apresentar mais um argumento em defesa da *res cogitans* e da diferença substancial entre o homem e os outros animais. Só com alguma imaginação veremos aqui um argumento a favor dos pressupostos generativos, nomeadamente quanto ao poder criativo da linguagem que conduzem a todo o aparato formal das gramáticas generativas. André Joly (1977: 191) chega mesmo a apelidar esta ligação entre Chomsky e Descartes como ‘erro memorável’ e defende que «c’est pourquoi il faut toujours dénoncer le mythe de la linguistique cartésienne, afin qu’un jour l’ouvrage de Chomsky soit définitivement classé parmi les ‘erreurs memorables’». Não chegaremos ao ponto de considerar que Chomsky fez uma leitura superficial e fragmentária da obra de Descartes, como sugere Joly. Mas para ver nos dois sistemas pontos de convergência não basta citar algumas passagens e ignorar outras onde Descartes deixa clara a sua fundamentação teológico-filosófica, a qual se situa nos antípodas dos fundamentos generativos.

4. A Teoria da Autopoesis de Maturana e Varela

Humberto Maturana e Francisco Varela, investigadores chilenos na área das neurociências, propõem uma curiosa abordagem do fenómeno linguístico. Consideram que a unidade primeira da vida é a célula e que esta pode originar agrupamentos complexos formados por várias células. O aparecimento da linguagem explica-se pela necessidade de coordenação condutural nas sociedades humanas, correspondendo a um acoplamento estrutural de terceira ordem. Os autores sustentam que os organismos vivos são máquinas autopoieticas, i.e., possuem a capacidade intrínseca de se auto-organizarem e de se auto-produzirem, sem qualquer tipo de intervenção teleológica (devida a causas exteriores, finalistas). O edifício do mundo vivo é concebido em três tipos de acoplamentos:

(i) acoplamentos de primeira ordem, que incidem na organização e interações no plano da célula viva;

(ii) acoplamentos de segunda ordem, que correspondem a estruturas metacelulares e às relações de um organismo com o seu sistema nervoso;

(iii) acoplamentos de terceira ordem, referentes a dois ou mais organismos com sistemas nervosos implicando organizações sociais, sendo a linguagem uma das suas manifestações.

Uma das ideias centrais desta teoria é a de que as unidades vivas tendem para a preservação de equilíbrios internos, não obstante estarem constantemente sujeitas a perturbações do meio. As células vivas, por exemplo, tendem a manter o seu equilíbrio homeostático e, sempre que este é alterado por interações com o exterior, elas procuram integrar essas alterações na sua estrutura ou, pelo contrário, rejeitam-nas com vista sempre à preservação do equilíbrio do sistema vivo. Um organismo é deformado por outro e tenta compensar essas deformações com comportamentos significativos.¹²⁰ Considerando que a preservação ontogenética dos organismos vivos é, muitas vezes, indissociável das interações que eles estabelecem com outros elementos da mesma espécie, surgem assim acoplamentos de terceira ordem cujo objetivo é a preservação do tecido social e já não simplesmente do ser individual: «Ahora bien, toda vez que hay un fenómeno social hay un acoplamiento estructural entre individuos y, por tanto, como observadores podemos describir una conducta de coordinación entre ellos» (Maturana e Varela 1984: 165). Nos insetos, por exemplo, a coesão social é feita, muitas vezes, através de trocas de substâncias químicas, a chamada *trofolaxis*. Maturana e Varela veem na linguagem uma espécie de *trofolaxis* humana:

En nosotros, los humanos, la «trofolaxis» social es el lenguaje que hace que existamos en un mundo siempre abierto de interacciones lingüísticas recurrentes (Maturana e Varela 1984: 182).

Os autores consideram que o aparecimento de um código linguístico constituiu um avanço significativo na organização das primeiras sociedades humanas. Os indivíduos passam

¹²⁰ É dado como exemplo o facto de um bebé ser uma fonte de perturbação para a mãe e vice-versa: a mãe é também perturbação para o bebé. O seu relacionamento, visando um equilíbrio, vai basear-se em comportamentos significativos recorrentes.

a relacionar-se com o grupo sem necessidade de trocas físicas constantes. O transporte de alimentos, bem como a sua distribuição ficam também facilitados. A linguagem corresponde, assim, a uma coordenação de comportamentos com vista à preservação do todo social. As palavras são tomadas como «ações» entre indivíduos e, portanto, o mais importante são as estruturas de interação e não as formas linguísticas utilizadas, muito variáveis de língua para língua. A *arbitrariedade* da relação significado-significante, enunciada por Saussure, fica justificada uma vez que o que interessa são as interações em si e não os modos como ocorrem:

En efecto, los modos como se establecen entre los organismos las recurrencias de interacciones que llevan a una coordinación conductural pueden ser cualesquiera («mesa», «table», «tafel») en la medida que lo relevante es cómo sus estructuras acogen esas interacciones y no los modos de interacción mismos (Maturana e Varela 1984: 180).

Nesta perspetiva, rejeitam a chamada ‘metáfora do tubo’, normalmente apresentada para explicar o fenómeno da comunicação. É comum entender-se por comunicação a transmissão de informação desde um emissor até um recetor, através de um meio. Para estes autores, nunca se transmite informação a ninguém; a comunicação depende essencialmente da estrutura cognitiva dos interlocutores, pelo que a ambigüidade é frequente nas comunicações humanas:

Cada persona dice lo que dice u oye lo que oye según su propia determinación estructural. Desde la perspectiva de un observador siempre hay ambigüedad en una interacción comunicativa (Maturana e Varela 1984: 169).

Apesar da funcionalidade coordenativa da linguagem, Maturana e Varela não deixam de lhe atribuir características únicas. A linguagem vem associada à consciência, aliás, é ela que torna possível a consciência de si e a auto-reflexão, fenómenos que não se encontram nas outras espécies animais. Incidindo na anatomia do cérebro humano e em experiências realizadas com pacientes a quem era laqueada a ligação entre os dois hemisférios, concluem que a *recursividade*, ou seja, a interligação entre hemisfério direito e esquerdo, é essencial

para existir coerência linguística. Sem coerência linguística, não acontece experiência consciente.

Um outro aspeto importante relativo aos acoplamentos sociais é o da *imitação*. Os autores consideram que este é um procedimento essencial e único entre os vertebrados. A imitação permite que determinados comportamentos passem de geração em geração e não se confinem aos limites da ontogenia. Dão um exemplo curioso: num estudo do comportamento de uma colónia de macacos colocados numa praia, eram-lhes apresentadas algumas batatas sobre a areia. Uma das macacas (*Imo*) descobriu que podia lavar as batatas na água do mar, tornando a sua ingestão mais agradável. Em poucos dias, os outros macacos, sobretudo os jovens, passaram também a lavar as batatas na água antes de as comer e, após algumas semanas, este comportamento expandiu-se a colónias de macacos adjacentes. Poderíamos dizer que este fenómeno da imitação é também frequente entre os humanos. No que concerne especificamente à linguagem, refira-se a rapidez com que determinadas expressões se expandem entre a juventude, como é o caso de “tipo”, “ya” ou “Daahh”. Estas expressões podem ser consideradas como novos *bordões* linguísticos, tendo conhecido uma expansão inusitada em todo o território nacional, num curto período de tempo. Um outro exemplo de imitação (ou melhor, de *contaminação* linguística), menos positivo, é um fenómeno gramatical que acontece disseminado pela região do Catujal (Loures) e que consiste em pronominalizar (erradamente) o complemento direto através do pronome *-lhe*. É frequente ouvirmos os nossos alunos e seus pais dizerem: *O livro? Coloquei-lhe em cima da mesa* em vez de *Coloquei-o em cima da mesa*. Este comportamento linguístico pode ser considerado como um “cancro” gramatical daquela zona. A despeito das constantes advertências e correções dos professores, teima em persistir na linguagem corrente. Trata-se de um micro-procedimento generalizado que se expandiu por imitação, dado o insuficiente nível de conhecimentos linguísticos da população em causa, constituída, em grande parte, por uma massa heterogénea de imigrantes de diversas proveniências e/ou etnias.

Voltando à teoria da autopoiesis convém ainda destacar o que seus autores entendem por *cognição*. Ela é tomada como intrínseca à própria vida. Viver é conhecer, tanto ao nível dos seres humanos como ao nível dos organismos unicelulares. A necessidade de auto-preservação de qualquer organismo faz com que ele adquira naturalmente conhecimento, o qual resulta fundamentalmente das interações com o meio. É o que se poderia chamar de biologia da cognição.

Há depois todo um trabalho de investigação relacionado com o sistema nervoso levado a cabo por Maturana e Varela. Eles poderão mesmo ser considerados dois expoentes do conexionismo pela ênfase posta nos mecanismos neurofisiológicos. Maturana (1980: 29) dá de “pensamento” uma definição algo polémica: «I consider that in a state determined nervous system, the neurophysiological process that consists in its interacting with some of its own internal states (...) corresponds to what we call thinking». Trata-se de uma definição que emerge do domínio estrito das neurociências. Poderíamos questionar até que ponto o *pensamento* se reduz às bases neurológicas, até porque os mesmos autores reconhecem que uma coisa é o sistema nervoso e a sua «clausura operacional» e outra coisa são as representações mentais.¹²¹

Por último, refira-se a apologia do *amor* feita já quase no final de *El árbol del conocimiento*. Ele é entendido como o fundamento biológico de coesão social. Sem amor, sem a aceitação do outro não se tornam possíveis acoplamentos de terceira ordem. O amor, para estes autores (1984: 209), está na base da socialização: «el amor, o si no queremos usar una palabra tan fuerte, *la aceptación del otro junto a uno* en la convivencia, es el fundamento biológico del fenómeno social (...)».¹²²Daqui se propõe toda uma visão ética da ciência, em que o ato de conhecer é também uma ação sobre o mundo e sobre os outros. A ciência é uma construção do mundo feita pela comunhão de ideias, tendo por base a aceitação do outro. E cada um de nós é responsável pelos outros e pelo mundo em que vive.

¹²¹ «The anatomical and functional organization of the nervous system secures the synthesis of behavior, not a representation of the world» (Maturana e Varela 1980: 22).

¹²² Nesta mesma página: «Todo acto humano tiene lugar en el lenguaje. Todo acto en el lenguaje trae a la mano el mundo que se crea con otros en acto de convivencia que da origen a lo humano; por esto todo acto humano tiene sentido ético».

CAPÍTULO II – LINGUAGEM, PENSAMENTO E FISIOLOGIA

Mens agit molem

Virgílio, *Eneida*

Porque é uma coisa muito notável que não existem homens tão embotoados e tão estúpidos (...) que não consigam combinar diversas palavras e com elas compor um discurso por meio do qual façam entender os seus pensamentos.

Descartes, *Discurso do Método* ([1637] 1993: 78)

1. Linguagem e pensamento – a História do problema

As relações entre linguagem e pensamento têm sido objeto de numerosas reflexões ao longo dos tempos. Poderíamos começar por delimitar o conceito de *pensamento*. Existem vários tipos de pensamento: o pensamento matemático, o pensamento filosófico, o pensamento político, o pensamento associado às emoções e aos sentimentos, os pensamentos relacionados com as nossas vidas diárias, os pensamentos altruístas, os maus pensamentos, enfim, digamos que tudo o que diz respeito à esfera do humano poderia circunscrever-se neste conceito. Ele consubstancia o plano *mental*, o plano das ideias e diversas têm sido as abordagens do *mental* e suas relações com o corpo feitas durante os últimos séculos. Essencialmente, elas dividem-se em três tipos: *mentalistas*, *dualistas* e *materialistas*. As teorias mentalistas tendem a reduzir o mundo à mente. Hegel, um idealista puro, pensava que o mundo material era mental e espiritual por natureza. Leibniz tomava os objetos materiais como almas rudimentares (*mónadas*). De certa forma, o *cognitivismo*, atrás estudado, acaba por ser uma teoria mentalista, embora aqui a mente seja de um tipo particular – a mente computacional. As teorias dualistas, um pouco em desuso na atualidade, consideram a mente e o corpo como sendo duas realidades independentes. Descartes foi um bom exemplo de *dualismo* ao considerar *res cogitans* (o pensamento, a alma) independente da *res extensa* (o

corpo físico). Finalmente, as teorias materialistas tentam reduzir a mente ao corpo ou a algumas das suas propriedades. O conexionismo e a investigação em neurociências poderão ser incluídas nestas últimas, pelo enfoque que dão aos processos neurofisiológicos.

No que diz respeito especificamente às relações entre linguagem e pensamento começemos por referir a *Grammaire de Port-Royal* (1660), na qual se assume o primado do pensamento sobre a palavra. Para estabelecer os princípios da gramática geral era preciso conhecer, antes de mais, as leis gerais do pensamento, que eram basicamente três: *conceber*, *julgar* e *raciocinar*. E decorre daí uma teoria da linguagem fundada no conceito de ‘proposição’. A proposição era constituída por dois termos (o *sujeito* e o *atributo*) e ainda a ligação entre eles.¹²³ Um século depois, a mesma relação de anterioridade (pensamento anterior à linguagem) pode encontrar-se na *Encyclopédie Méthodique* (1786-89). A palavra é, aqui, tomada como imitação fiel do pensamento: «La Parole est une sorte de tableau dont la pensée est l’original» (*Encyclopédie Méthodique*: 189, definição do termo ‘grammaire’). Quer em *Port-Royal* quer na *Encyclopédie* pressupõe-se que a lógica seja o fundamento da gramática: «une saine Logique est le fondement de la *Grammaire*» (*Encyclopédie Méthodique*: 189). E assim o pensamento, que antecede a linguagem, vem associado a operações intelectuais como raciocinar, conceber ou julgar.

A componente lógica da linguagem é também posta em relevo por **Wittgenstein**, no início do século XX. Para este autor, a lógica subjaz ao ato de pensar e também à linguagem: «Representar na linguagem algo que contrarie as leis lógicas é tão pouco possível como representar na geometria (...) uma figura que contraria as leis do espaço» ([1921] 1968: 61). A lógica vem exibida na proposição a qual «constrói o mundo com ajuda de andaimes lógicos» ([1921] 1968: 72). A totalidade das proposições constituiria a linguagem. O pensamento seria a figuração lógica dos factos e um estado de coisas só será pensável se pudermos construir uma figuração dele (*picture*). Detenhamo-nos um pouco mais em Wittgenstein, por muitos considerado o pai do ‘positivismo lógico’ e que acabou por influenciar várias escolas linguísticas. Este filósofo considerava inúteis as indagações acerca da essência da linguagem; o enfoque no tratamento da linguagem deveria ser o das suas funções práticas e não metafísicas. O significado das palavras vem necessariamente associado ao uso: «A significação de uma palavra é o seu uso na linguagem» ([1938] 1999: 43). E dá o

¹²³ O verbo copulativo ‘est’ em proposições do tipo *la terre est ronde* (exemplo retirado do original).

exemplo das ferramentas de um operário, cada uma com a sua função: «Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fendas (...) – Assim como são diferentes as funções destes objetos, assim são diferentes as funções das palavras» ([1938] 1999: 31). Às funções básicas da linguagem como afirmar, indagar ou comandar o autor acrescenta outras tais como: descrever um objeto, relatar um acontecimento, expor uma hipótese e prová-la, ler, representar, pedir, agradecer, saudar, etc. Partilha com Sócrates (que cita no *Teeteto*) a ideia de que um nome denota um objeto, representa um objeto simples, mas por si só o nome não significa muito; ele tem que vir articulado com outros nomes na proposição: «Só a proposição possui sentido; só em conexão com a proposição um nome tem denotação» ([1921] 1968: 65). Isto faz com que o plano central da linguagem seja o plano das proposições. E como estas são a figuração lógica dos factos, estabelece-se aqui um paralelo entre o mundo e as estruturas da linguagem: deverão existir tantos elementos distintos na linguagem quantos os que existem no estado de coisas afigurado. Apesar de todos os contributos dados ao estudo da linguagem, convém não esquecer que Wittgenstein foi, sobretudo, um lógico e que a sua análise incide principalmente no conceito de ‘proposição’ e nas condições de verdade a ela associadas. Ele considera que das proposições elementares dependem todas as outras, ou seja, as proposições não elementares seriam funções de verdade das proposições elementares. São conhecidas as *tabelas de verdade* apresentadas no *Tractatus* e que ainda hoje são matéria de estudo para os estudantes de Lógica.

Se nos é permitida uma reflexão crítica sobre a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein, diríamos que a ênfase dada à vertente lógica do pensamento (tomado como «figuração lógica dos factos») reduz, em especificidade, os limites do mesmo pensamento. Como começámos por assinalar, o pensamento pode assumir várias tonalidades, sendo a lógica apenas uma delas. O mesmo se passa com a linguagem: ela pode ser lógica, filosófica, política, comum, o que revela uma estreita relação entre as ideias e a sua expressão. A linguagem tem, sem dúvida, uma funcionalidade prática, na medida em que interagimos com os outros em situações concretas de comunicação, mas tem também uma vertente interior, de identificação pessoal, de construção de uma identidade própria e é aí que as indagações acerca da sua essência tomam lugar, sem que sejam inúteis.

Se recuarmos até Platão, vamos encontrar uma demarcação clara entre o mundo das ideias, ou *arquétipos*, e o mundo real que seria apenas composto por sombras do mundo verdadeiro. Os homens viveriam como prisioneiros numa caverna, percebendo da verdadeira

realidade somente ténues projeções (*alegoria da caverna*). Todo o conhecimento seria *reminiscência* de um conhecimento anterior que a alma já possuía. E o método privilegiado para aceder à verdade era o método dialético, baseado numa sequência de pergunta-resposta, que conduziria o sujeito a chegar a conceitos como a beleza, a justiça, a verdade, pertencentes já a um plano ideal. Neste sistema filosófico, as ideias, o pensamento, brotam de uma fonte original, comum a todos os homens, aparentemente inacessível ao comum dos mortais, e que constitui a zona de interseção entre o humano e o divino. É curioso como esta visão das coisas acaba por influenciar a teoria do inconsciente, surgida vários séculos mais tarde. Também o *inconsciente* é tomado, sobretudo na psicologia junguiana, como um repositório de *símbolos*, comuns à espécie humana, assumindo um carácter supra-real, como acontece com o mundo dos *arquétipos* platónicos.¹²⁴

Leibniz valida, também nos séculos XVII e XVIII, a tese de Platão ao considerar que não podemos pensar em nada que não esteja já dentro de nós: «E nada nos poderia ser ensinado de que não tivéssemos já no espírito a ideia, que é como a matéria de que o pensamento se forma» (Leibniz [1686] 1984: 78). Isto opõe-se à posição de Aristóteles para quem *nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu*,¹²⁵ ou seja, o conteúdo dos nossos pensamentos deriva sempre dos sentidos. Leibniz decalca a teoria da reminiscência ao sustentar que a alma possui uma sabedoria intrínseca que o homem deve tentar conhecer. Mesmo aqueles conhecimentos que parecem provir dos sentidos são afinal «razões que determinam a nossa alma a certos pensamentos» (Leibniz [1686] 1984: 79). No fundo, quer sejam *ideias* (as expressões que estão na nossa alma), *noções* ou *conceitos* (as que se concebem ou formam) tudo isso provém essencialmente de uma «experiência interna», mesmo que o estímulo seja dado pelos sentidos. A linguagem dá forma ao pensamento e é um instrumento que ajuda a conhecer melhor a realidade das coisas e as próprias operações do espírito.¹²⁶ Leibniz considera, no entanto, que as línguas naturais são muito imperfeitas (elas originam frequentemente ambiguidades) e, na sua *Dissertation sur l'art combinatoire*, propõe

¹²⁴ «(...) as imagens eternas de Platão, guardadas “em lugar supraceleste”, são uma versão filosófica dos arquétipos» (Carl Gustav Young [1971] 1984: 129).

¹²⁵ Nada está no intelecto que não tenha estado previamente nos sentidos.

¹²⁶ «On enregistrara avec le tems et mettra en Dictionnaires et en Grammaires toutes les langues de l'univers, et on les comparera entre elles ; ce qui aura des usages très grands *tand pour la connoissance des choses, puisque les noms souvent repondent à leur propriétés (comme l'on voit par les denominations des Plantes chez de differens peuples)* que pour la conoissance de notre esprit et de la merveilleuse varieté de ses opérations» In *Nouveaux Essais* 3.11.24. (*apud* Pombo 1987: 128).

uma *lingua universalis*, ou *lingua philosophica*, ou ainda *lingua rationalis* que corresponda ao substrato comum a todas as línguas (a ‘*characteristica universalis*’), remetendo, embora, para uma construção artificial simbólica ou algorítmica. Este propósito de Leibniz veio a conhecer um posterior desenvolvimento já no século XX, com a lógica formal a que Wittgenstein deu um significativo contributo.

Leibniz apresenta, também, nos *Nouveaux Essais sur l’Entendement Humain* algumas ideias curiosas acerca da linguagem. Enformando uma perspectiva muito idealista, o diálogo entre *Filadeto* e *Teófilo* põe em evidência que a maioria das palavras são *termos gerais* porque seria impensável nomear cada ser individual por um nome;¹²⁷ assim, tal como acontece em Botânica, as palavras são uma primeira categorização da realidade, captando os nomes a essência de cada ser. Curiosa é também a ideia de que as palavras têm a capacidade de excitar no espírito de quem ouve ideias semelhantes às de quem fala:

(...) consistindo o fim principal da linguagem em excitar no espírito daquele que me ouve uma ideia semelhante à minha (Leibniz [1765] 1993: 197).

Isto não se consegue com nomes particulares, os quais seriam mesmo «inúteis», mas sim com termos gerais. E estes termos gerais ou «universais» são já obra do entendimento humano, não pertencendo às coisas em si. Num outro passo do diálogo, é realçada a *razão* como característica distintiva entre o Homem e os outros animais;¹²⁸ mesmo que outros seres apresentem formas exteriores muito semelhantes à nossa, a sua «essência interior» é desconhecida. Aquilo que verdadeiramente determina a espécie humana é o uso da razão, que conduz ao uso da palavra. Leibniz acentua frequentemente o primado das ideias sobre a sua expressão em palavras, ou seja, a linguagem serve o pensamento e não o contrário. É assim que considera algumas querelas sobre os nomes inúteis porque, no fundo, o que se deveria discutir eram as ideias e não os nomes : «Porquê então limitar-se aos nomes, quando se trata das próprias ideias, e porquê prender-se à dignidade dos modos mistos, quando se trata dessas

¹²⁷ «(...) porque é impossível, que cada coisa particular possa ter um nome particular e distinto, além de que para isso seria necessária uma memória prodigiosa, em comparação com a qual a de certos generais, que eram capazes de chamar todos os soldados pelo nome, não seria nada» (Leibniz [1765] 1993: 197).

¹²⁸ «Com efeito, nada poderia ser mais interno ao homem do que a razão e, por via de regra, ela dá-se perfeitamente a conhecer. Em comparação com ela, a barba e a cauda não terão qualquer significado. Um homem selvagem, mesmo que seja peludo, far-se-à reconhecer; e não é o pêlo de um macaco que o faz excluir» (Leibniz [1765] 1993: 216).

ideias em geral?» (Leibniz [1765] 1993: 207).¹²⁹

Recuando novamente no tempo, **Sócrates**, no *Teeteto*, apresenta o pensamento como um diálogo da alma consigo própria. É um diálogo interior, bem entendido, mas em tudo semelhante aos diálogos reais, uma vez que a alma pergunta, responde, afirma ou nega.¹³⁰ A linguagem serviria para «tornar manifesto» o pensamento de alguém através da voz, com nomes e verbos; ela é mais uma imagem do pensamento, à semelhança do que se passa com um espelho ou com a água que refletem os objetos colocados à sua frente. No *Crátilo*, Sócrates não alude especificamente às relações entre linguagem e pensamento, mas vai tentar demonstrar que os nomes possuem uma natureza própria: «cada um dos seres tem um nome próprio por natureza», (383a) e que não é por acaso que as coisas são designadas de uma certa maneira. A tese socrática pode explicar-se do seguinte modo:

(i) As coisas têm uma entidade própria («as coisas têm uma certa entidade estável, (...) que não é arrastada para cima e para baixo por ação da nossa fantasia; mas têm uma entidade que é em si mesma e relativamente a si mesma, a qual é por natureza», 386d-e) e, por conseguinte, a maneira como as designamos deve captar essa natureza própria e estável, o que, no entender de Sócrates, está longe de ser um processo meramente convencional e aleatório («as coisas devem ser nomeadas como lhes pertence por natureza serem nomeadas e por meio do que devem sê-lo, e não como nós queremos», 387d). Donde se infere que:

(ii) O nome é semelhante à coisa; ele imita a ‘entidade’ das coisas por meio de letras e sílabas. Por conseguinte, os elementos a partir dos quais alguém formou os nomes primitivos são também semelhantes às coisas, pois cada letra apresenta uma sonoridade particular. Por exemplo, o R exprimiria mobilidade, mudança e dureza enquanto que o L exprime o que é liso e doce (convenhamos que não deixa de ser uma proposta bem melodiosa e naturalista...).

Portanto, na tese socrática, a linguagem *imita* as coisas, reproduzindo algumas das suas propriedades. Também Aristóteles, nas *Categorias*, enfatiza a relação *nome-coisa*. Uma primeira questão que poderíamos colocar acerca da obra de Aristóteles é, exatamente, a que tipo de *categorias* se refere o título. Serão categorias gramaticais? Não é uma reflexão

¹²⁹ E ainda: «Creio que o arbitrário só existe nas palavras e de modo nenhum nas ideias» (Leibniz [1765] 1993: 206).

¹³⁰ «Teeteto - A que chamas pensar?

Sócrates - A um discurso que a alma discorre consigo mesma acerca das coisas que examina.(...) não faz mais do que dialogar, perguntar e responder a si própria tanto ao afirmar como ao negar.» (189e e 190a)

gramatical o que Aristóteles nos propõe com este texto. São antes *categorias* do pensamento manifestadas através das expressões que dizemos, nunca perdendo de vista que elas se referem às coisas que existem. O substrato ou a matéria-prima, se quiserem, é o mundo e os seres, dos quais os nomes são apenas designações – havendo, inclusivamente, coisas que não têm nome. O estatuto ontológico primordial é atribuído à “coisa” e não ao “nome”. O enfoque constante dado à «coisa», aos seres, parece contrastar com análises puramente gramaticais que *in extremis* levantam voo e, não raro, descolam da realidade das coisas sensíveis. Esta obra de Aristóteles, matéria obrigatória de estudo ao longo de vários séculos, terá, certamente, servido de fonte de inspiração a muitos gramáticos e estudiosos da(s) língua(s) que poderão ter encontrado nela os fundamentos para as suas taxionomias. Com Aristóteles tem, também, início uma longa tradição logicista. Em *De Interpretatione*, vamos encontrar a distinção entre ‘frase’ e ‘proposição’ – enquanto que a primeira é tomada como um conjunto de elementos com significado, a segunda remete para valores de verdade ou falsidade. De onde se conclui que nem todas as frases são proposições.

A propósito do termo ‘proposição’ Eduardo Paiva Raposo (2013: 306) dá a seguinte definição:

Finalmente, uma **proposição** é o conteúdo descritivo de uma frase quando esta se realiza num enunciado concreto; ou seja, corresponde ao “estado de coisas” do mundo que o enunciado da frase descreve ou para o qual remete. (...) A propriedade fundamental das proposições consiste em terem **um valor de verdade**, i.e., serem verdadeiras ou falsas relativamente à situação descrita.

Note-se, antes de mais, que o termo ‘proposição’ é, na sua origem, oriundo da lógica de predicados. Enquanto disciplina analítica, a Lógica desde Aristóteles assenta neste conceito. Por esta razão, a importação do termo pela linguística deve ser feita com algumas reservas. Bem sabemos que a linguagem tem uma componente lógica e muitas das frases que dizemos correspondem a proposições com um valor de verdade associado, sobretudo frases do tipo declarativo. Por exemplo, em *Hoje chove torrencialmente* o conteúdo proposicional desta frase será verdadeiro se a situação de chuva intensa ocorrer na realidade e falso, no caso

contrário. Mas nem sempre é possível fazer a correspondência entre frases e valores de verdade. Se pensarmos noutras modalidades frásicas, como as frases imperativas ou interrogativas dificilmente poderemos tomá-las como ‘proposições’. Senão vejamos: quando a professora diz aos seus alunos *Estejam calados!* está, sobretudo, a dar uma ordem com o objetivo de agir sobre um estado de coisas (o barulho na sala) e alterá-lo. Ou ainda quando perguntamos *Que horas são?*, tentando obter uma informação do nosso interlocutor. Não será correto falar em conteúdos descritivos nestes casos, uma vez que estas frases não descrevem a realidade, antes agem sobre ela (no primeiro caso, tentando alterar um estado de coisas e, no segundo, tentando obter uma informação). Os valores de verdade mal se aplicarão a este tipo de frases, pelo que nem todas as frases poderão ser consideradas ‘proposições’. Como já assinalava Coseriu, a linguagem não é apenas lógica; ela pode manifestar-se como lógica, poética, prática... Reportando-se a Aristóteles, confirma a ideia que atrás defendemos, ou seja, há frases que não são proposições e às quais não se aplica uma análise puramente lógica: «Además Aristóteles excluyó la posibilidad de equívocos, precisando textualmente que la plegaria, por ej., es expresión semántica, pero no es ni verdadera ni falsa y, por lo tanto, no constituye «proposición» (Coseriu 1958: 7).

Os **estóicos** distinguem os conceitos de ‘significador’/ significado, forma / sentido, inerência / exteriorização. Na medida em que tentavam descobrir paralelos entre o mundo físico e a linguagem, as partes do discurso eram designadas por *elementos*. Assim, os primeiros estóicos consideravam quatro ‘elementos’ no discurso: nome, verbo, conjunção-preposição e artigo.

Apolónio Díscolo, um dos gramáticos mais proeminentes da Antiguidade (séc. I-II d.C.), comunga, com os seus antecessores, toda uma perspetiva *platónica* e/ou *arquetípica* da linguagem. A começar pelo conceito de *oração perfeita* – aquela em que as partes se encontram coerentemente organizadas com vista ao significado final; depois pela primazia dada à *substância* sobre os *acidentes*; ainda pela aproximação às teses do *Crátilo* de Platão quando frequentemente emprega o verbo *idear* pressupondo que houve um idealizador das palavras: «los pronombres fueron *ideados* para acompañar el verbo» (in *Sintaxis*, Livro I).

Quintiliano, no sexto capítulo das *Institutiones Oratoriae* apresenta uma reflexão interessante sobre os fundamentos da linguagem, os quais, na opinião do autor, são o

raciocínio, a *antiguidade*, a *autoridade* e o *uso*. O raciocínio manifesta-se na etimologia/analogia; a antiguidade confere à linguagem magestade e valor religioso; a autoridade deverá ser a dos poetas e grandes mestres; finalmente o uso, nas palavras do autor, é «le maître le plus sûr du parler», o qual não deverá ser o da maioria das pessoas, mas o dos mais instruídos: «Si nous appelons ainsi la pratique de la majorité, nous donnerons un conseil très dangereux pour le langage» (Quintiliano [93 d.C.] 1975: 116). Já Cícero considerava a correção linguística como uma das qualidades da *urbanitas*.

Regressemos à modernidade para nos determos em **Charles Sanders Peirce** (1839 - 1914), um estudioso de lógica formal que apresenta uma análise curiosa da consciência humana em termos de *qualia*, ou «quale-consciousness», nas suas palavras. Este autor considera que o pensamento, assim como a consciência de si, a percepção das cores, dos odores ou dos paladares têm uma vertente individual muito marcada e constituem experiências só passíveis de ser vividas em primeira pessoa. A característica principal destes processos, ou *qualia*, é a *unidade*. Apesar de haver vários órgãos dos sentidos e estes conduzirem a diversas sensações - como, por exemplo uma cadeira azul e dura, que apela para a visão e para o tacto - isto resulta numa unidade de sentimentos ou «*liveliness*», como ele a designa. As operações do intelecto não fazem mais do que separar, analisar, o compósito da unidade da experiência e, nesta análise, gera-se diversidade e variedade.¹³¹ Para Sanders Peirce, a origem desta unidade não pode ser apenas fisiológica. E argumenta que, apesar das inúmeras células do cérebro, não há nenhuma que seja a célula central. E assim conclui que a unidade da consciência só pode ter uma origem metafísica: «the unity of consciousness is therefore not of physiological origin. It can only be metaphysical» (Peirce 1934-35: 152, ponto 229. Vol. VI). Sobre os signos da linguagem, refere que são a expressão de uma individualidade, num determinado momento; eles são uma manifestação de uma vivência interior: «When we think, then, we ourselves, as we are at that moment, appear as a sign» (Peirce 1934-35: 169, ponto 283. Vol. V). Um signo apresenta três referências: o pensamento que o interpreta, o objeto a que corresponde e a qualidade (ou experiência vivida) de quem o usa. Esta última referência toma a linguagem também como experiência subjetiva. No entanto, a utilidade dos signos linguísticos consiste em estarem relacionados com as coisas que eles significam. A esta

¹³¹ «All the operations of the intellect consist in taking composite photographs of quale-consciousnesses. Instead of introducing any unity, they only introduce conflict that was not in the *quale-consciousness* itself» (Peirce 1934-35: 153, ponto 233, Vol. VI).

conexão física entre *signo-coisa* Peirce chama de «pure demonstrative application»¹³². Eles são constituídos por «qualidades materiais», como sejam os sons da fala ou as letras com que se escrevem e só adquirem valor quando estão conectados em frases - «by means of a real copula» - (Peirce 1934-35: 171, Vol. V) as quais congregam signos relativos à mesma coisa. Para este autor, a relação ‘signo-pensamento’ é de total identidade e o seu raciocínio parte do princípio de que o conteúdo da consciência não é mais do que um signo que se desenvolve segundo leis de inferência. O homem pensa com palavras ou «símbolos externos» e não há nada na consciência que não tenha correspondência nas palavras. Daí concluir que a palavra é o próprio homem, sendo a linguagem a súpula total do ‘eu’:

It is that the word or sign wich man uses is the man itself; (...) Thus my language is the sum total of myself; for the man is the thought (Peirce 1934-35: 189).

Mais adiante retomaremos algumas destas ideias quando abordarmos mecanismos de identificação nos atos de fala. Convém, ainda, assinalar os contributos peirceanos para a semiótica, tendo sempre como ‘pano de fundo’ um raciocínio assente nos princípios da lógica formal.¹³³

É impensável referir, aqui, todos os autores que se pronunciaram sobre este binómio *linguagem/pensamento*. No século XX, Pierre Janet identifica *linguagem* e *inteligência*: «le langage est puissant parce qu’il est l’intelligence qui, elle, est puissante et créatrice de liberté» (1956: 134). De certa forma, a inteligência aparece aqui como anterior à linguagem, mas a ambas o autor atribui a criação da liberdade. Também Stuart Mill, no século XIX, para quem a estrutura das frases era uma lição de lógica, assinala a inteligência e sobretudo a lógica, como inerentes à linguagem.

Para o cognitivismo, o pensamento consiste basicamente em representações mentais dos estímulos provenientes dos órgãos sensoriais: «Sense experience is the primary locus of consciousness» (Dretske 1994: 1). Todos os factos mentais são factos representacionais. Estas representações ocorrem num nível simbólico (a mente computacional), tendo a palavra

¹³² «This real, physical connection of a sign with its object, either immediately or by its connection with another sign, I call the *pure demonstrative application* of the sign» (Peirce 1934-35: 171, ponto 287. Vol.V).

¹³³ Charles Sanders Peirce foi um eminente matemático, filósofo, físico e astrónomo. De forma geral, estudou as diversas áreas do conhecimento da sua época.

‘símbolo’ o sentido de representação e de execução de regras formais, como acontece com o sistema generativo proposto por Chomsky. Jerry Fodor, que trabalhou no MIT até 1986 tendo sido um dos divulgadores da obra de Chomsky, em *The Language of Thought* (1975) vai propor que existe um *medium* computacional, um sistema de representações simbólicas na mente a que chama linguagem do pensamento. Segundo Fodor, a racionalidade e a intencionalidade pressupõem a linguagem, i.e., pensamos com frases na cabeça. Esta linguagem é, no entanto, basicamente simbólica (à maneira dos programas computacionais) e sintática (tal como Chomsky concebe a *sintaxe*), sendo a semântica considerada à parte. Os estados mentais são vistos como computações de representações e a Teoria Representacional da Mente (TRM) acaba por ser uma teoria sintática das representações.

Dentro ainda do cognitivismo, i.e., tomando a metáfora do computador para explicar o funcionamento de cérebro, refira-se Gerard Edelman que apresenta o conceito inovador de *reentrada* para explicar o facto de nós percecionarmos vários aspetos de um objeto – a forma, a cor, o tamanho – e termos, no entanto, uma perceção unificada de todos eles. Edelman sugere que existe uma pré-categorização dos estímulos sensoriais, anterior a processos de armazenamento e memória. Concebe a existência de vários mapas cerebrais, sendo que cada um deles se relaciona diretamente com uma das características do objeto. A inovação está em que os sinais sensoriais podem sair do mapa A, ir para o mapa B e voltar depois para o mapa A, não em forma de *feed-back*, mas em distribuição paralela. E quando se verifica a interação de mapas cerebrais através deste processo de *reentrada*, acontece o que Edelman chama de *mapa global*, o qual permite a coordenação da perceção. Esta é uma hipótese sofisticada, decalcada do que se vai conhecendo acerca das redes neuronais artificiais. Mas ela não explica, como é assinalado por vários autores, o fenómeno da experiência consciente. Identificar o “mapa global” com o “eu” parece ser um pouco abusivo, confundindo, mais uma vez, dois pontos de vista diferentes (exterior-mapa cerebral e interior-consciência). Para além disto, a noção de *reentrada* remete para os processamentos computacionais, em neuro-circuitos artificiais. Uma máquina terá que partir de uma seleção prévia de categorias distintas para chegar a um suposta perceção unificada. Mas será isto que acontece no ser humano e nos seres vivos em geral? Não será antes a experiência consciente algo de unificado à partida, sendo a sua decomposição em partes o resultado de uma análise racional posterior, como já pensava Sanders Peirce?

Por último, as neurociências propõem que o pensamento não passa de uma mudança

de estados no interior da célula provocados por disparos de neurónios, acentuando a vertente neurofisiológica dos processos mentais.

2. Relações ‘base-topo’ e ‘topo-base’

As análises neurocientíficas podem considerar-se análises ‘base-topo’, uma vez que explicam os processos mentais com base nos mecanismos neurobiológicos que ocorrem ao nível do sistema nervoso. É inegável a filigrana fisiológica que subjaz à cognição, a todas as funções intelectuais, e à linguagem, em particular. Este tipo de análises vieram pôr a nú o espantoso e imbrincado mundo das células nervosas e não poderemos deixar de ficar maravilhados com a minúcia e perfeccionismo que aí encontramos. Mas toda esta construção científica não deixa de transmitir a ideia de que estamos perante uma gigantesca fábrica abandonada, como sugere Daniel Dennett, em *Sweet Dreams- Philosophical Obstacles to a Science of Consciousness*.¹³⁴

Tudo se resume aos neurónios e às suas inter-relações, i.e., a um aglomerado complexo de elementos simples. As capacidades intelectuais superiores não são enfatizadas, retirando-se-lhes autonomia e estatuto ontológico. Poderíamos até questionar se este tipo de análises tem alguma pertinência explicativa, considerando o universo em estudo. Por exemplo, se quisermos explicar a funcionalidade de uma cadeira de pouco serviria dizer apenas que ela é formada por átomos e moléculas em determinadas configurações. Este tipo de descrição não adianta grande coisa relativamente ao problema. A funcionalidade da cadeira remete para outro tipo de variáveis, tais como: as atividades de comer, estudar, trabalhar, o ajustamento em altura do assento, a comodidade, o relaxamento do corpo, etc. No fundo, trata-se de diferentes níveis de descrição da realidade. Já Wittgenstein ([1938] 1999: 44) tinha refletido sobre esta dificuldade, a de saber quais são os elementos básicos da realidade:

Mas quais são as partes constituintes simples de que se compõe a realidade? -
Quais são as partes constituintes simples de que se compõe uma poltrona? -
As peças de madeira com as quais é montada? Ou as moléculas, ou os átomos? - “Simples” significa não composto. E eis o que importa: em que

¹³⁴ Jerry Fodor tenta, com ironia, resolver a questão: «If, in short, there is a community of computers living in my head, there had also better be somebody who is in charge; and by God, it had better be *me*» (*apud* Dennett 2005: 207).

sentido ‘composto’? Não há nenhum sentido em falar das ‘partes constituintes simples da poltrona pura e simplesmente’.

Este tipo de explicações (base-topo) fazem lembrar o célebre paradoxo de Zenão. Zenão de Eleia considerava que uma seta para atingir o alvo teria que percorrer primeiro metade do trajeto; depois, metade de metade e assim sucessivamente. Uma vez que o espaço é infinitamente divisível, Zenão concluía que a seta não chegava a sair do ponto inicial. As análises microestruturais, por mais minuciosas que sejam, acabam por ser análises labirínticas: entramos no subterrâneo da inteligência e da cognição e, neste, percurso, perdêmo-las. O macroestrutural não se reduz ao micro, embora se fundamente nele. As macroestruturas apresentam características próprias comparáveis a macroestruturas semelhantes, mas incomparáveis a realidades de níveis inferiores. Isto prende-se com a própria ontologia da realidade. Numa linguagem simples diríamos que “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. Para estudarmos as posições relativas dos astros e suas interações não se torna pertinente descrever a constituição atômica dos mesmos. O nível de descrição atômico não explica nada e pode até constituir ruído na investigação. O mesmo se passa com os processos mentais: a partir do momento em que os cérebros originam mentes, passamos a outro nível de análise: macro-estrutural ou psíquica.

David Chalmers, em *The Conscious Mind* (1996), obra que conheceu uma grande divulgação nos meios científicos, vai ainda mais longe. Considera que a consciência não pode ser explicada através de leis físicas. A experiência consciente de uma cor, de um som, de um paladar, de uma dor, de uma emoção ou de um pensamento – o que geralmente se designa por *qualia*, ou seja, a vivência subjetiva, particular da realidade – não é redutível aos mecanismos físicos que lhe subjazem. Os *qualia*, de certa forma, constituem uma lacuna entre o plano físico e o plano mental: «there is an *explanatory gap* between the physical level and conscious experience» (Chalmers 1996: 107). Mesmo que conseguíssemos descrever todos os mecanismos cerebrais e explicar todas as funções mentais ficaria sempre a questão de saber porque é que esses processos implicam a experiência consciente.¹³⁵ Para resolver o problema Chalmers assume o que designa por *dualismo naturalista*, ou seja, a consciência emerge da matéria, mas constitui uma propriedade nova e como tal implica novas leis (as *leis*

¹³⁵ «Once we have explained all the physical structure in the vicinity of the brain, and we have explained how all the brain functions are performed, there is a further sort of explanandum: consciousness itself. Why should all this structure and function give rise to experience? The story of physical processes does not say» (Chalmers 1996: 107).

supervenientes) que expliquem como é que a experiência provém de processos físicos. Embora não esclareça concretamente em que consistem essas leis, Chalmers distingue claramente estados físicos de estados mentais: «All we know is that there are properties of individuals in this world – the phenomenal properties – that are ontologically independent of physical properties» (Chalmers 1996: 125). John Searle (1997: 45) vê nisto um sintoma do desespero cognitivista: por um lado, Chalmers não quer deitar a perder toda investigação cognitiva das últimas décadas e, por outro, admite que o cognitivismo não consegue explicar satisfatoriamente os fenómenos da consciência.

O cognitivismo, como vimos atrás, propõe análises em sentido inverso, i.e., análises ‘topo-base’ ao conceber a existência de um nível computacional da mente responsável pelas funções intelectuais superiores. No entanto, este nível computacional é bastante controverso, como procurámos demonstrar na primeira parte deste trabalho. Sobretudo pelo facto de os computadores serem artefactos humanos, com uma linguagem de programação própria elaborada pelo operador humano. Não consta que ‘alguém’ tenha programado as células vivas no sentido em que se programam os computadores. Se nos situarmos apenas no âmbito da metáfora, a equivalência entre cérebro e computador é aceitável, não perdendo de vista que as metáforas não são a própria realidade. Quando se diz que o cérebro humano funciona como um computador utiliza-se um modo de expressão para abordar uma realidade complexa. Mas as funções intelectuais superiores, como a linguagem, não são apenas simbólicas e/ou formais à maneira dos programas computacionais; são simbólicas no sentido mais profundo do termo. O símbolo «mobiliza de alguma forma a totalidade do psiquismo» e remete para o supra-terrestre, para o infinito, como assinala Jean Chevalier (1982: 13). Esta aceção de *símbolo* confere uma outra dimensão à mente humana, rompendo com o determinismo cego dos processos computacionais. Tanto quanto sabemos, esta noção de símbolo nunca poderia aplicar-se a um computador digital. Ela prende-se com a consciência e com a subjetividade, características da vida humana a que o silício é, geralmente, alheio.

3. Uma dialética base ↔ topo

O connexionismo e as neurociências apresentam o pensamento como uma alteração de estados internos à célula. Mas há geralmente um aspeto omitido por este tipo de análises: as interações dialéticas entre uma realidade relativamente autónoma, como é o pensamento, e a

própria fisiologia do sistema nervoso. As relações entre estes dois domínios não podem ser apenas perspetivadas de baixo para cima (da atividade das células emerge o pensamento), mas também de cima para baixo, i.e., a partir do momento em que se forma uma consciência e um ser pensante, estas realidades estabelecem interações constantes e biunívocas com as células do organismo. Todos nós já experimentámos os efeitos de determinadas ideias que nos ocorrem. Se pensarmos em algo desagradável, como por exemplo, a traição de um amigo, o nosso organismo reage de imediato, ocorrendo uma contração dos vasos sanguíneos ou uma alteração nos batimentos cardíacos. Pelo contrário, ideias agradáveis, como ir beber um ‘Ice Tea’ numa esplanada, em finais de julho, pode originar um relaxamento do corpo, uma melhor irrigação das veias, antecipando sensações de prazer. Já Freud (1905: 274) o tinha constatado, referindo-se aos *afetos*: «São genericamente conhecidas as extraordinárias mudanças na expressão facial, na circulação sanguínea, nas secreções e nos estados de excitação da musculatura voluntária sob a influência, por exemplo, do medo, da cólera, da dor psíquica e do deleite sexual».¹³⁶

A teoria dos complexos, em psicanálise, tem mostrado que os traumas emocionais podem provocar constelações psíquicas anómalas com ressonância física, ou seja, o paciente sente verdadeiras dores em certos órgãos do corpo provocadas pelo seu estado mental. E as palavras podem, a qualquer momento, induzir esses estados mentais pelo que convém ao ‘eu’ praticar a «magia cautelosa dos nomes», como refere Jung: «(...) o complexo revela a sua força original que excede às vezes até mesmo o poder do complexo do eu. Somente então é que se compreende que o eu tem toda a razão de praticar a magia cautelosa dos nomes com o complexo, pois é de todo evidente que aquilo que o meu eu receia é algo que ameaça sinistramente controlar a minha vida» (Jung [1971] 1984: 34).

As ideias “emergem” do complexo sistema de neurónios, mas por outro lado, também elas têm o poder de moldar, influenciar, alterar os estados químicos e/ou elétricos das células nervosas. É um percurso em sentido inverso ao que geralmente apresentam as neurociências, mas que deverá ser levado em conta. O pensamento age sobre a própria matéria, como já Virgílio escrevia na *Eneida* (*mens agit molem*). Eu sou o meu sistema nervoso e as minhas interconexões sinápticas, mas sou mais do que isso. De certa forma, foi-me dada carta de

¹³⁶ E ainda: «Mesmo enquanto se está tranquilamente pensando por meio de “representações”, correspondem ao conteúdo dessas representações várias excitações constantes, desviadas para os músculos lisos e estriados» (1905: 275).

alforria para escapar ao determinismo cego dos mecanismos celulares, através de pensamentos, crenças, valores, afetos, etc. Daniel Dennett, fervoroso adepto do ‘computacionalismo’ da mente, vai ao encontro desta ideia quando escreve:

These communities of cells are fascistic in the extreme, but your interests and values have almost nothing to do with the limited goals of the cells that compose you – fortunately (Dennett 2005: 2).

Este percurso em sentido contrário (ideia-fisiologia) acaba por devolver alguma da dignidade e autonomia ao “Eu”, à consciência, à vontade. Um aglomerado de células e sinapses diz pouco acerca da vida se não se conceber uma unidade congregadora capaz de, em determinadas situações, reverter ou alterar os seus próprios mecanismos fisiológicos. Sem vontade, sem motivações, sem emoções, os organismos podem ser encarados como uma maquinaria sofisticada, mas vazia, faltando alguém que os habite.

A visão do teatro cartesiano, com uma ‘alma’ nos bastidores das nossas cabeças, parece, nos dias de hoje, pouco sustentável, pelo carácter *inefável* do conceito de ‘alma’. O que as neurociências têm proposto é exatamente o contrário – a mente como resultado de complexas interações celulares e/ou moleculares, sem necessidade de fatores externos. Provavelmente a verdade reside algures entre uma coisa e outra: nem entidades *inefáveis* nem determinismo celular cego e automático. Quando percecionamos algo ou quando ouvimos alguma palavra ocorrem, decerto, disparos de neurónios em determinadas configurações, mas esta é uma *outlook perspective* – é uma visão objetiva, em terceira pessoa, certamente importante no tratamento de determinadas doenças, mas que em si não consegue explicar as vivências subjetivas, os *qualia* da consciência, o isto-está-a-ser-sentido-por-mim, como acontece quando percecionamos as cores, os paladares, os odores, ou quando atribuímos significado ao que ouvimos.

A linguagem inclui-se neste campo altamente subjetivo, pois o que ouvimos não se limita a incorporar um certo significado universalmente aceite; de certa forma, ouvir é construir o próprio significado tendo em conta todo o nosso mundo interior, as nossas vivências, os nossos afetos, a nossa educação. A atribuição de significado é, assim, bastante pessoal, implicando um sujeito em primeira pessoa, que combina de forma particular e única todas as variáveis associadas a uma determinada expressão ou a uma determinada frase,

construindo uma vivência específica das mesmas. É por esta razão que o estudo da linguagem se relaciona, em primeira mão, com os estudos da consciência, pois ela é um facto da consciência e o que dissermos acerca de uma implica certamente a outra.

Que o pensamento e a linguagem sejam resultado de interações sinápticas constitui um dos pontos de vista, o ponto de vista materialista, de baixo para cima. Mas as realidades da consciência, do pensamento e da linguagem podem também ser perspectivados em sentido inverso, ou seja, estes devem ser considerados como factos autónomos capazes de atuar no sentido topo→base, influenciando a própria orgânica celular.

Tomar a consciência ou a subjetividade como factos é algo com que a ciência, sobretudo nas últimas décadas, lida mal. Geralmente tentam-se explicar estas realidades à luz das micro-estruturas celulares, decompondo-as nos seus elementos neurofisiológicos básicos. Mas o facto de lidar mal com estas realidades não significa que elas não existam. Como assinala John Searle (1984: 32): «se o facto da subjectividade vai contra uma certa definição de “ciência”, então é a definição e não o facto que teremos que abandonar».

Até que ponto as ideias e os concomitantes estados mentais ajudam a regular o organismo vivo? Esta hipótese parece ser bastante plausível quando sabemos que determinados estados mentais, provocados por emoções violentas, por exemplo, podem desequilibrar o estado físico do corpo. E o contrário também ocorre: as ideias, a mediação do pensamento, da racionalidade, podem ajudar a restabelecer o equilíbrio orgânico. Os organismos vivos passaram, provavelmente, por um longo processo evolutivo. E o aparecimento da consciência revelou-se uma vantagem evolutiva não simplesmente por permitir uma perceção alargada da realidade, mas porque ela própria se constitui como mecanismo de regulação vital. Damásio (2010: 231) dá conta disto mesmo:

(...) a razão para as mentes conscientes terem prevalecido na evolução foi o facto da consciência ter otimizado a regulação vital. O eu de cada mente consciente é o representante máximo dos mecanismos individuais de regulação vital, a sentinela e curador do valor biológico.

Se fossemos apenas um mecanismo de reação automática a determinados estímulos sensoriais, provavelmente não se punha a questão da cognição, nem da consciência. Reagiríamos de forma idêntica a estímulos idênticos, como o fazem as máquinas sem que

tenham consciência alguma do que fazem. Mas a consciência e todos os factos a ela associados permitem moldar quer a percepção da realidade quer as respostas do organismo aos dados sensoriais. Trata-se de uma *interface* entre o físico (o que vem de fora) e o biológico (o que está dentro) com grande poder regulador.

Negar o poder das ideias, do pensamento e da própria linguagem sobre a fisiologia do corpo é negar constatações do dia-a-dia de cada um de nós. Quantas vezes uma palavra nos incita a agir no sentido de realizar uma determinada tarefa, o que em termos biológicos corresponderá a uma ativação de mecanismos vitais, a um aumento da energia corporal e/ou do tónus muscular. A técnica pedagógica do ‘reforço positivo’ evidencia isto frequentemente, nas nossas escolas. Quando elogiamos um aluno relativamente a um aspeto do seu trabalho, ele tende a melhorar a sua performance escolar. E o contrário também se verifica: a depreciação constante leva à desmotivação, ao desinteresse e, muitas vezes, ao abandono escolar. São realidades mentais com implicações fisiológicas imediatas. As palavras tanto nos podem dar asas para voar, despertando sensações de prazer ou de bem-estar, como o contrário. Veremos mais adiante que, em termos psicanalíticos, a linguagem é mesmo usada como instrumento de cura. As palavras descarregam tensões e ajudam a restabelecer o equilíbrio psico-fisiológico.

A confirmar a influência do mental sobre o físico refira-se, também, que muitas doenças têm propensão a acontecer mais frequentemente em estados psicológicos alterados do que em estados de equilíbrio. Estados psicológicos nervosismo ou de *stress* diminuem as defesas do organismo e podem fazer desencadear algumas doenças físicas, como constipações, gripes, etc. Freud dá o exemplo do tifo e da disenteria contraídos num exército militar: «(...) a propensão a contrair tifo e disenteria é muito mais significativa nos membros de um exército derrotado do que em situação de vitória» (Freud 1905: 275).

Provavelmente será difícil definir, de uma vez por todas, o *pensamento*. Ele é uma síntese de estados corporais, é o ambiente de trabalho do ‘eu’, fundamenta-se em complexos mecanismos neuronais, mas para além disto é uma realidade, é um facto existencial que tem reflexos na própria arquitetura biológica. É difícil tomar o pensamento como um facto e não apenas como uma emergência da matéria. Como dizia Searle, é a própria definição de ciência que está em causa. A maneira como o *pensamento* interfere com o corpo, ou seja a *causalidade descendente*, nas palavras de Damásio, constitui um domínio ainda com muitas

interrogações: «O problema, haverá mesmo quem diga o mistério, tem a ver com a forma como um fenómeno actualmente considerado não-físico – a mente – pode exercer a sua influência sobre o sistema nervoso central que nos leva a executar acções» (Damásio 2010: 385). O facto de a audição de uma frase desencadear processos fisiológicos insere-se nesta problemática, com todas as interrogações subjacentes.

Para além disto, convém assinalar um outro facto que não é referido pelas análises base → topo: um organismo é, antes de tudo, uma síntese. Não se concebe um ser vivo pela junção cumulativa das suas partes. Se tentarmos fabricar um ser vivo colando artificialmente os seus órgãos, não chegaremos a lado nenhum. Experimentemos juntar um fígado, com um coração, dois pulmões, dois rins, intestinos, músculos, ossos, neurónios, etc., tudo muito bem colado e colocado nos sítios onde deveriam estar. O resultado nunca seria a vida humana ou outra qualquer. Limitar-nos-íamos a uma colagem de partes soltas, sem dinamismo congregador que é o que define a própria vida. Um ser vivo é, na sua origem ontogenética, uma síntese molecular; corresponde a um programa de desenvolvimento multifacetado que interage constantemente com o seu meio ambiente. A ideia de *síntese* biológica é fundamental e isto é, geralmente, é omitido pelas diversas abordagens analíticas da ciência. Um ser vivo começa por ser uma *semente*, um ser que encerra em si um conjunto de potencialidades que irão ser desenvolvidas durante o crescimento. Não é uma mera colagem de partes: é um projeto de desenvolvimento.

E em cada fase do crescimento o estado do todo influencia, numa dinâmica complexa, as suas partes: por um lado átomos e moléculas originam estados mentais, mas, por outro lado, estes estados mentais têm repercussões ao nível dos órgãos físicos do corpo. Focando mais particularmente os fenómenos linguísticos poderíamos resumir esta dialética ‘base ↔topo’ da seguinte forma:

1. Os sons da fala correspondem a ondas sonoras captadas pelo ouvido, o qual vai transformar essas oscilações em fenómenos químicos e elétricos e estes, por sua vez, são transmitidos até ao SNC através de interconexões sináticas. Esta descrição das coisas nada tem de cognitivo; é apenas física.

2. Para interpretarmos, para darmos sentido a um som, já intervêm outro tipo de realidades, como sejam as representações mentais ou as *imagens*. Ouvimos um som e fazêmo-lo corresponder a uma determinada imagem mental, gravada na memória, pre-existente ao estímulo sonoro. Conhecer é, assim, associar um estímulo sensorial a uma imagem pre-

existente e fazer *match-point*. Pela rapidez com que ocorre, isto dá a ideia de ser um automatismo, sem interferência da vontade, mas o que é facto é que estes fenómenos acontecem já no plano da consciência, num plano que não é já o plano meramente físico, implicando um ‘eu’, uma coordenação em primeira pessoa. Quando ouço a palavra ‘casa’ tenho na minha mente uma imagem genérica de ‘casa’ (o conceito de casa?) e faço encaixar essa imagem mental genérica ao conjunto de sons percebidos. E aqui reside uma das maiores controvérsias em relação às abordagens cognitivas. Para o cognitivismo este processo ocorre de forma meramente automática, como se fosse um reconhecimento automático de padrões, levado a cabo por uma mente computacional. A noção de ‘topo’ é aqui uma noção associada a um programa automático genérico que, nos seus fundamentos, consiste em manipular os símbolos ‘0’ e ‘1’ (entrada ou não de corrente eléctrica). Mas, na realidade, tanto quanto sabemos, não há nenhum facto que nos permita reduzir a cognição ou a atribuição de significado a uma mera manipulação de símbolos binários. Esta é uma visão muito controversa e, como tal, será mais prudente alargar o âmbito da noção de ‘topo’ e identificá-la com o domínio genérico da *consciência*, com todas as interrogações que ela suscita.

3. Uma vez interpretado o estímulo sonoro, podem desencadear-se reações emocionais ou de outro tipo (musculares, por exemplo, se o que ouvimos corresponde a uma ordem para fazer algo). Verifica-se, aqui, o percurso inverso (‘topo → base’), em que a ideia, o significado, a interpretação do sinal sonoro, põem em ação uma série de mecanismos fisiológicos.

António Damásio assinala esta dialética em *O Livro da Consciência*: «Entre o corpo e o cérebro decorre uma dança interactiva contínua. Os pensamentos implementados no cérebro podem induzir estados emocionais que são implementados no corpo, enquanto o corpo pode alterar a paisagem cerebral e, dessa forma, alterar o substrato dos pensamentos» (Damásio 2010: 127). Dando relevância às interações corpo-cérebro, o autor utiliza, no entanto, o termo ‘implementados’ quando se refere aos pensamentos («os pensamentos implementados no cérebro») esboçando, assim, uma visão computacional destes processos. O termo ‘implementados’ é originalmente oriundo do mundo da informática, pelo que os ‘pensamentos’ adquirem aqui uma conotação marcadamente tecnológica e/ou computacional, como se os mesmos não precisassem de um agente consciente e fossem mero resultado de mecanismos automáticos. Mais uma vez é a perspectiva cognitivista em ação, identificando o

conceito de mente com o de mente computacional.

Chegados aqui, convém fazer dois esclarecimentos, em jeito de parênteses, relativos à terminologia utilizada. No primeiro caso trata-se do binómio *mente-cérebro*. A palavra *cérebro* remete para um órgão físico do corpo, formado por dois hemisférios, com circunvoluções e constituído por milhões de neurónios. O emprego desta palavra corresponde a uma visão exterior dos fenómenos analisados; já a palavra *mente* diz respeito ao lado interior destes mesmos fenómenos, à ‘coisa’ vista por dentro. Digamos que há uma *deixis* associada a cada um destes termos. E a *deixis*, neste caso, corresponde ao ponto de vista do observador: cérebro-exterior, mente-interior. O mesmo acontece com o binómio, muito utilizado em neurociências, *mapa cerebral-imagem mental*. “Mapa” remete para uma observação exterior do cérebro, para zonas específicas de neurónios ativadas, como se estivéssemos do lado de fora a ver o que se passa; enquanto que a “imagem” pertence ao domínio do privado, da ocorrência em primeira pessoa. Quando Damásio escreve, falando dos mapeamentos cerebrais, «um dos espaços produz mapas explícitos de objetos» está a confundir dois pontos de vista: o espaço cerebral com zonas específicas ativadas (os mapas) corresponde ao ponto de vista exterior, de observação em terceira pessoa; o objeto (ou não será antes ‘a imagem do objeto’) remete para a representação mental, para o lado interior do fenómeno. Utilizar indistintamente um ou outro destes termos é estabelecer a confusão e mesclar duas realidades ou dois pontos de vista à partida antagónicos.

Damásio (2010: 91) esclarece que costumava ser bastante rígido em relação a estes binómios terminológicos, salientando que a *mente* vem associada à experiência privada enquanto o *padrão neural* se inscreve no *cérebro*, órgão físico. Contudo, esta “rigidez” terminológica dá lugar, na sua obra, a um emprego indistinto e/ou alternado dos termos *imagem*, *mapa* e *padrão neural*, referindo-se a realidades equivalentes, como ele próprio afirma.¹³⁷ Parece-nos, no entanto que o uso indistinto destes termos contribui para subalternizar um dos problemas centrais dos estudos da consciência que é, exatamente, a questão dos pontos de vista relativamente ao assunto. Não é curial que a *mente* se reduza aos processos cerebrais; digamos que o *cérebro* é uma condição necessária, mas não suficiente para explicar a *mente*. Esta é uma questão que tem dado origem a inúmeras controvérsias,

¹³⁷ «Mas para quê complicar as coisas, para mim e para o leitor, usando termos distintos para me referir a duas coisas que no fundo considero equivalentes? Ao longo deste livro emprego os termos *imagem*, *mapa*, e *padrão neural* quase em alternância. Por vezes esbato também a distinção entre mente e cérebro, para sublinhar o facto dessa distinção, embora válida, poder encobrir aquilo que tentamos explicar» (Damásio 2010: 91-92).

como vimos atrás (2.1.). David Chalmers (1996: 107), por exemplo, considera que os estados de consciência, os *qualia*, constituem um sério obstáculo na equivalência entre o físico e o mental, vendo nisto uma espécie de «explanatory gap», ou seja, uma lacuna, ou abismo explicativo.

O esquema apresentado nos pontos 1., 2. e 3. refere-se ao mecanismo de percepção dos sons da fala. No processo inverso, ou seja, quando falamos, acontece antes de mais uma síntese (de intenções, de ideias), no plano da consciência. Antes de dizer seja o que for, temos inicialmente uma ideia do que vamos dizer, embora *ab initio* os contornos desta ideia não estejam muito definidos. Esta ideia, sintética, vai depois ser desenvolvida, ganhar forma, através das palavras e das regras de combinação de palavras, de modo a tornar-se compreensível para o(s) interlocutor(s). O recurso aos itens lexicais e à sintaxe é de tal forma rápido que dá a ideia de um processo automático, sem controlo da vontade. Mas acontece aqui o mesmo que ocorre em muitos outros comportamentos aprendidos (andar de bicicleta ou conduzir um automóvel): depois de muitas vezes ouvidos/repetidos interiorizam-se automaticamente. No início, quando aprendemos a andar de bicicleta, temos que dar atenção detalhada ao volante, aos pedais, à posição do corpo. Com a prática, tudo isto se torna ‘automático’, ou seja, aprendemos a controlar cada um destes elementos em simultâneo e serão de esperar dez minutos de um agradável passeio, sem o perigo de queda.

É significativa a tendência da matéria viva para adquirir hábitos e/ou comportamentos repetitivos. Sanders Peirce, acerca dos processos de regeneração celular, falava na reincidência de comportamentos repetitivos, no caso a recomposição de moléculas destruídas levada a cabo pelo protoplasma celular.¹³⁸ Não se pode dizer que existe algum controlo consciente destes processos, mas o que é facto é que eles ocorrem nos tecidos orgânicos. Sabemos também, por investigações recentes em neurociências, que existem, no cérebro, neurónios responsáveis por comportamentos repetitivos (os hábitos) e outros neurónios

¹³⁸ Sanders Peirce chega mesmo ao ponto de considerar que as próprias leis físicas, as leis da mecânica, são afinal hábitos adquiridos à semelhança dos hábitos mentais: «(...) mechanical laws are nothing but acquired habits, like all the regularities of mind, including the tendency to take habits» (1935: 175).

relacionados com comportamentos intencionais.¹³⁹ Por exemplo, se todos os dias, para chegar a casa, carregamos no botão ‘2’ do elevador e entrarmos num elevador diferente do habitual, a nossa tendência é carregar no botão ‘2’, mesmo sabendo que este novo elevador não é o de casa, mas do dentista e que o consultório fica no piso 5. Trata-se de mecanismos automáticos, controlados por zonas específicas do cérebro; se a vontade e/ou a consciência não ‘falarem mais alto’, temos tendência a reincidir nos mesmos comportamentos. Segundo Rui Costa (2013), isto explica-se pela criação de automatismos nos circuitos neuronais, o que é benéfico porque permite executar muitas ações sem ter que pensar nelas: «O automatizar é bom, seja para falar, para tocar piano, escrever ao computador ou fazer qualquer coisa repetidamente, utilizando muito pouco do cérebro. Depois de aprendermos certas coisas, elas ficam mais rotineiras».¹⁴⁰ Segundo este neurocientista, as forças de ligação dos neurónios são diferentes consoante as ações sejam muito ou pouco praticadas. Quando uma atividade é muito praticada as ligações neuronais ficam mais fortes e o sujeito é impelido a agir de acordo com esses neurónios «senadores».¹⁴¹ O mesmo ocorre em relação à linguagem: o recurso aos itens lexicais, a função de designação (nome-objeto), bem como muitas outras funções da linguagem, constituem ‘hábitos’ linguísticos, ou seja, ações automatizadas devido ao seu uso repetido. Em relação à função de designação, o facto de a mente humana se aperceber de semelhanças entre objetos, independentemente do seu tamanho, forma ou cor, e os designar através de um mesmo nome constitui-se como um hábito. A ideia que temos da atividade de *falar* é que o fazemos quase por instinto, não pensando muito nisso, exatamente porque os seus processos básicos foram-se tornando atividades rotineiras, correspondendo a circuitos cerebrais permanentes.

4. O poder evocativo da linguagem

Apesar do carácter automático de muitos processos linguísticos, a linguagem apresenta uma outra característica singular: ela condensa em si situações de uso e vem, por isso,

¹³⁹ Dados recolhidos a partir de uma entrevista feita a Rui Costa, investigador em neurociência da Fundação Champalimaud, recentemente galardoado com o prémio Jovem Investigador da Sociedade Americana de Neurociências, transmitida na RTP2 in “100 minutos de ciência”, 2013.

¹⁴⁰ Rui Costa, entrevistado pela revista *Lisboa*, nº5, maio de 2013.

¹⁴¹ «No caso de uma ação já muito consolidada, como a dum pianista que toca seis horas por dia durante 30 anos, os neurónios que estão envolvidos em executar essa ação têm ligações muito fortes e os votos desses neurónios contam mais do que os votos dos outros. Mesmo que haja trinta a dizer para não tocar, se meia dúzia de outros que têm uma ligação mais forte à parte de controlo motor disserem que sim conseguem que a ação seja executada», Idem.

carregada de afetividade. É frequente associarmos às palavras determinadas cargas emocionais e o uso de certos termos pode imediatamente remeter-nos para estados mentais com uma forte componente afetiva. A aprendizagem de uma língua não se faz de forma puramente objetiva, i.e., fazendo corresponder de forma neutra ‘objeto-som’; ela vem mesclada de todo um «exército de conceitos colaterais», como escrevia Herder no seu *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*. Herder emprega o termo ‘conceitos’ colaterais, mas talvez seja mais apropriado falar de vivências colaterais associadas às palavras. A aprendizagem linguística acontece, geralmente, em contextos afetivo-emocionais específicos, pelo que muitas vezes recordar uma palavra é recordar o contexto emocional a ela associado. Como exemplo, poderíamos referir uma conversa com um colega (Y) em que, às tantas, se mencionava a palavra ‘Marrocos’. Ao ouvir a palavra ‘Marrocos’, Y diz: “– Marrocos? – Não me fales disso!”. Acontece que Y tinha estado em Marrocos há uns tempos e tinha aí vivido algumas experiências marcantes, pelo que a simples audição da palavra ‘Marrocos’ desencadeava no seu espírito essas mesmas experiências. Vale a pena lembrar Herder ([1784-91] 1987: 37) sobre o mesmo assunto:

Mal a palavra soa, essa multidão de espíritos levanta-se do túmulo da nossa alma e vem obscurecer o conceito puro e luminoso da palavra (...)
Desaparece a palavra e faz-se ouvir a sonoridade da impressão.

Sabemos que a memória é, muitas vezes, contextual: recordamos situações de vida e não apenas factos isolados. É a nossa experiência com o mundo que registamos nos nossos arquivos e não simplesmente os acontecimentos objetivos. As palavras, enquanto sinais, podem provocar a recordação de vivências e de interações sociais a elas associadas. Poderíamos, assim, dizer como Damásio que «as nossas recordações são afectadas por preconceitos» (Damásio 2010: 171),¹⁴² sendo que, neste caso, os ‘preconceitos’ constituem as vivências concretas de situações concretas. É por isso natural que as palavras evoquem estados mentais com determinados matizes afetivos. Elas são sinais carregados de impressões sensoriais que remetem não só para um significado abstrato, mas também para o mundo dos afetos. Carl Gustav Jung não centrou os seus estudos na linguagem, mas assinalou que esta

¹⁴² E ainda: «Aquilo que normalmente nos referimos como sendo memória de um objecto é a *memória composta das actividades sensoriais e motoras relacionadas com a interacção entre o organismo e o objecto* durante um certo período de tempo» (Damásio 2010: 170).

tem uma forte componente afetiva:

Provavelmente seria possível desenvolver sem grande dificuldade um ensino psicológico intuitivo a partir da linguagem. Tomemos, por exemplo, os sintomas das emoções na linguagem e a influência das emoções na linguagem, as metáforas emocionais, etc.¹⁴³

Eram comuns, à época, em psicanálise, os testes de associação que consistiam em fornecer aos pacientes palavras isoladas às quais estes respondiam com o que lhes ia na ‘alma’, dizendo outra palavra associada à que tinham ouvido. Em certos pacientes, determinadas palavras como *divórcio*, *acidente* ou *traição* podiam mesmo provocar distúrbios emocionais significativos. Para Freud, os acontecimentos traumáticos tendem a ser arquivados na memória não declarativa (o inconsciente) podendo aí permanecer vários anos, como mecanismo de defesa. Recordar esses acontecimentos através de certas palavras pode provocar autênticos tremores de terra psíquicos.

Um outro tipo de evocação atribuído às palavras acontece no domínio da magia e/ou das religiões em que as palavras são, muitas vezes, utilizadas como meios de comunicação com a(s) divindade(s) – apelos à proteção divina – ou como instrumentos de cura. Pronunciar certas palavras, expressões ou frases permite esconjurar demónios ou abrir o acesso à comunicação homem-céu. Os *mantras* (sons sagrados que, no hinduísmo ou no budismo, simbolizam uma energia divina) e, de forma geral, as *orações* incluem-se neste tipo de função evocativa da linguagem, com um acentuado carácter performativo (no sentido em que *dizer é fazer*, pronunciar certas palavras é curar, por exemplo).

Para concluir, diríamos que a invocação de uma palavra pode desencadear estados mentais semelhantes à experiência de vida correspondente.¹⁴⁴ As palavras remetem para acontecimentos, para situações, como se os estivéssemos a viver de facto. Tentaremos adiantar uma explicação para isto mais adiante quando falarmos dos neurónios-espelho, mas antes foquemos um outro aspeto da comunicação verbal que diz respeito a mecanismos de identificação.

¹⁴³ In *Cartas 1906-1945*, p.321. Carta escrita em 10.04.1942 ao Dr. Jürg Fierz, redator em Zurique, ainda estudante em 1942.

¹⁴⁴ Ressalve-se, no entanto, que não são só as palavras que têm este poder evocativo. Pela capacidade de representação de inúmeras situações, elas podem evocar, também, inúmeras memórias. Mas o mesmo pode acontecer com objetos, pessoas, sensações, etc. Como referimos atrás, a “madeleine” degustada por Marcel Proust evocou uma situação vivida na sua infância.

5. Mecanismos de identificação

A comunicação verbal consciente implica, muitas vezes, mecanismos de identificação. De certa forma, conhecer é integrar, assimilar, refletir interiormente o que se ouve. Se se tratar de uma comunicação à distância (emissões de televisão ou de rádio) a identificação é meramente contedística: temos tendência para nos identificarmos com a situação ou com a informação em causa. Nestes casos, acontece, por vezes, não quereremos ser influenciados pelo matiz afetivo da comunicação e, em consequência, desligamos o aparelho ou baixamos o som. Poderíamos dar como exemplos um sem-número de situações, como as notícias sobre tragédias naturais (cheias, tremores de terra, ciclones, etc), atualização de dados sobre o desemprego, medidas de austeridade...Digamos que, nestes últimos tempos, os diversos meios de comunicação social traçam um cenário tão negro à nossa volta que a consequência imediata é o convite ao silêncio, como estratégia de preservação de uma certa integridade psico-fisiológica.

Se a comunicação for presencial, a identificação pode ocorrer em várias vertentes, incluindo a identificação com a pessoa que está à nossa frente. É frequente, ao falar com alguém, imitarmos, nos momentos seguintes, a postura corporal (a forma de andar, de falar) da pessoa com quem falámos. Por vezes, leva algum tempo até voltarmos à nossa própria personalidade. Ainda há pouco tempo, um professor de Ciências Físico-Químicas, entrou na sala onde a professora X estava a dar aulas, tendo aí permanecido cerca de dez minutos, informando os alunos de algo relacionado com a sua disciplina. A sua presença, durante esse curto espaço de tempo, foi suficiente para que X assumisse involuntariamente alguns dos comportamentos do referido professor, nomeadamente a maneira de andar, a postura, a entoação e até supostas reações às intervenções dos alunos. Esta influência durou, aproximadamente, quatro horas.

António Damásio dá conta de uma situação semelhante. Não se trata, no seu caso, de uma comunicação presencial, mas de um pensamento, pensar numa determinada pessoa. Conta ele que, numa tarde de verão, pensou no colega B. De imediato, o seu comportamento imitou B., nomeadamente quanto à sua maneira de andar: «(...) apercebi-me de que me movera, apenas por uns instantes, de um modo igual ao do meu colega B. Tinha a ver com a

forma como balouçara os braços e arqueava as pernas.» (Damásio 2010: 137).¹⁴⁵ Damásio refere que, nesse dia, tinha visto passar o colega à janela do seu gabinete, mas que não tinha dado grande importância a esse facto.

Estes exemplos, mostram como podemos assumir comportamentos de outras pessoas quase involuntariamente. A nossa psique (o nosso cérebro?) capta, sem darmos conta, pormenores de movimento, de postura corporal, de entoação, de reatividade emocional, etc., funcionando como um papel químico dos outros. Isto indicia, de um ponto de vista psíquico, a existência de um centro de personalidade, o *self*, que molda os comportamentos físicos de acordo com o modelo que interioriza. Digamos que a *personalidade* é algo de bastante vulnerável a influências. O *self* capta a “essência” dos outros e interioriza-a mimeticamente. Sanders Peirce, num rasgo de supremo idealismo, define uma pessoa como «a particular kind of general idea» (1935: 176). Esta «ideia geral» corresponde à unidade do ‘eu’, à síntese bio-psíquica particular de cada um. O meu ‘eu’, enquanto ideia geral, consegue captar a ideia geral do outro de forma automática e representá-la em alguns comportamentos básicos.

O mesmo poderia ser dito em relação às palavras exteriorizadas na fala ou simplesmente pensadas, como no caso do Dr. B de Damásio. A palavra que uso sou eu, é uma parte de mim, vem com o selo da minha interioridade (Peirce: «the word or sign wich man uses is the man himself», 1935: 189). A linguagem, enquanto exteriorização do pensamento, implica todo o meu ser, implica-me como unidade psíquica. Quando penso na palavra ‘casa’ a ideia de ‘casa’ ressoa dentro de mim e, por instantes, eu sou uma *casa*. Cada um de nós apresenta uma personalidade única, mas tem também a capacidade de *representação* interior, no sentido literal de *tornar presentes* objetos, situações, pessoas, etc. Damásio diz, a propósito, que «o cérebro humano é um imitador de primeira água», pois «tem a capacidade de representar aspectos da estrutura de coisas e acontecimentos não-cerebrais» (2010: 90). O autor refere que não é simples explicar a forma como isto acontece, embora se saiba que não se trata de uma mera transferência passiva, mas que implica uma construção ativa do interior do cérebro. Que sejam os neurónios-espelho (que trataremos no ponto seguinte) os responsáveis por estes processos, obrigar-nos-ia a refletir, mais uma vez, até que ponto células individualizadas, que são entidades fisiológicas, são capazes de, por si

¹⁴⁵ E ainda: «Todavia, o mais interessante era que as imagens visuais que formara haviam sido sugeridas, ou melhor, moldadas pela imagem dos meus próprios músculos e ossos a adoptarem os padrões característicos de movimento do meu colega B. Em resumo: acabara de andar *como* o Dr. B.».

só, assumir capacidades representacionais. Voltamos à questão dos pontos de vista: os neurónios correspondem a uma visão exterior do problema enquanto que a capacidade de mimese é interior.

O que atrás ficou exposto acerca da identificação com o outro poderá contribuir para esclarecer os mecanismos que subjazem à aprendizagem de uma língua. Até que ponto a mimese, i.e., a captação automática de comportamentos linguísticos (como sejam a articulação dos sons, a entoação, o ritmo, as pausas) não é determinante na aquisição de uma língua? Sabemos que as crianças imitam, muitas vezes, os adultos. E esta imitação não se faz apenas em relação a sons e significados tomados abstratamente, mas diz respeito ao próprio *modus operandi* da fala, aos seus mecanismos internos. A criança capta, sem se dar conta, a maneira de pronunciar os sons, bem como outras características associadas à fala. Interioriza a maneira de fazer, sem ter consciência de que o faz através de mecanismos de identificação, tal como a professora X imitou, involuntariamente, a maneira de andar, de falar, do colega que entrou na sua sala de aulas. Veremos, de seguida, se estes fenómenos poderão ser explicados através dos *neurónios-espelho*.

6. Neurónios-espelho

Se vivessemos no século XVII, a explicação para este tipo de fenómenos vinha cunhada com uma dose substancial de metafísica. A *alma* era um conceito recorrente na altura, à qual se atribuía a propriedade de refletir tudo o que existe no Universo. Leibniz escrevia que «A nossa alma tem sempre em si a qualidade de se representar qualquer natureza ou forma que seja» ([1686] 1984: 77). Seria, pois, uma tarefa relativamente simples remeter a explicação para uma suposta ‘alma’ à qual eram atribuídas potencialidades quase infinitas. Na atualidade, a explicação é um pouco mais detalhada e materializa-se nos chamados *neurónios-espelho*. Contemos brevemente a história da descoberta destas entidades.

Há cerca de vinte anos atrás, uma equipa de cientistas, encabeçada por Giacomo Rizzolatti, da Universidade de Parma, levou a cabo uma série de experiências: foram colocados elétrodos na cabeça de alguns macacos, sendo que estes deveriam observar o investigador a fazer vários movimentos. Verificou-se que quando o investigador levantava a mão para pegar numa uva-passa eram ativados, no cérebro do macaco, neurónios correspondentes à ação de levantar a mão levada a cabo pelo próprio macaco. Ou seja, um

certo grupo de neurónios disparava tanto pela ação em si (levantar a mão), como pela simulação da ação, neste caso vendo o investigador a fazer o mesmo. O macaco permanecia imóvel, mas cerca de 20% dos neurónios correspondentes à ação eram ativados. Tanto a ação motora quanto a sua representação (ou simulação) faziam ativar os neurónios localizados na mesmas regiões do cérebro. Embora nos seres humanos seja mais difícil testar a atividade de neurónios individualizados, técnicas como a magnetoencefalografia ou a imagiologia neural funcional permitem concluir que as mesmas regiões do nosso cérebro respondem quer a ações quer a observações das ações. Este tipo de atividade cerebral, nos humanos, pode observar-se no córtex pré-motor e no lobo parietal inferior (regiões associadas a movimentos e percepções).

Há quem considere, como é o caso de Ramachandran (2011), que os *neurónios-espelho* são uma das maiores descobertas neurocientíficas da última década. Eles constituem uma explicação para a compreensão do comportamento dos outros que acontece sempre que os *neurónios-espelho* nos colocam «num estado corporal comparável» (Damásio 2010: 136). O comportamento dos outros é interiorizado como se fosse o nosso próprio comportamento de tal modo que ficamos aptos a agir como a outra pessoa, verificando-se uma «pré-ativação das estruturas motoras» (Damásio, 2010:136). Investigações posteriores (Rizzolatti e Arbib: 1998) vieram revelar que uma das regiões particularmente ricas em neurónios-espelho é a área de Broca, o que sugere que a linguagem humana possa, em parte, ser explicada devido à compreensão gestual mimetizada interiormente, fazendo ativar estas estruturas neuronais. Como vimos no ponto 1. desta Parte II, a área de Broca controla mecanismos de articulação pelo que estes podem acontecer pela simples observação de outras pessoas a falar. Ramachandran (2011: 122) sugere que os movimentos dos lábios ou da língua podem ser aprendidos por mimese, vendo outras pessoas a fazê-los: «As Rizzolatti noted, mirror neurons may also enable you to mime the lip and tongue movements of others, which in turn could provide the evolutionary basis for verbal utterances».

Este neurocientista,¹⁴⁶ baseando-se nos neurónios-espelho, propõe mesmo que o aparecimento da cultura nas sociedades humanas se deve incidentalmente ao desenvolvimento deste tipo de estruturas neuronais. Se durante milhões de anos a seleção natural dominou o panorama evolucionista na Terra de uma forma lenta, o aparecimento dos neurónios-espelho constituiu um salto gigantesco para a humanidade, uma vez que os comportamentos já não estavam só à mercê de combinações genéticas fortuitas e morosas, mas eram transmitidos

¹⁴⁶ Ramachandran é, atualmente, Diretor do Centro “Cérebro e Cognição”, Diretor do Programa de Graduação em Neurociências e Professor na Universidade da Califórnia, San Diego.

rapidamente de geração em geração por simples imitação. Esta descoberta tem incidência não só ao nível dos comportamentos motores, mas também ao nível dos estados mentais, ou seja, encontrou-se nestas estruturas uma explicação para a capacidade humana de inferir o estado mental de outra pessoa a partir dos seus comportamentos. Por exemplo, se num filme, vírmos dois atores a beijarem-se, por vezes, sentimo-nos como se estivessemos nós a fazer o mesmo. O cérebro tem a capacidade de se colocar na pele do outro e imaginar como ele se sente e, eventualmente, representar as suas intenções, emoções, pensamentos, etc. Premack e Woodruff (1978: 516-526) designam esta capacidade de *teoria da mente*. ‘Teoria’ porque os estados mentais do outro não são observáveis, mas o sujeito formula uma *teoria* ou *hipótese* sobre o comportamento dos outros.

Uma evidência deste tipo de comportamentos acontece logo em tenra idade. Andrew Meltzoff, um psicólogo cognitivista da Universidade de Washington, descobriu que um recém-nascido frequentemente deita a língua de fora quando vê a mãe a fazer isso. O mesmo acontece com o sorriso que um bebé esboça ao ver a mãe sorrir. Trata-se de uma empatia natural que se manifesta pela imitação de gestos ou comportamentos. Pelo facto de isto ocorrer muito cedo (em recém-nascidos) pensa-se que esta capacidade será inata. Pelo menos, não implicará a componente cognitiva do cérebro. A reação espontânea a um sorriso pode dever-se ao facto da mensagem facial atingir o sistema límbico (o centro emocional do cérebro) que se liga aos gânglios basais, o que origina uma contração natural dos músculos faciais para produzir um sorriso; tudo isto ocorre sem a intervenção do córtex, onde estão localizadas as funções intelectuais superiores como a linguagem (Ramachandran, 1998: 13).

A hipótese que adiantámos no ponto anterior de que poderia acontecer na aprendizagem de uma língua um mimetismo automático, parece vir confirmada com estas descobertas. Em vez de concebermos um nível mental abstrato constituído por regras e símbolos, como pretende o cognitivismo, acontecem, sobretudo, mecanismos de identificação com o outro, na aprendizagem linguística. Estes mecanismos são depois automatizados, constituindo-se como hábitos linguísticos complexos. E são complexos porque se referem não só aos movimentos articulatorios em si, mas também à vertente cognitiva da linguagem. As crianças captam o modo de produzir sons, mas concomitantemente, também captam ideias, crenças, estados mentais dos adultos com quem interagem. Isto faz com que o substrato de aprendizagem linguística seja bastante heterogéneo, incidindo não só nos aspetos motores da

linguagem, mas também nos conteúdos mentais transmitidos de pais para filhos. Uma criança que cresça num ambiente familiar disfuncional, exposta frequentemente a atos de violência verbal ou física, tende a comportar-se da mesma forma na escola, por exemplo. As crianças são, assim, bastante vulneráveis a influências, positivas ou negativas, dado que o seu desenvolvimento mental não lhes permite ainda distanciarem-se criticamente dos seus familiares mais diretos.

Uma primeira conclusão que poderemos tirar destas experiências é que compreender os outros é identificarmo-nos com eles. É ativar dentro de nós comportamentos ou ideias semelhantes. Já Leibniz, no século XVIII, o assinalava quando *Filaleto* perguntava se o fim principal da linguagem não é «excitar no espírito daquele que me ouve uma ideia semelhante à minha» ([1765] 1993: 197). Leibniz, de certa forma, antecipa, nesta citação, a ideia de neurónios-espelho os quais revelam, antes de mais, que existe no cérebro uma categorização abstrata de semelhanças entre ações ou observações de ações. Ou seja, em termos neuronais, o cérebro parece ser uma estrutura altamente organizada: pensar na ação X ou ver fazer X corresponde ao mesmo disparo de neurónios. Diríamos que o cérebro não perde tempo com circuitos inúteis; ele vai diretamente ao que interessa apercebendo-se das semelhanças essenciais entre a ação X e a observação de X, colocando-se *como se* estivesse a realizar X e fazendo disparar o mesmo tipo de neurónios. O problema reside em saber porque é que o cérebro tem esta capacidade de mimese, a capacidade de se pôr no lugar do outro e agir como se fosse o outro.

Em termos humanos, esta capacidade põe a nú, antes de mais, a grande vulnerabilidade do mundo psíquico, do ‘eu, da personalidade. Pensar no outro, ou ter na cabeça a ideia do outro, pode funcionar como modelo operacional. Penso em Y e interiorizo Y como modelo dos meus próprios comportamentos. Isto parece indicar que a *ideia*, o modelo geral do outro, pode agir sobre os mecanismos fisiológicos. Se penso em Y e ajo como se fosse Y, significa que a ideia de Y comanda a minha fisiologia. No caso descrito por Damásio, pensar no colega B. desencadeou nele mecanismos fisiológicos em tudo idênticos aos do colega. A ideia do Dr. B serviu de molde operacional para a fisiologia de Damásio.¹⁴⁷ Isto mostra que as representações mentais, as ideias têm o poder de moldar as estruturas corporais. A ideia de Damásio foi sugerida por uma visão momentânea do colega; esta visão ficou gravada na sua memória e quando, mais tarde, se lembrou de B. reproduziu

¹⁴⁷ Damásio intitula a descrição deste caso como “A origem de uma ideia” (2010: 137).

corporalmente algumas características de B. Pode acontecer que tudo isto ocorra automaticamente, sem controlo da vontade, implicando mecanismos ainda pouco explorados. Mas, filosoficamente, os exemplos atrás apresentados, em que a ideia de X, a representação de X, faz ressoar X dentro de mim, sugerem que as ideias, funcionam, muitas vezes como ‘moldes’ de configuração para a matéria. Em jeito de parênteses, diríamos que, do ponto da economia de esforços, é mais fácil partir do princípio de que a ideia determina a matéria, ou seja, fornece um modelo de organização para a matéria do que o contrário (a matéria determina as ideias). Senão vejamos:

(i) No segundo caso, teremos que admitir infindáveis combinações de átomos/moléculas até conseguirmos a única combinação que dá origem a uma ideia específica, numa correspondência de biliões para um.

(ii) No primeiro caso, verifica-se uma economia total de esforços na medida em que o padrão inerente à ideia configura a matéria segundo esse modelo, numa correspondência um para um. Mas deixemos estas divagações filosóficas que certamente nos levariam muito longe e detenhamo-nos na correlação cérebro/expressão verbal.

Os psicólogos Gary Lupyan, da Universidade de Wisconsin-Madison, e Daniel Swingley, da Universidade da Pensilvânia, levaram a cabo uma curiosa experiência que revela que quando falamos sozinhos é mais fácil encontrarmos objetos perdidos (2011). Na experiência, foram mostradas a alguns voluntários cerca de vinte imagens de objetos de uso quotidiano e pedia-se-lhes que encontrassem um deles, mediante um pequeno texto com indicações. Isto foi primeiramente feito em silêncio. Depois foi-lhes pedido que repetissem várias vezes, em voz alta, o nome do objeto que procuravam. Os resultados mostraram que, no segundo caso, quando os participantes falavam consigo próprios, os objetos eram encontrados mais rapidamente. Pronunciar o nome do objeto em voz alta aumenta o poder de concentração e pode modular os processos visuais que ocorrem no cérebro. Segundo estes investigadores, dizer a palavra ‘limão’ em voz alta ativa no cérebro as propriedades do limão (cor amarela e forma oval). Assim ficamos mais atentos e a probabilidade de encontrar o limão é maior. Na hipótese de as perceções e as expressões verbais correspondentes implicarem o mesmo tipo de atividade neuronal, como parece indicar esta experiência, então as palavras têm a capacidade de ativar circuitos cerebrais *como se* estivéssemos a passar pelas mesmas experiências sensoriais. O número de neurónios em jogo na representação verbal será

apenas uma parte do total de neurónios implicados na perceção real – cerca de 10 a 20 por cento do total – e daí que a intensidade com que experimentamos uma e outra situação seja também diferente (a perceção real é, geralmente, mais intensa do que aquela que é induzida pelas palavras).

Esta hipótese vem dar um fundamento acrescido à ideia de que a arbitrariedade na relação significado/significante reside apenas na forma exterior da linguagem. Do ponto de vista das estruturas cognitivas e/ou cerebrais a realidade é a mesma, quer digamos ‘gato’, ‘chien’ ou ‘cat’. Humberto Maturana e Francisco Varela (1984: 165) perfilham esta mesma ideia quando assinalam que o mais importante é saber como as estruturas cerebrais acolhem as interações linguísticas e não os modos de interação específicos de cada língua.

A linguagem verbal tem, no entanto, uma característica que a distingue de outros tipos de representações: ela permite a reprodução da realidade nas suas mais diversas situações. Um macaco consegue perceber semelhanças entre uma ação e a observação dessa ação, mas quer uma quer outra situação se situam no domínio do concreto, do sensorial. A linguagem descola deste domínio e permite uma abstração quase total em relação aos dados sensoriais. Quando digo “o macaco pegou numa uva-passa” é provável que ocorra um disparo de neurónios *como se* eu estivesse a pegar numa uva-passa, uma vez que eu estou a representar interiormente a ação. Só que o simples facto de não necessitar de uma base sensorial concreta (por exemplo, estar a ver o macaco a praticar a ação) confere à linguagem um poder de abstração quase ilimitado. Através dela conseguimos reproduzir situações pertencentes aos diversos matizes do passado, do presente e, eventualmente do futuro. Associada à capacidade de memorização, ela permite organizar o presente em função de experiências anteriores e, eventualmente, também projetar o futuro. Só os seres humanos são capazes de viagens mentais no tempo, andando para trás e recordando episódios passados ou para a frente antecipando situações futuras, como é referido por Candau (2005: 18) reportando as MTT (*mental time travel*) de Suddendorf e Bubsby (2003). E a linguagem acompanha estas viagens, conferindo uma enorme vantagem à espécie *homo sapiens*: não nos confina ao *hic et nunc* das necessidades imediatas. Terá, porventura, outras desvantagens como sejam a representação de situações que nunca aconteceram (a linguagem permite a mentira) ou de seres irrealis (falar de unicórnios ou de sereias). Mas até nisto ela põe em destaque a peculiaridade da nossa espécie ao ser uma forte aliada da *imaginação*.

Cabem, no entanto, aqui algumas questões recorrentes: serão os neurónios em si, ou redes de neurónios, a causa primeira para que estes fenómenos se verifiquem? Não será antes a vertente cognitiva, a capacidade representacional que torna isto possível? Os grupos específicos de neurónios que disparam tanto ao fazer X como ao ver fazer X ou ouvir X não serão apenas o reflexo da atividade representacional levada a cabo no interior do cérebro? Senão vejamos:

As investigações neurocientíficas revelaram que a atividade dos chamados *neurónios-espelho* é, nos humanos, particularmente significativa nas áreas de Broca, de Wernicke e giro angular: «(...) these are the very areas in which mirror neurons abound» (Ramachandran 2011: 182). Estas áreas, como vimos na Parte I deste trabalho, estão associadas à linguagem: a área de Broca relaciona-se com mecanismos articulatórios e estruturação sintática, a área de Wernicke, com a representação do significado das palavras e/ou frases e o giro angular coordena a perceção visual com atividade de escrita e/ou de leitura e aspetos da abstração. Nos macacos, abundam *neurónios-espelho* na área pré-motora ventral, precursora da área de Broca, e também no lobo parietal inferior esquerdo (Ramachandran 2011). Não deixa, assim, de ser curioso que este tipo de atividade neuronal aconteça em áreas diretamente relacionadas com a componente representacional (a própria linguagem constitui um sistema altamente representacional). O que estas experiências parecem revelar é que existe uma componente cognitiva e/ou representacional quer seja ao nível da ação, da observação da ação ou da expressão verbal da ação. Há como que uma pré-categorização da realidade abstraindo dela semelhanças óbvias. Ramachandran, a propósito das experiências feitas com macacos, escreve que os neurónios ou a rede neuronal «has to compute the abstract similarity between the command signals specifying muscle contraction sequences and visual appearance of peanut reaching seen from the other monkey's vantage point» (2011: 175). Os macacos têm, assim, que abstrair semelhanças entre a ação e a observação da ação, numa pré-concetualização das duas situações. Nos seres humanos esta capacidade de abstração de semelhanças e de analogias será muito maior do que nos macacos, dada a complexidade do nosso cérebro quer no número de neurónios quer no número de conexões neuronais.

Ramachandran põe a hipótese de que, uma vez que a área cerebral que controla os movimentos corporais se encontra tão próxima da área de Broca, provavelmente, esta última resulta de uma duplicação da área motora inicial, expandindo as suas capacidades: «There was a subsequent duplication of this ancestral area, and one of the two new subareas became

further specialized for syntactic structures that is divorced from actual manipulation of physical objects in the world – in other words, it became Broca’s area» (2011: 182). Mesmo que, em termos de evolução, tenha ocorrido esta duplicação, será isto suficiente para explicar a capacidade de mimese, de re-presentação, de tornar o outro presente em mim? Será que o reducionismo aos neurónios consegue explicar a capacidade de representação e, de forma geral, as capacidades cognitivas? Não serão antes estas capacidades atribuíveis ao todo, ao *self*?¹⁴⁸

Para terminar este ponto, mais uma anotação terminológica. Onde a neurociência atual vê a atividade de *neurónios-espelho* para explicar a capacidade de mimese interior de movimentos, intenções, dores, emoções, Carl Gustav Jung via processos *inconscientes*. Ele próprio relata, nas suas *Cartas*, que estando um dia sentado perto de um indivíduo com carácter duvidoso, o simples facto de estar perto dele e de ter trocado duas ou três palavras com ele foi suficiente para que Jung reproduzisse o seu estado interno e, sobretudo, as suas más intenções. Jung atribuiu isto a processos inconscientes, uma vez que aconteceram para além da sua vontade e consciência. Jung considerava o *inconsciente* também como um espaço transindividual. Agora vem a questão terminológica: falar de *inconsciente* é ainda preservar uma certa integridade psíquica e situar-se *du côté de l’âme*; falar de *neurónios-espelho* é, mais uma vez, incidir no aspeto exterior dos fenómenos, e ver, sobretudo, automatismos maquinais, tomando os neurónios como peças de uma engrenagem. Não poderemos negar que as perceções visuais, auditivas ou quaisquer outras são captadas inicialmente por neurónios sensoriais e transmitidas, através de outros neurónios, até ao SNC. Mas os mecanismos de percepção não se encontram ainda cabalmente explicados. Edelman, por exemplo, sugere que aconteça uma pré-categorização dos estímulos sensoriais, o que implica que a percepção não seja um registo passivo de dados, mas uma construção ativa no interior do cérebro. Os neurónios, como é sabido, são células com uma grande sensibilidade para além de uma grande complexidade. Sanders Peirce escrevia que quanto mais complexa uma substância for mais instável ela é: «All very complicated substances are instable» (Peirce 1935: 167). Talvez a instabilidade dos sistemas nervosos, dada a sua enorme complexidade, explique a capacidade

¹⁴⁸ Leibniz, insurgindo-se contra as causas materiais, escrevia: «Como se para explicar uma conquista que um grande príncipe fizesse ao tomar um lugar importante, um historiador entendesse afirmar que foi porque os pequenos corpos da pólvora para canhão se escaparam com uma velocidade capaz de arrastar um corpo duro e pesado contra as muralhas da praça, ao serem libertados pelo contacto da mecha, enquanto as partes que compõem o cobre do canhão estavam suficientemente bem entrelaçadas para não se desunirem por esta velocidade; em lugar de fazer ver como a providência do conquistador lhe fez escolher o tempo e os meios convenientes e como o seu poder ultrapassou todos os obstáculos» ([1686] 1984: 67).

de reconfiguração interna perante os estímulos sensoriais que recebe. Fica aqui uma proposta em jeito de hipótese explicativa.

7. Linguagem: o individual, o coletivo e o universal

Deixando um pouco de lado a fundamentação biológica dos processos linguísticos e circunscrevendo-nos à linguagem enquanto sistema de signos diríamos, como Leibniz, que é característico da linguagem operar com termos gerais. Os nomes *cadeira* ou *mesa* não se atêm a objetos particulares (embora o possam fazer através do uso de determinantes, com em *esta cadeira* que remete para um objeto específico), mas constituem-se como referências gerais para uma categoria de objetos. Seria impensável dar nomes distintos a todo e qualquer ser individual; a nossa capacidade de memorização não daria conta do recado e perder-se-ia a capacidade de abstração e de generalização que a linguagem nos proporciona. É certo que o nome *cadeira* usado pelo falante X corresponderá a uma realidade psicológica distinta do mesmo nome usado por Y, mas nem por isso deixa de haver entendimento relativamente ao significado da palavra já que ela, antes de tudo, remete para um conceito geral ou, se quisermos, para uma categoria de objetos. Diríamos, pois, que uma língua é também um repositório de termos gerais e, como tal, um instrumento de categorização da realidade. Mas as características de abstração, generalização e de categorização atribuídas à *linguagem* não são também características do próprio *pensamento*? Elas fazem associar pensamento e linguagem num binómio basilar de interação do homem com o seu mundo.

É certo que muitas vezes pensamos com palavras, com palavras de uma língua concreta. Isto acontece devido a mecanismos automáticos de denotação da realidade. Tal como automatizamos várias competências na vida (andar de bicicleta, conduzir um automóvel) automatizamos de igual modo mecanismos de associação ‘objeto/situação/conceito → som’.

A linguagem pode constituir-se como um repositório de memórias individuais já que, como vimos nos pontos 4. e 5. do Capítulo II desta Parte II, ela acompanha o percurso de vida de cada um de nós e vem associada a experiências variadas. Nesse sentido, ela é também um código particular. Depois de interiorizado o funcionamento básico de uma língua, esta acaba sempre por ser a língua de cada um de nós, funcionando como expressão de uma individualidade, de um carácter ou mesmo de um percurso de vida. E aqui reside uma das

vertentes mais interessantes da linguagem: começando por existir fora do indivíduo, na família, na sociedade, ela vai sendo paulatinamente assimilada ao próprio ritmo da vida e das suas experiências de modo a constituir-se como instrumento de individuação. As palavras e os conceitos a ela associados, aliados à própria vida, fazem com que cada um se encontre consigo mesmo, com a sua identidade, num processo dinâmico de autoconhecimento.

Embora possa ser um código de expressão individual, a linguagem tem também a característica de fazer com que todos os falantes de uma dada língua comunguem os mesmos processos de abstração, categorização e generalização do real. É aqui que reside a sua base universal: na estruturação cognitiva da mente humana, nas capacidades de abstração e de generalização, comuns a todos. A *universalidade* linguística não deverá ser procurada nos sinais externos, nos signos específicos de cada língua, mas antes na estruturação interna do próprio pensamento, nos processos de apreensão do real, esses sim comuns a todos. Dizer *O livro do Pedro* ou *Peter's book* são duas expressões sintaticamente diferentes, mas que correspondem a uma mesma realidade cognitiva. Poderemos imaginar que o reflexo neurobiológico seria o mesmo, numa ou noutra expressão, fazendo disparar o mesmo tipo de neurónios. Será, portanto, o pensamento em si que constitui a base universal. As línguas constituem códigos aprendidos, como muitos outros códigos, que se associam às operações psicológicas levadas a cabo pela mente humana. Já Leibniz acentuava esta prevalência das ideias sobre as palavras (repita-se a citação): «Porquê, então, limitar-se aos nomes, quando se trata das próprias ideias e porquê prender-se à dignidade dos modos mistos quando se trata dessas ideias em geral?» ([1765] 1993: 207). E enquanto instrumentos ao serviço da psique, as suas potencialidades não se atêm à simples transmissão de informação. São diversas as operações psicológicas levadas a cabo através da linguagem: julgar, criticar, desabafar, implorar, injuriar, elogiar, etc. É a própria vida humana que confere à linguagem o caleidoscópio das suas funções. Proceder indutivamente, analisando as várias línguas existentes e a partir delas encontrar *universais* linguísticos, como pretende o generativismo, não parece ser o melhor caminho, já que assim incidiremos as nossas pesquisas nos aspetos exteriores da linguagem, infinitamente variáveis quando, afinal, o mais relevante são os processos cognitivos subjacentes.

Poderíamos, assim, dizer que as palavras funcionam como *símbolos* internos e externos. *Símbolos internos* porque uma palavra é, muitas vezes, uma súpula de experiências pessoais. Dizer *laranja* evoca no espírito uma série de sensações como sejam o carácter

refrescante do fruto, a cor, o sabor inconfundível, a imagem visual de um laranjal específico que conhecemos na nossa infância, etc. E são também *símbolos externos* porque, remetendo para conceitos gerais, as palavras permitem o entendimento entre os falantes de uma mesma língua. Elas condensam em si conjuntos de seres com características semelhantes (a palavra ‘cadeira’ refere-se a uma grande variedade de objetos: as cadeira da sala de jantar, as cadeira de praia, as cadeira de uma sala de aulas, etc.).

A atenção dada às línguas como sistemas de símbolos externos, utilizados e difundidos por uma comunidade, acentua a vertente *langue* do binómio *langue/parole* enunciado por Saussure; a atenção dada às línguas como exteriorização de estados psicológicos/interiores enfatiza a vertente *parole* do mesmo binómio. Martin Heidegger refere-se ao carácter interior/exterior das palavras nestes termos:

D’abord et avant tout, parler c’est exprimer. Rien de plus courant que la représentation de la parole comme extériorisation. Elle présuppose dès l’abord l’idée d’un intérieur qui s’extériorise. Faire de la parole une extériorisation c’est justement rester à l’extérieur, d’autant plus qu’on explique l’extériorisation en renvoyant à un domaine d’intimité (Heidegger 1976: 16).

As palavras têm, pois, uma dupla natureza: interna e externa. A *langue* começa por existir fora do indivíduo, na sociedade, formando um sistema de regras e itens. Cada indivíduo vai, depois, interiorizando este sistema, convertendo-o na sua *parole* pessoal. Enquanto instrumentos de catalogação da realidade, as línguas servem o desenvolvimento intelectual e cognitivo de cada falante individual. Têm, assim, uma dupla valência:

langue – enquanto sistemas abstratos de regras e signos, existentes fora do indivíduo;

parole – como meios de expressão de uma interioridade e também como instrumentos de estruturação cognitiva.

Poderíamos imaginar o pensamento sem palavras, mas este seria, provavelmente, mudo, vazio e sem conexão, circunscrito ao imediatismo das percepções sensoriais. As palavras dão forma ao pensamento e o pensamento consubstancia as palavras numa dupla indissociável. As palavras mentalmente representadas permitem associar ideias e situações, o que constitui uma vantagem vital na medida em que apreendemos a realidade de uma forma inteligente, mediada, e não apenas sensitiva. Pinker e Jackendoff (2005: 206) sugerem mesmo

que certos conceitos, como a noção de *semana* muito dificilmente poderão ser aprendidos sem a mediação das palavras. E isto poderá estender-se a vários domínios da compreensão humana.

As palavras remetem para ideias ou “essências” e estas, sim, são universais. Algumas ideias provêm diretamente dos sentidos, como é o caso de toda a *imagerie* mental associada a percepções sensoriais; outras são inerentes ao psiquismo humano como acontece com os arquétipos¹⁴⁹ de pai, mãe, filho estudados por Jung. As palavras como binómios de som-significado formam unidades referenciais, representando a unidade das coisas em si, a sua ‘essência’. A palavra ‘gato’ sintetiza todos os possíveis atributos do animal ‘gato’ e constitui-se como unidade representacional que traduz a unidade essencial do animal em causa. Vemos aqui a palavra ‘gato’ a funcionar como *símbolo* da realidade, uma vez que sintetiza, numa unidade fonética ou gráfica, toda a diversidade sensorial inerente à experiência de ver um gato. E, quando alguém fala, ativa os conceitos, as ideias, as “essências” em si próprio e também nos outros. (Embora seja um pouco anacrónico falar de essências, este termo exprime melhor os efeitos físicos das palavras no organismo do que os termos *conceitos* ou *ideias*, demasiado abstratos.) Daí que ocorram necessariamente reflexos fisiológicos provocados pelas palavras: elas despertam no nosso cérebro não só conceitos gerais como ‘justiça’, ‘igualdade’, mas também experiências concretas armazenadas na memória pessoal de cada um. As palavras são, portanto, objetos *subtis* que estabelecem a *interface* entre a minha fisiologia e a fisiologia do(s) outro(s), despertando ideias, sensações, emoções, etc.

Mas não é só o conteúdo das palavras em si que se transmite num ato de fala. Toda a personalidade de um indivíduo, enquanto unidade psíquica, se projeta na linguagem. Ela torna-se a exteriorização de uma personalidade ou, se quisermos, de uma *alma*. Não é em vão que se ouve dizer *tiras-me a voz, tiras-me a alma*. ‘Alma’ no sentido de identidade pessoal, de um ‘eu’ específico. A *langue* dá, aqui, lugar à *parole* e esta confere àquela toda a sua utilidade e pertinência, uma vez que a torna veículo de exteriorização de um indivíduo, passando de sistema abstrato para instrumento concreto de utilização diária. E o nosso cérebro consegue

¹⁴⁹ Jung considerava os *arquétipos* configurações psíquicas inconscientes e universais que determinam o comportamento humano, muito semelhantes aos *patterns of behaviour* que acontecem nos animais. As formigas-cortadeiras, por exemplo, agem seguindo a imagem da formiga, da árvore, da folha, do transporte no jardim, etc. «O mesmo se aplica ao homem: ele traz dentro de si certos tipos de instintos a priori que lhe proporcionam a ocasião e o modelo da sua atividade» (Jung, “Pattern of behaviour e arquétipo” in *A Natureza da Psique*, p.138). No entanto, os arquétipos humanos vêm sempre acompanhados de um carácter *numinoso*, espiritual ou mágico, nas suas palavras. São reguladores inconscientes, mas diferem dos *patterns of behaviour* animais pela sua natureza espiritual.

captar, através da linguagem, todo o complexo bio-psíquico do indivíduo, pelo que, de certa forma a linguagem é “um espelho do espírito”. Disto falaremos no ponto seguinte.

8. A linguagem como espelho do espírito

Uma das relações que parece estar presente no fenómeno “linguagem verbal” é aquela que se estabelece entre o estado anímico e a expressão verbal. De facto, com palavras não transmitimos simplesmente um determinado conteúdo significativo (geralmente mensurável em *bits* de informação), transmitimos também uma determinada *ideologia psíquica*, entendendo por isto uma rede complexa de experiências de vida, de circunstancialismos vários, de sistemas de crença, de hábitos culturais, de motivações, de receios, de intenções comunicativas, etc. Se nos colocarmos no papel de ouvintes, num ato de fala conseguimos captar todo um conjunto imbrincado de fatores que, no fundo, constituem a *herança cultural* do falante em questão e que geralmente permite dele estabelecer determinadas tipologias de acordo com certos parâmetros sociais. No fundo, já a isto se referia o mestre Eugenio Coseriu, no seu artigo “Língua Funcional” ([1968-71] 1980), ao sustentar que a *língua* tomada por si só é uma abstração, uma vez que ela se realiza através de cada um dos indivíduos que a falam apresentando características muito diversas:

(i) características geográficas ou *diatópicas* pois a ‘nossa língua’ é quase sempre a língua do nosso espaço geográfico;

(ii) características socio-culturais ou *diastráticas* uma vez que, como fenómeno cultural, a ‘nossa língua’ deixa transparecer marcas não só relativas à formação cultural, mas também indicia a pertença a um determinado estrato social;

(iii) características estilísticas ou *diafásicas* – o tipo de linguagem que utilizamos pode assumir um menor ou maior grau de formalidade de acordo com os contextos específicos em que nos inserimos (linguagem familiar, linguagem padrão, linguagem cuidada, etc.).

Coseriu (1968-71) recorre à noção de *língua funcional* no sentido em que cada ‘fala’, cada texto, cada enunciado, acaba por ser um uso muito particular e, talvez, único da língua apresentando determinadas características locais, sociais, culturais e estilísticas (Coseriu fala de *unidade sintópica, sinstrática e sinfásica*).

Mas, para além destes indicadores sociais, patentes na linguagem de cada um de nós,

parece existir entre as palavras e o seu utilizador uma relação de estreita identificação, na medida em que elas constituem a face visível (inteligível, audível) daquilo que nos vai na alma, seja isto o que for. Os nossos estados anímicos aparecem, geralmente, evidenciados na nossa linguagem não tanto pelo conteúdo ou pela mensagem que queremos transmitir, mas, sobretudo, por um conjunto de outros indicadores de que nos apercebemos facilmente quando falamos com alguém e de que é exemplo o tom de voz. Aliás a **voz** é um aspeto curioso da linguagem verbal pelas características pessoais únicas que confere ao discurso. Dificilmente encontramos duas pessoas com a mesma voz, sendo que ela funciona, muitas vezes, como elemento identificatório. E a **voz** é, talvez, o primeiro elemento a ter em conta quando se estuda a linguagem (muitas gramáticas antigas começavam exatamente com uma parte intitulada *De voce*, tomando a voz como elemento primeiro deste complicado processo de comunicação, embora elas não se referissem, com este termo, às características individuais da fala, mas aos sons).

Ouvir falar alguém é, também, de certa forma, depararmos com a sua individualidade, e, no fundo, conhecer essa pessoa; as falas individuais dão de nós, a todo o momento, radiografias de personalidade, de carácter, do ‘feitio’, de experiência, e é por essa razão que as nossas palavras nos espelham tão bem. Elas constituem, talvez, o mais completo bilhete de identidade de cada um de nós. Ouvir falar alguém é abrir uma janela para o ‘mundo’ dessa pessoa ou, se quisermos, para o seu ‘espírito’, entendendo aqui por ‘espírito’ um entrosamento de fatores de ordem pessoal, cultural, social que dão do indivíduo um retrato de si mesmo. Não o dizia já Duarte Nunes de Leão: «as frestas, por onde o interior do homem se vê, são as palavras»? (Leão [1536] 1983: 1).

9. Linguagem e inconsciente

Seria uma lacuna grave estudar a linguagem verbal sem a relacionar com uma das mais importantes descobertas do século XIX. Os estudos de Sigmund Freud sobre o *inconsciente* vieram revelar que a nossa vida psíquica é regida por forças de que não temos necessariamente consciência. Freud pôe a descoberto todo um universo de pulsões, instintos, sexualidade latente, mecanismos de resistência, transferência, condensação e simbolização que estruturam a *alma* humana deixando a impressão de que o *ego* é apenas uma pequena parcela do complexo edifício psíquico. E a linguagem aparece diretamente implicada em

todos estes processos. Freud estipulou dois princípios básicos de estruturação psíquica: o *princípio do prazer* e o *princípio do poder*.¹⁵⁰ Segundo Freud, estes princípios constituem as duas linhas mestras que orientam a ação humana. Em ambos a linguagem aparece como mediadora ativa na medida em que não serve apenas de representação de conceitos ou ideias, mas é ela própria um instrumento de transformação psíquica.

Reportemo-nos ao primeiro princípio – o *princípio do prazer*. Escreve Freud: «le moi tend vers le plaisir et cherche à éviter le déplaisir» (1946: 5). A linguagem aparece articulada com este princípio numa estreita dependência. Como assinala Denise Mello (2010: 11) «Freud conclui que o princípio do prazer opera numa relação de dependência com a linguagem, uma vez que ocupa o lugar das fantasias em que são predominantes as imagens visuais. A linguagem é essencial para que o universo representacional possa se constituir». O universo das representações não se confina apenas a objetos/conceitos/situações, mas diz respeito ao próprio sujeito que é representado, espelhado na linguagem, como vimos no ponto anterior. Todo o ser psíquico, a identidade, a “essência” de cada um de nós se empenha na linguagem. E nada melhor do que a linguagem para deixar passar sub-repticiamente a relação biológica básica de união entre o feminino e o masculino, ativando no outro mecanismos representacionais de atração. Inclusivamente, em algumas etnias, é interdito que um homem fale com uma mulher, excepto se estiverem na presença de um outro homem casado. Isto porque a fala entre dois indivíduos de sexos opostos desencadeia inconscientemente mecanismos de atração sexual. Digamos que em todas as relações humanas estão presentes determinados *arquétipos* psíquicos, ou seja, configurações mentais universais, sendo que uma delas diz respeito à relação sexual. E, em cada ato de fala concreto, estes arquétipos ficam ativados, articulando-se com pulsões e instintos inconscientes. Daí que uma simples conversa entre um homem e uma mulher não seja, geralmente, um ato inocente do ponto de vista psíquico. A fala transporta consigo todo um automatismo representacional associado ao princípio do prazer. A linguagem assume, assim, uma função *simbólica* na medida em que ativa no cérebro arquétipos relacionais básicos – neste caso o arquétipo da relação sexual.

¹⁵⁰ Nas obras consultadas, Freud não refere explicitamente este último princípio. Deduzimo-lo pela ressonância da obra de Freud em alguns dos seus contemporâneos, como Carl Gustav Jung, e ainda como correlato da *pulsão de destruição*. Freud admitia duas pulsões fundamentais: o *Éros* e a *pulsão de destruição*. A primeira teria a função de unir e conservar enquanto a segunda romperia as ligações, destruindo. Estas pulsões poderiam atuar de forma antagónica ou combinada: «C'est ainsi que l'action de manger est une destruction de l'objet ayant pour but final l'incorporation» (in *Abrégé de Psychanalyse*: 8). Deveremos assinalar, ainda, que a referência a estes dois princípios não significa que concordemos com eles em absoluto. Pensamos que a psique humana, na sua complexidade, inclui outras forças motrizes para além deles.

Jacques Lacan vai ao encontro desta ideia quando escreve «(...) l'autre appartenant à l'ordre symbolique par quoi le désir se fonde dans la parole de l'autre» (Lacan 1957-58: 357).¹⁵¹

Em relação ao *princípio do poder*, a linguagem aparece também como mediadora, vinculando acordos tácitos de hierarquização social. As relações de poder estão constantemente em jogo nas comunicações verbais. Falar com alguém é aceitar tacitamente o arquétipo relacional subjacente. Quando um chefe diz “É preciso fazer isto antes das oito horas, entendido?” acontece uma voz de comando que pressupõe uma relação de subordinação chefe-empregado(s) e que conduz à execução da tarefa em causa. A linguagem, seja pelo tom de voz ou por outro indicador, espelha essa hierarquia tácita e vincula-a, sempre que seja reconhecido, por ambas as partes, que a relação de autoridade é equilibrada dentro dos limites do razoável. Quando, de uma das partes, há a percepção de que a posição de poder se extrema, tornando-se despótica, a linguagem deixa de vincular a relação social subjacente e passa a exprimir a revolta e, eventualmente, a rotura do jogo de poder instituído. E tudo isto reporta o equilíbrio psicológico ou a integridade moral dos intervenientes. Quando o que o ‘chefe’ diz põe em causa a identidade, o equilíbrio bio-psíquico do subordinado, acontecem, geralmente, agressões verbais (quando não físicas) ou abalos significativos na configuração de poder(es) até então vigentes. O elemento subordinado pode decidir não falar mais com o seu chefe, passando a não lhe reconhecer autoridade, o que, naturalmente, provoca situações de tensão no ambiente de trabalho.

Também a linguagem usada no seio da família espelha relações de poder e autoridade. Um filho acata bem as ordens do pai/mãe até uma certa idade. Na adolescência, período de afirmação pessoal, acontece frequentemente a não-aceitação da figura parental exatamente por estarem em jogo relações de poder (de afirmação, no caso do jovem e do poder instituído por parte dos pais).

Nas próprias relações a dois, a linguagem vem associada a jogos implícitos de poder. Muitos relacionamentos são conjunturas emocionais específicas com dominância de um dos elementos sobre o outro. Quando essa dominação é excessiva ao ponto de pôr em causa a identidade ou a integridade física/mental do outro, acontecem faltas de entendimento que são a tradução verbal de uma recusa consciente ou inconsciente do jogo de poder instituído. Recuso o outro, logo recuso entender o que ele diz. Por melhor que funcione a área de Wernicke, ela nada poderá fazer nestas situações, porque o entendimento entre um homem e

¹⁵¹ E ainda: «Le désir est obligé au truchement de la parole et il est manifeste que cette parole n'a son statut, ne s'installe, ne se développe de sa nature, que dans l'autre comme lieu de la parole» (*idem*).

uma mulher vai muito além da esfera cognitiva. Ele é, basicamente, o resultado de conjunturas emocionais favoráveis (entendimento) ou desfavoráveis (desentendimento). Isto realça o papel das emoções na esfera da cognição, como assinala António Damásio. Elas constituem o ‘pano de fundo’ das representações mentais e do próprio pensamento, podendo conduzir ao entendimento ou à falta dele.

Alberto Moravia, em *Enamoramento e Amor*, estabelece uma curiosa correspondência entre as relações amorosas e a política. Assim como as revoluções são roturas com o poder instituído, também as separações, os divórcios, são revoluções na esfera do privado, implicando a rotura com o(s) poder(es) até então em vigor. Muitas vezes porque esse poder é atentatório da dignidade do outro, como acontece nos regimes totalitários/ditatoriais. Casos como ‘censura’ ou falta de liberdade de ação e de expressão tanto se verificam em certos regimes políticos como dentro de algumas casas.

Para além da articulação da linguagem com estes dois princípios estruturantes do psiquismo humano, a psicanálise toma a palavra como método de acesso ao inconsciente. Já atrás referimos a associação livre que consiste em fornecer ao paciente determinadas palavras às quais ele responde de forma associativa, pondo a descoberto as suas pulsões emocionais inconscientes. Igualmente o *método catártico*, baseado na eliminação dos sintomas neuróticos pelas recordações feitas em estado de hipnose, acentua o poder curativo da linguagem. Freud fala mesmo de “cura pela fala” (Freud 1895: 67). A própria psicanálise baseia o seu método numa comunicação verbal entre médico e paciente. A palavra abre caminhos psíquicos trazendo à consciência traumas, conflitos, situações mal resolvidas. Falar desses acontecimentos é como descarregar tensões acumuladas no inconsciente resultando, geralmente, num apaziguamento. Como se vê nestes casos, a palavra torna o sujeito um agente ativo no processo de transformação psíquica e não apenas como emissor/recetor de conceitos ou de significados abstratos. A palavra aproxima-se, aqui, da *magia* – uma das suas funções primevas. Escreve Freud (1905: 279):

Agora começamos também a compreender a “magia” das palavras. É que as palavras são o mediador mais importante da influência que um homem pretende exercer sobre o outro; as palavras são um bom meio de provocar modificações anímicas naquele a quem são dirigidas e por isso já não soa enigmático afirmar que a magia das palavras pode eliminar os sintomas patológicos, sobretudo aqueles que se baseiam justamente nos estados psíquicos.

Os lapsos de linguagem e os atos falhados, de forma geral, revelam também relações estreitas com o inconsciente e são considerados por Freud como acontecimentos significativos e não apenas aleatórios. Segundo este autor, eles vêm associados a conflitos psíquicos e são formas substitutivas encontradas pelo inconsciente para expressar os seus desejos. Como exemplo, reportemos o caso da professora X que, dando início a uma aula com alunos muito barulhentos, diz “*Agradecia que estivessem calados porque a aula já acabou*”. Este *lapsus linguae* deu expressão ao seu desejo inconsciente de acabar com a aula rapidamente, originando uma frase com significado oposto ao que seria expetável.

Convém ainda referir que Freud se opõe em *Interpretação das Afasias* ao modelo de localização cerebral da linguagem proposto por Wernicke. Quer a percepção quer a associação, na construção da fala, são tomados como processos psíquicos independentes da fisiologia do sistema nervoso ou, pelo menos, situados a um nível paralelo. Escreve Freud (1891: 56):

Mas, no fundo, não se incorrerá no mesmo erro de princípio quer quando se procura localizar um conceito complexo ou toda uma atividade psíquica quer quando se procura localizar um elemento psíquico? (...) Verosivelmente, a cadeia dos processos fisiológicos no sistema nervoso não está em relação de causalidade com os processos psíquicos.

Freud considera injustificada a ideia de que na célula nervosa está localizada uma representação porque as propriedades das modificações fisiológicas «devem ser determinadas de per si, ou seja, independentemente do seu correspondente psicológico» (1891: 56). Sobre a maneira como os processos fisiológicos interagem com os psíquicos pouco adianta, salientando que «não temos a mais pálida ideia de como a substância animal esteja em condições de passar por tão múltiplas modificações mantendo-as distintas» (1891: 57).

Um outro ponto de convergência entre o inconsciente e a linguagem é a capacidade de operar com *símbolos*. Uma das técnicas usadas em psicanálise é a interpretação dos sonhos baseada na ideia de que os desejos mais profundos ocorrem nos sonhos através de símbolos, uma espécie de disfarce não permitindo que o sujeito reconheça aquilo que não quer saber (Denise 2010: 12). Ao médico cabe interpretar esses símbolos e traduzi-los numa linguagem acessível à consciência. Muitas vezes eles são tomados como sinais, avisos, para mudar o rumo das nossas vidas. Outras vezes, constituem-se como imagens ancestrais latentes no

espírito humano desde épocas longínquas. Carl Gustav Jung falava de *mitologemas*, ou seja, símbolos ancestrais que ocorrem na psique humana, de certa forma intemporais uma vez que se repetem em épocas muito afastadas no tempo. O símbolo da serpente, traiçoeira e encantatória, poderá significar ‘algo’ para quem sonhe com este animal. Jung refere-se ao *símbolo* desta maneira:

Por símbolo não entendo uma alegoria ou um mero sinal, mas uma imagem que descreve da melhor maneira possível a natureza do espírito obscuramente pressentida (Jung 1971: 278).

A capacidade de operar com símbolos, com imagens universais intemporais, é verdadeiramente uma das características espantosas da mente humana. É como se essas imagens passassem de geração bem geração, permanecendo na memória coletiva. Jung falava exatamente de *inconsciente coletivo* para se referir ao substrato simbólico universal da psique. E via nesta capacidade de operar com *símbolos* uma dimensão inefável da vida humana.¹⁵² Para ilustrar a capacidade da psique para produzir imagens universais ancestrais, X conta um dos seus sonhos: “*No sonho eu era um sapo e tinha à frente o meu pai, no contexto da casa em que nasci e passei a infância e juventude.*”

O *sapo* na antiga civilização egípcia era considerado um animal sagrado, associado à intemporalidade e à renovação – possivelmente porque este animal consegue sobreviver às mais diversas situações.¹⁵³ O inconsciente de X posicionou-o como sapo, ou seja, tomou X como símbolo intemporal de renovação geracional, colocando-o em frente do pai o que pode significar a sucessão de duas gerações. Vemos, neste exemplo, o símbolo ancestral do ‘sapo’ a ocorrer na psique individual de X, sendo ao mesmo tempo, um símbolo coletivo. Esta dupla característica de individual e de coletivo vimos também acontecer nas palavras de uma língua: elas são usadas por cada indivíduo particularmente, mas são ao mesmo tempo repositórios

¹⁵² Jung em *O Eu e o Inconsciente* ([1934] 2008: 33) explica que embora os cérebros humanos sejam individualmente diferenciados eles são, também, uniformemente diferenciados, dado que pertencem todos à mesma espécie: «Na medida em que os cérebros humanos são uniformemente diferenciados, nessa mesma medida a função mental possibilitada é colectiva e universal. Assim é que se explica o facto de os processos inconscientes dos povos e das raças, separados no tempo e no espaço, apresentem uma correspondência impressionante que se manifesta, entre outras coisas, pela semelhança fartamente confirmada de temas e formas mitológicas autóctones». Resta saber como é que esses “temas e formas” ancestrais, que são representações simbólicas, se transmitem de geração em geração. Terá a célula viva a capacidade de armazenar estas informações milenares?

¹⁵³ Na mitologia egípcia existia a figura uma deusa-sapo (Heqet ou Heket), uma mulher com cabeça de sapo.

coletivos de significado. Parece, assim, existir aqui uma semelhança entre a capacidade de gerar símbolos oníricos e a capacidade de usar palavras, ao nível da dupla valência *individual/coletivo*. Não radica a capacidade de usar palavras no mesmo processo que permite à psique operar com símbolos? Estes emergem da nossa natureza mais profunda e funcionam como *interface* entre o individual e o coletivo, o intemporal e o efémero, o natural e o humano. As palavras também elas radicam, de certa forma, no inconsciente interligando o individual com o coletivo, o intemporal (os sistemas linguísticos permanecem para além dos indivíduos) e o efémero (cada fala individual é efémera). A capacidade de simbolização parece, pois, presidir quer ao funcionamento do inconsciente quer ao funcionamento da linguagem. Leila Longo (2006: 22) escreve, a este propósito:

A linguagem é condição do inconsciente ou o inconsciente é condição da linguagem. A linguagem existe porque existe o inconsciente, ou vice-versa. É difícil determinar alguma anterioridade e, provavelmente, desnecessário.

Que a linguagem não se manifesta apenas na esfera da consciência é atestado pelo facto de, em muitos sonhos, ocorrerem verdadeiros diálogos. As pessoas com quem sonhamos entabulam conversas em tudo idênticas às conversas reais, só que em contextos oníricos e não verbalizadas. Digamos que se situam no domínio da cognição pura. Vejamos um outro sonho relatado por X: *“Saio do mar e vejo uma vitrina com alguns objetos expostos. Alguém me pergunta se um deles, um pequeno medalhão, tem valor. Eu respondo que não tem valor nenhum, que é de latão.”*

Neste relato é estabelecido um diálogo pergunta-resposta. Acontece a um nível não verbalizado (não são pronunciadas palavras), mas faz sentido e acontece em português. Tudo se passa no universo das imagens mentais, mas o que é facto é que a língua (portuguesa, neste caso) é o suporte do diálogo em questão. A língua transforma-se na ideia pura, na significação pura. Freud definia a palavra como um complexo de «elementos ópticos, acústicos e motores (ou cinestéticos)» (1891: 63). À luz das neurociências, este complexo encontra-se, possivelmente, inscrito/automatizado nas redes neuronais devido repetições sucessivas, embora no sonho os elementos acústicos e motores sejam negligenciáveis em favor da componente significativa. As palavras, nos sonhos, tornam-se ideias puras, pondo em evidência o entrosamento indissociável entre a linguagem e o pensamento. A língua fica como que depurada da sua base sensorial (acústico-motora) e passa a valer essencialmente como

significação. Estes processos ocorrem no inconsciente, uma zona de ideias puras. Não estamos, com isto, muito afastados do mundo dos arquétipos de Platão. Só que, desta feita, o cenário é a estruturação da psique e não um mundo ontologicamente separado da realidade. Será que é correto localizar estes processos em zonas cerebrais específicas como, por exemplo, a área de Wernicke? Não estaremos, antes, perante a estratificação da própria psique que comporta vários níveis – a consciência, o subconsciente e o inconsciente – sem que exista uma correspondência com os processos fisiológicos, como sustentava Freud? Mais uma vez deparamos, aqui, com a questão dos pontos de vista: os diferentes níveis psíquicos situam-se no lado interior do sujeito, enquanto a fisiologia é a sua manifestação exterior.

Aliás, a psicanálise veio exatamente abrir uma clivagem na medicina moderna ao constatar que o *anímico* não é necessariamente dependente do *físico* e que o tratamento psíquico pode acontecer sem recurso a agentes físicos tradicionais. Atente-se nas próprias definições de *psique* e de *tratamento psíquico* dadas por Freud: «"Psyche" é uma palavra grega e se concebe, na tradução alemã, como *alma*. Tratamento psíquico significa, portanto, *tratamento anímico*. (...) "Tratamento psíquico" quer dizer, antes, tratamento que parte da alma (...) por meios que atuam, em primeiro lugar e de maneira direta, sobre o que é anímico no ser humano» (Freud 1905: 271). E um desses meios é exatamente a palavra. A linguagem, em psicanálise, é considerada o instrumento de cura privilegiado, por permitir o acesso aos conteúdos inconscientes e/ou recalcados.

Para concluir este ponto, uma referência a A. Damásio que assinala a importância de um nível «não consciente» nas nossas tomadas de decisões, partindo de experiências feitas pelo psicólogo holandês Dijksterhuis (2010: 336-341). Nestas experiências, era solicitado aos participantes que tomassem decisões sobre artigos domésticos e artigos luxuosos. Estes estudos revelaram que o grupo que não dispôs de tempo para deliberar acerca das vantagens e desvantagens dos artigos em questão tomou as decisões mais acertadas, as quais se situaram a um nível não consciente. Quando somos compelidos a agir é melhor 'deixar falar' o inconsciente, uma vez que ele joga com muito mais dados (incluindo as emoções) do que a consciência refletida e racional. Damásio vê nisto «anos de deliberação consciente ao longo dos quais os seus processos não conscientes foram repetidamente treinados» (2010: 339). A parte não consciente da mente constitui um arquivo de numerosas experiências, de emoções, de gostos pessoais, pelo que o «raciocínio» inconsciente é, geralmente, mais sensato e conhece-nos melhor do que alguns minutos de reflexão consciente. Poderíamos estender estas

conclusões à linguagem que é, no seu uso diário, um facto da consciência, mas que, ao mesmo tempo, radica em todo um rol de experiências de vida acumuladas numa zona não consciente. Daí que a *fala* ocorra, muitas vezes, sem grande controlo da vontade, uma vez que é o nosso 'eu' mais profundo a jogar, da melhor maneira possível, com os dados de que dispõe.

CAPÍTULO III – A SINTAXE COMO OBJETIVO DA GRAMÁTICA

Uma das mais aparentes vantagens que os homens fazem aos brutos animais, é a fala e as palavras com que uns a outros exprimem seus conceitos.

Duarte Nunes de Leão, *Ortografia da Língua Portuguesa*, p.1

1. Linguagem e gramática

O estudo que fizemos na Parte I deste trabalho acerca das várias concepções gramaticais ao longo dos tempos mostrou-nos que a **gramática** tem sido um molde interpretativo ou, se quisermos, um molde taxionómico para as várias línguas particulares. Curiosamente, esse molde guarda, ainda nos nossos dias, muitas das características originais, i.e., a taxionomia avançada em primeira mão pelos gregos e seguida de perto pelos latinos e pelos nossos primeiros gramáticos ainda hoje se mantém na sua estrutura básica:

(i) Continuamos a dividir a análise linguística em estudo dos sons → estudo das palavras → estudo da frase, como faziam os antigos (*de littera, de syllabis, de dictione, de constructione*).

(ii) As partes do discurso não mudaram substancialmente; continuamos a considerar *nomes, verbos, preposições, conjunções, participios, adjetivos, advérbios, pronomes, interjeições* enquanto categorias gramaticais.

É, portanto, uma grelha de análise que se tem mostrado bastante produtiva, conquanto as teorias subjacentes tenham variado muito (lembremo-nos das gramáticas filosóficas, da gramática generativa ou da gramática de valências). Estamos em crer, no entanto, que esta grelha não esgota o fenómeno linguagem verbal em si. Parece-nos, antes, uma ‘tentativa de arrumação’ do fenómeno do ponto de vista formal, que nos primórdios entronca com o dealbar da própria filosofia e que teve nas *Categorias* de Aristóteles, talvez, a pedra fundadora. Na medida em que tratar a linguagem e seus mecanismos sempre foi algo de tangencial ao próprio estatuto do Homem, verificámos que alguns gramáticos não escapam a

uma determinada filosofia que tenta, em última análise, explicar o fenómeno linguagem verbal. Como, no entanto, a tradição escolar da gramática sempre teve um grande peso, as gramáticas têm mostrado uma clara vertente normativa, no sentido de incentivar certos usos considerados, numa certa época, os mais corretos.

Historicamente, a gramática constituiu uma das primeiras tentativas de análise ‘científica’, se assim lhe podemos chamar, pois foi um dos primeiros saberes a aplicar o método **analítico** a um objeto definido: a(s) língua(s) natural(is). Sylvain Auroux, referindo-se à produção gramatical da Antiguidade tardia, sustenta mesmo que (repita-se a citação supra) «c’est aux Sciences du langage que l’on doit la première grande révolution scientifique du monde moderne» (1992: 11). De certa forma, Jerónimo Soares Barbosa perfilha a mesma ideia quando escreve, na sua *Gramática Filosófica*, que as línguas «dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação, e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações» (*GF*: «Introdução», xii). Através das gramáticas, as línguas são analisadas, dissecadas até aos seus constituintes básicos, os quais têm sido sujeitos a rigorosas e exaustivas classificações. A própria gramática de Jerónimo Soares Barbosa é disto um bom exemplo pela sua metódica organização. Se quisermos, a gramática tem sido, ao longo de vários séculos, uma abordagem **taxionómica** das línguas naturais. E isto talvez não surpreenda, pois o dealbar de qualquer ciência é, quase sempre, uma aproximação classificatória ao(s) seu(s) objecto(s). Lembremo-nos de Lineo (Linné, em francês) que em *Biologia* começa por propor uma classificação para o mundo vivo.

Chomsky e o generativismo alteram, de alguma forma, este estado de coisas, passando de abordagens normativas/taxionómicas para uma abordagem **explicativa**: a sintaxe, sobretudo, passa a ser, descritiva sendo que a *descrição* é já uma explicação por toda uma modelização teórica subjacente. Chomsky propôs a passagem de um sistema linguístico estático (toda a *semiótica* saussureana) para um sistema **dinâmico** ao tentar coligir as regras gramaticais que subjazem às línguas naturais e ao tentar explicar como é que elas são assimiladas e, depois, postas em ação. Só que este tipo de explicação peca por um excesso de formalismo, pela demasiada importância dada às regras, às categorias, às restrições, aos reajustamentos. Resulta daqui um sistema demasiado ‘maquinal’, como se o cérebro humano operasse, linguisticamente, como um computador – durante o período de aprendizagem recebe como *input* um conjunto de regras e de itens lexicais (a *competência linguística*), os quais determinam o *output* ou *performance* linguística. Deve sublinhar-se, aliás, que o impulso para

o trabalho de Chomsky parece ter sido dado, inicialmente, pela informática/electrónica – ciência que, nos Estados Unidos, em meados do séc. XX, dava passos de gigante. Mas uma coisa é a lógica e a matemática aplicadas ao silício e outra, bem diferente, é o universo mental humano de que a linguagem é uma das manifestações, como tentámos demonstrar na Parte II deste trabalho, nomeadamente no Cap. II (“Linguagem, pensamento e fisiologia”).

A **linguagem verbal**, enquanto fenómeno de comunicação característico da nossa espécie, é algo de bastante mais complexo e misterioso, se é permitido este rasgo de esoterismo. Ela é uma componente intrínseca do ser humano e, como tal, está constantemente em jogo nas nossas vidas, não apenas do ponto de vista formal, mas, sobretudo, intelectual e anímico. Penso ser este o aspeto mais significativo da linguagem, para além de todas as formalizações que sobre ela possamos fazer. Aliás, o excessivo formalismo de muitas análises linguísticas atuais parece, por vezes, um corolário envergonhado do trabalho levado a cabo por especialistas informáticos e/ou matemáticos. O poder e utilidade da linguagem verbal nas sociedades humanas é tão grande que não deve o seu estudo subordinar-se a outras linguagens mais específicas, como é o caso da informática, perdendo com isto a sua verdadeira dimensão. O poder de significação e de interação social da linguagem não se esgota em análises formais. É, portanto, este o caminho que tentámos seguir na parte II deste trabalho.

Poderemos, sem dúvida, identificar elementos básicos como sejam os sons, na oralidade, ou as letras, na escrita, com características próprias e distintivas; subindo mais na escala, identificamos as diferentes palavras ou “dições” (à maneira dos antigos) também elas constituídas por elementos morfológicos que se repetem (prefixos, sufixos, infixos); num outro nível, encontramos diferentes frases que, muito provavelmente, correspondem a determinados padrões de construção (frases coordenadas e subordinadas nos seus vários tipos). Mas sublinhamos que tudo isto é resultado de uma abordagem **analítica** do fenómeno língua natural, tomando por base o aspeto **formal** das línguas, especialmente visível na escrita. Apolónio Díscolo, um dos mais proeminentes gramáticos helénicos (séc. I-II d.C.), dá na sua *Sintaxis* uma interessante explicação para o termo *grámmata*: os caracteres chamam-se *grámmata* (γράμματα) porque se formam por *grammaîs* (equivalente a tracejado), como assinalámos no início deste trabalho. É, portanto, a atividade de ‘tracejar’ que dá origem à *gramática* – o estudo das letras formadas por traços ou *grammaîs*. Na sua origem, a gramática prende-se, assim, com a fixação da fala através da escrita. É o código escrito que oferece o suporte material à gramática. Mas as línguas, «o seu fim he a comunicação», como já

escrevia Melo Bacelar, no séc. XVIII ([1783] 1996: 8). E, enquanto fenómeno de comunicação, as línguas naturais *dépassent largement* as suas gramáticas ou as tentativas de formalização linguística. As gramáticas pouco têm adiantado acerca do “poder das palavras”, como agentes transformadores do psiquismo (ver ponto 9. do Capítulo II da Parte II - “Linguagem e inconsciente”) e como factos mentais capazes de interferir com a fisiologia do corpo. Digamos que o próprio *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916) contribuiu de forma decisiva para acentuar este estado de coisas. Como assinala P. Ricoeur, a partir de Saussure a análise linguística põe o «discurso», o *logos* de Platão, de lado e passa a tomar a linguagem como sistema fechado de signos. A primazia dada à *langue* (enquanto sistema abstrato de sinais) em detrimento da *parole* (individual, subjetiva, idiossincrática) fez da linguagem «um mundo próprio, dentro do qual cada elemento se refere apenas a outros elementos do mesmo sistema» (Ricoeur 1975:18). Saussure reagia ao historicismo do séc. XIX ao propor uma análise linguística focalizada nos estados sincrónicos das línguas. Mas esta perspetivação teórica fez com que a ligação às coisas, à vida, ficasse como que ancilosada ou quase irremediavelmente perdida. Lembremos que, para os primeiros filósofos (Platão e Aristóteles), a linguagem era uma forma de representação ou um “espelho” do mundo e das coisas. Há, sobretudo em Aristóteles, uma chamada constante às «coisas», aos seres representados pelas palavras como que reforçando o elo essencial da linguagem com o mundo. Essa ligação às coisas, ao mundo, parece ter-se alienado nos meandros de uma linguística puramente sistémica.

Cabe agora aqui um resumo das principais características da linguagem verbal:

(i) Aprende-se durante um período específico de maturação psico-fisiológica. Se até aos sete anos de idade a criança não for linguisticamente estimulada, ou não tiver contacto com língua alguma, as suas capacidades de comunicação e de intelecção ficam séria e irremediavelmente comprometidas.

(ii) Adquirir uma língua implica um processo de *aprendizagem*. Não nascemos a falar: é necessário estarmos imersos num ambiente linguístico e haver estimulação e/ou interação linguística com outros falantes. Neste aspeto, contrasta com algumas funções vitais como, por exemplo, respirar, gatinhar, andar, chorar, rir, as quais parecem ser relativamente espontâneas (ou biologicamente cronometradas no caso do gatinhar ou do andar).

(iii) Trata-se de uma aprendizagem fundamental para o desenvolvimento saudável do indivíduo, na medida em que se verifica uma relação estreita entre linguagem e pensamento.

A cognição desenvolve-se numa relação de grande parceria com os processos de aprendizagem linguística, parecendo funcionar como uma moeda de duas faces, recorrendo à imagética saussureana.

(iv) Tem, basicamente, uma função comunicativa, sendo que por ‘comunicação’ se pode entender um leque muito variado de ‘informações’ transmitidas e/ou recebidas.

(v) É um fenómeno eminentemente social: um indivíduo isolado não tem, à partida, necessidade de desenvolver uma linguagem. Depois de interiorizados, os mecanismos linguísticos tornam-se o meio mais eficaz de exprimir uma individualidade. Desta forma, parece existir uma dinâmica interativa entre o social e o individual, tanto na aprendizagem como no uso quotidiano da língua.

(vi) Apesar de ser um fenómeno social, tem uma vertente interna bastante acentuada; falamos com os outros, mas falamos também connosco. A língua aprende-se fora do indivíduo (na sociedade, na família), mas vai depois funcionar como instrumento de desenvolvimento interior, o que poderíamos designar por *linguagem interna* que se confunde, muitas vezes, com o próprio pensamento.¹⁵⁴

(vii) É constituída por elementos discretos (sons, letras, palavras) que só se tornam relevantes quando se lhes associa uma significação. A significação é, portanto, um conceito-chave do fenómeno linguístico.

(viii) A associação *som-sentido* tem despertado acesas polémicas ao longo dos tempos, havendo, por um lado, quem sustente uma relação meramente arbitrária, resultado da convenção humana e, por outro, quem defenda um certo substancialismo na relação entre as palavras e os entes que elas designam, como Sócrates no *Crátilo*.

(ix) Está sujeita a regras de combinação altamente restritivas: não são quaisquer letras que formam uma palavra e, do mesmo modo, nem toda a combinação de palavras legitima uma frase. Aqui torna-se pertinente interrogarmo-nos acerca da natureza dessas combinações: serão fruto exclusivo de convenções sociais? Haverá outros processos implicados?

(x) Nos nossos quotidianos, ela interfere com sentimentos, emoções, receios, o que faz da linguagem um processo também químico e fisiológico.

(xi) A sua origem permanece em brumas. Provavelmente esteve sujeita a um processo

¹⁵⁴ Freud (1895: 52) faz associar o estado de vigília à ativação do “aparelho da fala”: «(...) abrem-se (*os olhos*) e pensa-se em palavras». Na nota 237 da mesma obra (p.163), Freud acrescenta: «Abrem-se os olhos e o mecanismo de atenção é imediatamente reativado. O pensar é agora acompanhado de descargas motoras da fala. (...) O processo primário está ligado à imagem e o secundário à palavra. O modelo biológico supõe que o aparelho psíquico passe de uma fase dominada pela imagem para uma outra onde domina a palavra».

evolutivo (desde formas mais rudimentares de comunicação até às complexas línguas atuais), embora não sejam de excluir outro tipo de explicações.

(xii) As línguas humanas modificam-se com o tempo (passam a incluir novos conceitos, novas sintaxes; algumas desaparecem, outras surgem de novo).

(xiii) As línguas existem em grande número e variedade por todo o globo. Perceber alguém que fale uma língua diferente da nossa implica **conhecer** essa língua, o que afasta um pouco a hipótese de pressupostos inatos ou instintivos na aquisição e domínio da língua. Na comunicação animal, parece não haver essa variedade e também parece não ser difícil a comunicação entre gatos portugueses e chineses ou entre um gato de hoje e um gato da Idade Média.

(xiv) Caracterizam-se as línguas naturais por uma dupla articulação – articulação de *fonemas* e articulação de *palavras* ou *monemas*, utilizando um termo funcionalista. Esta articulação pressupõe *discreção*, i.e., a existência de unidades quer ao nível fonético, quer ao nível morfossintático. Assim, falar é também um jogo: jogo de encaixe e de combinação.

Parece-nos, também, que o fenómeno *linguagem verbal* entronca substancialmente nos alicerces da própria espécie humana, ou seja, o homem define-se pela sua linguagem (por poder comunicar através de palavras e também pelo tipo de palavras que utiliza). Muitos autores, ao longo dos tempos, consideram a linguagem verbal como característica distintiva entre o Homem e os outros animais. Claro que associado à linguagem vem o pensamento ou o entendimento e ambos são indissociáveis como se fossem duas faces da mesma moeda. O pensamento desenvolve-se na e através da linguagem e, por seu turno, a linguagem consubstancia-se através do pensamento – *no way out*. E tudo isto não é dado de uma vez por todas: faz parte de um processo dinâmico de **aprendizagem** ao longo de várias fases da vida, em que está em jogo o próprio indivíduo, a sua personalidade, o seu carácter, a sua maneira de encarar o mundo.

Em virtude do que ficou exposto no Capítulo II da Parte II, deveremos assinalar ainda que a *linguagem verbal* é algo que não se restringe ao domínio da consciência. A perceção do esquema geral do funcionamento de uma língua não é uma tarefa simples porque, provavelmente, joga com processos inconscientes, como já admitia Edward Sapir:

(...) Les linguistiques sont probablement persuadés dans leur grande majorité que le processus d'apprentissage de la langue, et en particulier l'acquisition du sentiment de la structure formelle de cette langue sont en grande partie **inconscients** et mettent en jeu des mécanismes qui sont de nature très différente de la sensation aussi bien que de la réflexion (Sapir 1968: 126; negrito nosso).

A gramática, enquanto responsável pelo estudo formal de uma língua, deverá ter em conta estes processos inconscientes, muitos deles correspondentes a automatismos, para uma explicação satisfatória do 'processamento' linguístico. Falaremos disto nos pontos seguintes quando tratarmos especificamente da sintaxe.

2. Ordem e funcionalidade dos constituintes frásicos

Como em tudo o que existe, é também possível detetar nas línguas naturais uma organização interna suscetível de abordagens analíticas. A isto mesmo já se referia Jerónimo Soares Barbosa na sua *Gramática Filosófica*, numa passagem a que já atrás nos referimos: «as línguas são huns methodos analyticos» que «dão o primeiro exemplo das regras da analyse, da combinação e do methodo, que as Sciencias as mais exactas seguem nas suas operações» (*GF*: «Introdução»: xii). Com efeito, começando pelo nível mais básico, deparamos com um conjunto de unidades discretas em número fixo numa determinada língua – os *fonemas*. Embora a produção dos sons seja um processo muito variável de indivíduo para indivíduo e também para um mesmo falante, é, no entanto, possível coligir um conjunto relativamente universal de características (articulatórias, acústicas) atribuíveis aos sons de uma língua e fazer deles uma listagem consensual. Depois, a um nível de complexidade superior, este conjunto finito de sons vai agrupar-se em *palavras* – agrupamentos discretos, mas a que já aparece associada a componente do 'significado'. Enquanto resultantes da combinação de sons, as palavras são, matematicamente, em muito maior número do que aqueles (um cálculo probabilístico poderia dar conta, com precisão, do número e variedade das combinações possíveis, embora muitas delas não correspondam a palavras existentes numa dada língua, mas apenas a palavras *possíveis*). Por sua vez, as *palavras* combinam-se entre si para formar agrupamentos mais complexos – as *frases* –, cujo significado já não é

apenas referencial ou designativo, como acontece com as palavras, mas expressa acontecimentos, juízos, avaliações, situações da mais diversa índole. É através de frases que comunicamos a «experiência humana», nas palavras de André Martinet (embora o termo «experiência» talvez reduza as potencialidades do que é exprimível numa língua). Também ao nível da frase constatamos uma rigorosa organização ou, se quiserem, uma *funcionalidade orgânica* no sentido em que cada constituinte da frase “vale” pela sua relação com os outros constituintes. No clássico exemplo de *O João comeu o bolo*, a ação expressa pelo verbo pede um sujeito com certas características ([+animado]); por sua vez, o determinante *o*, embora não constitua um elemento fundamental das frase, especifica o nome, sendo seu servidor sintático; finalmente *o bolo* completa o sentido do verbo, sendo dele complemento direto. André Martinet define ‘função gramatical’ como ligação (“lien”) entre elementos frásicos : «(...) une fonction grammaticale est un lien entre deux éléments et non une façon de se comporter d’un élément» (1985: 175).

Já Aristóteles, em *Categorias*, dividia as «expressões que dizemos» em dois grandes grupos:

- (i) expressões com enlace ou «por combinação», como *O homem corre*;
- (ii) expressões sem enlace ou «sem combinação», como *homem, corre, boi ou vence*.

Aristóteles refere-se a frases em (i) e a palavras isoladas em (ii). A própria designação “expressões com enlace” indicia a ligação entre os vários elementos numa frase.

Parece, assim, indiscutível que as frases não sejam “amontoados de palavras”, mas antes correspondam a uma determinada **organização**. Aliás, o termo *syntaxe* provém de duas palavras gregas $\sigma\upsilon\nu + \tau\alpha\tau\sigma\omega$, em latim *cum + ordino*. Também a *Encyclopédie Méthodique* destacava a ‘ordem’ estabelecida pela ‘syntaxe’: «(...) la *Syntaxe* est l’art d’établir l’ordre convenable entre les mots réunis pour l’expression d’une même pensée» (EM: Definição do termo ‘Syntaxe’). Mas que organização será esta? Será que resolvemos o problema apelando para a noção de “estrutura” tão cara à linguística americana? É certo que à noção de estrutura anda geralmente associada a ideia de “padrão de construção” e também parece certo que a componente sintática das línguas naturais apresenta muitas regularidades ou “padrões”, se quisermos. Mas que tipo de padrão será esse? Será um padrão meramente categorial para o que parece apontar a teoria generativa? Parece ser insuficiente este tipo de abordagem. Já

atrás (Capítulo I da Parte II) escalpelizámos alguns dos aspetos mais controversos da teoria generativa. Mas atentemos em mais um exemplo: uma das regras sintagmáticas cardiais da sintaxe generativa é aquela que respeita a formação das frases [F → SN SV (SADV / SP)]. Nesta regra aparecem como constituintes frásicos básicos o sintagma nominal e o sintagma verbal (o sintagma adverbial o sintagma preposicional, colocados entre parênteses, poderão ou não ocorrer). Só que, em termos de ‘valor’ sintático, o primeiro constituinte não poderá ser apenas considerado um SN, uma vez que ele desempenha, na frase, um papel único – o de agente da ação verbal. O ‘valor’ do primeiro constituinte ultrapassa a mera categorização estrutural: ele é, sobretudo, o **primeiro membro da predicação** e é nisto que reside o seu papel sintático específico, distinto de qualquer outro SN presente na frase. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado ao SN *o bolo* na frase *O João comeu o bolo*: mais do que um SN, mais do que uma categoria estrutural, este constituinte desempenha a função de ‘objeto’ relativamente ao verbo e é desempenhando esta função que adquire o seu real valor sintático, quando relacionado com outros constituintes da frase. Sendo assim, parece que uma análise meramente categorial acaba por escamotear as verdadeiras relações no interior da frase, subtraindo a cada constituinte a sua especificidade sintática.

Para além disto, como vimos no Capítulo I desta Parte II, a sintaxe generativa atribui demasiada proeminência à ‘geografia’ dos vários constituintes no interior da frase, i.e., às suas posições relativas, acabando por ser este o critério principal de análise sintática. Isto, como assinalámos, torna o sistema demasiado pesado e pouco económico, pois qualquer mudança na ordem dos constituintes implica o estabelecimento de regras suplementares, para além das regras gramaticais propriamente ditas. Esta ordenação ‘geográfica’ é coincidente apenas em algumas línguas atuais, pelo que é abusivo tomá-la como propriedade universal. A. Martinet (1985: 165) refere, a propósito:

Le choix de la position relative des éléments du discours comme critère universel de la structure syntaxique est un des plus beau cas d’ethnocentrisme qu’on relève dans les pratiques linguistiques contemporaines (...): puisque l’ordre des éléments est syntaxiquement pertinent en anglais et, subsidiairement, en français et en allemand il est universellement valable!

A posição relativa dos constituintes frásicos é variável, se alargarmos o *corpus* linguístico para além das línguas europeias contemporâneas. Predominantemente, nestas últimas, parece prevalecer a ordem SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), embora pudessemos assinalar variações na posição dos Objetos (direto e indireto). Por exemplo, em português o complemento indireto aparece, geralmente, após o complemento direto (*O Pedro deu um livro à Maria*), o que já não acontece em inglês (*Peter gave Mary a book*).

Que tipo de organização poderemos, então, atribuir às frases de uma língua? Pensamos que subjacente à grande maioria das frases que pronunciamos está a **lógica da predicação** enunciada, há muito, por Aristóteles. Uma frase respeita, no essencial, dois membros principais:

(i) Ente ou situação de quem se fala ou acerca do qual se predica (aquele para quem se aponta o dedo, utilizando uma expressão mais pragmática).

(ii) Predicação propriamente dita geralmente expressa pelo verbo e seus complementos.

Frase (ou *proposição* como equivalente lógico)



No fundo, esta ‘organização’ sempre esteve presente nas gramáticas antigas quando nelas vemos aparecer o **nome** e o **verbo** como partes principais da oração, sendo que não se tratava de um nome ou de um verbo quaisquer, mas enquanto membros principais da predicação. Os gregos falavam de **onoma** e **rhema**, encontrando aí os elementos básicos da oração. Disto mesmo parece o generativismo dar conta quando, na esteira de uma longa tradição gramatical, considera o **SN** e o **SV** como categorias estruturantes da frase. Só que a demasiada proeminência que, nesta teoria, é dada às categorias gramaticais acaba por perder de vista a lógica primeira desta divisão: mais do que categorias gramaticais, são as **funções predicativas** que, em última instância, estruturam as frases de uma língua. Aliás, a divisão

nas tradicionais partes da oração fundamentam-se, em primeira instância, nas diferentes funções que as várias categorias de palavras desempenham na frase; um *nome* ou um *verbo* não deverão ser tomados como categorias absolutas, mas antes em estreita ligação com o seu ‘valor’ relacional ou funcional. André Martinet sublinha o valor relacional das tradicionais partes do discurso na seguinte passagem:

(...) as tradicionais “partes do discurso” são, em última análise, determinadas pelas compatibilidades das unidades significativas no enunciado, mesmo que, esquecendo esta origem, sejamos tentados a pensar que as ditas “partes do discurso” valem eternamente por si mesmas e para todas as variedades da linguagem humana (Martinet [1989] 1995: 95).

O exemplo mais paradigmático desta funcionalidade predicativa é o latim – língua em que, como sabemos, a ordem das palavras na frase é pouco relevante. O sistema de casos em latim deixa claro que as palavras valem, antes de mais, pela função que desempenham na frase, o que morfologicamente é perceptível em terminações específicas presentes nos nomes - os casos (cada terminação morfológica específica remete para uma determinada função sintática: nominativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo).

Na *Grammaire de Port-Royal* consta uma aceção semelhante. Não falando de ‘frases’, mas empregando o termo ‘proposição’, os autores consideram que esta encerra dois termos principais: o **sujeito** e o **atributo**, ou seja, o ser de quem se fala e o que é dito acerca desse ser. Isto vem explícito na seguinte passagem:

& ainsi toute proposition enferme necessairement deux termes: l’un appellé *sujet*, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; & l’autre appellé *attribut*, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*: & de plus la liaison entre ces deux termes, *est* (GPR: 29).

Como os autores não operam com a noção de ‘predicado’, mas de ‘atributo’ são, pois, levados a estabelecer a ligação entre o *sujeito* e o *atributo* através do verbo SER, aplicado a todas as frases da língua – todas as frases se reduziriam a uma ‘afirmação’ sustentada por este verbo. Assim, por exemplo, dizer *Eu afirmo* corresponderia à afirmação *Eu sou afirmante*, ou *Tu falas* equivalente a *Tu és falante*. Como todos os verbos significam a ‘afirmação’, todas as

frases (proposições, no texto) encerrariam, então, os dois termos básicos de que acima falámos (sujeito e atributo). Seja como for, parece estar aqui presente o desdobramento sintático entre um 1.º e um 2.º membros frásicos, não obstante o 2.º membro adquirir, em *Port-Royal*, uma feição essencialmente atributiva.

Esta bipartição lógico-sintática básica corresponde ao que muitos gramáticos antigos consideravam ser os dois elementos ontológicos fundamentais (das frases, do mundo), a saber: a *substância* e a *ação*. O *nome* e todas as suas especificações – o 1.º membro da frase – relaciona-se com a *substância*; o *verbo* e seus associados (complementos) traduz a *ação*, geralmente levada a cabo pela *substância*. Aristóteles define substância como «aquilo que nem é dito de algum sujeito nem existe em algum sujeito, como, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo» (*Categorias*, 1b12-13). O *nome* deverá vir antes do *verbo* porque é próprio às substâncias serem anteriores à ação (Prisciano: *Institutionum Grammaticarum*). Portanto, esta ordenação básica, em que o *nome* surge numa posição anterior ao *verbo*, exprime a própria experiência do mundo, pois primeiro existem as coisas e só depois se predica algo sobre elas.

Poderíamos, até, apelar para uma dinâmica existencial mais profunda, preconizada, nomeadamente, pela antiga filosofia chinesa, a qual considera que o mundo é o resultado de uma relação dinâmica entre dois princípios fundamentais: o *yin* e o *yang*. O *yang* refere-se ao movimento, ao criativo, ao poder masculino, enquanto o *yin* simboliza o repouso, o sombrio, o feminino. Estes dois pólos interagem numa dinâmica representada no antigo diagrama chinês *T'ai-chi T'u* (um círculo dividido ao meio por uma linha curva, com uma das partes sombreada). A transposição desta filosofia oriental para a frase faria corresponder o *sujeito* (*onoma*, para os antigos gregos) ao *yin*, ao pólo passivo, recetivo à predicação e o *predicado* (*rhema*) ao *yang*, ao pólo ativo, ao movimento, à ação expressa pelo verbo e seus complementos. E será desta dinâmica interna entre o repouso e o movimento, entre o *nome* e o *verbo*, entre o *yin* e o *yang* que surge a unidade frásica.

Numa perspetiva evolutiva um pouco mais pragmática, Ramachandran (2011: 181) propõe que a sintaxe seja um desenvolvimento posterior de ações instrumentais básicas como partir uma noz com uma pedra. Nesta ação rudimentar é possível descortinar os três componentes sintáticos fundamentais: a ação de partir (*verbo*) com a mão direita do utilizador

(*sujeito*) perpetrada sobre uma noz (*objeto*).¹⁵⁵ O autor atribui, assim, o desenvolvimento da sintaxe à instrumentalização emergente nos primeiros hominídeos, o que anatomicamente terá correspondido a uma duplicação da área motora inicial, dando origem à área de Broca (ambas as áreas, a que controla as ações motoras e a área de Broca, são localmente adjacentes). No entanto, não é suficiente que existam estes componentes no mundo real para se ter despoletado a *sintaxe*. Para além de ser necessária a verbalização, estes elementos dispõem-se numa certa ordem na cadeia frásica o que não se deduz diretamente da experiência de partir uma noz. Um outro contra-argumento prende-se com o facto de também alguns símios mostrarem ser capazes de ações instrumentais básicas, como pegar num ramo para apanhar uma formiga ou mesmo partir nozes com uma pedra. No entanto, tanto quanto sabemos, esta capacidade não deu origem, nos macacos, ao desenvolvimento de uma sintaxe tal como a que existe nas línguas naturais.

Da bipartição sintática fundamental atrás proposta derivam, depois, ordenações/determinações específicas relacionadas com um ou outro membro principal, como a que, em português, faz aparecer o complemento direto depois do verbo, seguido do complemento indireto. Esta ‘geografia’ sintática específica faz com que muitos linguistas considerem o português como língua do tipo SVO, à semelhança do que acontece com a maior parte das línguas europeias contemporâneas. Porém, outros tipos de ordenação são igualmente possíveis como SOV, OSV, OVS ou VSO. De qualquer forma, independentemente da ordem sintática que prevalecer nas diversas línguas naturais, o que parece acontecer é que esta ordem se constitui como hábito linguístico. Martinet identifica, mesmo, a ‘estrutura’ da língua com um ‘complexo de hábitos’: «(...) complexe d’habitudes qu’on designe comme la structure de la langue» (Martinet 1985:176). O facto de, em português, o sujeito anteceder o verbo e o complemento direto se seguir a este, vindo depois o complemento indireto, constitui um hábito linguístico, possivelmente inscrito em determinados circuitos neuronais, como vimos atrás. Ao interagir verbalmente com os outros, insistimos numa determinada ordem sintática e estes comportamentos tornam-se “hábitos” linguísticos, semelhantes a muitos outros comportamentos habituais. Mas insistimos em que se trata de hábitos de ordenação funcionais e não apenas categoriais. No mundo em que vivemos existem agentes, beneficiários, pacientes, ações, objetos de ações e são essas

¹⁵⁵ «If this basic sequence were already embedded in the neural circuitry for manual actions, it’s easy to see how it might have set the stage for the subject-verb-object sequence that is an important aspect of natural language» (2011: 182).

realidades que se espelham nas frases de uma língua. Quando alguém diz *O João* na frase *O João partiu o vidro* não tem presente mentalmente apenas um sintagma nominal abstrato, mas antes um agente da ação verbal expresso nominalmente (com a especificação do determinante ‘o’).

Apresentamos, de seguida, um exemplo que ilustra o facto de os constituintes frásicos ‘apelarem’, sobretudo, para a sua funcionalidade predicativa. Numa embalagem de um produto de supermercado consta o seguinte slogan:

Protege

TAG

O que é Bom

Ao depararmos com este slogan, a nossa primeira tendência será considerar “Protege” como o primeiro elemento da frase, já que ele aparece no início da mensagem publicitária. No entanto, este raciocínio rapidamente se mostra incorreto, uma vez que “Protege” é um verbo, faltando-lhe um agente. A nossa mente irá, então, proceder a pequenos jogos de sentido com os três elementos de que dispõe (“Protege” / “TAG” / “O que é Bom”) até conseguir a combinação mais razoável (gramatical e pragmaticamente falando). E assim chega à combinação “TAG protege o que é Bom”, sendo “TAG” o nome do produto em questão. Embora este elemento apareça em segundo lugar no slogan, o que de certa forma contraria o “hábito” de ordenação *Sujeito-Verbo-Objeto*, é ele que vai assumir a função de agente da ação verbal, aparecendo destacado entre duas linhas paralelas. Numa próxima vez que deparemos com o referido slogan, já destacaremos “TAG” como primeiro elemento da frase seguido dos outros dois (“protege o que é bom”). Fazer isto é, no fundo, fazer corresponder esta mensagem ao *trilho* sintático habitual que consiste em colocar o agente antes do verbo, seguido do complemento direto. Mas atenção: o raciocínio que conduziu, neste caso, à melhor combinação de elementos não é apenas sintático: ele implica o próprio conhecimento do mundo em que vivemos. Se não fosse assim, a combinação “O que é Bom protege TAG” mostrar-se-ia igualmente aceitável. Só não o é porque sabemos que se trata de um slogan, em que está em causa a publicidade a um produto (“TAG”) ao qual se atribui a característica de

proteger algo e não o contrário (ser protegido por algo). Isto interfere com o conhecimento que temos do mundo e da publicidade, em particular.

Surge agora a questão de saber como é que se faz a marcação sintática dos vários constituintes frásicos, o que geralmente corresponde a uma determinada ordem ‘geográfica’ no interior da frase. Talvez os *neurónios-espelho* possam adiantar uma explicação. O estudo destas entidades permitiu concluir que, quando falamos, não transmitimos apenas informações objetivas; há todo um conjunto de informações subjacentes (intenções, estados emocionais, valorações) que acompanha, geralmente, a enunciação. Quem ouve repetidamente as frases de uma língua apercebe-se dessas informações não explícitas. Possivelmente, a marcação da funcionalidade sintática pertence a este domínio não explícito da linguagem. Sabemos que “O João” é o sujeito da frase *O João partiu o vidro* porque é essa a intenção repetidamente usada pelos falantes de uma língua, ao colocar este constituinte à cabeça da frase. Essa marcação entre intenções comunicativas e elementos frásicos fica como que inscrita interiormente sob a forma de automatismo sintático.

3. Análise e síntese na unidade frásica

Francisco Sánchez de la Brozas escrevia na sua *Minerva o de causis linguae latinae* (1562) que o objetivo da gramática era a sintaxe, recusando tomar esta última como parte autónoma, a par da *ortografia*, da *prosódia* ou da *etimologia*: «Pero la oración o sintaxis es el fin de la gramática, luego no es parte de ella» (Sánchez [1562] 1995: 47). Com efeito, os vários níveis do conhecimento linguístico servem, sobretudo, a elaboração de frases ou a sua interpretação. Para este autor, a *sintaxe*, enquanto nível de coordenação dos diferentes elementos da frase, é a finalidade principal da gramática.

É curioso que na longa tradição gramatical portuguesa, posta em evidência na Parte I deste trabalho, não seja a florado sequer o termo *semântica*. A *sintaxe*, identificada muitas vezes com *construção*, pressupunha um entrosamento entre o significado e a função dos vários constituintes frásicos. Também é digno de nota o facto de o desenvolvimento desta parte das gramáticas ter sido, quase sempre, muito lacunar: Fernão de Oliveira (1536) dedicou-lhe o penúltimo capítulo (cap. xlix) da sua *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, com a extensão aproximada de uma página; coisa semelhante acontece com a gramática de João de Barros (1540); a própria *Grammaire de Port-Royal* confina esta matéria ao capítulo XXIV,

com o desenvolvimento de 5 páginas num total de 161; Jerónimo Soares Barbosa (1822) constitui, talvez, uma exceção neste panorama pelas 76 páginas que dedica à sintaxe (num total de 451 páginas). É certo que Apolónio Díscolo intitula uma das suas obras de *Sintaxis* ou *Perì Syntáxeos*: depois de, em obras anteriores, ter refletido analiticamente sobre as várias partes da oração, escreve, desta feita, sobre a *síntese*, ou seja, o estudo das conexões que elas exercem entre si. Mas este estudo não vai muito além das regências específicas de cada uma das partes da oração. Vamos, assim, encontrar a sintaxe dos pronomes, dos verbos, das preposições, etc. Poderemos justificar este desenvolvimento historicamente lacunar pela problemática associada ao tema em questão. Assim, perceber de que modo os vários patamares do conhecimento linguístico resultam numa *síntese* ou, se quisermos, numa coordenação orquestrada dos vários elementos da frase, tendo como finalidade a atribuição de sentido não é, à partida, uma tarefa fácil.

Na esteira de uma longa tradição gramatical, propusemos atrás uma bipartição lógico-sintática básica entre o *nome* e o *verbo*, tomados não apenas como etiquetas gramaticais, mas, sobretudo, como funções principais do discurso. Já Platão, no *Teeteto*, aludia à diferença entre os nomes, que apenas designam as coisas, não tendo em si valor explicativo, e o *logos* cuja natureza consiste no “entrelaçamento dos nomes”: «Pois o entrelaçamento dos nomes é aquilo que a explicação é» (202b). Para haver discurso lógico, para que o pensamento se torne manifesto é necessária a voz com verbos e nomes (206d).

Aristóteles reitera esta posição em *De Interpretatione*, dedicando as primeiras páginas às categorias de *nome* e *verbo*. O primeiro é definido da seguinte forma: «a noun is a sound having meaning established by convention alone but no reference whatever to time, while no part of it has any meaning, considered apart from the whole» (*De Interpretatione*: 117). Desta definição é possível fazer realçar algumas características atribuídas ao *nome*:

(i) O significado dos nomes é **convencionado** e não natural como parece advogar Sócrates no *Crátilo*.

(ii) O *nome* funciona como um todo, i.e., o significado é atribuído ao conjunto e não às partes que o compõem (embora Aristóteles ressalve, aqui, a diferença entre nomes simples e compostos, sendo que, nestes últimos, as partes têm algum significado).

(iii) Os nomes não têm referência temporal (característica esta que virá largamente a ser retomada pelos gramáticos antigos).

O *verbo* é definido como «a sound wich not only conveys a particular meaning but has a time-reference too. No part by itself has a meaning. It indicates always that something is said or asserted of something» (*De Interpretatione*: 119). Ressalta daqui que o *verbo*:

(i) Tal como o *nome* só tem significado no seu todo;

(ii) Possui referência temporal, o que não acontece com o *nome*;

(iii) Serve, sobretudo, para *predicar* algo sobre alguma coisa;

(iv) Implica, para que a sua significação seja plena, que lhe sejam adicionados outros elementos (nomes, por exemplo) que, em conjunto, vão operar sinteticamente: «they indicate nothing themselves but imply a copulation or synthesis, wich we can hardly conceive of apart from the things thus combined» (*De Interpretatione*: 121).

Sobre *nomes* e *verbos* ainda diz que ambos constituem expressões que por si só não conseguem enunciar nem *predicar* nada. E, definidas estas categorias, passa o autor a distinguir ‘frase’¹⁵⁶ de ‘proposição’. O essencial destas passagens é que o *nome* e o *verbo* são as partes principais da proposição e que a significação implica uma *síntese* ou *cópula* entre os vários elementos frásicos.

Também Apolónio Díscolo, na *Sintaxis*, considera o *nome* e o *verbo* como as partes principais da oração e justifica dizendo que se uma frase tiver todas as partes exceto o nome e o verbo ela torna-se defeituosa ou incompleta, o que já não acontece se lhe faltarem as outras partes. Quanto à disposição destes elementos, o *nome* aparece primeiro já que «el ser agente y ser paciente es cosa propia de los cuerpos; y a los cuerpos es a lo que se impone los nombres, de los que nace la propriedade del verbo, esto es, la acción o la pasión» (Díscolo [II d.c.] 1987: 82). Resulta daqui a ideia de que os *nomes* designam os corpos que terão a propriedade de ser agentes ou pacientes e os *verbos* designam a ação sobre os corpos.

A ideia essencial que atravessa a filosofia da linguagem da antiguidade é, pois, a de que para haver «discurso» é necessário um *nome* e um *verbo* conetados numa *síntese* que constitui um patamar distinto do das suas unidades constitutivas. «O discurso exige dois signos básicos – um nome e um verbo – que se conetam numa síntese que vai para além das palavras» afirma P. Ricoeur (1975: 12). Segundo este autor, a frase é uma entidade irreduzível às suas partes – as palavras. Compõe-se de palavras, mas a sua significação global não deriva do significado cumulativo daquelas. E faz, assim, radicar o problema da linguagem na

¹⁵⁶ ‘Sentence’, na tradução inglesa; no entanto, os exemplos apresentados levam a concluir que se trata mais de ‘expressão’ do que de ‘frase’ (ex.: “mortal”).

dicotomia *semiótica/semântica* (1975: 19-20). A primeira encara a linguagem como um sistema fechado de signos, incidindo num conjunto de elementos discretos (*análise*); a segunda apela fundamentalmente para o *sentido* enquanto «procedimento integrativo» (*síntese*).

Mas digamos que o “problema da linguagem” não é só uma questão de enquadramento disciplinar (*semiótica*, por um lado e *semântica*, por outro). É o próprio funcionamento natural da linguagem que faz desencadear estes dois mecanismos (*análise* e *síntese*), ou seja:

(i) O discurso ou, se quisermos, a *fala*, adotando a terminologia saussureana, parte *ab initio* de uma ideia, de uma síntese concetual, a qual se desmultiplica em unidades discretas – as palavras – para ser comunicada;

(ii) Na audição, começamos por discriminar (*analisar*) os vários sons que ouvimos; associamo-los, depois, a palavras conhecidas e estas são posteriormente conetadas com vista à atribuição de um sentido global (*síntese* integrativa). Tudo isto se passa de uma forma extremamente rápida, parecendo não depender da nossa vontade e aproximando-se mais de automatismos inconscientes a que já nos referimos em diversos pontos deste trabalho.

Em ambos os casos, estão sempre presentes dois processos em sentido inverso: discriminação de elementos (*análise*) e associação e elementos (*síntese*), numa interação dialética permanente.

António Damásio (2010) apresenta uma proposta inovadora para explicar o ‘processamento’ cerebral destes mecanismos. Esta proposta não incide especificamente sobre a linguagem, mas sobre a reconstrução de imagens e/ou de recordações obtidas durante a percepção. Como parece ser impossível que o cérebro armazene todos os mapas de todas as imagens, ele vai operar não com imagens concretas, mas com *disposições*, «uma forma de armazenamento da informação que poupa espaço» (2010: 181). O cérebro guardaria, assim, não imagens explícitas de objetos ou de situações, mas o conhecimento necessário para, a qualquer momento, reconstruir essas representações. Escreve Damásio (2010: 184):

A nossa memória das coisas (...) existe gravada no nosso cérebro, mas de uma forma disposicional à espera de se tornar em imagem ou acção explícita. *O nosso conhecimento-base é implícito, velado e inconsciente.*

Segundo este autor, também o conhecimento linguístico é armazenado sob a forma de *disposições*: «As regras com as quais ordenamos palavras e sinais, a gramática de uma língua,

também estão presentes como disposições» (2010: 184). Portanto, a competência linguística consistiria mais em disposições do que em regras explícitas. A qualquer momento poderemos tornar explícitas essas regras se forem ativados os mecanismos cerebrais necessários. Trata-se de uma proposta interessante que satisfaz o princípio da economia no arquivamento de dados. No entanto, em relação às regras de ordenação de sons e palavras de uma língua torna-se necessário mais do que *disposições*. A descodificação da mensagem verbal implica sempre uma ativação das regras gramaticais aprendidas, provavelmente não sempre de forma consciente (o que implicaria um grande esforço de explicitação dessas regras em cada ato de fala), mas sob a forma de automatismos, i.e., fazendo uso de um conhecimento que depois de várias vezes usado e repetido se tornou inconsciente, automático. Quando descodificamos uma mensagem verbal, as regras gramaticais tornam-se necessariamente ativas (sob a forma de automatismos) e não apenas dispositivas.

Em relação aos processos de *análise-síntese*, Damásio propõe a existência dos chamados nódulos ou zonas de convergência-divergência (CDZ), os quais registam a coincidência de ações de neurónios em diferentes partes do cérebro. Estas CDZ, na ordem dos milhares, encaminhariam depois os estímulos para zonas de maior confluência – as CDR (regiões de convergência-divergência), na ordem das dezenas. Algumas recordações específicas ocorreriam devido à *retroativação* destes nódulos. Nomeadamente, as disposições iriam atuar «em movimento retrógrado em direcção aos córtices sensoriais iniciais» (2010: 181) produzindo, assim, imagens explícitas ou recordações explícitas.

Embora Damásio não explicita como é que estes mecanismos se aplicam ao *know-how* linguístico, poderemos supor que as várias segmentações levadas a cabo na perceção das palavras ou das frases (discriminação de sons, associação destes em palavras, discriminação de palavras e sua conexão sintática) pode ser levado a cabo por grupos de neurónios atuando em CDZ (segmentações mais finas e detalhadas) e em CDR (associação dos vários elementos e sínteses parcelares). Quando ouvimos uma frase, há todo um conhecimento que temos que recordar (identificação dos sons, das palavras, dos sentidos a elas associados...) e tudo isto seria ‘processado’ em zonas cerebrais separadas que convergem de forma rápida para grandes regiões de convergência-divergência (CDR) originando um sentido unificado. A ativação dos nódulos CDZ e CDR ocorreria numa certa ordem e muito rapidamente de modo que «o resultado é a ilusão da simultaneidade» (2010: 188).

Estas propostas são uma esquematização do cérebro tendo como pano de fundo, mais

uma vez, o pressuposto cognitivista e que o cérebro funciona como um computador. As *disposições* constituiriam grandes ‘pastas’ e as recordações/imagens explícitas seriam os vários ‘ficheiros’ armazenados nessas pastas. É o modelo da máquina a ser usado como metáfora para explicar como o cérebro funciona. Com efeito, uma máquina precisa de discriminar separadamente os vários *inputs* sensoriais para posteriormente efetuar convergências pontuais (CDZ e CDR). Mas sugerimos, aqui, uma hipótese alternativa, na esteira da tradição idealista que antecedeu os últimos cem anos: um ser vivo caracteriza-se, basicamente, pela sua *unidade* e as suas interações com o mundo são, essencialmente, experiências globais e sincréticas. Dito de outro modo, a percepção de um objeto (de um copo, por exemplo) é uma experiência global e unificada, i.e., não discriminamos primeiro a forma, depois o tamanho, a cor, juntando *a posteriori* todas estas características para obtermos a imagem unificada de um copo. A percepção do copo é dada, desde o início, como um todo e só uma análise racional posterior é que faz discriminar as várias características do referido objeto. Damásio fala da «ilusão da simultaneidade» para explicar os tempos de ativação diferenciados dos vários núdulos neurais, mas o que propomos, desta feita, é que a simultaneidade não é uma mera ilusão: é uma característica intrínseca do mundo vivo. Um argumento a favor desta proposta é o de que quando um estímulo sensorial (visual, auditivo, gustativo) faz evocar/relembrar situações do passado, como no caso da “Madeleine” de Proust, essa vivência (ou *feeling*, como diria Sanders Peirce) é uma experiência global. Somos transportados a uma época recuada no tempo como se, efetivamente, estivéssemos a viver no passado, com todas as suas peculiaridades sensoriais.

Nesta perspetiva, também a percepção das frases de uma língua se faz de forma unitária e global. A atribuição de sentido ao que ouvimos não consiste apenas numa sequência de discriminações: é fundamentalmente uma *ideia* acerca do que ouvimos, uma hipótese de sentido, tendo em conta as nossas experiências de vida, o contexto da comunicação, as palavras que ouvimos, os seus significados habituais, os efeitos perlocutórios implícitos, etc. É a *unidade*, o ‘eu’ em funcionamento e em supervisão constante e não apenas um conjunto de circuitos neurais específicos atuando em convergência-divergência. Atribuir *sentido* ao que ouvimos é, assim, uma experiência unificada, uma síntese global dos vários níveis de conhecimento linguístico, mas uma síntese nova que não resulta da soma das suas partes. Como escreve P. Ricoeur «A frase não é uma palavra mais ampla ou mais complexa. É uma nova unidade» ([1975] 2012: 19). E esta unidade, esta síntese global, requer a participação de

um sujeito global. A sintaxe nunca ocorre sem um sujeito. As palavras de uma língua podem ser inventariadas ou listadas num dicionário, mas a sua conexão em frases só acontece com a participação de um sujeito com a finalidade do *sentido*.

A *sintaxe* pode, assim, ser tomada em *stricto* ou em *lato sensu*. Em *stricto sensu* aparece como abordagem sistémica, em que se discriminam os vários constituintes frásicos e se descrevem regras de ocorrência e/ou combinação (ex.: o sujeito antes do predicado, concordância em número do sujeito com o verbo, fenómenos de regência preposicional, etc). A noção de ‘estrutura’ geralmente subjaz a este tipo de abordagem. No entanto, deve assinalar-se que a ‘estrutura’ sintática é, antes de tudo, uma concetualização, uma hipótese acerca da língua e daí que, historicamente, tenham existido diversas estruturações sintáticas. Lembremos que Melo Bacelar (1783) dividia a sua *Gramática Filosófica* em três partes: gramática do *Agente* ou *Nominativo*, gramática da *Ação* ou *Verbo* e gramática do *Acionado* ou *Caso*. Era a filosofia newtoniana a servir de modelo a esta tripartição. Jerónimo Soares Barbosa distingue *sintaxe* de *construção* e elabora uma primeira proposta terminológica para aquilo que hoje se consideram ser as funções sintáticas, baseado-se nos casos latinos (complemento objetivo, terminativo, restritivo e circunstancial). A linguística funcional acentua a *função* relativa dos vários constituintes frásicos. A linguística generativa privilegia uma análise estrutural, sendo que a ‘estrutura’ se centra, principalmente, nos agrupamentos sintagmáticos (SN, SV, SAdj, SAdv e SP) e nas categorias gramaticais (nome, verbo, adjetivo, advérbio e preposição). Como vemos, também na teorização linguística aparece primeiro a *ideia acerca de* (neste caso da língua) antes da ‘coisa’ em si. Sendo a língua um objeto pouco tangível, é natural que sobre ela ocorram diversas perspetivações.

Em *lato sensu* a sintaxe entra nos meandros do próprio pensamento. Digamos que, na sua fundamentação mais básica, a concatenação de elementos numa frase traduz aquilo que se designa por uma *ideia*. A sintaxe é, assim, o trilho pisado e repisado das ideias. Para a escolha das palavras numa frase concorrem inúmeras variantes (culturais, contextuais, emocionais, perlocutórias,...) cujo resultado é, normalmente, uma *síntese* com sentido. Parece, pois, que a sintaxe não escapa à orgânica da própria vida, também ela uma síntese permanente dos vários componentes químicos. Paul Ricoeur assinala esta correspondência entre as sínteses “passivas” e “ativas”: «O corpo é o “lar” [foyer] de todas as sínteses “passivas” que proporcionam um solo prévio às sínteses “ativas”» ([1977] 2012: 163).

A diferença está em que as sínteses puramente orgânicas acontecem de forma

involuntária, autónoma. É o corpo e a história milenar das células a produzirem o “milagre” da vida. A *sintaxe* das línguas opera nos estados mentais, precisando sempre de um sujeito, de um coordenador em primeira pessoa. Nessa medida, constitui-se como um facto psíquico. Mesmo os diálogos inconscientes pressupõem um ‘eu’, uma unidade integradora.

Neste quadro, as teorias modulares da linguagem merecem, também, uma reflexão cuidadosa. Atribuir à área de Broca o controlo dos processos sintáticos suscita algumas dúvidas. É certo que os lesionados nesta área apresentam um discurso telegráfico sem grande coordenação sintática. Mas, no entanto, eles percebem tudo o que se lhes diz. Se isto acontece, então a sintaxe das frases ouvidas também foi ‘computada’, ou seja, a componente sintática do enunciado foi percecionada e contribuiu para a interpretação do mesmo. O que pode ocorrer, nestes casos, é uma dificuldade articulatória/motora que impede a produção de frases completas. Mas o conhecimento sintático não deixou de estar presente. Utilizando uma terminologia computacional diríamos que o *input* sintático é computado, mas o *output* revela deficiências. Do mesmo modo, atribuir à área de Wernicke a componente semântica dos enunciados deixando a sintaxe intacta deve ser tomado com alguma circunspeção. Os testemunhos das neurociências revelam que os lesionados nesta área conseguem estruturar frases, mas fazem-no de uma forma muito empobrecida;¹⁵⁷ não conseguem, por exemplo, operar com mecanismos recursivos do tipo *O livro que dei ao João é interessante*. A sintaxe acontece ao ‘sabor do vento’ sem as rédeas do sentido, pelo que é duvidoso que se possa falar de verdadeira sintaxe nestes casos.

Assinale-se, ainda, que a atribuição de *sentido* a uma frase não implica apenas uma síntese puramente sintática, i.e., a mente não joga só com os elementos frásicos de que dispõe. O **significado** é, talvez, uma das noções linguísticas mais complexas e, por isso mesmo, de difícil definição. Ele interfere diretamente com a nossa cognição, com a inteção não só dos enunciados, mas, também do mundo, dos outros, da vida... Talvez caiba aqui o desabafo de Keith Devlin ([1997] 1999: 322) quando escreve:

¹⁵⁷ Ramachandran (2011: 189) escreve a este propósito: «But clinicians have long known that, contrary to popular wisdom, the speech output of Wernicke’s aphasics isn’t entirely normal even in its syntactic structure. It’s usually somewhat impoverished. However, these clinical observations were largely ignored because they were made long before recursion was recognized as the sine qua non of human language. Their true importance was missed».

Porque é que dizemos as coisas que dizemos e o que é que nos faz compreender as coisas que nos dizem da forma como as compreendemos? Não há teoria que possa responder a estas questões. Uma resposta completa, se possível, envolveria um estudo psicológico, um estudo sociológico, um estudo lógico, um estudo linguístico, um estudo moral e filosófico, um estudo histórico, um estudo biológico e quem sabe quantos mais tipos de estudo.

Quiçá para isto contribua o carácter contextual de muitos dos enunciados por nós produzidos. As situações concretas das comunicações determinam em alto grau o significado a atribuir ao que dizemos e nelas se incluem fatores como: os papéis sociais dos falantes, o maior ou menor grau de formalidade do ato comunicativo, a existência ou não daquilo a que Devlin chama de “fundo comum de conversação”, ou seja, todo um conjunto de experiências, aptidões, informações que estão, à partida, implícitas em qualquer acto de fala. Por exemplo, falar da última notícia da capa do *Público* implica que os falantes reconheçam implicitamente o *Público* como jornal diário, que o leiam regularmente, que vivam em Portugal, que sejam pessoas atentas às notícias, etc. Outras vezes são as características do próprio referente (tamanho, quantidade, frequência) que determinam o significado das expressões: ‘**muitas** migalhas’ corresponderá certamente a uma quantidade maior do que ‘**muitas** montanhas’, uma vez que o universo das migalhas costuma ser da ordem das dezenas ou centenas enquanto que o universo das montanhas é bastante mais reduzido, nunca ultrapassando uma dezena.

Por outro lado, o significado pode ser simplesmente informativo ou implicar a chamada vertente *perlocutória* dos actos de fala, i.e., o que dizemos implica, muitas vezes, uma ação sobre o interlocutor de modo a levá-lo a agir de uma certa maneira. Dizer “já chove” a alguém responsável por um grupo de crianças a brincar num jardim pode significar ter de chamá-las para dentro; ou a chamada de atenção de um aluno de que “já são oito horas” pode significar que o professor dê a aula por encerrada. Nestes dois casos é, portanto, a situação concreta que determina o ‘significado’ a atribuir aos dois enunciados.

Ampliando um pouco mais a questão, o ‘significado’ pode até nem ser de ordem linguística. Um céu carregado pode ‘significar’ que vai chover. Uma certa sequência de toques pode ‘significar’, para os bombeiros, que se trata de incêndio ou de acidente. No segundo caso, a sequência de toques é algo de convencionado por uma comunidade; no primeiro, trata-se de um tipo de significado não convencionado, mas intuído, ligado ao

conhecimento que temos da natureza.

O ‘significado’ é, pois, determinado por inúmeras variáveis e percorre uma escala de valores que pode ir do simples e inócuo *blá-blá* até conversas altamente significativas, tanto do ponto de vista intelectual como do ponto de vista afetivo. No entanto, o **significado** é sempre o significado para um determinado indivíduo tendo em conta a sua experiência de vida, a sua formação, as suas crenças. Talvez por isto sejam um pouco infrutíferas as análises formais do significado que tendem a levar em linha de conta simplesmente o ‘significado informacional’ ou aqueles conteúdos que parecem ser comuns a todos. O mesmo para as abordagens logicistas da linguagem: dizer que as línguas são objetos lógicos é restringir bastante as potencialidades do fenómeno linguístico. Como bem assinalou Eugenio Coseriu, a língua pode ser lógica, poética, pragmática, sem se esgotar num só destes usos.

Mas particularizemos um pouco mais a questão do ‘significado’. Ela entronca numa característica geral do ser humano enquanto *animal de sentido*. A mente humana tem tendência a atribuir sentido ao que vê ou ouve mesmo que os enunciados não se apresentem na forma habitual. Se depararmos com a sequência (1) *João bolo comer*, a tendência é reordenar estes elementos de modo a dispô-los segundo o *trilho* sintático habitual, o que resulta em “João comer bolo”. Mesmo sem detalhes de conjugação ou outras especificações, esta será a melhor combinação dos três elementos tendo em conta:

(i) os nossos hábitos sintáticos que levam a colocar o sujeito antes do verbo e o complemento direto depois deste;

(ii) o nosso conhecimento do mundo que faz atribuir ao verbo *comer* um sujeito animado e um objeto não animado.

Já a frase (2) *O lápis entusiasmado proclama verdades supremas* parece, à partida, não fazer grande sentido por duas razões:

(i) não é suposto os lápis ficarem entusiasmados;

(ii) enquanto objetos, eles não “proclamam” seja o que for, muito menos “verdades supremas”.

No entanto, esta frase torna-se aceitável se virmos nela uma *metonímia*, i.e., o lápis tomado por quem escreve (“o escritor entusiasmado proclama verdades supremas”). Os processos de extensão metafórica/metonímica fazem, também, parte do *underground*

linguístico e podem determinar a atribuição de sentido.

A interpretação de (3) *O lápis mascarado insulta o vidro pacífico* depende, em larga medida, da imaginação do interlocutor. No universo das histórias infantis, onde as personificações são frequentes, talvez não seja difícil encontrar um significado plausível para esta sequência.

Os exemplos (2) e (3) são, normalmente, apresentados como sequências gramaticalmente corretas, mas semanticamente anômalas. Em (4) *Supremas proclama verdades apóstolo o* acontece o contrário, ou seja, trata-se de uma sequência de palavras gramaticalmente inaceitável. A atribuição de sentido torna-se bastante mais difícil do que nas sequências anteriores, pois a mente terá que fazer algum esforço para encontrar a combinação correta (“O apóstolo proclama verdades supremas”). Conclui-se, assim, que é mais difícil atribuir significado a sequências gramaticalmente deficientes do que a sequências semanticamente desviadas. Digamos que uma sintaxe bem estruturada é meio caminho andado para a atribuição de significado. A sintaxe constitui-se como hábito linguístico que facilita enormemente a interpretação das frases.

CONCLUSÕES

PARTE I

1. Na parte I deste trabalho, apresentámos o longo percurso da gramática ao longo dos tempos. Antes de mais, poderemos concluir que a gramática nasce no seio da Filosofia e dela se vai paulatinamente separando, adquirindo um estatuto de saber autónomo. Os Estóicos contribuíram decisivamente para esta autonomia através dos estudos levados a cabo sobre sintaxe e retórica. Antes deles, muitos outros autores refletiram sobre a linguagem (Demócrito, Heraclito ou Anaxágoras), tratando-se, no entanto, de reflexões esparsas, pouco sistemáticas e, quase sempre, secundárias relativamente a um determinado quadro filosófico. Platão, num dos seus mais interessantes diálogos (*Crátilo*), dá voz a uma questão linguística controversa: a natureza convencional ou natural dos nomes. A posição naturalista defendida por Sócrates parece pouco sustentável nos nossos dias e entra em rota de colisão com o carácter de arbitrariedade atribuído ao signo linguístico por Saussure. No entanto, a questão é, de todo, pertinente ainda hoje, sobretudo no que respeita à origem das denominações. Sócrates, imbuído de dialéctica, remete-a para um suposto «legislador dos nomes» («o mais raro dos artistas que surgem entre os homens»).

2. No universo das gramáticas antigas, o tratamento das **partes da oração** ocupa um lugar central. Elas tiveram, provavelmente, os seus fundamentos nas *Categorias* de Aristóteles – texto em que o autor propõe uma categorização das «expressões que dizemos» em *substâncias primeiras e segundas, relativos, quantidades, qualidade*, etc. Tendo sido Aristóteles um dos autores gregos mais lidos e estudados, terá estado sujeito a exegeses diversas, algumas delas com carácter gramatical. É prática corrente, nas gramáticas antigas, atribuir *acidentes* às várias ‘partes orationis’, os quais, em última instância, seriam responsáveis pela forma final da palavra. Subjacente a este tratamento estaria, talvez, a teoria arquetípica de Platão: as partes em-si-mesmas corresponderiam a categorias ‘ideais’ sujeitas, na prática da língua, a diversas modelações (número, género, figura, tempo, modo, etc.).

3. Os gramáticos Antigos mostram já ter uma clara noção da organização da língua em vários patamares (fonético, morfológico, sintático) chegando alguns autores a estabelecer um *paralelismo* entre os vários níveis linguísticos (Apolónio Díscolo, Prisciano). São, aliás, estes

diferentes níveis que fundamentam a organização das gramáticas antigas que, geralmente, começam com o tratamento das letras a que se segue o das sílabas e prosódia, etimologia e sintaxe. Não raro se incluíam, ainda, secções sobre vícios de linguagem (barbarismos, solecismos). Sobre sintaxe pouco se adianta, cingindo-se esta à regência específica de cada parte da oração (sintaxe do nome, do verbo, etc.). O carácter *funcional* do latim, língua em que a ordem das palavras na frase era, praticamente, irrelevante, contribuiu, muito provavelmente, para o pouco desenvolvimento dado a esta parte da gramática.

4. Com os Romanos, vemos ser dado um grande impulso à pesquisa etimológica; Varrão, considerado por muitos «o mais erudito dos romanos» foi, nesta matéria, o maior expoente, tendo-nos deixado explicações sobre a origem e derivação de muitos vocábulos latinos. Aristarco ou Aelius Stilo são, também, gramáticos de referência na latinidade embora pouco se conheça das suas obras. No essencial, os gramáticos latinos fizeram uma transposição para a sua língua do que já tinha sido feito para o Grego, não se registando grandes inovações. Poderíamos destacar Quintiliano pela sua vertente *metodológica*: dá este autor algumas indicações sobre a melhor maneira de ensinar gramática, a qual serviria para formar os futuros oradores.

5. A Antiguidade tardia é fértil na elaboração de gramáticas com pendor didáctico-pedagógico, quiçá acompanhando o florescimento da *escolástica*. Donato é disto um bom exemplo: a sua *Ars Minor* conheceu grande divulgação tendo sido impressa antes da Bíblia. As partes da oração e seus acidentes continuam a ser o tema central. Os gramáticos são, neste período, individualidades com grande prestígio social.

6. As produções gramaticais portuguesas, que ocupam o corpo principal da primeira parte deste trabalho, podem ser agrupadas fundamentalmente em quatro períodos: as primeiras gramáticas portuguesas, as gramáticas filosóficas, as gramáticas históricas e as gramáticas teóricas. Verificámos, em cada um destes períodos, linhas comuns de orientação na elaboração de algumas das gramáticas mais representativas.

7. Em relação a estes períodos pudemos concluir que as primeiras gramáticas portuguesas, conquanto não sejam ainda sistemas ‘perfeitos’, têm o mérito inquestionável de

sistematizar os conhecimentos gramaticais sobre o português – língua que a par e passo ia suplantando o latim nas produções escritas. Os nossos soberanos, por certo, incentivaram a elaboração destas obras, as quais refletiam a consolidação e autonomia da nacionalidade portuguesa.

8. A orientação de base e a organização das matérias deixa transparecer, claramente, a influência das gramáticas greco-latinas cujos autores são frequentemente citados pelos nossos gramáticos. Genericamente, encontramos respeitada a divisão em *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*, embora no caso de Fernão de Oliveira esta ordem apareça um pouco esbatida dado o carácter anotativo do seu texto. Os objetivos são maioritariamente didático-pedagógicos e preceitivos, conquanto não se esquivem os autores de, aqui e além, se lançarem em voos especulativos apresentando, sobre algumas matérias, conceções originais. A gramática é genérica e comumente entendida como «arte de bem falar e escrever», sendo a *norma* linguística ditada por aqueles que melhor uso da língua fazem, ou seja, pautada pela «autoridade dos barões doutos» como dizia João de Barros possivelmente influenciado por Nebrija.

9. Os séculos XVII e XVIII, caracterizados pela busca incessante de explicações racionais e/ou científicas, vêm surgir as chamadas gramáticas filosóficas que, embora também se assumam como ‘arte de falar e escrever corretamente’, inserem o estudo da língua num quadro mais geral, tentando perceber os «principios geraes de toda a linguagem». É, por esta altura, corrente a distinção entre gramáticas *práticas* e *científicas* ou entre gramáticas *gerais* e *particulares*. A organização das matérias subordina-se, agora, mais à filosofia do autor do que a esquemas clássicos, embora a divisão em quatro partes, a que atrás nos referimos, acabe por estar, quase sempre, presente.

10. Nos finais do século XIX e início do século XX vemos surgir estudos linguísticos com um carácter marcadamente histórico. Tenta-se, então, estabelecer as grandes leis que regem as modificações das palavras e dos sons. Acontece isto com os estudos levados a cabo por José Joaquim Nunes ou Manuel Said Ali, dois autores especificamente focados. A influência do darwinismo e das teorias evolucionistas, então emergentes em Biologia e Geologia, não foram, certamente, alheias a estas ‘correntes’ gramaticais. É de ciência já que

se trata, tendo as regularidades observadas «precisão matemática» no dizer de J.J. Nunes.

11. No início do século XX, Saussure traça as linhas orientadoras da Linguística que se apresenta como disciplina descritiva, privilegiando a análise sincrónica das línguas. O carácter normativo das gramáticas perde, então, terreno em favor de perspectivas *descritivas* e/ou *explicativas* da linguagem. É a partir daqui que as gramáticas dão qualitativamente um salto, visando compreender os mecanismos da linguagem através da descrição das várias línguas particulares. Poderemos apelidá-las de gramáticas *teóricas*, uma vez que a descrição linguística implica sempre uma teoria subjacente. Foram referidas, neste estudo, três gramáticas portuguesas, duas das quais se inserem bem nesta categoria.

12. O tratamento dado às várias **partes da oração** tem sido, ao longo do tempo, muito variável. Assim, e relativamente aos autores estudados, vimos que João de Barros elegia como partes principais o *nome* e o *verbo*; Melo Bacelar faz o mesmo; Soares Barbosa elege três: *substantivo*, *adjetivo* e *verbo* (no conjunto das palavras variáveis); Nunes toma o *nome*, o *pronome* e o *verbo*; a gramática generativa considera como nucleares *nome*, *verbo*, *adjetivo*, *advérbio* e *preposição*; Mário Vilela não faz explicitamente qualquer hierarquização, mas atribui ao *verbo* um papel sintático determinante.¹⁵⁸

13. Na **organização das gramáticas** grande é, também, a variedade:¹⁵⁹ Oliveira só de longe respeita a divisão clássica; Bacelar, influenciado pela Física newtoniana, opta por uma tripartição (gramática da *ação*, do *agente* e do *acionado*); à tradicional divisão, Soares Barbosa acrescenta uma outra, bipartida (Parte *Mecânica* e Parte *Lógica*); Joaquim Nunes dá especial enfoque à Fonética e Morfologia.

14. Assim sendo, uma perspectiva histórica das gramáticas parece advertir para um uso reservado da expressão ‘gramática tradicional’, dada a pouca uniformidade de propostas gramaticais que vimos ter existido ao longo dos séculos.

¹⁵⁸ A estas flutuações já se referia, aliás, Meyer-Lübke (1906: 6, III): «la répartition de l'ensemble des phénomènes linguistiques en différentes catégories, telle que l'admet le gramarien, est une chose essentiellement étrangère à la langue: que celle-ci possède de nombreuses formes».

¹⁵⁹ Embora a divisão em quatro partes tenha servido, e ainda hoje sirva, de mote a muitas gramáticas.

15. Em traços largos, a evolução do conceito de gramática segue de perto a evolução do pensamento ocidental. Em diversos períodos da História verifica-se uma sintonia entre as principais tendências do pensamento (científico, filosófico) e as orientações gramaticais: as gramáticas filosóficas espelham o racionalismo dos séculos XVII e XVIII; as gramáticas históricas acompanham o desenvolvimento das teorias evolucionistas; as gramáticas teóricas ensaiam, frequentemente, radioscopias modelares sobre a linguagem como faz a Física para a matéria ou a Biologia para o mundo vivo. Como consequência, poderíamos dizer que as concepções de gramática refletem, quase sempre, concepções do mundo e/ou sistemas de valores e, talvez por isto, elas tenham variado tanto. Em certa medida, esta variabilidade é salutar uma vez que mostra acompanhar a dinâmica do pensamento humano.

PARTE II

16. Na Parte II deste trabalho estabelecemos uma ‘ponte’ entre linguagem e gramática, ou seja, tentámos ampliar o tradicional domínio gramatical fazendo incluir uma variável indispensável ao processo linguístico, geralmente esquecida, e que é o próprio sujeito. As línguas podem ser consideradas sistemas formais, mas não se esgotam nisso. Elas são o meio mais eficaz de comunicação humana e por isso interagem connosco constantemente e a diversos níveis (intelectual, social, profissional, afetivo...). A peculiaridade da linguagem verbal entre as capacidades gerais dos seres vivos confere-lhe um estatuto especial. Não nascemos a falar, a *convencionalidade* é um fator estruturante das línguas naturais; mas o constante e dinâmico jogo de inter-relações entre a linguagem e o pensamento leva-nos a considerar a linguagem como uma parte muito significativa da nossa natureza.

17. Há zonas cerebrais com controlo específico sobre determinados aspetos linguísticos o que mostra uma certa predisposição fisiológica para a linguagem. No entanto, num ato linguístico intervêm muitos outros fatores para além dos exclusivamente cerebrais; a componente afetiva não é de menosprezar bem como a componente simbólica. O mecanismo da linguagem faz uso da aprendizagem de regras com carácter convencional ou social bem entendido, mas provavelmente os seus fundamentos radicam em processos nem sempre perceptíveis a análises formais.

18. O aparecimento da informática, por um lado, e o desenvolvimento das neurociências, por outro, vieram abrir novas portas para a compreensão do funcionamento do cérebro e da linguagem, em particular. Mais concretamente o *conexionismo* toma a aprendizagem linguística como um reforço de conexões neuronais que se tornam, com o tempo, circuitos cerebrais permanentes. Aprender uma língua será basicamente, nesta perspectiva, reforçar redes de neurónios. Pensamos que é inegável toda a filigrana fisiológica que as neurociências nos têm revelado. Que o nosso sistema nervoso seja constituído por milhares de neurónios com trocas químicas e/ou elétricas constantes é um facto que não dá, sequer, direito a contraditório. O problema está em perceber como é que esta ‘maquinaria’ fisiológica é capaz de produzir uma ideia, uma imagem, uma concepção. Freud falava em níveis paralelos de realidade, com uma causalidade difícil de estabelecer.

19. Pensamos que a ordem dos fatores não é irrelevante. As neurociências têm privilegiado explicações causais do tipo *base* → *topo*, remetendo o ‘mental’ para organizações específicas de neurónios. No entanto, tentámos mostrar que o ‘mental’ é também ele responsável pelo estado físico do corpo, sendo capaz de configurar circuitos neurais, numa relação *topo* → *base*. Pudemos, assim, concluir que se verifica uma inter-relação constante entre o físico e o mental, assumindo, geralmente, a linguagem um papel de mediador.

20. Concluímos, também, que a gramática polarizou, ao longo da História, o estudo das línguas naturais, oscilando entre a *prescrição* e a *especulação*. De entre as suas várias partes, a *sintaxe* assume especial relevo, uma vez que é a este nível que se operam as concatenações dos diversos patamares linguísticos, com vista à elaboração de uma mensagem ou de uma ideia. A *sintaxe* pode, assim, ser tomada como uma *síntese* dos vários elementos frásicos e, enquanto processo que conduz ao sentido, ela insere-se no complexo mundo da cognição e do pensamento.¹⁶⁰

21. A gramática pode ser tomada em sentido estrito ou em sentido lato, validando a

¹⁶⁰ Já Lanjouinais ([1776] 1816: ij) pressentia a íntima relação entre gramática, lógica, metafísica e moral: «J’étais convaincu dès longtemps que la science de la grammaire générale, qui, bien entendu, peut se confondre avec la bonne métaphysique et la bonne logique, et pose même les fondements dela morale naturelle (...)».

antiga divisão barrosiana entre gramáticas preceitivas ou especulativas. Em sentido estrito, apresenta-se, geralmente, como sistema de regras que descrevem os usos linguísticos de uma determinada comunidade, funcionando, frequentemente, como *norma* ou *padrão* para essa comunidade. Em sentido lato, a gramática é um domínio de estudo complexo, uma vez que necessariamente faz relacionar a fisiologia do corpo com a psique, relações estas que têm sido controversas, ao longo dos tempos.

22. A linguagem tem várias funções, sendo uma delas a de permitir o acesso ao *conhecimento* nas vertentes exterior (do mundo, do universo) e interior (auto-conhecimento). A vertente exterior do conhecimento está na origem dos altos níveis de desenvolvimento e de progresso das sociedades humanas; a vertente interior, pouco explorada, interfere com mecanismos de identificação pessoal e com a própria estruturação psíquica, deixando antever um mundo complexo de processos não necessariamente conscientes. Assim, linguística e psicologia caminham a par e assentam num terreno comum, que se confunde com o próprio estatuto do ser humano, enquanto espécie peculiar do reino animal, situando-nos num plano genérico de observação.

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

Da Antiguidade

ARISTÓTELES (IV a.C.): *Categorias*. Porto: Porto Editora, 1995 (tradução, introdução e notas de Ricardo Santos).

ARISTÓTELES (IV a.C.): *De Interpretatione* (trad. inglesa de Harold P. Cooke: *Aristotle: The Organon, On Interpretation*) London: William Heinemann.

DÍSCOLO, Apolónio (I-II d.C.): *Sintaxis*. Introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas. Madrid: Editorial Gredos, 1987.

DONATO (IV d.C.): *Ars Grammatica e De Partibus Orationis Ars Minor*. In KEILII, Henrici, *Grammatici Latini*, Vols. I e II. Lipsiae: In Aedibus B.G. Tevneri, 1850-1859.

PĀNINI (V-IV a.C.): *The Ashtadhyayi of Pānini*. Translated into English by Srisa Chandra Vasu, B. A. Published by Sendhu Charan Bose, 1897.

PLATÃO (IV a.C.): *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, col. «Pensamento e Filosofia» (trad. de Maria José Figueiredo, introdução de José Trindade dos Santos).

PLATÃO (IV a.C.): *Teeteto*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian (3.^a edição, 2010).

PLATÃO (IV a.C.): *The Dialogues of Plato*. Bantam Books, 1986 (with an introduction by Erich Segal).

PRISCIANO (VI d.C.): *Institutionum Grammaticarum*. In KEILII, Henrici, *Grammatici Latini*, Vols. I e II. Lipsiae: In Aedibus B.G. Tevneri, 1850-1859.

QUINTILIANO (93 d.C.): *Institution Oratoire*, Livro I. Paris: «Les Belles Lettres», 1975 (texte établi et traduit par Jean Cousin).

TRÁCIA, Dionísio de (II a.C): *La Grammaire de Denys de Thrace* (traduite et annoté par Jean Lallot). Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

VILLEDIEU, Alexandre de (1199): *Das Doctrinale des Alexander de Villa-Dei* (Theodoricus Reichling recensvit et explanavit). New York: Burt Franklin, 1974.

Das gramáticas portuguesas

ABREU, Pinto de (1852): *Novo Methodo para Aprender a Grammatica Portugueza*. Porto: Typographia de F.P. D'Azevedo.

ALI, M. Said (1931): *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 2.^a edição melhorada e aumentada de Lexeologia e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Histórico.

ÁLVARES, P.e Manuel (1572): *De Institutionem Grammatica Libri Tres*. Facsímile da edição de 1572 com introdução do Dr. J. Pereira da Costa. Madeira: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1972.

ARGOTE, Jerónimo Contador de (1721): *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina ou Disposiçam para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo.

ARNAULD, Antoine et LANCELOT, Claude (1660): *Grammaire générale et raisonnée ou La grammaire de Port-Royal* (Nouvelle impression en facsimilé de la troisième édition de 1676). Édition critique présentée par Herbert E. Berkle. Stuttgart-Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag, 1966.

ARNAULD, Antoine e NICOLE, Pierre (1662): *La logique ou l'art de penser*. Paris: chez Guillaume Desprez, edição de MDCCXLVIII.

BACELAR, Bernardo de Lima e Melo (1783): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Reprodução facsimilada da edição de 1783 com introdução e notas de Amadeu Torres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, MCMXCVI.

BARBOSA, Jerónimo Soares (1822): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Edição anastática, comentário e notas críticas de Amadeu Torres. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2005.

BARROS, João de (1540): *Gramática da Língua Portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BEAUZÉE, M. (1767): *Grammaire générale ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage – Pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. À Paris: De l'imprimerie de J. Barbou.

BLUTEAU, Rafael: *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra-Lisboa, 1712-1721.

COELHO, Adolfo (1868): *A Língua Portuguesa, Fonologia, Etimologia, Morfologia e Sintaxe*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CORTESÃO, A. A. (1907): *Nova Gramática Portuguesa*. Coimbra: F. França Amado Editor, 7.^a edição.

CUNHA, Celso e CINTRA: Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1987.

DIAS, Epiphany da Silva (1918): *Syntaxe Historica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

DIAS, Epiphany da Silva (1876): *Grammatica Portugueza Elementar*. Lisboa: A. Ferreira Machado & C.^a-Editores, 8.^a Edição, revista, 1889.

DU MARSAIS, MARMONTEL et BEAUZÉE, M. (1789): *Encyclopédie Méthodique*. À Paris: Chez Panckoucke, Libraire. Tome 1: pp. 189-197; Tome 2: pp. 484-485.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Edição fac-similada da 1.^a edição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

GÉBELIN, Court de (1841): *Regras de Grammatica Portugueza segundo os principios da grammatica universal*. Lisboa: Typographia de Antonio Rebello.

GÉBELIN, Court de (1776): *Histoire Naturelle de la Parole ou Grammaire Universelle à l'usage des jeunes gens*. Paris: Plancher, 1816.

LEÃO, Duarte Nunes de (1606): *Origem da Língua Portuguesa*. Estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa: 1965.

LEÃO, Duarte Nunes de (1576/1606): *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

LOBATO, António José dos Reis (1788): *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, segunda impressão.

MATEUS, Maria Helena *et alii* (1983): *Gramática da Língua Portuguesa – Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina.

MEYER - LÜBKE, W. (?): *Introducción al Estudio de la Lingüística Romance* (traducción revisada por el autor, de la segunda edición alemana por Américo Castro). Madrid, 1914.

MEYER - LÜBKE, W. (1890-1906): *Grammaire des Langues Romanes*. Paris: H. Welter, Éditeur. Tomos I e III (trad. franc. de E. Rabet, Auguste Doutrepoint e Georges Doutrepoint).

MIDOSI, Luiz Francisco (1854): *Compendio de Grammatica Portugueza para Instrucção da Mocidade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

NEBRIJA, Antonio de (1503): *De ui ac potestate litterarum*. Traducción y facsímil de Antonio Quilis y Pilar Usábel. Universidade de Salamanca. Madrid: Sociedad General Española de Librería, S.A..Edición, 1987.

NEBRIJA, Antonio de (1492): *Gramática de la Lengua Castellana*. Estudio y edición de Antonio Quilis. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, tercera edición, 1989.

NUNES, José Joaquim (1919): *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora, 9.^a edição, 1989.

OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Fac-simile, introdução e edição actualizada e anotada por: José Eduardo Franco e João Paulo Silvestre. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2012.

OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Fevereiro 2000 (publicação seguida neste trabalho para as citações da *GLP*).

OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981 (edição fac-similada).

RAPOSO, Eduardo Paiva *et alii* (2013): *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.

RESTAUT, M. (1786): *Principes généraux et raisonnés de la grammaire française*. À Rouen: De l'imprimerie privilégiée, onzième édition.

ROBOREDO, Amaro de (1625): *Grammatica Latina de Amaro Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*. Lisboa: Antonio Alvarez.

ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002. Edição fac-similada de Marina Kóssarik.

ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo Grammatical para Todas as Linguas*. Edição facsimilada. Prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Centro de Estudos em Letras/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

SÁNCHEZ de las BROZAS, Francisco (1562): *Minerva o de Causis Linguae Latinae*. Cáceres: Institución Cultural «El Brocense», Universidad de Extremadura, 1995.

VERNEY, Luís António (1746): *Verdadeiro Metodo de Estudar – Para ser util à Republica, e à Igreja: Proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*. Tomo Primeiro. Valensa: Na Oficina de Antonio Balle (BND).

VILELA, Mário (1995): *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.

B) BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

AQUINO, S. Tomás de (XIII d.C.): *Princípios da Natureza*. Tradução, introdução e comentários de Ramiro Délio Borges de Meneses. Porto: Porto Editora.

ARAÚJO, Ana Cristina (2003): *A Cultura das Luzes em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

ASSUNÇÃO, Carlos e FERNANDES, Gonçalo (2007): “Amaro de Reboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos” in Prefácio e Estudo Introdutório à edição fac-similada do *Methodo Grammatical para todas as Línguas*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, UTAD.

ASSUNÇÃO, Carlos: (1997): *Gramática e Gramatologia*. Braga: APPACDM.

AUROUX, Sylvain (1992): *Histoire des idées linguistiques*. Tome 2 – *Le développement de la grammaire occidentale*. Paris: Pierre Mardaga, éditeur.

AZEREDO, José Carlos (2000): *Fundamentos da Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

BALLY, Charles (1935): *Le langage et la vie*. Zurich: Max Niehans Éditeur.

BARBOSA, Jorge Morais et alii (organizadores): *Gramática e Ensino das Línguas – Actas do I Colóquio sobre Gramática (25 a 27 de Maio de 1998)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1999.

BARBOSA, Jorge Morais: *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

BARBOUR, Ian (1974): *Myths, Models and Paradigms - A Comparative Study in Science and Religion*. Harpercollins College Div; New edition (June 74).

BENÍTEZ BURRACO, António (2009): *Genes y Language: aspectos ontogenéticos, filogenéticos y cognitivos*. Barcelona: Editorial Reverté, S.A.

BENVENISTE, Émile (1965-1972): *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.

BRITO, Ana Maria (org.) (2010): *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Edição: Fundação Universidade do Porto - Faculdade de Letras.

BROWN & HAGOORT (1999): *The Neurocognition of Language*. Oxford University Press.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984): *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, coleção «Nova Universidade».

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983): *Babel ou a Ruptura do Signo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda (edição sob os auspícios do comissariado para a XVII exposição europeia de arte, ciência e cultura).

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1978): *Gramáticos Portugueses do século XVI*. Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa (1.ª edição).

BUREL, Paul Van and ALLEN, J. P. B. (eds.) (1971): *Chomsky – Selected Readings*. London: Oxford University Press.

Cahiers du Groupe de Recherches sur la Philosophie et le Langage n.º 6 et 7: *Philosophie du langage et grammaire dans l'Antiquité*. Bruxelles: Éditions Ousia, 1986.

- CALERO VAQUERA, Maria Luísa (1986): *História de la gramática española (1847- 1920) – De A. Bello a R. Lenz*. Madrid: Editorial Gredos, Biblioteca Românica Hispânica.
- CANDAU, Joël (2005): *Anthropologie de la Mémoire*. Paris: Armand Colin Éditeur.
- CARDOSO, Simão (1995): *A Gramática latina no séc. XVI –As «partes orationis» na gramática do P.e Manuel Álvares (1572) e na Minerva de Sanctius (1587)*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, XII, pp.159-172.
- CARDOSO, Simão (1994): *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Revista da Fac. Letras.
- CARROL, Jonh B. (1964): *Linguagem e Pensamento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977 (trad. port. de Maria Aparecida Aguiar).
- CARVALHO, José G. Herculano de (1984): *Pequena Contribuição à História da Linguística – Observações (algo tardias) à «linguística cartesiana» de Noam Chomsky*. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- CARVALHO, Joaquim de (1951): “Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães”, *Revista da Faculdade de Ciências*, Coimbra, vol. XX.
- CASTAÑEDA CASTRO, Alejandro (1994): *Processos de automatización y praticas gramaticales comunicativas (de la adquisición del subjuntivo en español como lengua extranjera)*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Granada.
- CASTELEIRO, João Malaca (1979): “A Doutrina Gramatical de Jerónimo Soares Barbosa” in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, Tomo XXI (Comunicação proferida na sessão da Classe de Letras de 12 de Julho de 1979).
- CHALMERS, David J. (2010): *The Character of Consciousness*. Oxford: Oxford University Press.
- CHALMERS, David J. (1996): *The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- CHANGEUX, Jean-Pierre e RICOEUR, Paul (1998): *Ce qui nous fait penser. La Nature et la Règle*. Éditions Odile Jacob (trad. port. de Isabel Saint-Aubyn: *O que nos faz Pensar?*). Lisboa: Edições 70, 2001.
- CHAUCHARD, Dr. Paul (1956): *Le langage et la pensée*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1982): *Dictionnaire des Symboles - mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A.
- CHOMSKY, Noam (1975): *Reflections on Language*. Glasgow: William Collins Sons & Co. Ltd, Fontana Books, second impression September 1979.
- CHOMSKY, Noam (1966): *Cartesian Linguistics: A Chapter in the History of Rationalist Thought*. New York: Harper and Row.
- CHOMSKY, N. (1965): *Aspects of Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (1957): *Syntactic Structures*. Mouton Publishers, The Hague (trad. port. de Madalena Cruz Ferreira: *Estruturas Sintáticas*). Lisboa: Edições 70, Coleção «Signos», 1980.
- CIDADE, Hernâni (1950): «João de Barros – O que pensa da língua portuguesa – Como a escreve» in *Boletim de Filologia*, tomo XI. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.

CLAIRIS, Christos (2005): *Vers une linguistique inachevée*. Paris / SELAF – Peeters Press Lovaina (trad. port. de Maria Joana Vieira Santos: *No rumo de uma linguística inacabada: ensaio de linguística funcional*). Coimbra: Edições Almedina, 2008.

Colectânea de exames finais (2008-2009) à disciplina de 'Inteligência Artificial e Sistemas de Decisão' do IST (Instituto Superior Técnico).

COLLART, Jean (1954): *Varron, Grammaire en latin* (thèse principale pour le Doctorat ès-Lettres présenté à la Faculté des Lettres de Paris le 26 Avril 1952). Paris: Les Belles Lettres.

CONDILLAC (1746): *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. Lisboa: Via Editora.

COSERIU, Eugenio (1975): *Sprache und Funktionalitat bei Fernão de Oliveira, 1536* (trad. bras. de Maria Christina Motta Maia: *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*). Rio de Janeiro: Presença Edições; Niterói, RJ: EDUFF Ed. Universitária, 1991. Incluído na edição da *Gramática da Lingoagem Portuguesa* de Carlos Assunção e Amadeu Torres, 2000.

COSERIU, Eugenio (1968-1971): *Lições de Linguística Geral* (trad. bras. do Prof. Evanildo Bechara). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSERIU, Eugenio (1958): *Logicismo y Antilogicismo en la Gramática*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias, Instituto de Filología – Departamento de Linguística, 2.ª edição.

COSTA, Rui (2013): Entrevista in *Lisboa* (revista municipal), n.º5, maio de 2013.

CRICK, Francis (1990): *The Astonishing Hypothesis* (trad. port.: *A Hipótese Espantosa: Busca Científica da Alma*). Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

CRYSTAL, David & Hilary (2000): *Words on Words*. The University of Chicago Press.

CRYSTAL, David (1987): *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.

CRYSTAL, David (1971): *Linguistics*. London: Penguin Books.

DAMÁSIO, António (2010): *O Livro da Consciência*. Edição: Círculo dos Leitores, coleção «Temas e Debates» (trad. port. de Luís Oliveira Santos).

DAMÁSIO, António R. (1994): *Descartes' Error – Emotion, Reason and the Human Brain* (trad. port. de Dora Vicente e Georgina Segurado: *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*). Lisboa: Publicações Europa-América, 10ª edição, 1995.

DENNETT, Daniel C. (2005): *Sweet Dreams - Philosophical Obstacles to a Science of Consciousness*. A Bradford Book. The MIT Press.

DERRIDA, Jacques (1967): *De la grammatologie*. Paris: Les Éditions de Minuit.

DESCARTES, René (1637): *Discours de la Methode, Pour bien conduire la raison et chercher la verité dans les sciences*. Paris: Éditions Nathan, 1991 (trad. port. de Carlos Aboim de Brito: *Descartes, O Discurso do Método*). Lisboa: PE Edições, 1993.

DEVLIN, Keith (1997): *Goodbye Descartes – the end of logic and the search for a new cosmology of the mind*. Published by Jonh Wiley & Sons, Inc. (trad. port. de Fernanda Oliveira: *Adeus, Descartes – O fim da lógica e a procura de uma nova cosmologia do pensamento*). Lisboa: Publicações Europa- América, 1999.

DIAMOND, A.S. (1959): *The History and Origin of Language*. London: Methuen & Co Ltd.

Dicionário Cronológico de Autores Portugueses Vol. II, pp. 428-429, organizado pelo Instituto Português do Livro e da Leitura. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda., 1990.

DOMINICY, Marc (1984): *La naissance de la grammaire moderne – langage, logique et philosophie à Port-Royal*. Bruxelles: Pierre Mardaga Editeur.

DRETSKE, Fred (1997): *Naturalizing the Mind*. Massachusetts: MIT Press.

DUMMET, Michael (2006): *Thought and Reality*. Oxford: Clarendon Press.

DUBOIS *et alii* (1973): *Dictionnaire de Linguistique*. Paris: Larousse.

DUBOIS-CHARLIER, Françoise: *Comment s'initier à la linguistique?* Paris: Librairie Larousse (trad. port. de João Andrade Peres: *Bases de Análise Linguística*). Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan (1972): *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Éditions du Seuil.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1.º volume, p.1248. Lisboa: Editorial VERBO.

FARIA, Isabel Hub *et alii* (1996): *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, série 'Linguística', coleção «Universitária».

FÁVERO, Leonor Lopes (1996): *As Concepções Linguísticas no século XVIII*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

FODOR, Jerry and LEPORE, Ernie (2006): “Analycity Again” in *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language*. Edited by Michael Devit and Richard Hanley, Blackwell Publishing Ltd, 2006.

FODOR, Jerry (1975): *The Language of Thought*. Cambridge: Harvard University Press.

FONSECA, Maria do Céu (2010a): “Função Gramatical” in E-Dicionário de Termos literários de Carlos Ceia 2010.

FONSECA, Maria do Céu (2010b): “Francisco Sánchez de las Brozas: sondagem aos conceitos de “razão”, “causa”, “uso”, “universalidade” e a sua repercussão grammatical.” In *Post Tenebras Spero Lucem. Los Estudios Gramaticales en la España Medieval y Renascentista*. Edição: Editorial da Universidad de Granada.

FONSECA, Maria do Céu (2009): “A Gramática no Curso de Humanidades da Universidade”. In *Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo*. Braga: Barbosa & Xavier.

FONSECA, Maria do Céu (2006): *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: Preposições e Posposições no século XVII*. Lisboa: Edições Colibri.

FREUD, Sigmund: *Abrégé de psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1946.

FREUD, S. (1905): “Tratamento Psíquico (ou Anímico)”. Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. VII, pp 271-288. Rio de Janeiro: Imago Editora.

FREUD, S. (1895): *Projeto para uma Psicologia Científica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, Lda.

FREUD, S. (1891): *A Interpretação das Afasias - Um Estudo Crítico*. Lisboa: Edições 70.

FROMKIN, Victoria and RODMAN, Robert (1983): *An Introduction to Language*. Holt, Rinehart and Winston, Inc. (trad. port. de Isabel Casanova: *Introdução à Linguagem*). Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

GALILEI, Galileu (1632): *Dialogo sopra due massimi sistemi del mondo*. A cura di Libero Sosio. Torino: Einaudi, 1970.

- GESCHWIND, Norman (1979): “Specializations of the human brain” in *Scientific American*, vol. 241(3), Sep. 1979, 180-199.
- GLEASON, H. (1961), *An Introduction to Descriptive Linguistics*. New York: Holt, Rinehart and Wiston (trad. port. de João Pinguelo: *Introdução à Linguística Descritiva*). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1978.
- GÓMEZ ASCENCIO, José J. (1985): *Subclasses de palavras en la tradición española (1771-1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- GÓMEZ ASCENCIO, José J. (1981): *Gramática y categorías verbales en la tradición española (1771- 1847)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2010): “«Desagravo» da gramática portuguesa (1820-1824) – Contribuições para uma historiografia das polémicas gramaticais em Portugal”. Ana Maria Brito org., *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. Universidade do Porto/ Faculdade de Letras, pp.169-190.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2006a): “Iluminismo e pensamento linguístico em Portugal: o exemplo das gramáticas filosóficas” in *VII Congrès de Linguística General*, del 18 al 21 d’abril de 2006. Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2006b): “Treinta Años de Historiografía Lingüística del Portugués”, in *Actas del XXV Simposio Internacional de la SEL*. Versão eletrónica disponível em <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/inicio.htm>.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2005): “Nótulas para uma Historiografia Linguística de Setecentos: A língua portuguesa segundo João Bautista de Castro”, in *Gramática e Humanismo. Atas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, vol.I. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia/Universidade Católica Portuguesa, pp.383-402.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003): *As Ideias Ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Edição: Fundação Caloust Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- GRANDE del BRÍO, Ramón (2000): *El Poder de la Palabra y la Nueva Torre de Babel*. Madrid: Editorial El Drac, S. L..
- GRANGER, G., «Língua e sistemas formais» in *Filosofia da linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina. Artigo traduzido por Manuel Reis da revista trimestral «Langages», n.º 21, ano VI (1971).
- GRENDLER, Paul F. (1989): *Schooling in Renaissance Italy: Literacy and Learning*. The Johns Hopkins University Press (trad. italiana de Guido Annibaldi: *La Scuola nel Rinascimento Italiano*) Editori Laterza.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador (1985): «Sobre las categorías, las classes y la transposición» in *Contextos*, III/5, pp. 75-111.
- HAGÈGE, Claude (1985): *L’Homme de Paroles*. Librairie Arthème Fayard (trad. port. de Isabel St. Aubyn: *O Homem Dialogal- contribuição linguística para as ciências humanas*) Lisboa: Edições 70.
- HAGÈGE, Claude (1976): *La grammaire générative, Réflexions critiques*. Presses Universitaires de France, «Le linguiste» (section dirigée par A. Martinet), collection SUP.
- HEIDEGGER, Martin: *Unterwegs zur Sprache*. Verlag Gunther Neske, Pfullingen, 1959 (trad. franc. de Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédier: *L’acheminement vers la parole*). Paris: Gallimard, 1976.
- HERDER, J.G. (1784-91): *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*. Lisboa: Antígona, 1987.
- HOLENSTEIN, Elmar (1975): *Jakobson – Le structuralisme phénoménologique*. Paris: Éditions Seghers (trad. port. de António Gonçalves: *Jakobson – O Estruturalismo Fenomenológico*). Lisboa: Editorial Vega.

- HORMANN, Hans (1967): *Psychologie der Sprache*. Berlin-Heidelberg: Springer Verlag. (Versão espanhola de António López Blanco, *Psicologia del Lenguaje*). Madrid: editorial Gredos.
- HUMBOLDT, Wilhelm von (1820): *Über Das Vergleichende Sprachstudium in Beziehung auf die Verschiedenen Epochen der Sprachentwicklung*. Leipzig: Verlag von Felix Meiner (trad. esp. de Salvador Bucca: *Estudios Comparativos de las Lenguas – en relación con las distintas épocas de la evolución del lenguaje*). Universidad de Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Centro de Estudios Lingüísticos, 1968.
- HUME, David (1739): *A Treatise of Human Nature*. Oxford University Press (trad. port. de Serafim da Silva Fontes: *Tratado na Natureza Humana*). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2010.
- JACKENDOFF, R. (2007): *Language, Csciousness, Culture: Essays on Mental Structure*. The MIT Press.
- JACKENDOFF, R. (1987): *Consciousness and the Computational Mind*. A Bradford Book: The MIT Press.
- JAKOBSON, Roman (1973): *Linguistics in Relation to Other Sciences* (trad. port. de M.^a Fernanda Bacelar Nascimento: *Relações entre a Ciência da Linguagem e as Outras Ciências*). Lisboa: Livraria Bertrand, 1974.
- JAKOBSON, Roman (1968): *Essais de linguistique générale*. Paris: Éditions de Minuit.
- JANET, Pierre (1936): *L'intelligence avant le langage*. Paris: Flammarion.
- JESPERSEN, Otto (1971): *La Philosophie de la Grammaire*. Paris: Les Éditions de Minuit (traduit de l'anglais par Anne-Marie Léonard, préface d'Antoine Culioli).
- JOLY, André et STEFANINI, Jean (1977): *La grammaire générale, des modistes aux ideologues*. Villeneuve-d'Ascq: Publications de l'Université de Lille.
- JUNG, Carl, G. and von Franz, M. L., Henderson, J., Jacobi, J., Jaffé, Aniela, (1964): *Man and his Symbols*. London: Aldus Books.
- JUNG, Carl G.(1957): *Zivilisation im Ubergang* (trad. bras.: *Presente e Futuro*). Petrópolis: Editora Vozes.
- JUNG, Carl G.: *Cartas 1956-1961*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- JUNG, Carl, G. (1934): *Zwei Scheriften üben Analytische Psychologie. Die Beziehungen Zwischen dem ich und dem Unbewussten*.Walter Verlag, AG, öltten (trad. port. de Dora Ferreira da Silva: *O Eu e o Inconsciente*). Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- JUNG, Carl G. (1916): *Die Dynamik des Unbewussten*. Walter Verlag, AG, öltten (trad. bras. de PE. Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB: *A Natureza da Psique*). Petrópolis: Vozes, 1984.
- JUNG, Carl G.: *Cartas 1906-1945*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- KELLY, Louis G. (1977): «La Physique d'Aristote et la phrase simple dans les ouvrages de Grammaire Speculative» in Joly et Stéfanini (1977).
- KEMMLER, Rolf, Barbara SCHÄFER-PRIESS, Axel SHÖNBERGER (eds.) (2002): *Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.
- KESS, Joseph F. (1992): *Psycholinguistics: Psychology, Linguistics and the Study of Natural Language*. Amsterdam: Jonh Benjamins Publishing Company.
- KRAILSHEIMER, A. J., (1980): *Pascal*. Oxford: Oxford University Press (trad. port. de Maria Manuela Pessegueiro: *Pascal*). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1.^a edição, Abril de 1983.

- KRISTEVA, Julia (1969): *Le langage, cet inconnu* (trad. port. de Maria Margarida Barahona: *História da Linguagem*). Lisboa: Edições 70, col. «Signos».
- LACAN, Jacques (1957-1958): *Les formations de l'inconscient* in *Le Séminaire*, Livre V. Paris: Éditions du Seuil.
- LALLOT, Jean (1989): *La grammaire de Denys de Thrace*. Paris: Éditions du Centre National de Recherche Scientifique.
- LANJOUINAIS (1776): «Discours préliminaire» in *Histoire Naturelle de la Parole ou Grammaire Universelle* de Gêbelin. Paris: Plancher, 1816.
- LAUSBERG, Heinrich (1967): *Elemente der Literarischen Rhetorik*. Munchen: Max Hueber Verlag (trad. port. de R. M. Rosado Fernandes: *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 3ª edição, 1982).
- LÁZARO MORA, Fernando A. (1981): *La presencia de Andrés Bello en la Filología española*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- LEIBNIZ, G. W. (1765): *Nouveaux Essais Sur L'Entendement Humain*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.
- LEIBNIZ (1686): *Discurso de Metafísica* in *Leibniz Obras Escolhidas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- LENNEBERG, Eric H. (1967): *Biological Foundations of Language*. John Wiley & Sons, Inc.
- LOAR, Brian (2006): «Language, Thought and Meaning» in *The Blackwell Guide to the Philosophy of Language*. Edited by Michael Devitt and Richard Hanley, Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- LONGO, Leila (2006): *Linguagem e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- LOPES, Maria da Conceição V. (2001): *Evolução do Conceito de Gramática – De Fernão de Oliveira até aos nossos dias*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (sob orientação do doutor Jorge Morais Barbosa).
- LUPYAN, Gary e SWINGLEY, Daniel (2012): “Self-directed speech affects visual search performance” in *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, vol. 65, issue 6, 2012.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (2010): “A consciência da dimensão imperial da língua na produção linguístico-gramatical portuguesa” in *Gramática: História, Teoria, Aplicações*. Edições da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARTINET, André (1989): *Fonction et dynamique des langues*. Armand Colin Editeur (trad. port. de J. M. Barbosa e M. Joana V. Santos: *Função e Dinâmica das Línguas*). Coimbra: Livraria Almedina, 1995.
- MARTINET, André (1985): *Syntaxe Générale*. Paris: Armand Colin, 1985.
- MARTINET, André (1979): *Linguistique fonctionnelle, débats et perspectives*, présentés par Mortéza Mahmoudian. Paris: Presses Universitaires de France, 1ª edição.
- MARTINET, André (1969): *La linguistique, guide alphabétique*. Paris: Éditions Denoel.
- MARTÍNEZ GAVILÁN, Maria Dolores (1989): *Las Ideas Lingüísticas en España en el siglo XVII: los tratados gramaticales*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de León.
- MATEUS, M.ª Helena Mira e VILLALVA, Alina (2006): *O Essencial sobre Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

- MATURANA, H. e VARELA, F. (1984): *El Árbol del Conocimiento – Las bases biológicas del conocimiento humano*. Madrid: Editorial Debate, S.A.
- MATURANA, H. e VARELA, F. (1980): *Autopoiesis: the organization of the living*. Dordrecht, Holland: D. Reidel Publishing Company.
- MAURO, Tullio de (1998): *Linguistica Elementare*. Roma-Bari: Gius. Laterza & Figli Spa (trad. port. de Isabel Teresa Santos: *Linguística Elementar*). Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- MCCULLOCK, W. S. e PITTS, W. H. (1943): «A logical Calculus of the Ideas Immanent In Nervous Activity» in *Bulletin of Matematical Biophysics*, 5: 115-133.
- MELLO, Denise Ribeiro (2010): “A psicanálise e seu encontro com a linguagem na obra de Freud” in *Inter Science Place*, Revista Científica Internacional. Ano 3 - n.º 13, maio-junho 2010.
- MENEZES, Vera (2007?): “Modelo Conexionista”, paper disponível a partir de www.veramenezes.com/conexionismo.pdf (sítio consultado em fevereiro de 2013).
- MILLER, G.A. (ed.) (1973): *Communication, Language and Meaning*. New York: Basic Books, Inc.
- MOUNIN, Georges (1972): *La linguistique du XX siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MOUNIN, Georges (1968): *Clefs pour la Linguistique*. Paris: Éditions Seghers.
- MOUNIN, Georges (1967): *Histoire de la linguistique – des origines au XX siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, coleção «Le Linguiste» dirigida por André Martinet.
- NETO, Serafim da Silva (1955): «Manuel Said Ali» in *Revista Brasileira de Filologia*, Vol. I, pp. 109-112, 1955.
- NIQUE, Christian (1975): *Initiation Méthodique à la Grammaire Générative*. Paris: Librairie Armand Colin (trad. port. de Manuel Nória, Maria Antonieta Garcia e Noémia Simas Mendes: *Iniciação Metódica à Gramática Generativa*). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2ª edição, Outubro de 1978.
- PAGLIARI, Antonino (1952), *El Segno Vivente – Saggi sulla lingua e altri simboli*. Nápoles: Edizioni scientifiche italiane, 1952 (trad. port. de Aníbal Pinto de Castro: *A vida do Sinal – Ensaio sobre a Língua e Outros Símbolos*). Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2.ª ed., 1967.
- PAIVA, Maria Helena (2002): *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico*. Edição da BNP.
- PALLIER, Christophe (2001): «L'Émergence du langage» in *Science et Avenir*, n.º125, janvier 2001.
- PAUL, Hermann (1966): *Prinzipien der Sprachgeschichte*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (trad. port. de M.ª Luisa Shemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*). Lisboa: fundação Caloust Gulbenkian, 2.ª edição, 1983.
- PEIRCE, Charles Sanders (1934-35): *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Vols. V e VI. Edited by Charles Hartshorne and Paul Weiss. The Belknap Press of Harvard University Press.
- PERRON, Jean (1953): *La linguistique*. Paris: Presses Universitaires de France, 7.ª edição, 1957.
- Philosophie du langage*, n.º 21, ano VI (1971), da revista trimestral «Langages» (Trad. port. de Manuel Reis: *Filosofia da Linguagem*. Coimbra: Livraria Almedina).
- PINKER, S. e Jackendoff, Ray (2005): “The Faculty of Language: What’s special about it?” in *Cognition* 95, pp. 201-236.

- PINKER, Steven (1995): *An Invitation to Cognitive Science*, Vol.1: *Language*. Cambridge, MA: MIT Press.
- POMBO, Olga (1987): *Leibniz and the Problem of an Universal Language*. Münster: Nodus Publikationen.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2006): «Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno de la teoría sintáctica del *Ars grammaticae* pro lingua lusitana addiscenda (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S.I.)» in *Forma y Función*, 19, 11-30.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio(2003): “La diffusion de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)” in sep. de «*Península*», *Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 0.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2002): “O Brocense na Teoria Gramatical Portuguesa no Início do Século XVII” in sep. de «*Línguas e Literaturas*», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, Vol.XIX, pp.491-520.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2002): “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el de constructione octo partium orationis (Coimbra 1555)” in sep. de «*Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*», Vol. 22, n.º1.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (2001): “El Álvarez en vernáculo: Las exégesis de los *De institutione grammatical libri tres* en Portugal durante el siglo XVII”, in *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, 18, Porto, pp. 317-338.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio (1996): “La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos” in *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 10, pp. 217-228.
- POOLE, Michael (1995): *Beliefs and Values in Science Education* (trad. port. de Ana André: *Princípios e valores na Educação Científica*). Lisboa: Instituto Piaget.
- PORZIG, Walter (1957): *Das Wurder der Sprache Probleme; Methoden und Engebnisse der Modernen Sprachwissenschaft*. Bern: Franck verlag (trad. castelhana de Abelardo Moralejo: *El Mundo Maravilloso del Lenguaje*). Madrid: Gredos.
- PREMACK, D. e WOODRUFF, G.(1978): «Does the chimpazee have a theory of mind?» in *The Behavioral and Brain Sciences*, 1, pp. 516-526.
- PROUST, Marcel (1913-27): *À la Recherche du Temps Perdu – Du Côté de chez Swan*. Paris: Gallimard, 1946-47.
- RADFORD, Andrew (1981): *Transformational Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RAMACHANDRAN, V. S. (2011): *The Tell-Tale Brain – A Neuroscientist’s Quest for What Makes Us Human*. New York: Norton & Company, Ltd.
- RAMACHANDRAN, V. S. and Blakeslee, Sandra (1998): *Phantomes in the Brain – Probing the Mysteries of the Human Mind*. New York: William Morrow and Company.
- RAMAJO CAÑO, António (1987): *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- REICHENBACH, H. (1947): *Elements of Symbolic Logic*. New York: Free Press.
- RICKEN, Ulrich (1978): *Grammaire et philosophie au siècle des lumières*. Publications de l’Université de Lille.
- RICOEUR, Paul (1991): «Vers la Grèce antique. De la nostalgie au deuil.» in revista *Esprit*, n.º 399, novembre 2013.

- RICOEUR, Paul (1977): *Le Discours de l'Action* (trad. port. de Artur Morão: *O Discurso da Ação*). Lisboa: Edições 70, 2012.
- RICOEUR, Paul (1975?): *Interpretation Theorie: discourse and the surplus of meaning*. Comité Éditorial Fonds Ricoeur (trad. port. de Artur Morão: *Teoria da Interpretação – O Discurso e o Excesso de Significação*). Lisboa: Edições 70, 2012.
- RIEBER, R. W. (ed.)(1976): *The Neuropsychology of Language - Essais in honor of Eric Lenneberg*. New York: Plenum Press.
- ROBINS, R. H. (1951): *Ancient & Medieval Grammatical Theory in Europe – With particular reference to modern linguistic doctrine*. London: G. Bell & Sons LTD.
- ROSENBLATT, F. (1962): «A comparison of several perceptrons models» in *Self-Organizing Systems*. Washington D.C.: Spartan Books.
- ROSIER, Irène (1983) : *La grammaire spéculative des Modistes*. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- ROUSSEAU, Jean Jacques (s.d.): *Essai sur L'Origine des Langues*. Texto reeditado pelos *Cahiers pour l'analyse* (n.º4) de acordo com a edição de A. Belin, de 1817 (trad. port. de Fernando Guerreiro: *Ensaio sobre a Origem das Línguas*). Lisboa: Editorial Estampa, 1981.
- RUMELHART, D. E. e MCCLELAND, J.L. (1986): *Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructure of Cognition*. Cambridge: The MIT Press.
- RUWET, Nicolas (1972): *Langage, musique, poésie*. Paris: éditions du Seuil.
- SANDBACH, F. H. (1975): *The Stoics*. London: Chatto & Windus.
- SANTOS, Joana Vieira (2011): *Linguagem e Comunicação*. Coimbra: Edições Almedina.
- SANTOS, Maria Helena Pessoa (2010): *As Ideias Linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- SAPIR, Edward (1968): *Linguistique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- SAUSSURE, F. (1916): *Cours de linguistique générale*. Paris: Éditions Payot, 1995 (édition critique préparée par Tullio de Mauro, 1967). Publié par Charles Bailly et Albert Sécheyaye avec la collaboration de Albert Riedlinger.
- SCHÄFER, Barbara (1991): “Contribution à la grammaire idéologique au Portugal”. In B. Schlieben-Lange *et al.* (org.). *Europäische Sprachwissenschaft um 1800. Metodologische und historiographische Beiträge zum Umkreis der ‘idéologie’*. Münster Nodus Publikationen, pp.101-107.
- SCHOPENHAUER, A.,(?): *Le vouloir-vivre l'art et la sagesse*. Paris: Presses universitaires de France, 1963.
- SCHOPENHAUER, A.: *Da Necessidade de Metafísica*. (trad. port. de Lobo Vilela). Lisboa: Editorial Inquérito.
- Sciences et Avenir* (hors-série) «La langue d'Homo erectus », n.º125, décembre 2000/janvier 2001.
- SEARLE, John R. (2002): *Consciousness and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEARLE, John R. (1997): *The Mystery of Consciousness*. London: Granta Books.
- SEARLE, Jonh R. (1992): *The Rediscovery of the Mind*. A Bradford Book, MIT Press (trad. port.: *A Redescoberta da Mente*). Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

- SEARLE, John R. (1984): *Minds, Brains and Science* (trad. port. de Artur Morão: *Mente, Cérebro e Ciência*). Lisboa: Edições 70, 1997.
- SILVA, Augusto Soares da (org.) (2001): *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Edição: Associação Portuguesa de Linguística (UCP - Faculdade de Filosofia de Braga).
- SMITH, Neil and WILSON, Deirdre (1979): *Modern Linguistics. The results of Chomsky's Revolution*. London: Penguin Books.
- STEIN, Gabriele (1997): *Jonh Palsgrave as Renaissance Linguist*. Oxford: Clarendon Press.
- TOMATIS, Alfred (1991): *Nous sommes tous nés polyglottes*. Fixot. (trad. port. de Fátima e Carlos Gaspar: *Todos Nascemos Políglotas*). Lisboa: Instituto Piaget.
- TORRES, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística: ensaios e outros estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos (2000): «Introdução» à edição crítica, semidiplomática e anastática da *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira. Edição da Academia das Ciências de Lisboa.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1938): *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1921): *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968 (tradução e apresentação de José Artur Giannotti).
- WOLF, J.G. (1973): *Language, Brain & Hearing*. London: Methuen & Co., Ldt.
- VALDÉS, Juan de (1542): *Diálogo de la lengua*. Olympia Ediciones, 1995.
- VARELA, Francisco, THOMPSON, Evan e ROSCH, Eleanor (1991): *The Embodied Mind*. MIT (trad. port.: *A Mente Corpórea: Ciência Cognitiva e Experiência Humana*). Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- VERDELHO, Telmo (1982): “Historiografia Linguística e Reforma do Ensino – A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês e Pombal”. Bragança: *Brigantia*, Vol. II, n.º4, p.347-356 (Out.-Dez. 1982).
- VILUTIS, Isabel de (2009): “A linguagem dos fenómenos inconscientes” in *Revista Brasileira de Psicanálise – Volume 43, n.º1*, pp.61-68.
- VINCENT, Jullien et CHARRAK, André (2002) : *Ce qui dit Descartes touchant la chute des graves – de 1618 à 1646, étude d'un indicateur de la philosophie naturelle cartésienne*. Villeneuve d'Ascq (Nord): Presses Universitaires de Septentrion (Histoire des Sciences).
- VYGOTSKY, Lev (1934): *Myslenie I Rec.* (trad. port. de Miguel Serras Pereira: *Pensamento e Linguagem*). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007.
- YULE, G. (1985): *The Study of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, second edition, 1996.

ANEXOS



Figura 4: Frontespício da *Grammatica da lingoagem portuguesa*

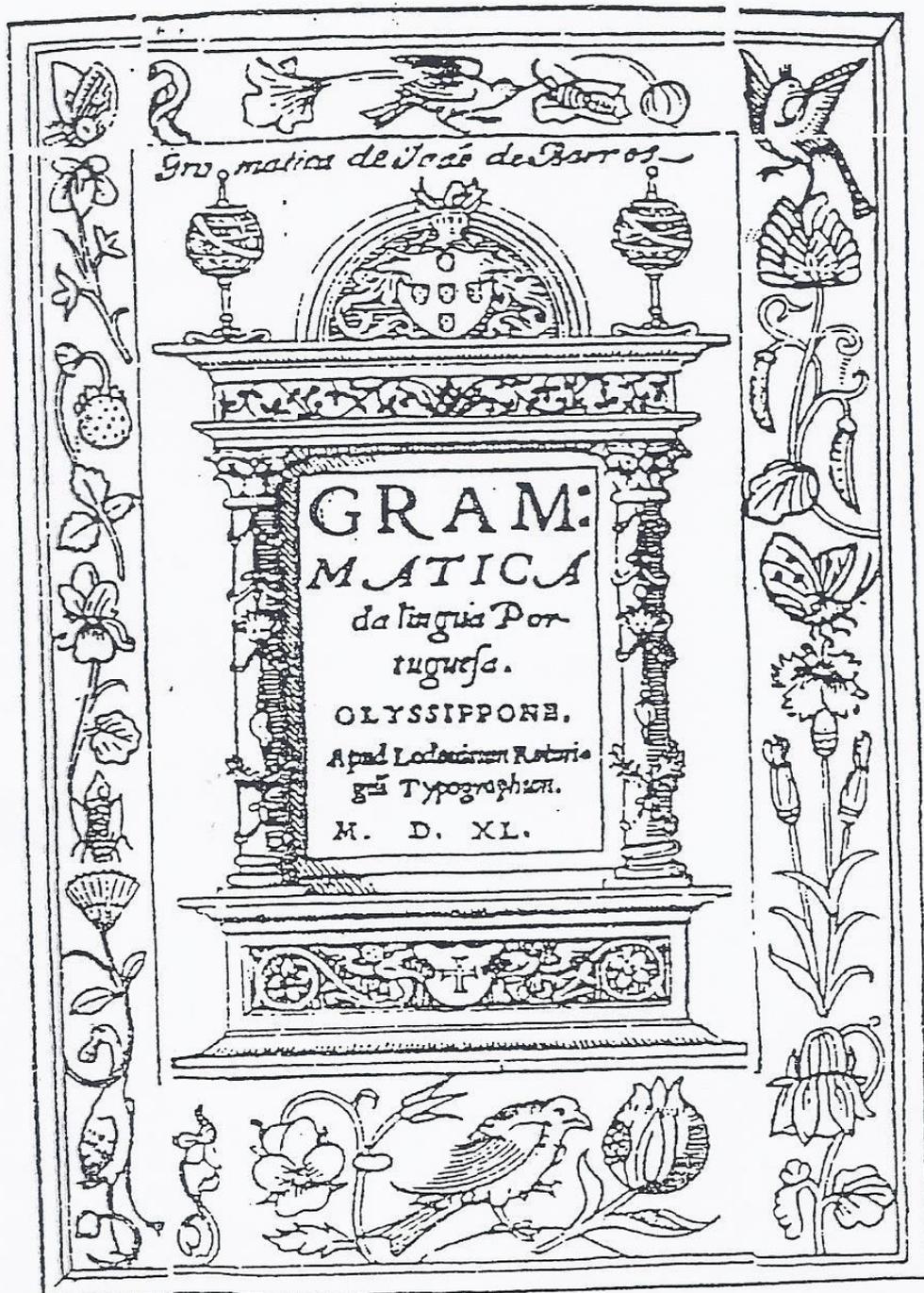


Figura 5: Frontespício da *Grammatica da Língua Portuguesa*

GRAMMATICA
PHILOSOPHICA,
E
ORTHOGRAPHIA
RACIONAL

DA
LINGUA PORTUGUEZA;
Para se pronunciarem, e escreverem
com acerto os vocabulos
deste idioma.

COMPOSTAS POR
BERNARDO DE LIMA
E ME'LO BACELLAR.



L I S B O A
Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira.
ANNO M. DCC. LXXXIII.
Com licença da Real Meza Censoria.

Figura 6: Frontespício da *Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza*

GRAMMATICA
PHILOSOPHICA
DA
LINGUA PORTUGUEZA,
OU
PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL
APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM.

POR J. S. B.

Deputado da Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reino em a Universidade de Coimbra.



LISBOA:
NA TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA DAS SCIENCIAS.
1822.

Figura 7: Frontespício da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados á Nossa Linguagem*

JOSÉ JOAQUIM NUNES

Professor da Universidade de Lisboa

COMPÊNDIO

DE

Gramática Histórica Portuguesa

(FONÉTICA E MORFOLOGIA)

2.ª edição correcta e aumentada



LISBOA

LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
DE A. M. TEIXEIRA & C.^ª (FILHOS)

17 — PRAÇA DOS RESTAURADORES — 17

1930

Figura 8: Frontespício do *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*

GRAMMÁTICA HISTÓRICA

DA

LINGUA PORTUGUEZA

POR

M. SAID ALI

2.^a edição melhorada e augmentada de LEXEOLOGIA e
FORMAÇÃO DE PALAVRAS
E SYNTAXE DO PORTUGUEZ HISTÓRICO

(1.^o Premio Francisco Alves de 1921 e de 1927)



EDITORA-PROPRIETARIA
COMP. MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO
(Wals:flóg Irmãos Incorporada)
S. PAULO - CAZEIRAS - RIO

Figura 9: Frontespício da *Gramatica Historica da Lingua Portuguesa*

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: As partes da oração em João de Barros	45
Quadro 2: A sintaxe em João de Barros	55
Quadro 3: Síntese comparativa das gramáticas de Fernão Oliveira e João de Barros	68
Quadro 4: Pêro Magalhães Gândavo e Duarte Nunes de Leão (síntese comparativa)	69
Quadro 5: Organização da <i>Grammatica Philosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza</i>	94
Quadro 6: Síntese comparativa das gramáticas de Melo Bacelar e de Soares Barbosa	109
Quadro 7: Síntese comparativa das gramáticas de J.J. Nunes e de Said Ali	132
Quadro 8: Síntese comparativa das gramáticas de Helena Mateus <i>et alii</i> e de Mário Vilela	152
Quadro 9: Estrutura do Sistema Nervoso Central	159
Figura 1: Sinapse ¹⁶¹	187
Figura 2: Neurónio Biológico e Sinapse ¹⁶²	187
Figura 3: Tipos básicos de neurónios ¹⁶³	187
Figura 4: Frontespício da <i>Grammatica da lingoagem portuguesa</i>	304
Figura 5: Frontespício da <i>Grammatica da lingua portuguesa</i>	305
Figura 6: Frontespício da <i>Grammatica Philolosophica e Orthographia Racional da Lingua Portugueza</i>	306
Figura 7: Frontespício da <i>Grammatica Philolosophica da Lingua Portugueza</i>	307
Figura 8: Frontespício do Compêndio de <i>Gramática Histórica Portuguesa</i>	308
Figura 9: Frontespício da <i>Gramatica Historica da Lingua Portugueza</i>	309

¹⁶¹ Retirada de: Sylvia S. Maden, *Inquiry into Life*. 8th edition, 1997 - The McGraw-Hill Companies, Inc.

¹⁶² Retirada de: Sylvia S. Maden, *Inquiry into life* 8th edition, 1997 - The McGraw-Hill Companies, Inc.

¹⁶³ Retirada de www.howstuffworks.com

ÍNDICE GERAL

Resumo	1
Abstract	2
<i>Prólogo</i>	4

PARTE I O CAMINHO DA GRAMÁTICA

Razão de Ordem	7
CAPÍTULO I – As origens da gramática	10
CAPÍTULO II – As primeiras gramáticas portuguesas	25
1. Quadro Geral	25
2. <i>Grammatica da Lingoagem Portuguesa</i> de Fernão de Oliveira	30
3. <i>Grammatica da Lingua Portuguesa</i> de João de Barros	40
4. A influência de Nebrija	55
5. Ortografistas	59
6. Sinopse	67
CAPÍTULO III – As gramáticas filosóficas	70
1. Quadro Geral	70
2. <i>Port-Royal</i> ou o embrião da gramática generativa	84
3. <i>Grammatica Philosophica</i> de Melo Bacelar	86
4. <i>Grammatica Philosophica</i> de Jerónimo Soares Barbosa	95
5. Referência breve a duas outras gramáticas: Jerónimo Contador de Argote e Reis Lobato	104
6. Sinopse	107
CAPÍTULO IV – As gramáticas históricas	110
1. Quadro Geral	110
2. <i>Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa</i> de José Joaquim Nunes	114
3. <i>Grammatica Historica da Lingua Portugueza</i> de Manuel Said Ali	120
4. Breve referência à <i>Grammatica Portugueza Elementar</i> de Epifânio de Silva Dias	129
5. Sinopse	131
CAPÍTULO V – As gramáticas teóricas	133
1. Quadro Geral	133
2. <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> de Helena Mateus <i>et alli</i>	139

3. <i>Gramática da Língua Portuguesa</i> de Mário Vilela	143
4. Referência à <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> de Celso Cunha e Lindley Cintra	147
5. Sinopse	151

PARTE II

LINGUAGEM E GRAMÁTICA

CAPÍTULO I – Bases biológicas da linguagem	154
1. Conhecimentos relativamente consensuais	155
2. O problema da mente-cérebro: modelos explicativos	163
2.1. O Cognitivismo	164
2.1.1. O modelo generativo	168
2.2. O Conexionismo	184
2.2.1. A arquitetura cerebral	185
2.2.2. O Conexionismo em Linguística	191
2.2.3. Uma visão crítica sobre o conexionismo	193
3. Uma Reflexão sobre <i>O Erro de Descartes</i>	198
4. A Teoria da Autopoeisis de Maturana e Varela	201
CAPÍTULO II – Linguagem, pensamento e fisiologia	206
1. Linguagem e pensamento – a História do problema	206
2. Relações ‘base-topo’ e ‘topo-base’	217
3. Uma dialética ‘base ↔ topo’	219
4. O poder evocativo da linguagem	228
5. Mecanismos de identificação	231
6. Neurónios-espelho	233
7. Linguagem: o individual, o coletivo e o universal	241
8. A linguagem como espelho do espírito	245
9. Linguagem e inconsciente	246
CAPÍTULO III – A sintaxe como objetivo da gramática	255
1. Linguagem e gramática	255
2. Ordem e funcionalidade dos constituintes frásicos	261
3. Análise e síntese na unidade frásica	269

CONCLUSÕES

PARTE I	281
PARTE II	285

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

Da Antiguidade 289

Das gramáticas portuguesas 289

B) BIBLIOGRAFIA CRÍTICA 292

ANEXOS 303

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS 310

ÍNDICE GERAL 311